



**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS**

**A Diplomacia entre Portugal e Castela na 2ª metade do Séc. XIV e no Séc. XV:
Embaixadas e embaixadores**

ISABEL OLÍMPIA EUGÉNIO

**Tese orientada pela Prof.^a Doutora Julieta Maria Aires de Almeida Araújo,
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em HISTÓRIA NA
ESPECIALIDADE EM HISTÓRIA MEDIEVAL**

Junho
2020

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



A Diplomacia entre Portugal e Castela na 2ª metade do séc. XIV e no séc. XV:
Embaixadas e embaixadores

Isabel Olímpia Eugénio

Tese orientada pela Prof.^a Julieta Maria Aires de Almeida Araújo
Dissertação de Mestrado em História Medieval

Junho
2020

Agradecimentos

Agradeço à minha Orientadora, Sr^a professora D^a, Julieta Araújo todo o apoio e incentivo que me proporcionou, a forma afável como agia nos momentos de grandes dúvidas e de dificuldades. A par do seu lado humano, revelou em todo este caminho a sua enorme competência científica e pedagógica o que tornou este trabalho realizável.

Aos meus colegas Ricardo e Joaquim, pelo apoio que me deram.

À minha mãe. Às minhas irmãs Laura e Lurdes que puseram as suas férias à minha disposição, para que eu pudesse deslocar-me às Bibliotecas.

À Faculdade de Letras.

“Os tratados compõem a parte mais importante da História da Nações. Nestes diplomas se encontra a origem dos grandes acontecimentos, que experimentarão em todos os séculos, e em todos os tempos, em que forão celebrados; e por este respeito se encontram nos mesmos tratados os documentos mais incontestáveis, selados os sellos dos monarcas e das Nações, dos direitos que pertencem a cada uma, e a consideração de que gozão nos outros Estados”, in Visconde de Santarém, Quadro Elementar das relações diplomáticas de Portugal com as outras Nações do Mundo.

Resumo: A “Diplomacia”,¹ foi uma estratégia usada ao longo da Idade Média nas relações entre os reinos Ibéricos como forma de resolver conflitos e lidar com acontecimentos de uma forma pacífica. Vamos interpretá-la como a arte de orientar as complexas relações humanas e políticas num determinado sentido, por um determinado período, procurando alcançar um desfecho positivo para uma situação. O seu sucesso ou fracasso levava muitas vezes à definição de novas estratégias entre os reinos.

As Embaixadas e os embaixadores que constituíram o esforço diplomático português face a Castela, a partir de finais do século XIV, implementaram novos conceitos orientadores usando cada vez mais a diplomacia como uma vertente política alicerçada por alianças militares e comerciais. Tal intensifica-se a partir do século XV, pois os reinos buscam a paz, incentivados pela conquista dos novos espaços ultramarinos. São estes diplomatas, representantes da política externa do reino de Portugal face a Castela e as diferentes embaixadas que analisamos neste trabalho.

Palavras - Chave: Diplomacia; Embaixadas; Embaixadores; Relações Externas; Portugal; Castela

Abstract: Diplomacy was a strategy used throughout the Middle Ages in relations between the Iberian kingdoms as a means of resolving conflicts and dealing with events in a peaceful manner. Let us interpret it as the art of guiding complex human and political relations in a certain sense for a certain period, seeking to achieve a positive outcome for a situation. Their success or failure often led to new strategies being defined among the kingdoms.

The embassies and ambassadors that constituted the Portuguese diplomatic effort towards Castile from the late 14th century implemented new guiding concepts, increasingly using diplomacy as a political strand underpinned by military and trade alliances. This has intensified since the fifteenth century, as the kingdoms seek peace, encouraged by the conquest of new overseas spaces. These are diplomats, representatives of the foreign policy of the Kingdom of Portugal in relation to Castile and the different embassies.

Keywords: Diplomacy; Embassies; Ambassadors; Foreign Relations; Portugal; Castil

¹ “Grande Dicionário Enciclopédico Ediclube. Lisboa; Ediclube, Vol. VII. pp. 2066- 2067.

Índice

Introdução:	6
1º Capítulo: O contexto Político Ibérico no Final do Século XIV: Alternância entre Guerra e Paz	9
1.1) A Diplomacia na época de D. Fernando.....	13
1.2) Embaixadas; embaixadores; enviados dos reis	15
2º Capítulo: A Crise de 1383-1385 e o Reinado de D. João I	30
2.1) A paz perpétua: embaixadas e embaixadores.....	41
3º Capítulo: O Contexto Político Ibérico no Final do Século XV	45
3.1) As alianças: Reinado de D. Duarte, regência de D. Pedro. Embaixadas e embaixadores. Êxitos e fracassos da diplomacia.....	45
3.2) Novos sinais de guerra: reinado de D. Afonso V. Embaixadas e embaixadores....	55
CONCLUSÃO.....	69
FONTES E BIBLIOGRAFIA:.....	71
ANEXOS:	
Anexo I : Embaixadores Portugueses; Biografia.....	80
Anexo II: Cronologia....	172
Anexo III:	186

Introdução

A Diplomacia e os personagens que lhe deram corpo nos últimos dois séculos da Idade Média é o tema do trabalho que propusemos desenvolver. O objetivo principal é realçar como as relações diplomáticas foram importantes para a estabilidade e segurança entre os reinos, num período de convulsões, de conquistas territoriais, do surgimento de novos poderes sociais e de lutas de fações. Portugal e Castela foram protagonistas de importantes ações diplomáticas durante esta época, em que se alternava períodos de guerra com períodos de paz e graças à diplomacia, gradualmente vão prevalecer os períodos de paz face à guerra. Os reinos baseados nos interesses mútuos desenvolveram tratados de paz e acordos económicos tentando superar as fortes rivalidades e interesses territoriais.

Neste contexto decidimos abordar o tema, centrando-nos na função dos diplomatas enviados por Portugal a Castela, explicitando os que fizeram parte das embaixadas na segunda metade do século XIV e século XV. Considerando que a diplomacia e os seus agentes eram atores privilegiados no quadro da história, era também utilizada como um instrumento de estabilidade nas relações entre reinos, independente do resultado.

Era importante conhecer as deslocações realizadas e o papel político que as justificava, mas também conhecer estes emissários, qual a sua posição política e social no reino e as ligações familiares entre indivíduos. A seu tempo, a investigação revelou-se complexa e exigiu muito tempo o que nos obrigou a limitar as fontes de informação.

O recurso a metodologias adequadas na procura de documentos reveladores exigiu a leitura de obras de vários autores, e uma análise cuidadosa das informações para que no final o resultado fosse o mais completo e aprofundado possível. O grande número de obras existentes na Torre do Tombo, na Biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa, na Biblioteca Nacional, Biblioteca das Galveias, bem como a biblioteca on line, foram fontes de grande valor depois de devidamente selecionadas.

A temática da diplomacia em si tem suscitado bastante interesse a historiadores contemporâneos por todo o mundo. A realização de colóquios, artigos, publicações científicas e teses de mestrado, têm revelado forte interesse na matéria. A partir da segunda metade do século XX, sobressaem os trabalhos de George P. Cuttino (

Bloomington, 1985)², Donald E. Queller (Princeton, 1967)³ e Stéphane Péquignot (Paris, 2017)⁴. Pierre Renouvin, depois da segunda Guerra mundial, renovou pela primeira vez a História Diplomática transformando-a na História das Relações Internacionais⁵.

A partir da década de 1990, em Portugal, os trabalhos realizados por Baquero Moreno (Exilados, Marginais e Contestatários na Sociedade Portuguesa Medieval : Estudos de História. 1ª ed. Lisboa: Presença, 1990; Pedro, Duque de Coimbra: Itinerários e Ensaios Históricos. Universidade Portucalense, 1997; A Corte de D. Afonso V: o tempo e os homens, 2006); Manuela Mendonça (As Relações Externas de Portugal nos Finais da Idade Média, Lisboa, 1994; O Sonho da União Ibérica 1475 / 1479. Guerra Luso-Castelhana. Edição Quidnovi, Lisboa, 2007); Manuela Santos Silva, cujo estudo sobre o papel da mulher na Idade Média é muito importante para a compreensão da política externa de Portugal, (A Rainha Inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre. Lisboa, 2012); Julieta Araújo (Os Dominicanos na Expansão Portuguesa. Séculos XV e XVI. Colibri História, Lisboa, 2009; Portugal e Castela na Idade Média, 2009), Também os trabalhos de Bernardo Vasconcelos e Sousa (Os Pimentéis - Percursos de Uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Séc. XIII-XIV) Lisboa, 2000; História de Portugal em coord. com Rui Ramos, Nuno Gonçalo Monteiro. Lisboa, 2009), dizem-nos muito sobre a nobreza portuguesa, os monarcas medievais e a política que exerciam. Todos estes trabalhos conseguiram preencher a falha que existia anteriormente no que concerne às questões associadas aos agentes diplomáticos, no período da Idade Média. Assim sendo surgem trabalhos, dentro desta temática, de Maria Alice Santos (A Sociologia da Representação Político-Diplomática no Portugal de D. João I (tese de Doutoramento, 2015), os trabalhos de Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho, (Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa",2017), Douglas Mota Xavier de Lima (A Diplomacia no tempo de D. AfonsoV, tese de doutoramento, 2016), bem como a realização de Colóquios entre os quais o

² CUTTINO, George Peddy, “*English Diplomatic Administration, 1259-1339*. London : Oxford University Press, 1940

³ QUELLER, Donald E., (*The Office of Ambassador in the Middle Ages*). Princeton University Press, 1967. Faz uma análise sobre a evolução do embaixador ao longo dos tempos

⁴ PÉQUIGNOT, Stéphane, MOEGLIN. Jean- Marie, *Diplomacie et Relations internationales au moyen age, (IXe- XVe) siècle*. Paris; Presses Universitaires de France

⁵ RENOUVIN Pierre, *Introdução à história das Relações Internacionais*. Madrid; Difusão Europeia do Livro, 3 Volumes, 1964-1969

Colóquio Internacional “Corte e Diplomacia na Península Ibérica” (séculos XIII-XVIII)⁶.

O trabalho elaborado por Manuel Francisco de Barros e Sousa, 2.º Visconde de Santarém⁷, sobre o levantamento das relações políticas e diplomáticas de Portugal e Castela⁸, pela definição clara da análise documental bem como pela estrutura cronológica e geográfica que o seu trabalho apresenta, tornou-se um dos elementos base para o desenvolvimento desta matéria. O trabalho de Julieta Araújo na sua obra, “Portugal e Castela, Ritmos de uma Paz Vigilante”, forneceu informação e ideias indispensáveis à realização do mesmo. Importantes foram ainda a consulta das Crónicas, das Chancelarias e dos livros de Linhagens para o estudo da prosopografia das personalidades que compõem o tema do nosso trabalho. Infelizmente o tempo limitado não permitiu que se desenvolvesse a pesquisa sobre a prosopografia dos nossos “embaixadores” presentes nas Chancelarias de D. Fernando I e de D. Afonso V.

Embora o tema dos trabalhos destes autores esteja centrado em épocas específicas e revelem uma forte investigação documental sobre o assunto, não impediram, contudo, que nos debruçássemos sobre a mesma matéria para a realização deste trabalho procurando dar uma visão do seu conjunto. O tema em si é tão vasto e também tão importante, que é impossível “esgotar” todo o assunto. Surgem, de quando em vez, novas fontes e novas descobertas, umas já exploradas mas muitas outras de que nunca se ouviu falar. E porque diz respeito à história do homem, fonte inesgotável de acontecimentos, de ideias, de contradições e de conhecimento, é uma porta que está sempre aberta para a descoberta. As fontes, embora muitas vezes confusas, elas tornam-se legíveis, pela versatilidade e comparação sob os métodos primários. Nesta perspetiva, e com o intuito de apresentar uma nova visão sobre a Diplomacia, procuramos trabalhar o tema desde o reinado de D. Fernando. Depois da análise feita, determinámos que seria possível estudar o período compreendido entre 1367 e 1481⁹, centrando-nos na temática

⁶ Colóquio realizado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 13-14 de julho de 2016 e pela Universidade de Évora

⁷ SOUSA, Manuel Francisco de Barros e, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp. 210- 384

⁸ IDEM, “*Corpo diplomático português, contendo todos os tratados de paz, de aliança, de neutralidade, de trégua, de comércio, de limites, de ajuste de casamentos, de cessões de território e de outras transações entre a coroa de Portugal e as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarquia até aos nossos dias*”. Paris; em casa de J. P. Aillaud, 1846, Tomo I, pp.318 e seguintes.

⁹ Em 1367 com a subida ao trono do rei D. Fernando e em 1481 com a morte de D. Afonso V e portanto, o último período da Idade Média que terminará em 1500 já no reinado D. Manuel I.

das Relações Diplomáticas entre Portugal e Castela. Para melhor entendimento do trabalho realizado, tentamos organizá-lo em três capítulos distintos e subcapítulos. Uma vez que o tema abrange quase 120 anos de história diplomática e atravessa quatro reinados e uma regência decidimos utilizar como referencia a ordem cronológica no respetivo espaço e tempo.

Desta forma, no primeiro capítulo tentamos fornecer uma visão geral do panorama social, político e religioso da Europa no final do século XIV. Não sendo alheios estes acontecimentos à política em Portugal, incluímos o reinado de D. Fernando I e as embaixadas que lhe são inerentes explanadas em dois subcapítulos.

O segundo capítulo abrange, pela sua extensão e importância, o período da Crise de 1383-1385 e o reinado de D. João I. Estudamos ainda o esforço feito para conseguir a paz perpétua e o trabalho dos embaixadores neste período de grandes mudanças. Este estudo foi estruturado num subcapítulo.

O terceiro capítulo, mais complexo, é composto por dois subcapítulos. O primeiro abrange o reinado de D. Duarte, e a regência de D. Pedro. Damos uma ideia do esforço destes dois governantes para manter a paz. Procurámos ainda analisar a política usada pela Ínclita Geração bem como as suas relações com a Europa, o Vaticano e o mundo. O segundo subcapítulo acompanha a guerra civil, e o reinado de D. Afonso V. Dá uma ideia do seu reinado e da sua política. Tenta explicar ainda a importância das Relações Diplomáticas neste reinado e a atividade dos embaixadores.

Segue-se uma breve conclusão. A vida e obra dos embaixadores que ao longo de quase 120 anos foram a Castela por causa da relevância que tinha para a política externa de Portugal, é explicada no Anexo I. A sua biografia está apresentada por ordem alfabética e obedece a um critério de numeração. O anexo II resume uma elucidativa cronologia das embaixadas constituídas no período em estudo.

1º Capítulo: O contexto Político Ibérico no Final do Século XIV:

Alternância entre Guerra e Paz

Ao longo da Idade Média a diplomacia portuguesa variava entre alianças e aliados. Cingindo-nos ao comportamento diplomático, verificamos que por vezes, em períodos de conflito declarado, Portugal ficava só no meio dos outros reinos da Península. No entanto, nos períodos de paz e ausência de hostilidades, Portugal enquadra-se em iniciativas diplomáticas sendo inclusive mediano.

A diplomacia de Portugal dependia não só da política peninsular mas também da europeia e um dos elementos mais importantes desta, era o papado. Na engrenagem política e diplomática secular não podemos esquecer um dos principais intervenientes, a Santa Sé, que surgia muitas vezes como Juiz. Já eram longas mas por vezes espinhosas e ao mesmo tempo hábeis, as relações de Portugal com a Cúria Romana. A insistência e persistência dos nossos reis provocaram muitas vezes a cólera do estado pontifício, dando origem a um sem número de reprimendas e também a inúmeras Bulas. Por outro lado, era vontade dos reis como cristãos, manter-se nas boas graças da Igreja já que como referimos era esta o supremo juiz nas questões internacionais. Eram constantes as delegações vindas de Roma encabeçadas por Cardeais que em muitos casos tinham a função de embaixadores e as que partiam de Portugal para Roma procurando defender os interesses da coroa¹⁰.

Dois assuntos importantes dominaram a Europa dos séculos XIV e XV: a Guerra dos Cem anos¹¹ e o Cisma Católico do Ocidente. A piorar a situação, juntamos-lhe as crises sociais e a Peste Negra. Portugal sofreu contudo as consequências da crise gerada pelas mesmas e teve que tomar posição ainda que o protelasse.

A posição estratégica de Portugal na rota comercial crescia à medida que o Atlântico ganhava importância, aumentando cada vez mais o fluxo dos seus negócios. O início da Guerra dos Cem Anos colocou Castela nas pretensões de aliança da França e da Inglaterra, tendo ambos os reinos agido rapidamente para obter o seu apoio. A França, conseguiu trazê-la para o seu lado.

Por essa razão, a problemática da Guerra dos Cem Anos, bem como a sua influência em Portugal, evidencia-se desde o início. Na mesma altura que a diplomacia francesa atuava na Península, a Inglaterra faz o mesmo, procurando alianças com

¹⁰ ALMEIDA Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. Coimbra; Imprensa Académica, 1910, Tomo II, pp. 457- 458

¹¹ “A Guerra dos Cem Anos foi uma longa luta de desgaste que abalou toda a Europa Ocidental. Esbatendo a concorrência francesa, reforçou esta ligação com os mercados setentrionais, abertos ao tráfico português, ao mesmo tempo que favoreceu um expansionismo mercantil no Mediterrâneo”. RAU, Virgínia, “*Cartas de Lisboa no Arquivo Datini de Prato*,” in Estudos de História: mercados, mercadorias, pensamento económico. Lisboa; Verbo, 1968, 1º volume, 59-60; “in *Quando Todos os Caminhos levavam a Portugal impacto da guerra dos Cem Anos na vida económica e política de Portugal (séculos xiv-xv)* MUHAJ, ARDIAN, tese de doutoramento em letras ramo: História especialidade: História Medieval, 2013. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10663/2/ulsd067668_td_apendice.pdf; FARELO, Mário, “La représentation de la couronne Portugaise à Avignon et ses agents (1305-1377)”. Porto; 2006; SOUSA, Manuel Francisco de Barros e, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Lisboa; Academia Real das Ciências, 1865, Tomo XIV, pp.8-9.

Portugal mas também com os Países Baixos. A Guerra dos Cem Anos não era só política era também comercial e a disputa pelo controlo das rotas interessava tanto a Portugal como a Castela. A rota comercial que passava ao norte dos domínios franceses e pela Flandres tinha também importância para os interesses de Inglaterra, uma vez que toda a circulação de mercadorias e pessoas se fazia por via marítima.

Outra disputa europeia foi o Cisma do Ocidente e de novo Portugal teve que tomar posição ainda que pouco clara inicialmente. França apoiava o Papa de Avinhão e Castela seguiu a mesma diretriz. Portugal adia a tomada de decisão o mais possível mas com D. João I apoia claramente Roma. A Castela interessava manter Portugal longe do alcance diplomático inglês¹²?

Não fazendo parte do conflito religioso mas aproveitando as circunstâncias, a Inglaterra apoia-se em Portugal, e a França em Castela. Será porque o domínio do Atlântico, espaço estratégico na rota para a descoberta de novos mundos estava nas mãos de castelhanos e portugueses¹³ já que a rota do mar do norte continuava sob o domínio da França, sendo cobiçada pelos ingleses? A estratégia em si significa que, o conflito deixa os dois reinos da Península livres para darem início à expansão atlântica.

Portugal estava a desenvolver a sua frota e ainda não tinha peso económico e demográfico que o colocasse a par das grandes economias da altura¹⁴. Essa realidade mudará mais tarde a seu favor graças aos contratos comerciais elaborados por D. Fernando, bem como às suas políticas legislativas internas¹⁵.

A guerra dos Cem Anos afetou o comércio e a estabilidade social interna do reino. Nas cortes de Elvas de 1361 os representantes das províncias queixavam-se dos prejuízos causados pela Guerra entre a Inglaterra e a França. No contexto da guerra Portugal foi importante porque, numa perspetiva global, manteve um equilíbrio de

¹² *Gran Crónica de Alfonso XI*, Tomo II, cap. CCVIII: “Estando el rrey en la çibdad de Seuilla... fablo con los del rrey de Portugal con mensajeria del papa; cap. CCXI-CCXII”. FARELO, Mário, “*La représentation de la couronne Portugaise à Avignon et ses agents*”, “*un épisode comme la question des îles Canaries dans les années 1340 montre toute la faiblesse de la diplomatie d’Alphonse IV*. Disponível em: [file:///C:/Users/Isabel/Downloads/322-324-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Isabel/Downloads/322-324-1-PB%20(1).pdf)

¹³ GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*. Lisboa ; Livraria Sá da Costa, 1961, p.31

¹⁴ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (1431-1475) – Ritmos De Uma Paz Vigilante*. Lisboa; Edições Colibri, 2009, p.79; FONSECA, Luís Adão da, *O Tratado de Windsor*. Lisboa; Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1986, p.24

¹⁵ D. Fernando tentou fazer cumprir as leis gerais. Promulgou a Lei das Sesmarias, em Santarém a 28 de maio de 1375 com vista à exploração das terras abandonadas na sequência da crise económica causada pela Peste Negra. Fundou ainda em 1380, a Companhia da Naus, proporcionando aos proprietários dos navios uma certa segurança no que diz respeito a perdas por roubo ou sinistro. Em contrapartida, os navios tinham que ser registados e pagavam uma percentagem dos lucros para a “caixa comum”. A Companhia das Naus era uma espécie de Associação Comercial.

forças. Este equilíbrio provinha, principalmente, da defesa das suas costas *com a fronteira terrestre do poderoso vizinho de Portugal*¹⁶. As rivalidades com Castela manter-se-iam mesmo em tempo de paz. As várias tentativas para resolver a situação das ilhas Afortunadas (Tingitana) continuarão a envolver os dois monarcas numa forte atividade político-diplomática¹⁷.

A diplomacia era dominada pelos letrados, os conselheiros do rei, homens viajados e bem-falantes, detentores de “virtudes” e garantes da *honrra dos Reinos*¹⁸. Estes homens pertenciam na sua maioria à alta nobreza e ao clero embora pudesse haver legados da nova classe surgente, quando se tratava de fazer acordos mercantis. Munidos de procuração e alto poder representativo “*possa trautar e fazere e compoer e firmar treguas pazes e aueenças e toda boa concórdia*”¹⁹, faziam valer a vontade do rei, no interesse do reino. Posto isto, justifica-se a permanência dos letrados, clérigos ou leigos nas mais variadas “missões” diplomáticas, com a finalidade de fazer acordos em períodos de paz ou de guerra. Junto dos príncipes ou princesas faziam acordos de casamentos. Dentro desta perspetiva, estes “letrados” acompanham o nome de embaixadores, devendo ser bem instruídos e conhecedores das causas podendo na maior parte das embaixadas e dada a importância do assunto em destaque, serem acompanhadas por um ou mais elementos do clero²⁰ como parte da preparação intelectual dos clérigos²¹, mas também porque representava os interesses da Igreja nas Relações Diplomáticas.

¹⁶ MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa, Constantes e Linhas de Força*. Tribuna; 2ª Edição, revista e ilustrada em colaboração com o Instituto Defesa Nacional. 2006, Volume I.

¹⁷ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (1471-1475) - Ritmos de uma paz Vigilante*. Lisboa; Edições Colibri, 2009, p. 79; FONSECA, Luís Adão da, *O Tratado de Windsor*. Lisboa; Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986, p.24.

¹⁸ Cortes Portuguesas. *Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*. Lisboa; Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, Vol. I, pp. 15- 16.

¹⁹ Chancelarias Portuguesas. *D. Pedro I*. Lisboa; INIC; CEHUNL, 1984, pp. 207- 208. Procuração passada pelo rei ao Mestre de Avis, D. Frey Martim de Avelar, testemunhada pelos presentes “*honrados e sages baroões*”, Rodrigo Afonso de Sousa, João Lourenço, Gonçalo Martins, Álvaro Gonçalves, Vasco Fernandes Coutinho e Lourenço Martins para tratar das pazes com el-rei de Aragão.

²⁰ A.N.T.T. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*, cap. IV, pp. 29-30. Carta de D. Pedro a D. Duarte seu irmão quando da sua estadia em Bruges. Sobressai a importância que o infante dava às letras, ao aconselhar o rei a fundar colégios de onde saíam homens cultos e honrados capazes de representar a corte portuguesa: *...seguurya que uos acharieis leterados pera offiçiaes da Justiça, e quando alguus uos desprouesses terieis donde tomar outros (...) e parece me senhor que se a uossa merçe ysto quisesse mandar auerja grande honrra a terra e proveito, por azo da sabedorja que deue ser muyto prezada que a muytos tyrou e tyra de mal fazer(...)*.

²¹ MARQUES, Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa; Ed. Presença, 1987, cap. VI, p.329. *(...O número e a qualidade dos embaixadores dependiam da conjuntura. Por norma, em cada embaixada seguiam um ou mais juristas e um ou mais nobres a quem normalmente era dada a chefia de grupo... bispos e cónegos presidiam a numerosas embaixadas, mesmo de tipo estritamente político)*

Todavia a qualidade destes representantes variava consoante o assunto a tratar²². Tinham também importância os chamados conselheiros que proviam futuros acordos de paz ou de tréguas. Tinham, por outro lado, a função peculiar de observar, podendo antecipar os acontecimentos ou revertê-los para o país que representam. É relevante a carta do conde d'Ourém a D. Duarte na qual aconselha o rei a enviar ao rei de Castela a melhor embaixada²³ que, segundo ele, ao ser “grande” seria reconhecida em todas as cortes da Europa, assim como em relação ao Papa e que segundo esta perspectiva, almejava grandes resultados. A par das embaixadas faziam-se conferências ou assembleias internacionais, respeitando tanto as questões políticas e militares como as questões comerciais e eclesiásticas²⁴. A Diplomacia, independentemente do conceito que afluente, adquire novas tendências dentro do contexto da época em que é exercida. Ela é um dos três mecanismos pelos quais o poder se relaciona com o exterior²⁵.

É neste panorama de guerra e de fortes incertezas políticas que D. Fernando irá exercer o seu reinado. Príncipe, sem dúvida, o mais contraditório sem comparação, mas também incompreendido (isto talvez, devido ao seu carácter inconstante), faz guerras sem as vencer e cria um autêntico “corpo diplomático”²⁶. Versátil, faz e desfaz tratados e de acordos de casamento, provocando a ira dos reinos vizinhos bem como dentro do seu reino. Apesar das partes negativas que o caracterizam o monarca preparou Portugal para a nova era que se avizinha.

1.1) A Diplomacia na época de D. Fernando

²² LOPES Fernão, *Crónica de D. João I*. Lisboa; IN- CM, 1990, Segunda Parte, cap. CLXXXIV, p. 405. *Os feitos da guerra Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, p. 16 ... *estando em estes termos foy movido que se trautesse [amtre] os Reys treguo e paaz pera sempre, e foram enviados a Castella por Embaixadores os homrrados dom Joham, Arcebispo, que depois foi Cardeall e Joham Vasquez d'Almada, didadaom de Lixboa, muy homrrado cavaleiro, e Martim Dosem, Doctor em Leis.*

²³ A.N.T.T. *Livro dos CONSELHOS de D. Duarte*, (livro da Cartuxa) Edição Diplomática, [10] p. 69 a 73. “Grande” significava culta e experiente (...) e em razão de quem yra a el rey de Castella parece me que vosa senhorja deue envyiar as mayores pessoas que nunca a ele enujastes e eu derya que erom boas meus padre e meu jrmão e o bispo do porto pera propoer, porquanto he embaixada que he de serujoço de deus e parece me homem bem ousado e razoavelmente letrado.

²⁴ MARQUES, Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. O Estado e as Relações Diplomáticas*. Lisboa; Presença, 1987, cap. VI, p.328. Estas conferências eram realizadas com a presença dos monarcas ou seus altos representantes.

²⁵ MATTOSO, José, *História de Portugal. Monarquia Feudal, (1096-1480)*. Lisboa; Ed. Estampa, 1992, II volume, pp. 524-527. Segundo este autor a diplomacia, a guerra e o comércio, são os três mecanismos que fazem mover a estrutura de um país. *A diplomacia é pacífica e permite a sublimação da agressividade. O comércio aponta para a riqueza, enquanto que a diplomacia tende para a segurança e prestígio. A guerra é a crueza da força ao serviço do prestígio, da riqueza, da segurança e da ambição.*

²⁶ A expressão, apesar de estar fora do contexto da época, pois ela pertence à contemporaneidade, caracteriza bem a dinâmica do reinado de D. Fernando I de Portugal, no âmbito das Relações Externas.

D. Fernando I quando em 1367 sobe ao trono “herda” um reino pacífico e com elevado nível de prosperidade. A definição das fronteiras, apenas no tratado de Alcañices de 1297 entre D. Diniz e Fernando IV e continuadas no reinado de D. Afonso IV, haviam deixado o campo livre para a resolução de outros problemas do reino. D. Pedro, e já anteriormente seu pai, haviam iniciado um processo de desenvolvimento do reino. A paz com Castela e o conseqüente bom relacionamento entre tio e sobrinho e de seguida entre os dois primos, Fernando e Pedro, fez progredir as relações económicas entre os dois reinos. No campo da Justiça, D. Pedro tornara os seus súbditos mais igualitários. Tal progresso permitiu ao novo rei, governar bem nos primeiros anos do seu reinado. Assim sendo, conseguiu organizar a corte. Rodeou-se de personagens letradas e conselheiros astutos a que viria a chamar de “classe” diplomática, constituída por homens de confiança, frequentadores da corte, providos de grande conhecimento, preparados para representar o rei, junto das cortes e representantes dos reinos. A palavra “embaixador” começa a aparecer em documentos oficiais portugueses a partir de 1382. Até então, eram chamados de legados e representantes dos reinos.

D. Fernando²⁷ envolveu Portugal no grande teatro hispânico da guerra peninsular principalmente logo após o assassinato de Pedro I por Henrique de Trastâmara seu meio-irmão. Durante o seu reinado, conduziu três guerras contra Castela, entrecortadas por pequenos períodos de paz. Este período de incessantes ataques à fronteira terrestre, faz desenvolver a ideia de Castela como inimigo²⁸. Isso permitiu ao rei estreitar laços de amizade com outros reinos dentro e fora da península; e talvez ponderar a expansão para o mar e para o norte de África. As Canárias continuavam a ser um problema sem solução. Portugal reclama-as pela sua anterioridade de chegada, desde o reinado de D. Afonso IV e Castela usava-as como rota de corso.

Num jogo de alianças o rei envolvia-se cada vez mais perigosamente no movimento intervencionista da coroa contestada de Castela²⁹. O casamento do rei com Leonor de Teles, pese embora a influência que os Teles de Meneses ocupavam, não

²⁷ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana. Contém a Historia, e successos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa*. Parte Oitava. Lisboa; na Officina da Musica. 1729, p. 71 (... *ejte Rey D: Fernando começou de reinar o maij rico Rey que em Portugal houve ate o seu tempo*)

²⁸ Nasce a ideia do “inimigo”. O castelhano tornou-se o inimigo comum do português devido aos sucessivos ataques aos povos fronteiriços.

²⁹ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (1431-1475) – Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Ed. Colibri, 2009, p.6; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*. Lisboa; Verbo. 4ªed, 1990, Vol. I, p.285; MENENDEZ PIDAL, Ramón, *História de Espanha. LA CRISES DE LA RECONQUISTA (1350-1400)*, Madrid; Espasa- CALPE, S. A. Madrid. 1987, Tomo XIV, Cap. III, La Guerra Civil, pp.134-135.

agradava ao povo. Esse desagrado, talvez não se devesse de todo ao caráter e personalidade controversas da rainha mas porque as classes mais desfavorecidas da sociedade portuguesa, começavam a sentir grandes dificuldades financeiras eclodindo numa violenta crise social. Leonor de Teles poderá ter sido o bode expiatório da crise que se avizinha. Por outro lado, a incapacidade do rei perante situações de conflito e a constante quebra de promessas de casamento provocavam atritos entre os dois reinos. Para além disso, a guerra dos Cem Anos e a posição política externa de duplicidade do monarca no que concernia à tomada de partido ou de decisões aumentavam a instabilidade. Controversa ou não, a resolução ou tentativa de resolução dos problemas no reinado de D. Fernando exigia grande atividade diplomática, num Novo Mundo que emergia. O caráter indecisivo do rei português provocará situações de constrangimento no seu relacionamento interno e externo tornando as ações diplomáticas a maior parte das vezes, infrutíferas.

1.2) Embaixadas; embaixadores; enviados dos reis

Henrique II de Castela sabia que o monarca português tomaria uma posição adversária aos seus interesses a favor de Pedro I, o Cruel. A fim de evitar qualquer iniciativa bélica, envia em **março/abril de 1367** uma embaixada a Portugal, liderada pelo português Diogo Lopes Pacheco³⁰. Não ficando satisfeito com a resposta de Fernando de Portugal, envia de seguida o Bispo de Sigüenza, **don Joham Garcia Manrique**. Em ambas as missões, ficou a convicção de que o rei português não estava disposto a celebrar um tratado de paz, preferindo a guerra, ao apoiar Pedro I de Castela. De facto, este, **em 1367** envia a Portugal **Matheus Fernandes** para celebrar um tratado de paz e amizade³¹. D. Fernando recebe-o em Coimbra. Ainda no mesmo ano, o monarca envia a Sevilha **João Gonçalves** para que o tratado que fizera **Matheus Fernandes** em Coimbra seja ratificado por Pedro I de Castela. Em Tentúgal, D.

³⁰ Esteve envolvido na morte da rainha póstuma Inês de Castro. Mais tarde regressará a Portugal quando recebe perdão de D. Fernando. Nesta altura encontra-se ao serviço de Castela. ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (1431-1475) - Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Ed. Colibri, 2009, p.9; Fernão LOPES. *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2ª Edição, revista, 2004, cap. II, p. 13; SOUSA, Manuel Francisco de Barros e, Visconde de SANTARÉM, *Quadro elementar das Relações Diplomáticas de Portugal com as outras potências do mundo desde o principio da monarquia até aos nossos dias*. Paris; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, p. 211-212. Tratado de Alcanhões. Nesta altura será ratificado o tratado de 1366 celebrado entre Henrique de Castela e D. Pedro I de Portugal em Ribeira de Caia

³¹ IDEM, Cap. XIII, pp.45-47; IDEM, p.212.

Fernando ratifica o tratado celebrado em Sevilha a pedido de Pedro I, numa embaixada dirigida por **João Cayon**, seu alcaide – mor³².

Com a morte de Pedro I em 1369, as rivalidades entre o monarca português e Henrique de Trastâmara agudizam-se. D. Fernando considera os seus interesses territoriais legítimos, isto porque a morte de Pedro I de Castela é considerado um crime de Lesa - Majestade, cometido pelo irmão bastardo³³. Logo, os herdeiros legítimos à coroa de Castela seriam os filhos do monarca vítima de fratricídio. A morte deste irá desencadear divisões partidárias tanto da parte de Portugal como da parte de Castela. Nesse sentido, D. Fernando soube usar com eficácia e a seu favor o argumento jurídico e moral contra os Trastamaras fazendo valer os seus interesses sobre o reino de Castela.

Em 1369 D. Fernando faz alianças secretas com Muhammad V de Granada. O objetivo era pedir apoio ao rei mouro na guerra contra Henrique Rei de Castela por um período de 50 anos³⁴. Ainda na mesma altura envia a Pedro IV de Aragão, o Cerimonioso, os seus representantes **Baltasar d' Espinolla, Martin Garcia e Alfonso Hernandez de Burgos** para atrair ajuda militar na guerra com Castela, mediante o casamento do monarca português com a infanta Dona Leonor de Aragão³⁵. D. Fernando aceita daquele rei, em 1369, a delegação constituída por **João de Villaragut e Bernardo de Miragle**. O objetivo desta embaixada era a divisão de Castela entre os dois reinos bem como discutir os termos do casamento da infanta dona Leonor com o monarca português³⁶.

³² LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2º Edição, revista, 2004, cap. XIII, pp.45-47.

³³ ARAÚJO Julieta, *Portugal e Castela (1431-1475) – Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Ed. Colibri, 2009, p.6; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*. Lisboa; Verbo. 4ªed., 1990, Vol. I, p.285; MENENDEZ PIDAL, Ramón, *História de Espanha. LA CRISE DE LA RECONQUISTA (1350-1400)*. Madrid; Espasa - CALPE, S. A., 1987, Tomo XIV, Cap. III, pp.134-135.

³⁴ SOUSA, Manuel Francisco de Barros e ,Visconde de SANTARÉM, *Quadro elementar das Relações Diplomáticas das Relações Diplomáticas de Portugal e as outras potências do mundo desde o principio da Monarquia até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud,1842,Tomo I, p. 214; Frei Manuel dos SANTOS. *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXII, cap. XIII, p. 95. O rei de Granada como tinha sido amigo do Rei D. Pedro de Castela, também se achava no dever de poder vingá-lo. Daí o acordo com o monarca português, “...que os dous principes de Portugal, e Granada fação pazes, ou tréguas por cincoenta annos; nos quaes seria livre o commercio aos vassallos de ambas as Coroas. Que de Granada farião os Mouros guerra a ElRey D. Henrique, e ajudarião, sendo para isso requeridos, contra o mesmo D. Henrique, a ElRey D. Fernando...”

³⁵ MENENDEZ PIDAL, Ramón, *História de Espanha. LA CRISE DE LA RECONQUISTA (1350-1400)*, Madrid; Espasa- CALPE, S. A., 1987, Tomo XIV, Cap. III, p.134.

³⁶ LOPES, Fernão, *Cronica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, cap. XXX, p.101; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXII, cap. XIII, p. 96;Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud,1842, Tomo I, p.217-219.

A 11 de agosto de 1369 D. Fernando envia a Henrique de Castela, que tinha entretanto entrado em Portugal cercando Braga, o conde³⁷ de Portugal e um mercador inglês que se encontrava em Lisboa, para negociar um tratado de paz. O conde chega ao Porto e envia o mercador, perto de Braga onde se encontrava o rei de Castela. Este concede uma audiência ao conde e envia o mensageiro Mossem Beltram de Claquim. As condições não são aceites por nenhuma das partes³⁸. Em junho de 1370 foi alicerçada, em Barcelona, a promessa do casamento de D. Fernando com a infanta de Aragão D. Leonor. Esta Embaixada, era presidida³⁹ por **Don Martim bispo de Évora, D. João bispo de Silves, Frey Martin Abbad del Monasterio de Alcobaca e D. João Affonso Tello**. A guerra contra Castela estava instalada. Fracasso atrás de fracasso, esta iniciativa bélica mostra em todos os lados, dentro e fora de Portugal, a ineficácia da política do monarca. O ponto demonstrativo desse insucesso encontra-se no cerco a Carmona pela Rainha D. Joana de Castela, mulher de D. Henrique. A praça governada por Affonso Lopes de Texeda⁴⁰ sob a bandeira portuguesa é conquistada pois aguarda, antes de mergulhar na derrota, pelos reforços que o monarca português prometeu enviar mas não o fez.

A guerra continua. Mais do que nunca D. Fernando precisa de aliados. Para tal, envia a Aragão em 1370 o conde de Barcelos **D. João Afonso Tello** com o objetivo de trazer a infanta para Portugal e assim decidir a guerra. D. Fernando faz escritura em Lisboa, dando poderes absolutos aos embaixadores Baltazar Espinolla, Afonso Fernandes e Martim Garcia. Em junho D. João Afonso Telo regressa a Portugal com a mensagem do Rei de Aragão que dizia; *a infanta não viria por o papa ainda não ter a*

³⁷ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; I N- CM, 1988, Parte Oitava, Livro XXII, pp. 102-103. Este Conde poderia ser D. João Afonso Telo, conde de Barcelos depois almirante do reino. No entanto prevalece a dúvida uma vez que podia também ser dom Álvaro Peres de Castro que, nessa altura se encontrava no Porto, pois segundo a crónica João Tello subiu à categoria de conde depois que lhe foi entregue o almirantado do reino, por volta do ano de 1379. LOPES, Fernão, *Crónica do Rei D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2ª edição, 2004, cap. LXXIV, pp. 261-263

³⁸ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana. Contém a Historia, e successos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I*. Parte Oitava. Lisboa; na Officina da Musica. 1729, livro XXII, cap. XV, p. 106; Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas (...)*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 217.

³⁹ IDEM, Livro XXII, p.110; A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, GAV.XVII- Maços 3-9, pp. 17 - 21.

⁴⁰ *IBIDEM*, Livro XXII, p.115-116. Com o intuito de aliviar o cerco a que a vila estava sujeita, Texeda pede aos sitiadores para entrar, e comungarem das festas, entregando a praça, na expectativa que viesse algum socorro. A rainha aceitou mas exigiu que Texeda lhe entregasse os dois filhos como garantia. O socorro não chegou e Texeda não cumpriu a palavra, entregando a praça e pondo em risco a vida dos filhos. *“se lhe matajsem aquelles filhos, importava pouco, pois lhe ficava a forja, e o martelo com que fazer outros”*. O cerco a Carmona fará parte de um dos artigos da embaixada que se reunirá em Alcoutim, para celebrar o acordo paz. No entanto o problema de Carmona não se decidiu, ficando sem efeito as ditas pretensões.

dispensa para o casamento. Ficam em Barcelona **Balthazar d’Espinola, Afonso Fernandes e Martin Garcia**⁴¹.

Em outubro do mesmo ano, Pedro IV, el Cerimonioso, envia a Portugal **Uberto de Fenolar**, seu embaixador, para assinar com o monarca português a convenção de 24 de julho 1370. O casamento com a infanta aragonesa estava pendente da dispensa do papa. No dia 21 de outubro D. Fernando ratifica a Convenção de 24 de julho nos Paços da Valada. Para por cobro às rivalidades dos reinos ibéricos, foi necessária a intervenção do Sumo Pontífice Urbano V⁴² de Roma mas estando ainda em Avinhão. Alegava que era necessária a união entre os reinos da Península a fim de desbaratar as investidas dos reis mouros que começavam a aproveitar-se da situação de guerrilha entre os reinos cristãos. Como intervenientes da Igreja destacam-se; **Bertando, Bispo de Cominges e Agapito, Bispo de Brexa**⁴³. Foi na vila de Alcoutim em janeiro de 1371 que os dois emissários da Santa Sé, em conjunto com o **Bispo de Colona**, que viera anteriormente falar com D. Fernando, **D. Affonso Peres de Gusman, Alcaide - mor de Sevilha, Senhor de Gibrleon, nomeado por Don Henrique e o Conde de Barcellos, D. João Affonso Tello** que se celebrou o Tratado. João Afonso Telo informará o rei português dos progressos da embaixada⁴⁴.

Com o acordo de paz, D. Fernando anula o contrato de casamento com a infanta de Aragão. Volta o seu interesse para Castela e pede a mão da infanta dona Leonor filha de Henrique Trastâmara. O contrato de casamento fazia parte do acordo de paz

⁴¹ SOUSA, Manuel de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p.219; Fernão LOPES. *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, cap. LII, pp.177-178

⁴² Começa a crise da Igreja Católica com o Cisma do Ocidente, que irá dividir os diversos reinos da Europa. Portugal com influência de Inglaterra partilham a tendência da Igreja de Roma. Já Castela e França apoiam o papa de Avinhão. Estas rivalidades, embora não sejam a causa originária das diversas lutas entre os reinos cristãos europeus, elas provocam, contudo, partidarismos que dificultam a paz.

⁴³ LINEHAN, Peter, *Portugalia Pontificia: Materials for the History of Portugal and the Papacy*, I. 1198-1417, Fundação Calouste Gulbenkian. Rome, St. Peter’s, 1370 Feb.22, p.719. Urbano V recomenda a Velasco Fernandez, Bispo de Coimbra, que receba os emissários da Santa Sé que veem em missão de paz entre Portugal e Castela.

⁴⁴ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1988, Oitava parte, livro XXII, p.117 a 123; LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2ª edição, 2004, cap. LIII, p. 139 a 142. Alcoutim, 31 de março de 1371: Esta Embaixada tem a missão de por fim à guerra partidária entre Portugal e Castela. É a primeira intervenção diplomática de paz entre os dois reinos cristãos. Tem a intervenção do Vaticano, e um duplo objectivo; Unir os reinos cristãos peninsulares e desbaratar os reinos muçulmanos em franca expansão na península. O palco das negociações centra-se na vila de Alcoutim em janeiro de 1371. Para além da questão da guerra, celebrar-se-ia o casamento do monarca português com a infanta de Castela, Dona Leonor. No dia 2 de Abril D. Fernando jura as pazes com Castela com a bênção papal.

celebrado em Alcoutim. Revelou-se a eficácia dos embaixadores que ficaram em Barcelona a fim de apaziguar a fúria do rei de Aragão.

Ainda em 1370, D. Fernando envia a Castela, o **Doutor Gil Docem e Afonso Gomes da Silva** para receberem de Henrique de Castela o juramento das pazes. Ao mesmo tempo envia **Diogo Lopes Pacheco** para receber da Rainha D. Joana, do Infante D. João e de outras personalidades o outorgamento das pazes. A 10 de agosto os grandes de Castela juram na vila de Toro as pazes com Portugal com a bênção do Legado do Papa⁴⁵

Mas de novo mudará de ideias e D. Fernando casará, no mesmo ano, com Dona Leonor de Teles, fidalga portuguesa, anulando assim, mais uma vez, o acordo de casamento com Leonor, a infanta castelhana. Em 1371 D. Fernando envia a Castela os seus embaixadores para notificar Henrique II do seu casamento⁴⁶. Em abril de 1372, envia de novo **Affonso Domingues**⁴⁷, seu embaixador e privado, com o objetivo de reformular o tratado de Alcoutim de 31 de março de 1371. Em Tui com a presença dos dois monarcas o acordo é ratificado.

Logo após este encontro, Henrique de Castela envia a Portugal para requerer junto do monarca os mesmos juramentos, os embaixadores **D. João Bispo de Ourense e João Gonçalves de Baçon**. A reunião teve lugar no Porto, no mês de maio, sendo o juramento feito por D. Fernando, seu irmão D. Diniz, e outros Prelados e Senhores da reforma do tratado de Alcoutim, executada na Convenção de Tui. Fossem quais fossem os argumentos, as relações diplomáticas entre Castela e Portugal durante os reinados do Trastâmara e do nosso rei, não tiveram o êxito desejado ou se houve algum teve um tempo limitado.

A política externa com Inglaterra desenvolve-se e em resposta ao pedido de D. Fernando por intermédio de Vasco Domingues, Chantre de Braga, o Duque de Lencastre envia em 1372, a Portugal, os seus emissários **João Fernandes Andeiro e**

⁴⁵ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2ª edição, 2004, cap. XV, p. 54

⁴⁶ IDEM, cap. LVII, pp.203-204. O casamento entre D. Leonor e D. Fernando, muito embora tenha provocado algum retrocesso nas concórdias entre Portugal e Castela devido à promessa de casamento entre o nosso rei e a infanta daquele reino, era contestado pelo facto de Dona Leonor ser uma dama ainda casada com João Lourenço da Cunha, senhor de Pombeiro e mãe, o que levantava certas questões. No que concerne à sua posição social no reino ela pertencia à alta nobreza, sendo sobrinha de João Afonso Telo, Conde de Bracelos.

⁴⁷ *IBIDEM*, cap. LI, pp.173-174, cap. XLVIII, pp.161-162-163 e cap. LIV, pp.185-186. Affonso Dominguez, sobrenome de Barateiro, era também tesoureiro do rei. Foi a Aragão a fim de levantar o tesouro que o monarca português havia enviado para fortalecer as despesas da guerra. O Cerimonioso não entregou esse tesouro, alegando que já havia sido gasto nos preparativos da guerra como tinha sido tratado anteriormente.

Roger Hoor⁴⁸. O objetivo desta embaixada era fazer uma aliança com o monarca português contra Henrique de Castela. Em julho do mesmo ano celebrar-se – á em Braga o Tratado de paz e aliança entre D. Fernando e o Duque de Lencastre contra D. Henrique de Castela e Pedro IV de Aragão. A componente deste acordo previa uma forte aliança entre os dois reinos que se prolongaria por tempo indeterminado. Deixaria ainda isolados Castela e Aragão, uma vez que estes dois reinos também rivalizavam entre si. Esta é uma de entre outras cláusulas do contrato: *se El Rei de Portugal conquistasse o Reino de Castela, exceto vila, castelo, ou lugar, seria seu; que tudo o que se tomasse do Reino de Aragão, seria daquele, que o tomasse*⁴⁹.

Henrique de Castela soube que D. Fernando andava a fazer alianças com Inglaterra o que era uma má notícia na medida em que os dois reinos peninsulares se encontravam em fase de negociação e fortalecia Portugal esta aliança com Inglaterra, principalmente porque também não tinha boas relações com Castela⁵⁰. De novo, Henrique Trastâmara envia **Diogo Lopes Pacheco**, português, refugiado em Castela, desde a morte da rainha póstuma dona Inês. Esperava-se que esta embaixada tivesse algum êxito. D. Henrique pretendia saber se D. Fernando mantinha as relações de amizade celebradas no Tratado de Alcoutim entre os dois monarcas. As respostas do monarca português são ambíguas mas percebia-se que as suas intenções não eram as melhores que, como diz Fernão Lopes, *segundo a inconstância o seu natural que mostrou em quantos negócios elle poz a mão*⁵¹. Assim as alianças firmadas anteriormente, falharam e segue-se um impasse nas relações com Castela. Seguidamente D. Fernando, antecipando a invasão de Henrique de Castela envia ao Duque de Lencastre, **dom. Fernando Vasco Domingues, Chantre de Braga**, requerendo àquele, o juramento do tratado feito em Braga.

Provavelmente para evitar novo confronto bélico, Henrique de Trastamara envia ainda em agosto de 1372 a Portugal, **don Joham Manrique, Bispo de Siguença**, pedindo a D. Fernando, que respeitasse os tratados de paz. O Bispo é recebido em

⁴⁸ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2ªedição, 2004 cap. 68, pp.203-204

⁴⁹ IDEM; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava liv. XXII, Cap. XXIV, p. 162

⁵⁰ A Inglaterra, também tinha interesse no Reino de Castela, uma vez que o Duque de Lencastre estava casado pela 2ª vez com Dona Constança filha de Pedro I, O Cruel.

⁵¹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2ªedição, 2004, cap. LXVIII., p.237

Salvaterra de Magos mas demonstra pouco interesse na salvaguarda dos acordos⁵². Henrique de Castela invade Portugal, e cerca Lisboa⁵³. Entretanto o monarca português apoiado por Inglaterra tenta travar o ataque. Durante a estadia dos ingleses, o reino sofreu os abusos dos seus soldados. As queixas dos povos eram constantes e ansiosas para pôr fim a essa “invasão”. Essa situação levou o monarca a refletir o passo seguinte. Às escusas dos ingleses, D. Fernando tenta negociar a paz com Castela.

Desta feita, novo esforço é realizado a 9 de março⁵⁴ de 1373. Henrique II de Castela vem a Lisboa, onde é recebido com toda a segurança. O acordo de paz é assinado a 19 de março, pelos correspondentes de D. Fernando, **D. Affonso, bispo da Guarda e Ayres Gomes da Silva. Por El rey de Castela**, assina ele mesmo⁵⁵. O acordo de Lisboa⁵⁶ é celebrado em Santarém entre os dois monarcas por mediação de **Dom Guido, Cardeal de Bolonha, Núncio do Papa e Bispo do Porto**. A 7 de abril de 1373, os dois monarcas encontram-se na Ribeira do Alfange, junto a Santarém onde juram manter as alianças. Aproveitando este acontecimento os dois monarcas negociam o casamento da infanta D. Isabel, filha bastarda de D. Fernando, com o Conde D. Afonso, filho do Rei de Castela, ambos de menor idade. Feitas as pazes com Portugal, a guerra entre Henrique de Castela e o Cerimonioso, tomava novo rumo. Em

⁵² LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2ª edição, 2004, cap. LXVIII., pp.237-238-239. Neste encontro estava presente D. João Afonso Tello “*Senhor, el-rei dom Henrique meu senhor,veendo os grandes dividedos que antre vós e elle há, e desenjando aver paz e amorio convosco, assi por proveito dos poboos que cada huu de vós há de rreger como por espiciall amor e boa vontade que vos tem...*”; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava liv. XXII, cap. XXIV, pp. 162- 163.

⁵³ IDEM, pp. 275-276. Henrique de Castela cercou Lisboa a conselho de Diogo Lopes Pacheco

⁵⁴ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (1431-1475), Ritmos de uma paz Vigilante*. Lisboa; Ed. Colibri, 2009. p. 9;

⁵⁵ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Oitava Parte, Livro XXII, cap. XXV, PP.174-175

⁵⁶ LOPES, Fernão, *Cronica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2ª edição, 2004. Cap. LXXXII, pp.285- 288. Do tratado constam alguns dos seguintes artigos: *1ºQue entre El Rei de Portugal, e o de Castela, seus filhos, e sucessores, houvesse sempre boa e verdadeira paz, e da mesma forma com El Rei de França, e seus - sucessores.1 ºQue El Rei de Portugal faria aliança com os Reis de Franca, e de Castela contra El Rei de Inglaterra, e contra o Duque de Lencastre, e suas gentes.2º Que o rei de Portugal ajudaria o Rei de Castela com duas galés, por três anos, armadas porém à custa do de Castela; no caso de virem os Ingleses aos portos de Portugal, não se lhe deveriam vender alimentos, armas, etc., antes porém fossem tratados como inimigos capitais; e quando isto se não pudesse fazer com a força de Portugal, então seria requerido El Rei de Castela para vir, ou mandar força para os lançar fora. 3º Que da data d’este tratado até trinta dias de Portugal lançaria fora de seus Reinos as seguintes pessoas, que de Castella para elle vierão, alguns prisioneiros.:4º Que perdoaria mais a Churrichãos, os quaes ElRei de Castella segurava por mar, e terra até serem postos em salvo. 5º Que ElRei de Portugal perdoaria ao Infante D. Diniz seu Irmão, a Diogo Lopes Pacheco, e a quaesquer outros, que estivessem na graça, e todas as villas, e lugares, que recebêrão por Senhor a ElRei de Castella. Que a Infanta D. Brites, Irmã d’ElRei de Portugal, casaria com D. Sancho de Albuquerque, Irmão de ElRei de Castella.*

março de 1374, Castela envia **Fernão Fernandes d' Estobar** a Portugal. O propósito desta embaixada era pedir ajuda bélica na guerra contra o rei de Aragão⁵⁷.

Castela desiste de fazer guerra a Aragão, talvez por receio do poderio naval deste reino. Não só desiste como pede a mão da infanta D. Leonor para o seu filho D. Juan⁵⁸. E no seguimento desta política, esconde as suas intenções. Ressalvando esta afirmação, em 1374 Castela **envia uma nova embaixada a Portugal**. Pretendia dizer ao Rei D. Fernando que, *no caso d'ele Rei de Castela fazer a paz com El Rei de Aragão, lho não levasse a mal; porque o seu desejo era que El Rei de Aragão emendasse alguns erros, que tivesse feito contra o mesmo Senhor, e que lhe enviasse seus procuradores, para sobre isto poderem firmar, o que cumprisse, etc., e que o ajudasse com dez galés, ou ao menos com seis contra os Ingleses, etc*⁵⁹. D. Fernando responde aos Embaixadores castelhanos que, pela razão d'El Rei de Granada *lhe haver tomado alguns navios, não podia mandar para tão longe as suas galés; porém que o ajudaria com cinco armadas, e pagas por três meses pelo mesmo Rei de Castela, em dote da Infanta D. Beatriz sua irmã*⁶⁰.

Pela mesma altura, D. Fernando envia **Gonçalo Vasques de Azevedo, e Lourenço Annes Fogaça**, para tratarem com o reino de Castela assuntos que diziam respeito a Aragão⁶¹.

⁵⁷ IDEM, cap. XCII, pp.325-327. A aliança firma-se no seguinte: *1º Que ambos os Reis se ajudariam contra El Rei de Aragão, seus herdeiros, e ajudadores. Que El Rei de Castela principiaria a guerra por mar, e terra, desde que chegassem em seu socorro ao rio Guadalquivir quatro galés de Portugal, até trinta dias seguintes, não havendo primeiro feito paz, ou trégua com El Rei de Aragão. 2º Que não levantaria mão da dita guerra, só havendo tal necessidade, que lhe fosse conveniente deixar fronteiros contra aquele Reino. 3º Que nas quatro galés portuguesas El Rei de Portugal mandaria o seu Capitão Mor do Mar. 4º Que, não havendo El Rei de Castela feito a paz antes da chegada das ditas quatro galés, a não poderia fazer depois sem consentimento d'El Rei de Portugal, nem este sem o daquele. 5º Que no primeiro ano, em que El Rei de Castela principiasse a guerra, El Rei de Portugal o ajudaria com dez galés bem armadas por três meses, pagas desde o dia, em que chegassem ao rio de Sevilha. 6º Que, durando a guerra mais do que aquele ano, El Rei de Portugal o ajudaria com seis galés por três meses. 7º Que necessitando El Rei de Castela das galés por mais tempo, além dos três meses, então pagasse de soldo a cada uma mil dobras cruzadas por mês, pagas no principio d'ele. 8º Que, em quanto El Rei de Portugal pagasse as galés, o que elas tomassem sós seria seu, e o que tomassem em companhia de outras se repartiria igual mente; mas que, depois que El Rei de Castela as pagasse, então o que tomassem sós, ou em companhia, seria d'elle. 9º Que se El Rei de Castela só quisesse fazer à guerra por terra, e El Rei de Portugal a quisesse fazer por mar, então o de Castela daria ao de Portugal a mesma ajuda de galés com as mesmas condições. 10º Que armando El Rei de Aragão tão grande frota, que as galés portuguesas, e castelhanas não ousem sem pelejar com ela, então aquele Rei, que houvesse de ajudar o outro, armaria tão grande frota, que pela sua melhoria pudesse combater o rei de Aragão*⁵⁷.

⁵⁸ IBIDEM, cap. XCIII, pp.329-331 e cap. XCIV, pp.333-334.

⁵⁹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2º edição, 2004, cap. XCIII, pp. 329-

⁶⁰ IDEM, cap. XCIII, pp. 329-331

⁶¹ Provavelmente D. Fernando já tinha conhecimento do acordo assinado entre os dois reinos.

Em novembro de 1375, celebra o contrato de casamento entre a sua filha bastarda, a infanta Dona Isabel, e o infante D. Afonso de Castela. Entretanto a crise social em Portugal começa a tomar outros contornos provocando revoltas entre as populações. Embora Portugal não estivesse diretamente ligado à guerra dos Cem Anos era no entanto aliado de Inglaterra e a península sofria as consequências dessa disputa. Como forma de apaziguar os graves problemas internos, D. Fernando tenta a aprovação nas cortes de Leiria realizadas no mês de novembro, para tratar de um acordo de amizade com Castela dando a mão da infanta dona Beatriz⁶² a Don Fradique filho de Henrique II. Nas mesmas Cortes é jurada sucessora do reino. Com procuração de 29 de novembro de 1376 envia **Ayres Gomes da Silva e o bispo de Coimbra, Dom Pedro Tenório**⁶³ em nova missão a Castela. No dia 3 de janeiro de 1377, em Córdoba, é assinado um contrato de casamento, no qual D. Fernando promete a mão da infanta dona Beatriz a D. Fradique, filho de Henrique da Trastâmara. Os embaixadores que negociaram o acordo foram; **Pedro Tenório, Bispo de Coimbra, Dias Gomes da Silva** e o castelhano **Fernam Perez de Andrade**⁶⁴.

Parece que os desígnios entre Portugal e Castela, não revelavam um futuro promissor. Entretanto, em Medina del Campo a 12 de dezembro de 1379, Henrique de Castela vê-se obrigado a sentenciar o monarca português pela nulidade do casamento do conde D. Afonso seu filho com a infanta dona Isabel filha bastarda de D. Fernando. As testemunhas presentes foram: **D. Afonso, Bispo da Guarda e Gil Docem** por Portugal e **Rodrigo Arias Maldonado, Luís Fernandes Guedeja e Alvar Perez**, de Castela.

No ano seguinte, maio de 1380, tendo subido ao trono de Castela o rei D. Juan I, por morte de Henrique Trastâmara, D. Fernando envia os seus Emissários, **D. João Afonso Tello e Gonçalo Vasques de Azevedo**, Senhor da Lourinhã, para tratarem do casamento da Infanta D. Beatriz, com o Infante D. Henrique, primogénito do novo rei, porquanto ficaria anulado o anterior tratado de casamento da mesma infanta com D. Fradique, filho natural d'El Rei D. Henrique de Castela⁶⁵. Os embaixadores portugueses

⁶² BALEIRAS, Isabel de Pina, *Uma rainha inesperada, Leonor Teles*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, pp. 141-142

⁶³ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2ª edição, 2004, cap. CXII, p. 405-408; Cortes Portuguesas. *Reinado de D. Fernando I (1367 -1383)* Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, extrato, pp. 149-154.

⁶⁴ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Livro VII, GAV XVII, Maços 3-9, pp. 164 -198, 4187, XVII, 6-8. Com o teor descrito das procurações feitos pelos dois monarcas aos seus embaixadores. Ainda em maio de 1377, feita em Sevilha, acresce ao contrato, uma carta do monarca castelhano descrevendo os bens doados à infanta portuguesa, cf. 4226. 7-21, pp. 483- 485, em Sevilha a 22 de maio de 1377.

⁶⁵ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2ª edição, 2004, Cap. 112, p. 405-408.

foram ouvidos na vila de Cáceres pelo monarca castelhano que promete enviar a Portugal os seus representantes para confirmar as condições do casamento.

Assim sendo, **D. Juan I constitui uma embaixada** que envia a Portugal para reafirmar os votos do casamento. Os intervenientes desta foram; **Joham Garcia Manrique, bispo de Siguença, Pero Gonçalvez de Mendonça e Inhego Ortiz d'Estunhiga**⁶⁶.

Em agosto de 1380 e ainda no seguimento do mesmo assunto, D. Fernando manda nova Embaixada a Castela, constituída por **D. Afonso Correia, Bispo da Guarda, Henrique Manoel de Vilhena, Senhor de Cascais, o Doutor Gil d' Sem, e Rui Lourenço, Deão de Coimbra**⁶⁷, para lembrar a El Rei D. Juan I a convocação das Cortes para o preito, e homenagem, na conformidade do tratado de entre os filhos dos dois monarcas Em setembro do mesmo ano, El Rei Juan I envia a Portugal os seus embaixadores, **don Gonçallo, Bispo de Callaforra, Inhego Ortiz d'Estunhiga, e o Doutor Fernando Afonso**, para receberem outras tantas homenagens de casamento como foi feito na cidade de Sória.

Resolvida esta questão, chegam os procuradores castelhanos, o **Bispo de Siguença, don João Garcia Manrique e Chanceler- mor; Pedro Gonçalves de Mendonça, Camareiro mor; Ignacio Ortiz de Estunhiga, Guarda Mor**. Reúnem-se com os representantes portugueses. Recebidos em Portalegre por D. Fernando, é ali que autoriza os embaixadores de Castela e Portugal, acima referidos, para celebrarem o

⁶⁶ SOUSA, Manuel Francisco Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842 -1853, Tomo I, pp. 242-245. Pontos importantes deste tratado: 1º Quando o Infante D. Henrique tivesse sete anos, casaria com a Infanta D. Beatriz de Portugal por procuração; e quando atingisse a idade de 14 anos casaria publicamente. 2º El Rei de Castela no mês de setembro convocaria Cortes no seu Reino, nas quais faria jurar os ditos infante, Infanta e Reis, depois da sua morte; e que houvesse do Papa a dispensa para poderem casar. 3º Receberia logo o dito Infante Lara e Biscaya, com seus Condados; e que a Infanta, vindo a ser Rainha; teria todas as vilas, e cidades, que costumam ter as Rainhas de Castela. 4º Morrendo o Infante depois de ter casado, teria ela, por honra de seu corpo, Medina del Campo, Calhar, Madrigal, Olmedo, e Aravalo. 5º Morrendo o dito Infante sem ter filho dela, ou não se fazendo o casamento, sem culpa dela, e morrendo El Rei de Portugal, sem deixar filho herdeiro, El Rei de Castela ajudaria a dita Infanta a cobrar o Reino, e manter em sua honra. 6º Que sendo eles Reis Primos co- irmãos por parte de suas maes, e parentes no 3º grau por seus pais, no caso que de nenhum deles se achasse por linha direita descendente varão, ou fêmea, legitimamente nascida, El Rei de Castela poderia herdar os Reinos de Portugal, ou vice-versa. 7º Que ambos os Reis antes do mês de Maio seguinte se encontrariam pessoalmente para aprovarem mais firmemente, o que por seus procuradores foi estipulado neste tratado. 8º El Rei de Portugal entregaria os reféns, os castelos de Portalegre e Olivença, na posse do Conde de Ourém, e Gonçalo Vasques; El Rei de Castela entregaria o de Albuquerque, e Valença de Alcântara, na posse de Pedro Gonçalves de Mendonça, e Inhego Ortiz d'Estunhiga

⁶⁷ LOPES, Fernão, *Cronica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2ª edição, revista, 2004, cap. CXII, pp. 405-408

contrato de casamento entre a princesa portuguesa e o herdeiro Henrique de Castela⁶⁸. Contrato complicado, na medida em que, sendo os herdeiros das duas coroas de tenra idade, envolve promessas e responsabilidade da parte dos procuradores durante largos anos⁶⁹. O juramento e a execução do novo contrato, é feito aquando da celebração das Cortes na cidade de Sória em setembro de 1379, estando presentes os embaixadores Portugueses anteriormente enviados. Este matrimónio acabará por não acontecer⁷⁰.

Em consequência de novo acordo e renovação da aliança em maio do 1380 entre o monarca português e Inglaterra, surge uma nova tensão nas relações entre Portugal e Castela. O objetivo deste acordo era fortalecer Portugal e Inglaterra na guerra a Castela, enfraquecer o seu poder já que a Inglaterra também era parte interessada na partilha do reino, uma vez que o Conde Edmundo havia casado com Isabel, filha de Pedro I, o Cruel, portanto herdeira legítima. Traria ainda o seu filho herdeiro Eduardo para casar com a infanta dona Beatriz. Colocadas estas condições e depois de pedir a opinião do seu conselho, D. Fernando parte de novo para a guerra declarada pelos fins de maio de 1381 e que se seguiu até 1382 com perda de praças e outros bens⁷¹. Ainda este mês, por intermédio ou exigência de Ricardo II, D. Fernando jura obediência a Urbano VI, Papa de Roma⁷².

Desgastados pela guerra, a paz convinha aos dois lados. Terá sido D. Juan de Castela a tomar a iniciativa, enviando “conferentes de paz”. Logo no início de 1382 o monarca português envia o **Conde de Arrayolos, dom Alvaro Pires de Castro e Gonçallo Vasques de Azevedo**, Plenipotenciários para a paz de Portugal que se irão encontrar em Castela **com Pedro Fernandes de Velasco e Pedro Sarmiento**. As conferências entre as partes fizeram-se no arraial castelhano, para onde os Plenipotenciários portugueses, às escondidas dos Ingleses, saíam de Elvas pela noite a pé e se recolhiam de madrugada.

⁶⁸ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2ª edição, revista, 2004, cap. CXII, pp. 405-408, cap. CXII, pp. 405-408.

⁶⁹ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Oitava Parte, Capítulo XLIII, p.345; A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Livro VII, pp. 241-278, 4190, XVII, 6-11. Os procuradores escolhidos para os dois infantes foram: Pedro Gonçalves de Mendonça e Pedro Lopes de Ayala.

⁷⁰ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988 Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Oitava Parte, Capítulo XLIII, pp. 343-345. A idade prematura do príncipe exigia um contrato a longo prazo, estando em jogo a entrega de castelos. As condições foram reconhecidas nas cortes da cidade de Soria, no mês de setembro.

⁷¹ Pela segunda vez, a Inglaterra esteve presente nas guerras fernandinas

⁷² A Inglaterra havia tomado, desde o início, o partido de Roma

De novo a promessa de casamento da infanta com Henrique seria anulada. Fazendo parte do novo acordo de paz, a mão da princesa é oferecida ao segundo filho de D. Juan I, o príncipe D. Fernando⁷³. Os termos deste acordo publicado pressupunham a restituição de 22 galés a Portugal, as quais D. Juan de Castela contesta, ameaçando mesmo não assinar o acordo de paz. Como era característica da personalidade de D. Fernando, este acordo com Castela fora feita à margem e desconhecimento do duque inglês, porquanto o preço que o monarca português teve que pagar fora elevado. Foi decisiva a intervenção do Mestre de Santiago D. Fernando Osorez que responde ao rei “*E como Senhor? Por vinte e duas justas podres, que valem pouco mais de nada, e por emprestar quatro, ou cinco naos duvidais de assinar os tratos? Certamente tal cousa como esta não he para se dizer, e se o haveis pela custa, e despeza, eu quero que a minha Ordem de Santiago pague tudo*”⁷⁴.

A 9 de agosto de 1382, em Elvas, novo tratado de paz é assinado entre os dois reinos peninsulares. Este acordo estipulava o casamento da infanta portuguesa com Henrique, filho de el rei D. Juan de Castela. Entretanto este rei fica viúvo. O monarca português, possivelmente instigado pela Rainha, Leonor de Teles, pede a anulação do contrato de casamento da infanta celebrado a 21 de maio de 1380 e oferece a sua mão ao rei viúvo⁷⁵. Certamente D. Fernando viu várias razões para tomar essa iniciativa. Razões que garantiriam estabilidade ao reino de Portugal, após a sua morte. Já Leonor Teles via seguramente ambição pessoal como possível futura regente do Reino. D. Fernando envia **João Fernandes Andeiro, Conde de Ourém**, para propor a el rei D. Juan I que em lugar de seu filho, casasse ele com a Infanta D. Beatriz. Parte para Castela entregando em primeira mão a mensagem a D. Juan que, vendo neste enlace uma possível união dos dois reinos, foi desde logo apoiado pelo seu Conselho⁷⁶. Como Castela era apoiante do Papa de Avinhão, D. Fernando decide retornar à obediência de Clemente VII. A embaixada de João Andeiro chega a Toledo em outubro onde se encontra com rei de Castela. A fim de lavrar as escrituras do acordo, é enviado o

⁷³ De novo os receios do rei eram fundamentados. Se a princesa casasse com o segundo filho não haveria problema de sucessão, após a sua morte, pois quem herdaria o trono era a princesa. O príncipe era apenas o marido consorte. A liberdade de Portugal como reino independente estaria assegurada. No entanto se o casamento se realizasse com o primogénito do rei, havia a possibilidade da união entre as duas coroas.

⁷⁴ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXII, p.371. As condições do acordo era a restituição de 22 galés que Castela havia aprisionado durante os conflitos e tinha ainda que emprestar quatro para levar os ingleses de volta a Inglaterra.

⁷⁵ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Livro VII, pp. 198-241, 4189, XVII, 6-10

⁷⁶ IDEM, Volume VI, pp. 617-625. Gaveta XVII, maço doc.10. Texto da sentença sobre a nulidade do casamento.

Arcebispo de Santiago D. João Garcia Manrique, embaixador por procuração⁷⁷ seu futuro genro e Chanceler mor de Castela. Em fevereiro de 1383, D. Fernando pede desculpas a Inglaterra através do seu escudeiro João Cravo. Chega a Almeida em março de 1383. Ao seu encontro foi D. Martinho, Bispo de Lisboa. Seguiram para Salvaterra de Magos, localidade onde se encontrava a corte. Os termos deste acordo de casamento, aceites pelo monarca português, não agradaram ao povo. Serão realizadas posteriormente cortes em Santarém, em fins de agosto, início de setembro de 1383, com o único objetivo de jurarem fidelidade à infanta dona Beatriz e ao rei de Castela, D. Juan I, seu marido, herdeiros da Coroa Portuguesa. Segundo o contrato Leonor de Teles ficaria com a regência até ao nascimento e durante a menoridade do primeiro filho da rainha de Castela. O acordo foi contestado pelo povo nas Cortes de Coimbra, já depois da sua morte em outubro do mesmo ano e durante a regência de Leonor de Teles.

Contestada ou não, a decisão estava tomada. D. Fernando e Dona Leonor eram senhores da sua vontade mesmo prometendo um sim, acabavam sempre por influenciar as decisões a seu favor. D. Juan I de Castela envia a Portugal o seu embaixador **Fernando Azores, Mestre de Santiago**, para tratar do seu casamento com a Infanta D. Beatriz⁷⁸. Portador de uma Carta datada de 12 de março de 1383 dava-lhe plenos poderes para o efeito dessa embaixada⁷⁹. O contrato de casamento é celebrado no dia 2 de abril, em Salvaterra de Magos⁸⁰. No dia 14 de maio a Infanta dona Beatriz é entregue a seu marido D. Juan I de Castela. No mesmo mês D. Juan I confirma e ratifica o contrato de casamento com D. Beatriz. D. Fernando envia o **Conde de Ourém** para receber do Rei D. Juan I de Castela os preitos e homenagens, constantes no tratado de 2 de abril do mesmo ano. A 8 de agosto o embaixador receberá dos três estados de Castela

⁷⁷ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava. Livro XXII, pp.395-399. O Arcebispo de Santiago, recebeu a infanta em nome do rei de Castela, por procuração. O contrato matrimonial foi jurado em Badajoz a 13 de maio 1383 pelos procuradores do rei D. Fernando: Gonçalo Mandes de Vasconcellos e o Mestre da Ordem de Santiago D. Fernando Affonso de Albuquerque. As bodas foram realizadas na Sé de Badajoz a 17 de maio. Em Valhdolid, a 8 de agosto foram realizadas cortes, nas quais estava presente o conde de Ourém João Fernandes Andeiro, e nas quais se inscreveram *as capitulações do casament*.

⁷⁸ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2º ed. Revista, 2004, cap. CLVII, p.547

⁷⁹ SOUSA, Manuel Francisco Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris; em casa de J. P. Aullaud, 1842 - 1853, Tomo I, p.250

⁸⁰ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; IN– CM, 2ªEdição, revista, 2004, Cap. CLIX e seguintes, p. 553 e seguintes. Em 26 de maio D. João de Castela passou uma carta em Badajoz com todos os Atos celebrados no contrato de 2 de abril do mesmo ano, entre os dois monarcas, até à conclusão do matrimónio.

congregadas nas cortes de Valladolid os preitos e homenagens estipulados no tratado de 2 de abril.

Em resposta, o monarca castelhano envia em setembro de 1383 uma embaixada com a finalidade de receber as mesmas homenagens dos três estados do Reino congregadas nas cortes de Santarém⁸¹. O rei D. Fernando morre a 22 de outubro de 1383, talvez consciente de deixar assegurado a paz no reino.

Inicia-se o período conturbado do Interregno de 1383-1385. Viúva, Leonor de Teles nomeia-se, com a ajuda provável de Andeiro, de alguns fidalgos e de bispos portugueses e castelhanos, regente do reino. Tendo, ao longo dos anos feito inimigos, a sua regência não agradava à maioria. Em face da análise do pensamento de Fernão Lopes e Frei Manuel dos Santos podemos entender a personalidade de Leonor de Teles pelo seguinte: era ambiciosa, mas era também uma mulher de poder. Talvez a sua regência pudesse ter tido êxito não fossem os seus interesses pró-castelhanos. Sabemos ainda que a união ibérica tem sido motivo de interesse dos dois reinos. Os acordos de casamento entre os membros das famílias reais pressupunham essa união. Mas também é necessário compreender qual dos dois reinos teria hegemonia sobre o outro. E aí encontramos o cerne da questão. Nem Portugal, nem Castela estavam interessados em perder o poder e a sua independência.

Leonor de Teles era inteligente. Motivada pela sua ambição não descurava qualquer circunstância que se interponha entre si e o poder do qual usufruiu ainda em vida do marido⁸². Indubitavelmente terá sido de sua autoria a realização dos casamentos de Beatriz de Castro, irmã do rei com D. Sancho irmão bastardo de Henrique de Trastâmara e o casamento de Isabel, filha bastarda de D. Fernando com o conde de Gijon e Noronha, D. Afonso, filho ilegítimo de Henrique II⁸³. Por outro lado tenta afastar os filhos de Inês de Castro, João e Dinis. Mandou prender, com o intuito de que pudesse desistir e afastar-se do reino, D. João, o futuro Regedor do Reino, mas não

⁸¹ Cortes Portuguesas, *Reinado de D. Fernando de Portugal (1367-1383)*. Lisboa; Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Volume II, 1990. Atas dos principais concelhos e senhorios. Foram as últimas cortes realizadas pelo rei com objetivo principal de os representantes das vilas e cidades jurarem como únicos herdeiros legítimos da Coroa Portuguesa a infanta dona Beatriz, filha do monarca e seu marido D. João, Rei de Castela. Não se percebe a decisão do rei ao casar a herdeira legítima com o rei de Castela, uma vez que, apesar das suas indecisões, pareceu sempre defender a independência do reino. Depreende-se que essa decisão, nos momentos de sofrimento do monarca tenha tido a influência ambiciosa da Rainha, a pensar que, após a sua morte, tomariam as funções de regente do Reino. SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Oitava Parte, livro XXIII, cap. IV, p.437 “...como o caso da união dos dous reinos se considerava ainda longe, ou não se temeu, ou se despresou...”

⁸² Reconhece-se o facto de ela assinar vários diplomas em substituição do rei, ainda em vida deste.

⁸³ O interesse da rainha era afastar estes potenciais herdeiros do seu caminho, o que conseguiu.

conseguiu. Terá sido também, consequência das suas manobras políticas, o casamento da infanta, sua filha, com D. Juan I, em vez do segundo filho deste, o conde Fernando⁸⁴.

Após a morte do rei, não se fizeram esperar os levantamentos das populações por todo o reino. Segue-se um período de anarquia e instabilidade política. Muitos alcaides das cidades e vilas tomaram partido pela Rainha D. Leonor, outras aplaudem a rainha Dona Beatriz e seu marido, sucessores e herdeiros legítimos, pelas Cortes de Leiria. Outros lugares e vilas tomam voz pelo Mestre de Avis, aclamado Regedor e Defensor do Reino, em primeira mão pelo povo de Lisboa, em dezembro de 1383⁸⁵. Portugal dará início a nova guerra com Castela. Desta vez, pela independência do reino. Ainda em dezembro, o Mestre envia a Inglaterra uma embaixada, dirigida por Lourenço Martim, solicitando ajuda militar contra Castela.

⁸⁴ Leonor de Teles estava com os olhos postos na regência pelo menos até ao nascimento do primogénito de Dona Beatriz. Pensava ela que D. Juan, não deixaria o trono de Castela para vir governar Portugal. Por outro lado se Beatriz casasse com Afonso, filho segundo, como consorte de rainha quem governaria Portugal seria Beatriz. Logo, Leonor ao premeditar essa situação tentou e conseguiu voltar a questão a seu favor. Todavia, embora tivesse conhecimento do descontentamento geral, não contou com o abandono do genro e menosprezou a personalidade do mestre de Avis, futuro D. João I.

⁸⁵ O Mestre de Avis é aclamado pelo povo de Lisboa, ao qual se juntaram alguns membros da Nobreza e Alta Burguesia, como Regedor e Defensor do Reino, logo após à morte do conde João Fernandez Andeiro.

2º Capítulo: A Crise de 1383-1385 e o Reinado de D. João

2.1) A paz perpétua: Embaixadas e embaixadores

No seguimento da época anterior os próximos tempos marcam a nossa história diplomática. Tempo em meses e anos, ricos em acontecimentos, inclusos no redemoinho da dialética hegeliana, e que traçaram os momentos decisivos para o progresso do reino. Progresso repleto, como diz José MATTOSO, *de um sentimento emergente eminentemente popular, gerado no seio do terceiro estado*⁸⁶. Da guerra à paz, dos acordos e desacordos, Portugal e Castela continuam a mergulhar nas disputas que faz dos dois reinos rivais, lutando cada um pela sua supremacia em relação ao outro. A proximidade dos dois reinos e a sua história em comum eram motivo suficiente para que se ingerissem nos assuntos um do outro. D. João I não sendo herdeiro direto da coroa portuguesa, esta é-lhe oferecida como prémio pela sua tenacidade, firmeza e cautela. O contexto político que se vivia em Portugal tem uma relação direta com o fator social. Em termos gerais, foi o trabalho leal de um *grupo de agentes da coroa, os que estão envolvidos em missões externas*⁸⁷.

O da Boa Memória, eleito pelo povo de Lisboa como Regedor e Defensor do Reino em dezembro de 1383, parecia estar preparado para enfrentar os desafios que se seguiriam. Exilada a Rainha e morto João Fernandes de Andeiro, propunha-se aguardar pelos “ventos” que soprariam de Castela. Certo é que D. Juan I não iria entregar o trono de Portugal, sem luta. Mas mais certo ainda é que o da Boa Memória estava disposto a lutar pelo direito à independência do reino mesmo que fosse pelas armas, sabendo de antemão que não iria ser fácil. Portugal mergulhara numa grave crise social dando origem à luta de “classes”⁸⁸. Esta crise é consequência de vários fatores, tais como: a

⁸⁶ MATTOSO, José, *História de Portugal: A monarquia feudal 1096-1480*. Lisboa; Estampa, 1992, Volume II, p. 367

⁸⁷ IDEM.

⁸⁸ ALBUQUERQUE, Martim de, *A Consciência Nacional Portuguesa. Ensaio de História das Ideias Políticas*. Lisboa; 1974, Tomo I, pp. 82-84. Chamemos-lhe luta de classes, embora a essência do nome não seja a mais apropriada para a época a estudar, uma vez que ela pertence ao século XIX. Mas não há

peste negra; as guerras consecutivas de D. Fernando; o surgimento de novos - ricos por meio de heranças de dotes e mercês concedidas ao longo de décadas.

Filho bastardo do rei D. Pedro e Teresa Lourenço⁸⁹, D. João, o Regedor do Reino, era o último na linha de sucessão, depois dos filhos de Inês de Castro, João e Dinis. Premeditando os acontecimentos futuros, rodeia-se de conselheiros e pessoas letradas entre os quais o velho Álvaro Pais, o Dr. João das Regras e Álvaro Gonçalves Camelo, Prior do Hospital. Algum tempo depois, tem o apoio da espada do Condestável, Nuno Álvares Pereira⁹⁰. Faz alianças com outros reinos, nomeadamente Granada e Aragão⁹¹.

Por seu lado, D. Juan de Castela, pouco tempo depois da morte do monarca português, envia correspondência aos fidalgos, vilas e cidades portuguesas lembrando a futura rainha de Portugal, sua mulher, Dona Beatriz⁹². Manda **Afonso Lopez Texeda**⁹³, **cavaleiro da Ordem de Santiago, à rainha Dona Leonor**⁹⁴ para lhe recordar os seus direitos. Entretanto reúne-se com os seus conselheiros, para ouvir deles se devia ou não pegar em armas contra Portugal. Ora o tratado anterior entre aquele e o monarca português falecido, dizia que o reino de Portugal seria sempre separado do de Castela. Seria também administrado pela rainha Dona Leonor até a infanta dona Beatriz a única herdeira e através dela D. Juan rei de Castela⁹⁵, terem um filho varão capaz de governar

dúvida que se assiste ao nascimento de uma nova classe. Esta, embora incluída até então no terceiro estado, emerge pelo poder do capital que ajudará nas incursões marítimas com vista à conquista de novos espaços. É certo que os acontecimentos protagonizados por toda a Europa fizeram com que os povos adquirissem novas consciências. Assim sendo, a luta da arraia-miúda, dos mesteirais, dos homens bons dos concelhos, dos comerciantes marítimos (ascensão da burguesia) e também dos operários pressupunham a descoberta desse novo poder. D. João I, com audácia e discernimento tirou partido do descontentamento geral, e trouxe para o seu lado os fatores de mudança. Porém, tudo faz parte da evolução para o nascimento de uma consciência Nacional.

⁸⁹ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Oitava Parte, Livro XXIII, cap. I, p. 413 e seguintes,

⁹⁰ Nuno Álvares Pereira protagonizou as grandes batalhas entre Portugal e Castela durante o reinado de D. Fernando. Patriota, vendo que a independência do reino corria perigo, colocou-se ao serviço de D. João.

⁹¹ O objetivo do futuro monarca era evitar que estes reinos apoiassem Castela nas guerras contra Portugal.

⁹² SERRANO, César Oliveira, *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avis/Trastámara*, p. 105. Disponível em;

<http://digital.csic.es/bitstream/10261/18247/1/OLIVERA,%20Beatriz%20de%20Portugal.pdf>

⁹³ Militar e apoiante de D. Fernando de Portugal. Esteve no cerco de Carmona contra Dona Joana, mulher de Henrique de Trastámara.

⁹⁴ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2ª ed. Revista, 2004, cap. CLXXVIII, pp. 611-612

⁹⁵ 26 de maio de 1383. Contrato feito entre el-rei de Portugal de Castela para o casamento deste com a infanta dona Beatriz. Sousa, Manuel Francisco Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp. 261. “Nesta época ElRei D. João I de Castella faz An. vrn Conselho na povoa de Montalvão, sobre se devia, ou não entrar em Portugal. — Dividem-se os pareceres, em que ElRei é aconselhado que não entre em Portugal, por ser contra o tratado; mas* antes mande seus Embaixadores aos Se nhores d’aquelle

ao atingir os 14 anos de idade. D. Juan não ouviu os seus conselheiros. Pressionada por um e outro lado, Leonor de Teles renuncia à regência no dia 13 de janeiro 1384, a favor dos reis de Castela⁹⁶. Refugia-se em Castela onde é enclausurada, pelo próprio genro, no mosteiro de Santa Clara de Tordesilhas⁹⁷.

Dando início às invasões, o monarca castelhano entra em Portugal e põe cerco a Lisboa. Acompanhado pela infanta menina, é obrigado, a 3 de setembro de 1384, a retirar-se em virtude da fome e da peste que atacava ferozmente as suas hostes⁹⁸. Antes porém, envia ao Mestre de Avis **Pero Fernandes Vellasco**⁹⁹, a fim de propor alguns acordos. Recebido às portas de Santa Catarina, o Mestre de Avis não aceita qualquer convenção. Derrotado em Atoleiros, Aljubarrota e por último em Valverde, não desiste da guerra. Ela vai continuar, após a sua morte e durante o reinado do seu sucessor Henrique III. Apesar dos “ventos da guerra” continuarem a soprar, D. João é aclamado, nas cortes de Coimbra, celebradas a 6 de abril de 1385, rei de Portugal¹⁰⁰, dando assim início à segunda dinastia.

Em agosto de 1385, D. João envia a Castela, **Gonçallo Annes Peixoto**, com uma mensagem verbal, pedindo ao rei de Castela que renunciasse pois que já perdera todos

*Reino a certificar-lhes de que está disposto a observar as estipulações do tratado, etc, elleexporerão os inconvenientes, que do contrario se seguirião, etc. — Resolve entrar”; A.N.T.T. As Gavetas da Torre do Tombo, VII- GAV.XVII- MAÇOS 3-9, pp.198-241, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1080- 1415)*. Lisboa; Verbo, 2ªEd., Revista, 1968, Tomo I, p.293. “... não é difícil concluir que o pobre rei, doente e a um ano da sua prematura morte, foi apenas o comparsa de um plano gizado por forças alheias e que entregava Portugal de mão beijada ao poderio de Castela”*

⁹⁶ SOUSA, Manuel Francisco de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 262; Fernão Lopes. *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2ª ed., Revista, 2004, CLXXVIII, p. 612. Leonor de Teles sentia-se ameaçada pelo Mestre de Aviz, pelos moradores de Lisboa e outros nobres do reino. Aproveita a presença de D. Juan de Castela na Guarda para lhe pedir ajuda “... e instando-o que pozesse pressa na sua vinda, pois se tinha por muito deshonorada do Mestre de Aviz, e dos moradores de Lisboa, que entendia lhe não querião obedecer, nem ter por Senhora a Rainha D. Brites sua mu lher, etc.”

⁹⁷ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, *História de Espanha, XIV, Las Crises de la Reconquista (1350-1410)*. Madrid; Espasa - Calpe, 1987, Tomo XIX, p. 248.”...acostumbrado refugio de reinas iudas, rebeldes o levianas...”

⁹⁸ No cerco a Lisboa, o rei de Castela perdeu muitos homens importantes da sua corte.

⁹⁹ Pero Fernandez Vellasco morreu em Lisboa, aquando do cerco à cidade. Com ele morreram, entre outros Pero Fernandes Cabeça de Vaca e Pedro Rodrigues de Sandoval.

¹⁰⁰ Cortes de Coimbra, 6 de abril de 1385. João das Regras, orador oficial das Cortes, legitima as pretensões de D. João, aclamado rei a 6 de abril, ao excluir e apresentar motivos óbvios respeitantes aos outros herdeiros, considerados por ele ilegítimos. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1973, 1º volume pp.395-419; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Oitava Parte, Livro XXIII, cap. XXIX, pp.645-661. Sobre as cortes de Coimbra, cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*, pp. 59-68; CAETANO, Marcello, *Crise Nacional de 1383-1385*, Lisboa, Verbo, 1985; Cf. SOUSA, Armindo de, “O discurso político dos concelhos na Cortes de 1385” in Revista da Faculdade de Letras, História, Vol. II, Porto, Universidade de Porto, 1985, pp. 9 - 44.

os direitos por não ter cumprido os tratados a fim de evitar a guerra entre os dois reinos¹⁰¹. Sem efeito. Castela prepara-se para a guerra. O da Boa Memória intensifica os laços de amizade com Inglaterra pois que, embora derrotado na Batalha de Aljubarrota¹⁰², D. Juan de Castela, não se dá por vencido. Em vez disso manda os seus embaixadores a França pedindo ajuda a qual lhe é concedida¹⁰³, pelo rei de França. D. João I envia a Inglaterra, **Lourenço Martins e Thomaz Daniel**, emissários cuja função era dar a conhecer a Inglaterra informações favoráveis a respeito do infante D. João¹⁰⁴. De seguida enviará **D. Fernando Afonso de Albuquerque, Mestre da Ordem Militar de Santiago**, nomeado seu embaixador com plenos poderes obtidos por procuração. A acompanhá-lo como seu adjunto irá **Lourenço Annes Fogaça**, que foi procurador de D. Fernando. Partindo do Tejo, em fevereiro de 1384, são recebidos por Ricardo II, sobrinho do Duque de Lencastre. Esperarão a chegada deste para resolver as questões das quais foram incumbidos¹⁰⁵.

Por seu lado o Duque de Lencastre invade a Galiza de Juan Gutiérrez, arcebispo e diplomata, contra os esforços de contra ataque de Pedro Tenório. Tenta os esforços diplomáticos e mantém-se no reino da Galiza, com corte em Orense. D. Juan I envia uma embaixada constituída pelo cavaleiro **Diogo Lopez de Medrano**, **D. Juan Serrano**, bispo de Guadalupe e **Álvaro Martinez de Virarreal**, doutor em Leis. As negociações entre o duque e o Rei de Castela prolongar – se – ão do mesmo modo que

¹⁰¹ Provavelmente o objetivo deste enviado era tentar perceber a grandeza e poder do exercito castelhano mas também lembrar ao rei que os dois anos de invasões consecutivas foram suficientes. D. João havia anteriormente rejeitado a proposta oferecida pelo rei de Navarra, na guerra contra Castela. SOUSA, Manuel Francisco de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarchia portugueza*, até aos nossos dias. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp. 264-265.

¹⁰² LOPES DE AYALA, Pedro, 1385, pp.15-20; MENENDEZ PIDAL, Ramón, *Historia de Espanha, XIV, La Crisis de la Reconquista (1380-1410)*, cap. VI, p.258, ESPASA-CALPE, Madrid. D. João de Castela vendo a batalha perdida, foge a caminho de Santarém. No seu encalce vai Vasco Martinz de Mello com a ideia de o fazer prender.

¹⁰³ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2ª ed., Revista, 2004; Visconde DE SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas (...)*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p.266

¹⁰⁴ Foi importante o trabalho e a dedicação dos emissários e arautos do Regente tanto dentro como fora de Portugal como forma de dar a conhecer o futuro rei D. João I. Não se conhece nenhum acontecimento desta envergadura em que as relações (Públicas) tenham surtido tanto efeito. Desde as cortes de Leiria até às cortes de Coimbra, o reino de Portugal viveu e serviu-se duma campanha extremamente eficaz, a favor de D. João, o da Boa Memória.

¹⁰⁵ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, cap. XIV, p. 517-519; MENENDEZ PIDAL, Ramón, *Historia de Espanha, XIV, La Crisis de la Reconquista (1380-1410)*. Madrid; ESPASA-CALPE, 1987, Tomo XIV, cap. VI, p.253. As respostas do Duque foram animadoras oferecendo o seu apoio incondicional ao rei de Portugal. A partir deste momento intensificam-se as missões diplomáticas entre os dois países;

com o rei de Portugal¹⁰⁶. O assunto envolve o enlace matrimonial das duas filhas do Duque de Lencastre: Filipa e Catalina¹⁰⁷. Entretanto, durante o mês de julho de 1386 desloca-se acompanhado pela família a Galiza onde o vão encontrar os enviados de D. João I, **Vasco Martins e Lourenço Annes Fogaça**. No dia primeiro de novembro de 1386, o monarca português encontra-se com o duque em Ponte de Mouro. Celebra-se o Tratado de Aliança entre os dois reinos bem como a promessa de casamento entre o D. João e a infanta Filipa de Lencastre¹⁰⁸.

Em novembro de 1386, o Duque de Lencastre, estava em Celanova, exercendo as funções como pretense rei de Castela e recebe uma embaixada de D. João I constituída pelo **Arcebispo de Braga, Vasco Martins de Mello, o Velho, e João Rodrigues de Sá**. Pretendia-se a ratificação do tratado de aliança e casamento pela Duquesa de Lencastre, Dona Constança, agora Rainha de Castela celebrado no início do mesmo mês em Ponte de Mouro entre o Duque e o monarca português¹⁰⁹.

Já em 1387, D. João I envia ao Duque de Lencastre **Gil Docem** para se certificar sobre o embargo das Bulas na Curia por um “certo inglez”. Fosse ou não fosse “jogo” político entre os reinos e a Igreja, uma vez que o Cisma da Igreja persistia¹¹⁰, o duque de Lencastre informa pelo mesmo Doutor Gil Docem que não houve qualquer “pedido de embargo por seu mandado e que agora tenciona mandar à Curia o Mestre Guilherme, seu Chancellor da Puridade, para que em seu nome informe o Papa, que desembaraçasse

¹⁰⁶ MENENDEZ PIDAL, Ramón, *Historia de Espanha, XIV, La Crisis de la Reconquista (1380-1410)*. Madrid; ESPASA-CALPE, 1987, Tomo XIV, cap. VI, p.267- 274. O ataque a Castela situa-se no contexto da Guerra dos Cem Anos. As pretensões do Duque de Lencastre à coroa de Castela, embora justificados, não eram aceites. A dinastia dos Trastâmara, apesar das derrotas com Portugal, continuava forte, com a maior parte da alta nobreza do seu lado. Assim sendo, durante o período desestabilizador para a política de Castela, os ingleses não passaram de falsos pretendentes. Mesmo assim, os embaixadores enviados por D. Juan I, foram cautelosos e negociaram o casamento de Henrique de Castela com Catalina de Lencastre, que se celebrará em Palência em setembro de 1388.

¹⁰⁷ As duas irmãs viriam a casar com os reis de Portugal, D. João I e o futuro rei de Castela Henrique III. Filipa e Catalina terão um papel fundamental na política diplomática entre Portugal e Castela.

¹⁰⁸ SOUSA, Manuel Francisco de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris; em casa de J.P. Aillaud, 1842 - 1853, p.267

¹⁰⁹ IDEM, p.270

¹¹⁰ LOPES, Fernão, *Cronica del Rei D. João I, Boa Memória e dos reis de Portugal, o duodécimo, da Segunda Parte*, copiada fielmente dos melhores manuscritos por WILLIAM J. ENTWISTLE. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1968, cap. CXXIII, pp.251-252. Só depois da morte do Papa Urbano IV, é que as pretensões do monarca português seriam realizadas através da Bula Disponente Clemencia por Bonifácio IX.

quanto antes aqueles negócios, etc”.¹¹¹. D. João I viria a casar mas sem a licença da Santa Sé.¹¹²

No dia 2 de fevereiro de 1387, D. João recebe no Porto D. Filipa, filha do Duque de Lencastre e de D. Branca. Ainda como pretense rei ao trono de Castela o duque e sua mulher fazem em Babe, termo de Bragança¹¹³ uma doação ao monarca português, na qual lhe cedem todos os direitos que poderiam ter no Reino de Portugal. A 20 de julho de 1388 D. Juan de Castela envia em seu nome, **Pero Lopes de Ayala, Don Pedro Fernandez de Frias, bispo de Osma e frey Fernando de Ilhescas** assinar um tratado de paz em Bayona com Inglaterra¹¹⁴.

Com o intuito de estabelecer a paz com Inglaterra, D. Juan I envia a Portugal no dia 1 de fevereiro de 1389, **Frey Fernando de Ilhescas, Pedro Sanches, e Antão Sanches**¹¹⁵ com o objetivo de obter do monarca português uma suspensão de armas que culminará num acordo de tréguas por seis meses cedido por D. João I de Portugal. Em Leulingham a 8 de junho de 1389, é celebrado um tratado de tréguas entre D. Juan I, Rei

¹¹¹ SOUSA, Manuel Francisco de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas entre Portugal e as outras potências do mundo desde o principio da monarquia até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, p.271

¹¹² A 27 de janeiro de 1391, o Papa Bonifácio IX pela “Bula disponente clemencia”, revalida o matrimónio e absolve o rei de qualquer culpa ou excomunhão. Este havia casado com Dona Filipa a 14 de Fevereiro de 1387, no Porto com a permissão do Duque de Lencastre, seu pai, e segundo o cronista o papa Urbano já havia “despensado connosco que podessemos casar” mas restava a dúvida devido “...por tirar de suspeita, o que alguus jnorantes fallavom”. O papa Urbano havia morrido sucedendo-lhe Bonifácio IX. Este recebe uma embaixada enviada por D. João em julho de 1390, a fim de legitimar o seu matrimónio com a Santa Sé como era costume. Fernão LOPEZ, *Crónica del Rei Dom Joham*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1968, cap. XCV, pp 208 e 253-263. LINEHAN, Peter, *PORTUGALAE PONTIFICEA, Materyals for the History of Portugal and the Papacy*. Lisboa; Fundação Kalouste Gulbenkian, 2013, pp. 770-773. Depois de várias “leteras” publicadas, o casamento de D. João I e de Filipa de Lencastre é reconhecido pela Santa Sé

¹¹³ Tratado de Babe de 26 de março de 1387. Doação feita a D. João I de Portugal pelos autodenominados Reis de Castela de todo o direito que lhe pertencesse em Portugal. A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, GAV XVII- Maços 3-9, 4186, pp. 161-165. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa. 1968; Visconde DE SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, pp.271-272; Archivo Real da Torre do Tombo. Liv. 4, dos Direitos Reaes, pag. 103, gav. 17, maço 6 / 7 e gav. 18, maço 3.

¹¹⁴ MENENDEZ PIDAL, Ramon, *Historia de Espanha*, XIV, La Crisis de la Reconquista (1380-1410). Madrid; ESPASA-CALPE, 1987, Tomo XIV, p.280; Fernão LOPES, *Cronica del Rei D. João I, Boa Memória e dos reis de Portugal, o duodécimo*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1968, Segunda Parte, cap. CXXI, pp.248-249. LOPES DE AYÁLA, Pedro, *Crónicas de los reyes de Castilla Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I, Don Henrique III*, Tomo II, en la empresa de Dom António de Sancha, 1780, Madrid, pp. 271-275

O Tratado de Bayona finalizado e ratificado em 1388 punha fim ao conflito sucessório castelhano provocado pela deposição de Pedro I de Castela e Henrique II. Este tratado estipulava ainda o matrimónio de Henrique, filho de D. Juan I e Catalina filha do Duque de Lencastre e irmã de Filipa de Lencastre..

¹¹⁵ SOUSA, Manuel Franciscode, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das Relações Diplomáticas de Portugal com as outras potencias do mundo, desde o principio da Monarquia Portugueza até aos nossos dias*. Paris; em casa de J.P.Aillaud. 1842- 1853, Tomo I, p. 274.

de Castela, e Carlos VI, Rei de França, de uma parte, e Ricardo II, Rei de Inglaterra, da outra. Castela é representada pelos embaixadores **Álvar Martínez de Vilarreal e Pero Lopez**. Embora Portugal estivesse ausente é-lhe reconhecido o direito como aliado de Inglaterra¹¹⁶. Subentende-se que, a partir deste momento todos os assuntos relacionados com as transações feitas entre Portugal e o Duque de Lencastre, como Rei de Castela, seriam ressalvados neste tratado. Todavia isso não virá a acontecer. Castela está sem dinheiro e não poderia abdicar do espaço compreendido no tratado de Babe.

Com o tratado de paz de Bayona entre D. Juan I e o Duque de Lencastre a 20 de julho, as lutas terrestres estariam prestes a terminar. O duque regressa a Inglaterra. Da parte de Portugal haverá algumas escaramuças de fronteira com perdas de praças de ambos as partes. A doação prevista no tratado de Babe não viria a realizar-se. Quatro anos de guerras consecutivas haviam desgastado o poder e o tesouro peninsular, pelo que era necessário seguir por outros caminhos. Com as negociações de tréguas em Leulingham, em 1389, as rotas mercantis proliferavam pelos diversos portos da Europa. O da Boa Memória parecia estar interessado em caminhar para outros destinos, e aceita as tréguas. Incube a **Álvaro Gonçalves Camelo** e a **Lourenço Anes Fogaça** para, em seu nome, fazerem negociações diretas. A 29 de novembro de 1389, em Monção, redigiu-se o acordo que foi incorporado no tratado de Leulingham¹¹⁷. O texto foi confirmado a 22 de dezembro do mesmo ano. A suspensão das hostilidades entra em vigor a 23 de janeiro de 1390. Os embaixadores castelhanos **Frey Fernando de Illescas e Pedro Sánchez del Castilho** mostram-se relutantes em dirigirem-se a D. João como monarca português¹¹⁸ porquanto contestavam o seu título de rei. D. Juan de Castela morre em outubro de 1390, dando início aos problemas da sucessão. O infante D. Henrique era ainda muito novo e Dona Beatriz, embora rainha de Castela nunca seria

¹¹⁶ SYLVA, Joseph Soares da, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I (...)*. Lisboa; Officina de José António da Sylva, Tomo II, Cap. CLXXXVII, p. 932; Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das Relações Diplomáticas (...)*. Paris; em casa de J.P.Aillaud. 1842- 1853, Tomo I, p. 272. Em Setembro de 1387 o Duque de Lencastre assina um tratado com D. Juan de Castela, renunciando às pretensões do trono de Castela que por direito era de sua mulher. E será Dona Constança que, em resultado do Tratado de Bayona apelará aos estados peninsulares e a Inglaterra um acordo geral de paz.

¹¹⁷ LOPES, Fernão, *Cronica del Rei D. João I, Boa Memória e dos reis de Portugal, o duodécimo*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1968, cap. CXLI, pp.289-290.

¹¹⁸ MENENDEZ PIDAL, Ramon, *História de Espanha. La Crisis de la Reconquista (1380-1410)*. Madrid; ESPASA-CALPE, 1987, Tomo XIV, cap. VII, p. 282. O tratado de Leulingham deu origem á criação de um tribunal, no qual as partes poderiam reclamar dos seus direitos. Os presidentes deste tribunal foram o Mestre de Santiago e o Prior do Hospital.

aceite como regente¹¹⁹. A sucessão colocava-se entre o príncipe herdeiro¹²⁰ e Don Fradique. A 28 de fevereiro de 1393, o bispo do Porto escreve a D. João I a respeito das tréguas com Castela¹²¹, lembrando a necessidade de alterar as condições das mesmas, uma vez que os prisioneiros nobres estavam sujeitos a maus tratamentos. Provavelmente para prevenir que os mesmos acontecimentos se repetissem no futuro foi enviada em fevereiro de 1393 a Portugal uma embaixada constituída pelos tutores do rei Henrique III, **Pedro López de Ayala, Juan Serrano, bispo de Segovia¹²² e Antón Sanchez**. D. João incube **Álvaro Gonçalves Camelo, prior da ordem do Hospital e o Dr. João das Regras** a resolução desta tarefa¹²³. A provável manobra do arcebispo de Santiago, João Garcia Manrique, que era um dos tutores de Henrique III, terá sido a de confirmar quais os interesses de Portugal na disputa da corte de Castela entre Don Fradique, duque de Benavente e o príncipe D. Henrique, bem como a posição do monarca português no que concerne ao tratado de tréguas anterior¹²⁴. De qualquer forma o acordo foi feito a 15 de

¹¹⁹ Dona Beatriz não havia criado grandes expectativas como rainha de Castela. Os grandes deste reino jamais a considerariam regente do infante até porque nem seu filho era. Não tivera filhos do monarca, embora tenha havido rumores da existência de um filho, morto em tenra idade. Além disso a corte de Castela frequentada pelos grandes do reino, continuava a ser muito fechada para as consortes “estrangeiras”. No entanto D. Beatriz continuava a ser a única herdeira da coroa portuguesa e D. Henrique III, segundo o testamento de D. Juan I, poderia ser o seu herdeiro à mesma coroa. Felizmente, o da Boa Memória soube acautelar-se quanto ao futuro do reino de Portugal. A escolha dos tutores exigiu grandes negociações dentro da corte castelhana. Pedro Tenório e Pedro López de Ayala e Álvaro de Luna, foram as personalidades mais intensas na discussão da sucessão. MENENDEZ PIDAL, Ramon, *História de Espanha. Las Crises de la Monarquía*. Madrid; ESPASA -CALPE, 1987, Tomo XIV, cap. VII, pp.309-310.

¹²⁰ Ou seja; os procuradores responsáveis pelo infante eram; Don Pedro Tenório, Bispo de Tolledo, Don Joham Garcia Manrique, arcebispo de Santiago, Gonçalo Nunez de Guzmão, Mestre da Ordem de Calatrava e Joham Furtado de Mendonça, seu mordomo - mor; LOPES, Fernão, *Cronica del Rei D. João I, Boa Memória e dos reis de Portugal, o duodécimo*. LOPES, Fernão, *Crónica del Rei Don João (...)*. Lisboa; Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1968, Segunda parte, cap. CL, p. 312

¹²¹ A.N. T.T., *As Gavetas da Torre do Tombo II*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, GAV. III-XII pp.762-764, 2391. XII, 8-32, Lisboa. 1962. Lembrando os tratamentos a que estavam sujeitos os nobres que por lá andavam daí a necessidade de alterar as condições das tréguas “...*en caso que ao conde parecesse que era bem firmarse a paz posto que eles ficasem em Castella que eu nom outorgasse em elloe que disese que o queria ante fazer saber a vos e buscasse maneira como se alongass a tregoa...*”

¹²² Fernão Lopes chama-lhe Dom Joham, bispo de Çigoença. LOPES, Fernão, *Crónica del Rei D. João*, cap.CXLIX, p. 312; MENENDEZ PIDAL, Ramon, *História de Espanha. La Crisis de la Reconquista (1380-1410)*. Madrid; ESPASA-CALPE, 1987, Tomo XIV, p. 320. Este autor chama-lhe Don Juan Serrano, de Segóvia. Trata-se da mesma personagem.

¹²³ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (1431 – 1475), Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Ed. Colibri, 2009, pp. 15-16

¹²⁴ D. João I, ao contrário de que os seus conselheiros lhe aconselham, havia tomado a decisão de que cumpriria com o príncipe herdeiro o que havia sido tratado com o pai. Em Junho de 1389 o Acordo de Tréguas celebrado em Denlingham entre D. Juan I de Castela e Carlos VI de França por um lado e Ricardo II de Inglaterra e Portugal como seu aliado, por outro. Estas tréguas estender-se-iam até agosto de 1392 será cumprido pela regência do infante D. Henrique após a morte do pai. Don Fradique era seu tio e irmão bastardo de Juan I.

LOPES, Fernão, *Crónica del Rei Don João (...)*. Lisboa; Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1968, Segunda parte, cap. CLI, pp. 313-319

maio de 1393, em Lisboa, no período da regência de Castela¹²⁵. As tréguas foram repostas por 15 anos. As condições dos prisioneiros foram revistas bem como a entrega das praças do Sabugal e Miranda a Portugal. No entanto, Castela falhou na questão dos prisioneiros sendo que O da Boa Memória envia **D. João de Alpoim** com os requerimentos sobre essa questão. Em resposta, Castela manda **Antam Sanchez e Pero Martinz** a Portugal. Em Moncorvo, local onde o rei se encontrava, são discutidas as condições dos prisioneiros entre outros assuntos¹²⁶.

O da Boa Memória pressiona Castela para que respeite o acordo de Lisboa. Em assunto, está o problema dos prisioneiros. Não obtendo resposta, toma Badalhouce como penhora¹²⁷ e mais tarde Tuy “*e o tomou por preytesya*”¹²⁸ pelo não cumprimento das cláusulas do acordo de tréguas. Afinal de contas, isso já acontecera antes. As preocupações do monarca português serão explicadas à embaixada constituída por **Garcia Gonçalvez, Pero Sanchez e Antam Sanchez**, que virá de Castela com o objetivo de exigir do monarca português a entrega da cidade e do castelo de Albuquerque. A resposta do monarca é que entregará a cidade quando (*...por penhora das ditas diuydas, e que semdo elle satisfeyto do que lhe era deuydo, que prestes era de lha entregar... per os quaees lhe mandou dizer que lhe prazia satisfazer no que devia e mandar soltar os pryssoneyros e que lhe entregasse sua çidade. E el- Rey disse que era contente*)¹²⁹.

Mais uma vez D. João I envia **Afonso Vasquez** dar conhecimento a Castela que a tomada de Badajoz não tem carácter definitivo mas apenas pelo tempo necessário ao cumprimento do tratado de 1393¹³⁰. Castela exige a devolução da praça a D. João I

¹²⁵ Período da regência. Henrique III tinha 9 anos quando seu pai morreu. A coroa de Castela ficou sob a regência de Catalina e corregência de D. Fernando, irmão do rei D. Juan I e futuro rei de Aragão e dos procuradores acima descritos.

¹²⁶ LOPES, Fernão, *Crónica delRei Don. João (...)*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1968, Segunda parte, cap. CLI, pp. 313-319 “... que por bem e aazo de se goardar a tregoa que era coussa que el- Rey desejava, não possera mão em fazer coussa alguma, posto que o fazer podesse nam semdo a tregoa por em quebrantada, segundo os tautos lhe dariam logar...”; MÉNENDEZ PIDAL, Ramón, *Historia de Espanha, XIV, La Crisis de la Reconquista (1380-1410)*. Madrid; ESPASA-CALPE, 1987, Tomo XIV, cap. VII, pp. 320-321

¹²⁷ A questão aqui prendesse com o facto de D. João I não confiar em Castela para respeitar o acordo de Lisboa. Não pretende anexar a cidade a Portugal, apenas tomá-la até que o acordo seja cumprido.

¹²⁸ LOPES, Fernão, *Cronica del Rei D. João I, da Boa Memória e dos reis de Portugal, o duodécimo*. Lisboa; IN - CM, 1968, Segunda Parte, cap. CXL, pp. 287-288, “ e o tomou por preytesya”

¹²⁹IDEM, cap. CLIX, pp.334-335

¹³⁰ SOUSA, Manuel Francisco Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das Relações políticas e diplomáticas de Portugal com as outras potencias desde o principio do mundo até aos nossos dias*. Pariz; em Casa de J.P. Aillaud. 1842- 1853, Tomo I, p. 278. Não esqueçamos que durante este período e após a morte de D. Juan I, o interesse de D. João I era conseguir a paz com Castela através da assinatura de tratados de paz que lhe permitissem governar isto porque ainda se colocava as pretensões,

através dos seus emissários D. **Garcia Gonçalves e Anton Sanchez**¹³¹. Entre tréguas e guerrilhas e o não cumprimento dos acordos, Portugal e Castela discutem a questão de Badajoz, numa conferência realizada em Évora em 1396.

Castela continua a não cumprir os acordos. O monarca português toma Tui. Em dezembro de 1398, Castela envia **Ambrósio de Marines** para propor novas tréguas e novos acordos¹³². D. João I recebe-o no Porto. Exige que Castela envie consigo o **Mestre de Santiago, Rui Lopes Dávalos**, para que com os seus procuradores nomeados, o **Condestável Nuno Alvares Pereira, D. Rui Lourenço, Bispo de Coimbra e Álvaro Pires**, negociem um tratado de paz¹³³. As conferências começam a 9 de fevereiro de 1399 e estendem-se por várias semanas. As disputas e exigências entre castelhanos e portugueses não preconizavam qualquer acordo pelo que esta embaixada não teve qualquer êxito. Entendia-se que o governo da regência de Henrique III dificultava a resolução do acordo. As tréguas serão retomadas até ao Verão de 1399. Entretanto o saque continua e Dávalos apodera-se de Penamacor¹³⁴. Diego Lopez Stuniga e Diego Hurtado tomam Miranda¹³⁵. As tréguas ficam num impasse. As negociações de paz voltarão por desejo do monarca português, reunindo os embaixadores entre Olivença e Villanueva de Barcarrota¹³⁶. Os intervenientes desta embaixada são D. **João, bispo de Coimbra, e Gonçalo Vasquez de Melo**¹³⁷ que representam D. João I. Em nome de Henrique III estão o **mariscal Diego Fernández e o Bispo de Palência**¹³⁸. Desta conferência resulta uma trégua de 4 meses entre dezembro de 1399 a março de 1400. As dificuldades com que se debateram os embaixadores de parte a parte, entre as desconfianças do rei de Castela, a quem mais

caso as tivesse, de D. Beatiz como herdeira legítima de Portugal e salvaguardar a mesma coroa para Henrique III. Para além disso havia ainda o infante D. Dinis, segundo na sucessão ao trono de Portugal.

¹³¹ IDEM p. 279

¹³² LOPES, Fernão, *Cronica del Rei D. João I, Boa Memória e dos reis de Portugal*, o duodécimo, da Segunda Parte, copiada fielmente dos melhores manuscritos por WILLIAM J. ENTWISTLE. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1968, cap. CLXXVII, pp. 281-282

¹³³ IDEM, cap. CLXXVIII, pp.384-386; MÉNENDEZ PIDAL, Ramón, *História de Espanha. Las Crises de la Reconquista, 1350-1410*. Madrid; Espasa- Calpe, S.A, 198, Tomo XIV, cap. VII, pp. 356-358. Esteve presente ainda o procurador castelhano Pedro Sanchez. SOUSA, Manuel Francisco de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações diplomáticas entre Portugal com as outras potencias do mundo desde o principio da monarquia até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 282

¹³⁴ *IBIDEM*. Peña Maçor

¹³⁵ O Mestre de Santiago e o “Mariscal” Diego Fernandez, em setembro tomaram Noudar.

¹³⁶ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média, (1431-1475). Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Ed. Colibri, 2009, pp.21-23

¹³⁷ Gonçalo Vasques de Melo

¹³⁸ MÉNENDEZ PIDAL, Ramón, *História de Espanha, XIV. Las Crises de la Reconquista, 1350-1410*. Madrid; Espasa- Calpe, S.A, 1981, Tomo XIV, cap. VII, pp. 356-357

interessavam as tréguas¹³⁹, e o discernimento do rei de Portugal, que desejava uma paz definitiva, obrigaram a prorrogação das mesmas, e evitaram as hostilidades.

Consequentemente, a 1 de junho de 1402, chega a Segóvia uma embaixada portuguesa munida de plenos poderes para iniciar novas negociações com vista à realização de um tratado de paz definitivo entre os dois reinos. São embaixadores **D. João, bispo de Coimbra, agora arcebispo de Lisboa, João Vasquez de Almada e Martim Docem**¹⁴⁰. A 15 de agosto aceitando em parte as condições exigidas por Castela, é assinado novo tratado no qual estão previstas novas tréguas. A primeira com término em março de 1403, e a outra prolongar-se-ia até março de 1413. O tratado de Segóvia salvaguarda a questão dos exilados portugueses, a liberdade comercial e a restituição de praças de um e outro lado¹⁴¹. Pede-se a confirmação do tratado em setembro de 1402 estando presentes os embaixadores castelhanos **Pedro Frias, cardeal e Bispo de Osma, Ruy Lopez Dávalos e Pedro Yañez, doutor em direito**. O tratado é confirmado a 6 de outubro pelo rei de Castela, Henrique III¹⁴², e a 18 de novembro por D. João I de Portugal. Com a confirmação das pazes para os próximos anos, o monarca português irá expandir contratos comerciais e de amizade com outros reinos da Europa. Henrique III morre em dezembro de 1406, deixando o príncipe herdeiro, futuro Juan II com pouco mais de um ano de idade.

Apesar das tréguas estarem confirmadas até 1413, agora com a morte de Henrique III, era conveniente para o rei de Portugal saber se haveria algum volte-face nas negociações anteriores. Em março de 1407 envia a Castela **D. João, arcebispo de Lisboa**¹⁴³, **Martim Affonso de Mello e Gil Martinz** para tratar da paz com a Rainha viúva Dona Catalina. Aqueles encontram-se com os seus homólogos castelhanos, **Pero Sanchez, Don Joham, Bispo de Singuença e Pedro Vyegas**. Por ordem da rainha

¹³⁹ Havia a questão de Dona Beatriz, agora viúva, e D. Dinis, dois focos de discórdia. O rei de Castela ao mantê-los, evitava pagar a D. Beatriz as compensações financeiras que lhe eram devidas. Quanto a D. Dinis tinha em si um aliado que, embora meio - irmão do rei português era seu rival.

¹⁴⁰ LOPES, Fernão, *Cronica del Rei D. João I, Boa Memória e dos reis de Portugal, o duodécimo*, copiada fielmente dos melhores manuscritos por WILLIAM J. ENTWISTLE. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1968, Segunda parte, cap. CLXXXV, pp. 398-400,

¹⁴¹ O tratado de Segóvia de 15 de Agosto 1402 tem a particularidade de olhar para o futuro. Sem indemnizações, nem culpas passadas. Aqui a política diplomática triunfa sobre tudo o resto. Daí as dificuldades que emergiram ao longo das conferências.

¹⁴² LOPES, Fernão, *Cronica del Rei D. João I, Boa Memória e dos reis de Portugal, o duodécimo*, copiada fielmente dos melhores manuscritos por WILLIAM J. ENTWISTLE. Lisboa; Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1968, Segunda parte, cap. CLXXXVIII, pp. 404-405. Catalina mulher de Henrique III parecia ter grande influência nas decisões dentro da corte castelhana. Era importante que as negociações de paz chegassem a bom termo. Na sua perspectiva, ambos os reinos ficariam a lucrar.

¹⁴³ Tinha sido Bispo de Coimbra subindo ao arcediogo de Lisboa

regente, encontram-se entre Sam Felizes¹⁴⁴ e Castelo Rodrigo¹⁴⁵. Em agosto do mesmo ano D. João I dá instruções aos seus embaixadores para a celebração de paz definitiva com Castela. Entretanto aqueles escrevem ao rei para que o prazo das negociações fosse protelado até agosto do próximo ano. A transição da regência de Castela, pressupunha que as condições ainda não estavam criadas para uma paz duradoura, tal como era desejo do monarca português. As negociações para terem êxito, terão que esperar até 1411.

2.1) A paz perpétua: embaixadas e embaixadores

Finalmente a 31 de outubro de 1411 é assinado o tratado de paz e Aliança perpétua em Ayllon¹⁴⁶, por Catalina e o Infante D. Fernando, irmão de Henrique III e tio de Juan, futuro rei, com inclusão de Inglaterra e França. Os embaixadores presentes foram **João Gomes da Silva, Martin Docém e Fernão Gonçalves Belagua (Beleago)**¹⁴⁷. Em resultado, Catalina pede ajuda a D. João I na guerra contra Granada, ajuda que, não sendo negada, dá ao rei português motivo para negociar as cláusulas do

¹⁴⁴ LOPES, Fernão, *Cronica del Rei D. João I, Boa Memória e dos reis de Portugal, o duodécimo*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1968, Primeira parte, cap. CLXXXIX, pp. 406-407.

¹⁴⁵ IDEM “... e porque des que as tregoa forão apregoadas ataa este tempo correrão quatro anos e mais, e, depois, tamanho espaço que havia jaa nove compridos quando a paz foi açertada...”

¹⁴⁶ Nas cortes de Valadollid foi pedido às cidades, que enviassem procuradores com poderes de paz e guerra. A 30 de maio de 1411, os Regentes de Castela enviaram uma carta dirigida à cidade de Burgos, ordenando-lhe que nomeassem *procuradores para o conselho ee outorga das coisas necessárias ao assunto do Tratado de Paz com Portugal pois, não se concordando as duas partes, pode reacender-se a guerra entre elas, por cujo motivo a rainha empreendera diligencias junto do monarca português, disposto em condescender em algumas das cláusulas que lhe foram formuladas, de sorte que ele mandara embaixadores seus, em diligencias em Castela há meses*”. *Monumenta Henricina*, vol. I, pp. 349-351.

¹⁴⁷ PERES, Damião, “*A crise da nacionalidade*”, in *História de Portugal*. Porto; Edição Monumental da Portucalense Editora, 1929, vol. II, p. 390. ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. Porto; Portucalense editora, 1968, tomo II, p. 21; LOPES, Fernão, *Cronica de D. João I*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1968, cap. CXCI, PP.416-422; SOUSA, Manuel Francisco de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar (...)*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 288. Este Tratado faz parte do resultado de Várias Conferencias feitas ao longo do ano de 1411. Representa ainda o fim das hostilidades e de guerra durante 27 anos, comprometendo ambas as partes.

contrato¹⁴⁸. Em 1414, Catalina envia a Portugal, que na altura se preparava para ir para Ceuta, o **Bispo de Mondonhede e Dias Sanches de Benevides**, para confirmar o tratado de Paz anterior¹⁴⁹. D. João jura o Tratado de Paz de 31 de outubro de 1411. Receosas pela paz entre Portugal e Castela, Aragão e Granada trocam embaixadas com D. João I, a fim manterem as “boas relações”, evitando a guerra¹⁵⁰.

Prudente, o da Boa Memória em 1418, volta a enviar a Castela **João Gomes da Silva, Martim Docem e Fernão Gonçalves Beliagoa** para pedir a ratificação do Tratado de 1411. No entanto o tratado não é ratificado com o pretexto de que D. Juan II de Castela ainda não completara os 14 anos de idade¹⁵¹. De novo em 1419, envia os mesmos embaixadores, para tratar o mesmo assunto. A resposta é negativa, alegando razões particulares, sendo o próprio rei a mandar a resposta¹⁵².

Nova tentativa do rei português em 1422 pedindo a ratificação e juramento das pazes, pelos embaixadores enviados, **Affonso Garcia, Deão de Santiago e João Affonso de Çamora**¹⁵³. Mais tarde o rei concorda, respondendo aos novos enviados de Portugal, D. **Fernando de Castro e o Doutor Fernando Affonso da Silveira**¹⁵⁴ que o tratado será ratificado e jurado. A 30 de abril de 1423, D. Juan de Castela, numa carta passada em Ávila, confirma o tratado de 1411 celebrado por sua mãe¹⁵⁵ e seu tio Don Fernando¹⁵⁶. Envia para Portugal os embaixadores para que publicassem as pazes tal como se fizera em Castela.

¹⁴⁸ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, gav. 18, pp.608-636, maço 11- 4; LOPES, Fernão, *Cronica do Rei D. João I, Boa Memória e dos reis de Portugal, o duodécimo*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda,1968, Primeira parte, cap. CLXXXVIII, pp. 404-405. Acordo confirmado pelo rei D. Juan II a 30 de abril de 1423.

¹⁴⁹ SOUSA, Manuel Francisco de,Visconde DE SANTARÉM, *Quadro Elementar das relações diplomáticas de Portugal com as outras potências do mundo desde o princípio da monarquia até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp. 292-293

¹⁵⁰ IDEM, p. 294

¹⁵¹ IBIDEM, p. 296

¹⁵² IDEM, *ibidem*, p 297

¹⁵³ *Ibidem, idem*, p. 298

¹⁵⁴ LEÃO,Duarte Nunes de,. *Cronicas Del Rey Dõ Ioam de gloriosa memoria o I. deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso o V.* Lisboa; por Antonio Alvarez, impressor Del Rey N. Senhor, 1643, pp.380-381

¹⁵⁵ A rainha Catalina morre em 1419.

¹⁵⁶ SOUSA, Manuel Francisco de,Visconde DE SANTARÉM, *Quadro Elementar das relações diplomáticas de Portugal com as outras potencias do mundo desde o principio da monarquia até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 298; A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX, Gaveta XVIII, 11-4, pp. 608-636. O Tratado celebrado entre os dois reinos durante a regência de Catalina em 1411, em Ayllón. Henrique III morreu em 1406, tendo o príncipe herdeiro um ano de idade. A Rainha Catalina fica como regente e o seu tio D. Fernando, coregente. Este em 1410 candidatou-se ao trono de Aragão, fazendo-se proclamar rei a 11 de fevereiro de 1414.Todavia, não abandonou a corregência do reino de Castela. Catalina morrerá em 1418 e o príncipe ficará ainda sob a tutela dos primos aragoneses. No entanto, a insistência do monarca português leva a que o príncipe comece a rever o processo da ratificação das tréguas assinadas em 1411.

O da Boa Memória podia respirar finalmente. A confirmação do tratado encerrava o ciclo de guerras com Castela, pelo menos durante dez anos, ou seja, até 1434¹⁵⁷, período exigido pelo monarca português.

Numa carta datada de 4 de setembro de 1423 D. João I escreve a Juan II, ordenando que as pazes acordadas entre os dois reinos fossem respeitadas até março de 1434¹⁵⁸. Em 1424, dando seguimento ao tratado o rei castelhano pede ao Papa através do seu enviado Juan de Olmedo para que aquele nomeasse um Bispo para servir de mediano entre os reinos. Martinho V nomeia **D. Juan Contreras**¹⁵⁹, arcebispo de Toledo. Em 1428, o da Boa Memória negocia o casamento do príncipe herdeiro com a infanta de Aragão D. Leonor. Para esse fim envia a Afonso V de Aragão, irmão da infanta, o seu embaixador **D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa**¹⁶⁰. Assinado o contrato de casamento em Olhos Negros, a 16 de fevereiro de 1428, fazem-se os preparativos da viagem da infanta para Portugal. Esta viagem deu ensejo a grandes festas nos reinos peninsulares pelos quais a infanta passava¹⁶¹. Em agosto do mesmo ano, Afonso V envia a Portugal o Doutor **Micer Pere Ram** para reformar os capítulos do contrato.

Ainda dentro do ano de 1428 chega a Portugal a infanta dona Leonor para casar com D. Duarte, futuro rei de Portugal. Entre reinos e festas a infanta atravessa Castela onde permanece algum tempo. Entende-se que no meio de toda esta harmonia era interesse de todos os intervenientes terem boas relações com Portugal. O próprio rei de Castela demonstra o seu agrado oferecendo uma comitiva para a acompanhar a Portugal, oferecendo presentes em ouro e tecidos à futura consorte de D. Duarte¹⁶². Quer fosse pela distância quer fossem outros os motivos, (parecia não existir entre os dois reinos o espírito de concorrência), Portugal sempre manteve melhores relações com

¹⁵⁷ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média, Edições Colibri, (1431-1475). Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Ed. Colibri, 2009, pp. 35-42

¹⁵⁸ IDEM, p.43; Monumenta Henricina, vol. III, pp. 72-73

¹⁵⁹ Anteriormente o infante D. Henrique havia tentado junto de Juan II, a investidura das ilhas Canárias (Tangitana), o que não conseguiu. Daí Portugal ter ocorrido à Santa Sé.

¹⁶⁰ SOUSA, Manuel Francisco de, Visconde DE SANTARÉM. *Quadro elementar das relações diplomáticas de Portugal com as outras potências do mundo desde o princípio da monarquia até aos nossos dias*. Paris, em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 298.

¹⁶¹ LEÃO, Duarte Nunes de, *Crónicas Del Rey Dõ Ioam de gloriosa memoria o I. deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso o V.* Lisboa; por Antonio Alvarez, impressor Del Rey N. Senhor, 1643, cap. C, pp. 325-326. Período de paz entre os reinos da Península Ibérica. Sobre este assunto falaremos mais adiante na vida e obra dos embaixadores.

¹⁶² CARRILHO DE HUENTE, Pedro, *Crónica del Halconero de D. Juan II (hasta hora inédita)*, p.29. passagem da infanta por terras de Castela teve o propósito de uma breve reconciliação entre Aragão e Castela.

Disponível

em;

<https://books.google.pt/books?id=MA9UAAAACAAJ&pg=PA398&lpg=PA398&dq=CARRILHO+DE+HUENTE,+Cr%C3%B3nica+del+Halconero+de+D.+Juan>

Aragão do que com Castela. De qualquer forma a caráter íntegro do rei de Portugal, fazia com que os acordos fossem cumpridos. Em 1431 D. João I volta a enviar a Castela **Pedro Gonçalves de Malafaia**, para lembrar a Juan II o tratado de pazes perpétuas¹⁶³. Não se mostrando disponível de momento, será preciso esperar até 30 de outubro do mesmo ano a assinatura do tratado, outorgando e ratificando em Medina del Campo, as pazes perpétuas. A 22 de novembro o tratado é jurado e aprovado pelo futuro Henrique IV. É enviado a Portugal o embaixador **Diogo Gonçalves de Toledo** para que D. João I ratifique o tratado de 30 de outubro. Em Almeirim, a 17 de janeiro de 1432 entre D. João I e o embaixador castelhano¹⁶⁴.

Em 1430 novas disputas surgem entre Castela e Aragão. Os infantes de Aragão pedem auxílio ao rei de Portugal, nesta guerra, ao que responde, “...*se redujo a una mera queja a la que pudo Castilla facilmente dar satisfacción*”¹⁶⁵. Nestas rivalidades Portugal manteve-se como árbitro. E porque entendia que a guerra entre os dois reinos também prejudicava Portugal, o da Boa Memória, secundado pelos filhos D. Duarte e D. Pedro enviam a Castela, **Álvaro Gonçalves de Ataíde e Nuno Martins da Silveira**. Explicando o motivo desta embaixada os emissários ofereciam-se para “*arranjar uma solução pacífica e ser nela intermediários* (Araújo, 2009, p.54)¹⁶⁶. Ainda em seguimento deste assunto **Álvaro Gonçalves de Ataíde** intercede junto de Juan II, para que libertasse a rainha D. Leonor mulher de Fernando de Antequera¹⁶⁷ do Mosteiro de Santa Clara de Tordesilhas onde havia sido aprisionada¹⁶⁸. Essa *solução pacífica*

¹⁶³ SOUSA, Manuel Francisco de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp. 314-315

¹⁶⁴ IDEM, p. 316.

¹⁶⁵ MÉNENDEZ PIDAL, Ramón, *História de Espanha*, Los trastamaras de sieclo XV, Madrid; Espasa-Calpe, S.A., 1981, Tomo XV, cap. IV pp. 116-117; SOUSA, M. F. Barros de, Visconde DE SANTARÉM. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp.309-310. Várias foram as diligências entre a corte portuguesa, Navarra, Aragão e Castela, para interpirem tréguas com fim a uma paz duradoira.

¹⁶⁶ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média (1431-1475)*. *Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Edições Colibri, 2009, p.54.

¹⁶⁷ Irmão de Henrique III, coregente na menoridade de Juan II, e depois rei de Aragão. Pai do futuro Afonso V de Aragão e marido de Leonor Urraca de Castela.

¹⁶⁸ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média (1431-1475)*. *Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Edições Colibri, 2009, p.57; SOUSA, M.F. Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das relações diplomáticas entre Portugal e as outras potências do mundo desde o princípio da monarquia até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 308. D. João I pede através dos seus embaixadores, ao rei de Castela que fosse magnânimo nas suas decisões, pois seria vantajoso e honraria os reinos peninsulares. A estratégia do monarca português seria que, havendo paz na Península, deixava-lhe espaço para se dedicar às navegações. Castela mostra a sua boa vontade ao monarca português ao enviar Pedro Lopes de Ayala e Diogo Gonçalves Franco, seus embaixadores, com as notícias de que irá dar andamento ao assunto colocado.

acontecerá quando o monarca português dá os primeiros passos. A 11 de agosto de 1432, em Torres Novas discute-se a concórdia e aliança feita entre D. João de Navarra e os infantes de Aragão, através do seu procurador Garcia Aznares, D. João I de Portugal e os infantes filhos deste monarca¹⁶⁹. E neste mesmo ano celebra-se a capitulação entre os dois reinos beligerantes graças às manobras do monarca português e à sabedoria dos seus embaixadores, entrando no jogo, a Ínclita Geração¹⁷⁰.

3º Capítulo: O Contexto Político Ibérico no Final do Século XV

3.1) As alianças: Reinado de D. Duarte, regência de D. Pedro. Embaixadas e embaixadores. Êxitos e fracassos da diplomacia

A situação em Portugal é de acalmia. D. João I, auxiliado pelos filhos tem os olhos postos nas conquistas do norte de Africa e na expansão do Atlântico. No que concerne à Península, a paz com Castela permite-lhe manter as boas relações com os outros reinos. A ação diplomática externa do nosso monarca, investe na mediação de paz entre Castela, Aragão, Navarra e até mesmo Granada. A política externa de D. João I abrange Borgonha, casando a infanta D. Isabel com Filipe, o Bom. Ao casar o infante D. Pedro com a filha do malgrado rebelde catalão conde de Urgel¹⁷¹, e D. Leonor de Aragão com o príncipe D. Duarte tenta manter o equilíbrio nos reinos ibéricos. Talvez a

¹⁶⁹ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, 4417, XVIII, -4-19, pp. 442- 458. Concórdia de Boa vontade com fim a uma resolução pacífica entre os reinos de Castela, Aragão e Navarra

¹⁷⁰ IDEM; SOUSA, M.F. Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp. 319-320. A 16 de agosto o tratado é confirmado por D. Henrique em Torres Novas. A 22 de agosto, D. Pedro confirma em Coimbra. A 26 o Infante Don Fernando confirma em Atouguia. A 21 de setembro o Infante D. João confirma em Alcácer do Sal e a 29 de junho de 1433, o rei de Navarra confirma-o na villa de S. Mateus- Aragão.

¹⁷¹ LEÃO, Duarte Nunes de, *Cronicas Del Rey Dõ Ioam de gloriosa memoria o I. deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso o V.* Lisboa; por Antonio Alvarez, impressor Del Rey N. Senhor, 1643, cap. CI. pp. 387-388.

ideia do monarca português não fosse desajustada¹⁷². A morte prematura de D. Duarte alterou a essência dessa ideia trazendo consequências trágicas. As hostilidades entre o regente D. Pedro e D. Leonor revelaram-se, desde o início, abrindo caminho para a guerra civil que terminará com a sua morte na Batalha de Alfarrobeira. Por outro lado, o Cisma havia finalmente chegado ao fim e a paz voltava à Igreja com Martinho IV sentado na cadeira de Roma. O êxito da Igreja romana, no Concílio de Constança¹⁷³, irá refletir-se também entre os reinos europeus.

Quando D. João I morre a 14 de agosto de 1433, deixa um legado ao filho herdeiro, de prosperidade e de paz. O domínio do norte de África tinha a concordância da Santa Sé que aclamava. Em 1418, pela bula *Sane charissimus*, Martinho IV intercede junto de todos os reinos cristãos para ajudarem D. João I de Portugal nas conquistas pela fé de Cristo. A pertença de todas as praças conquistadas concedidas pelo Papa envolvia uma extensão do reino de Portugal, pelo que ainda no ano de 1418 atribui à catedral de Ceuta os mesmos privilégios e liberdades reconhecidos a todas as catedrais do reino. D. Duarte parece querer, ou pelo menos esforça-se, recolher os “frutos das árvores” que o seu antecessor plantou e continuar, em boa - fé, expandir esse legado.

A sua experiência como homem, filho e rei, mostra os seus vastos conhecimentos, mais práticos que teóricos como mentor e conhecedor da mentalidade da época. No entanto, a morte prematura em 1439, impede-o de ir mais longe. Entretanto e no seu tempo, segue uma política externa racional e prática o que parece ter êxito. Mantém relações de concórdia com os reinos vizinhos e outros reinos europeus. Em 1434 envia ao rei de Castela uma embaixada constituída por **Pedro Gonçalves**. O monarca português pretende oferecer os seus serviços na guerra contra Granada. O monarca castelhano não aceita a oferta¹⁷⁴.

Em 1435, Aragão estava de novo em guerra com os seus vizinhos pelo que reclama a D. Duarte ajuda. Não querendo envolver-se, este explica que com as suas

¹⁷² D. João I tenta manter um equilíbrio entre os reinos da Península Ibérica. Colocam-se duas questões: seria sua também a tão ambicionada união ibérica ou, talvez estivesse apenas interessado na expansão do domínio português para lá do Atlântico, e na conquista de novos mundos não se insurgindo na política entre os reinos?

¹⁷³ FIGUEIREDO, José Anastácio de, *Memórias da Literatura Portuguesa publicadas pela Academia Real das Ciências*. Lisboa; 1792, Volume I. p.289. Estão presentes neste concílio: Gil Martins, Vasco Perez, Gil docem, Martin Afonso, João Affonso da Azambuja, Afonso Annes e Fernando Afonso da Silveira

¹⁷⁴ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações diplomáticas de Portugal com as outras potências do mundo desde o principio da monarquia até aos nossos dias*. Pariz, em casa de J. P.Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 321. Castela ao rejeitar a oferta de ajuda portuguesa na guerra contra Granada, significava que não queria que outro reino se envolvesse porque queria ficar sozinha bem vista junto da Santa Sé. Com outro reino envolvido Castela era obrigada a dividir a vitória.

expedições ao norte de África, não tem tempo nem fundos para ajudar Aragão¹⁷⁵. A 12 de setembro de 1436, na cidade de Toledo, Castela, Navarra e Aragão fazem um tratado de paz perpétua a fim de ficarem unidos contra os príncipes de outros reinos. Confirmado o tratado, Afonso V de Aragão não inclui Portugal. O infante D. Henrique seu irmão e mestre de Santiago, não concorda e a 7 de março de 1437 escreve uma carta na qual declara que no dito tratado, o rei de Portugal e irmãos devem ser incluídos¹⁷⁶. Em 1437 Castela oferece o seu porto de Gibraltar aos portugueses que quisessem embarcar para a expedição a África. D. Duarte agradece o consentimento. Em 1438, D. Juan II envia uma embaixada a Portugal, cujo assunto recaía sobre a perda de Igrejas durante o Cisma e que agora reclamava¹⁷⁷.

Entretanto D. Duarte morre. Os embaixadores são recebidos pela rainha, pelos seus cunhados e membros do Conselho. O assunto fica para ser discutido posteriormente quando as condições se apresentarem favoráveis. No entanto apesar dos ventos soprarem mornos de Castela o episódio das ilhas Canárias (Tangitana) permanece. As tentativas de colonização foram logradas em 1336 e 1341. A Santa Sé parece ter influenciado o seu destino desde o início. Afonso IV conforma-se com as decisões do Papa Clemente VI, quando as ilhas são concedidas a D. Luís de La Cerda¹⁷⁸ em regime de feudo perpétuo à Santa Sé. D. Duarte tenta nova expedição em 1425. Em vão. O Papa lembra a Portugal que não deve intentar contra os interesses de Castela nas Ilhas.

D. Duarte morre a 9 setembro, vítima da peste, quando seguia para Tomar vindo de Évora. Nesta altura o infante D. Fernando ainda se encontrava no cativeiro de Fez¹⁷⁹. Apesar das diligências e apelações que fez ao longo do ano de 1438, não recebe qualquer apoio. Em 1436 inicia-se nova disputa entre Castela e Portugal sobre Canárias. A bula do Papa Eugénio IV **Dudum cum**, de 31 de julho de 1436 trava qualquer

¹⁷⁵ IDEM, p. 320. Foi uma forma inteligente de não se envolver no conflito pois que entrando em guerra com Castela, poria em risco o acordo de paz. Por outro lado, o monarca português, para seu interesse queria manter a boa harmonia entre os reinos cristãos da Península Ibérica.

¹⁷⁶ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 322.

¹⁷⁷ IDEM, pp. 324-325. Estas exigências são consequência do período em que permaneceu o Cisma da Igreja em que Portugal e Castela estiveram em lados opostos, à exceção de um curto período no reinado de D. Fernando; PINA, Ruy de, *crónica de D. Afonso V*. Introdução G. Pereira. Lisboa, 1904, pp

¹⁷⁸ *Monumenta Henricina*. Coimbra; 1960, Volume I. Documentos 96 e 97, pp.229-234

¹⁷⁹ SOUSA, M.F. Barros de, Visconde DE SANTARÉM. *Quadro Elementar* (...). Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, pp. 323-324; D. Duarte escreve aos reis de Castela, Navarra, Aragão, França e ao Papa pedindo ajuda e conselhos para libertar o irmão. Sem sucesso. Deles apenas recebe consolações. D. Fernando acaba por morrer no cativeiro.

interesse que houvesse de Portugal, na posse das ilhas¹⁸⁰. Não conformado, o Infante D. Henrique solicita mais uma vez ao Papa Eugénio IV a sua posse. Certamente Castela protesta. As “Allegationes” redigidas por **Alfonso de Santa Maria, déan de Santiago**, sustentam que a reclamação se fundamenta em antigos direitos relacionados com a ocupação das ilhas “ não ocupadas”, a proximidade e a difusão evangélica¹⁸¹.

Duma certa forma, a questão das Canárias podia ser o início de uma nova guerra com Castela. Todavia, a intervenção do Papa, como árbitro, atenuou a disputa, declarando que os argumentos apresentados pelo embaixador castelhano Alfonso de Santa Maria eram válidos. Portanto qualquer intervenção portuguesa nas ilhas seria considerada beligerante. Desta forma se compreende que a intervenção do poder espiritual sobre o temporal persistia no século XV.

Apesar de tudo, se entendermos a colonização frustrada das Canárias sob outro ponto de vista, ela visa o interesse português sobre a expansão muito antes do reinado de D. João I. Sabemos que grande parte dos monarcas portugueses da primeira dinastia nem sempre eram “obedientes” ao papa. Daí serem castigados com sucessivas Bulas. Conhecem-se as relações pouco cordiais entre D. João I e o Clero, sendo muitas vezes acusado de interferência nos assuntos religiosos do reino. O poder da Igreja continua a ser considerável, sendo que a boa concórdia seria de preservar. Pelo sim pelo não, a 7 de março de 1437, na cidade de Torres Vedras D. Duarte, juntamente com os irmãos, Pedro e Henrique assinam um tratado com os reis de Navarra e Aragão, no qual se

¹⁸⁰ É provável que a “questão das Canárias” tenham esfriado as relações do nosso monarca D. Duarte com a Santa Sé. Sabemos que este tendia o seu interesse por Castela. Apercebemo-nos quando em 1435, por carta datada de 18 de novembro, D. Duarte informa que vai enviar os seus embaixadores para estarem presentes no Concílio de Basileia, mas foi protelando a informação sobre o envio. Desconhece-se o motivo do rei, embora alegando a falta de tempo, uma vez que estava ocupado com os assuntos do reino. Explicação pouco satisfatória uma vez que as Canárias também faziam parte dos interesses do reino. Os embaixadores enviados eram: D. Afonso, 5º conde de Ourém, D. Antão Martins de Chaves, Bispo do Porto, D. Luís do Amaral, Bispo de Viseu, Mestre Frei Gonçalo, o franciscano Gil Lobo, o Dr. Diogo Afonso Mangancha e Vasco Fernandes de Lucena. *Monumenta Henricina*. Coimbra; 1960, Volume I. doc. 88, pp. 175-176; PINA, Rui de, *Crónica do Rei D. Duarte*. Com estudo crítico, notas e glossário de Alfredo Coelho de Magalhães. Porto; Edição da Renascença Portuguesa. Cap. VIII, pp. 98-103.

¹⁸¹ IDEM, pp.139-140; *Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, acerca das Navegações e Conquistas Portuguesas*, Lisboa, outubro de 1892, pp. 3-5; ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (1431-1475) Ritmos de uma paz vigilante*. Lisboa; Edições Colibri, 2009, pp. 100-101. Castela reclama a posse das ilhas, uma vez que, no seu entender, embora tenham sido “pisadas” primeiro pelos portugueses, nunca as ocuparam. Efetivamente desde a sua descoberta Castela sempre as usou como zona de corso. Quanto à proximidade, estavam mais próximas de Castela. Uma vez que os castelhanos as tomavam por corso, fazendo guerra aos nativos, nestas condições subentendia-se a difusão evangélica, que eles reclamam. De qualquer forma houve tentativas em desenvolver as ilhas por parte de Portugal. Todavia a posição geográfica bem como a natureza dos seus habitantes exigia muita despesa. D. Fernando cede em 1370 por carta datada de 29 de junho, doação de Nossa Senhora a Franca e Gomeira a Lançarote de Franca, vassalo e almirante de D. Afonso IV. A mesma foi confirmada por D. João I em 1385 a Lopo Afonso de França, filho de Lançarote. *Monumenta Henricina*. Coimbra; 1960, Volume I. Documentos. 104, 106 e 112, pp.244-247 e pp. 262-263.

comprometiam a manter a neutralidade, caso Portugal e Castela entrassem em guerra¹⁸². O Infante D. Henrique pretende ignorar os argumentos e refuta a posse das ilhas, descobertas pelo seu antecessor.

O problema da regência irá causar graves antagonismos numa corte invadida por interesses motivados, em grande parte pelas conquistas e descobertas da expansão Atlântica, mas também pela ambição política. A rainha Dona Leonor, por instância do 8º conde de Barcelos, D. Afonso, pretendia tomar as rédeas da governação durante a menoridade do príncipe herdeiro. Não o conseguindo, fez desequilibrar os interesses nacionais instaurando a discórdia. Os filhos de D. João I temiam porque, por um lado era estrangeira e irmã dos irmãos aragoneses, a sua interferência no governo do reino; por outro lado apesar de prometer que não interferiria nos assuntos do governo do reino, ela interferia. Nesse sentido, alegando direitos de legitimidade, a regência iria para o irmão mais velho, neste caso, o infante D. Pedro.

Enterrado o rei, começam os problemas da discórdia. Em 1440 a Rainha queixa-se aos irmãos aragoneses e à rainha de Castela que os infantes pretendiam tirar-lhe o governo bem como a tutoria dos filhos¹⁸³.

Encontrando-se em Gaeta no Reino de Nápoles, Afonso V de Aragão envia em 1440 o seu representante **D. Alfonso Henrique** a Portugal com a finalidade de aconselhar os infantes portugueses a manterem as mesmas regras de sucessão que eram conhecidas em Castela e Aragão¹⁸⁴. Não ficando satisfeito com as informações que o

¹⁸² A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, 3752, XV, 23-14, pp. 590-593

¹⁸³ SOUSA, Manuel Francisco Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 325; D. Duarte havia morrido, vítima da peste pelo que não havia condições para tratar de outros assuntos do reino. Os queixumes da Rainha eram nesta fase infundados, tanto que D. Pedro e D. Henrique enviam os embaixadores aragoneses falar com ela e verificar se havia ou não razão para essas preocupações.

¹⁸⁴ Ou seja; o Rei de Aragão aconselhava que a Rainha de Portugal exercesse as funções de regente do príncipe herdeiro, então com apenas seis anos de idade, como havia sido desejo de D. Duarte. Dá exemplos como a regência de Catalina, mãe de Juan II de Castela e seu tio D. Fernando futuro rei de Aragão. No entanto, os infantes de Portugal com a ajuda do povo de Lisboa e alguns grandes do reino, receosos das intervenções que pudessem vir a acontecer da parte do rei de Aragão, como irmão da Rainha, e de alguns nobres de Portugal, mas também devido ao carácter inconstante da mesma parecem estar dispostos a contrariar o testamento de D. Duarte, no qual dava a regência à sua mulher. Assim nas Cortes de Torres Novas fica decidido entregar a regência do reino ao Infante D. Pedro. Percebendo o descontentamento, a rainha tentou partilhar o poder. Criaria os infantes e educá-los-ia, e o regimento da justiça seria entregue a D. Pedro. Porém, isso não viria a resultar uma vez que interferia em todos os assuntos do reino. Posta de lado, está disposta a resistir. D. Pedro com o acordo da Rainha, casa o príncipe com sua filha Isabel, tornando-a futura rainha. As intrigas da corte movidas pela alta nobreza e alto clero, não se fazem esperar. Segundo se apercebe pela leitura das crónicas, a Rainha Dona Leonor parecia estar à vontade no centro das intrigas, pelo que o governo do infante D. Pedro, apesar do esforço demonstrado, foi uma sequência de disputas e traições cortesãs culminando na tragédia da sua morte na Ribeira de Alfarrobeira em 1449. RODRIGUES, Ana Maria S. A. (2012). *As tristes rainhas : Leonor de*

seu embaixador lhe levou, D. Afonso V envia a 22 de fevereiro de 1440 novamente ao infante D. Pedro e seus irmãos **o Bispo de Segorbe** para que entre todos procurassem a melhor forma de concertar as diferenças que começavam a surgir entre a rainha e D. Pedro que nesta altura já era o tutor legítimo do príncipe herdeiro¹⁸⁵.

Durante o ano de 1440, o Infante D. Pedro, como Regente do Reino, forma um tratado de aliança com o Condestável de Castela D. Álvaro de Luna, e com o Mestre de Alcântara contra o rei de Aragão e seus irmãos¹⁸⁶. Neste contexto, envia ao rei de Castela uma mensagem pedindo-lhe que caso houvesse guerra com Aragão, não interferisse com as suas tropas. Entretanto há acordos entre si e a Rainha pelo que, dá conhecimento ao Rei de Castela¹⁸⁷. Em outubro do mesmo ano, D. Juan II de Castela envia a Portugal **D. Afonso, Duque de Villa Hermosa, o Bispo de Coria** e outros adidos. A finalidade desta embaixada parecia ser uma inovação¹⁸⁸. Em Santarém, onde se encontrava o príncipe e o Regente, os embaixadores do rei de Castela transmitiam as ordens que se supunha serem da autoria do monarca castelhano. A ser verdade, reclamavam que os portugueses ao longo das suas incursões por mar e terra, haviam causado danos em terras de Castela pelo que estas, deveriam ser recompensadas¹⁸⁹. Por outro lado e grande surpresa, pretendiam que o governo do reino fosse entregue à Rainha ou então que a deixassem ir para Castela. Mais ainda, os embaixadores castelhanos pretendem dar estas notícias, por eles mesmos, aos principais do Reino, vilas e cidades. É evidente que o regente não poderia aceitar essas pretensões, mas também não querendo decidir no momento, transmite que as condições iriam ser

Aragão e Isabel de Coimbra. Coleção Rainhas de Portugal. Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, Volume I; VENTURA, Margarida Garcez, ARAUJO Julieta, (2011). *D. Leonor de Aragão: A Triste Rainha - 1402(?) - 1445*. Lisboa: Academia Portuguesa da História; CORTES PORTUGUESAS, *Reinado de D. Afonso V, Cortes de 1438*, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Cap. X, pp.7-76; MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1990, pp.7-8.

¹⁸⁵ SOUSA, M.F.Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. p. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p.326;

¹⁸⁶ Este tratado durará durante a regência de D. Pedro, mantendo fortes laços com o condestável de Castela, o qual exercia grande influência sobre Juan II pelo menos até ao casamento deste rei com a infanta Dona Isabel, sobrinha do regente, filha de D. João de Portugal.

¹⁸⁷ IDEM, pp.328-329; PINA, Ruy DE, *Crónica de D. Afonso V*. Lisboa; escriptorio 1862, Tomo I, cap. 60, p. 3. A rainha não estava impedida de receber os seus mensageiros e andar livremente no reino que também era seu. Quem não fica satisfeito com este episódio de paz parece ser D. Afonso 8º Conde de Barcelos, 1º duque de Bragança, filho bastardo de D. João I, porquanto entra em contacto com o Rei de Navarra e Henrique, irmãos da Rainha a fim de fazerem uma liga, contra o Infante D. Pedro.

¹⁸⁸ Inovação porque estes representantes demonstravam determinada iniciativa e uma certa liberdade na apresentação e resolução dos problemas.

¹⁸⁹ Efetivamente houve alturas em que os castelhanos oferecem os seus portos, para a saída dos navios rumo a Ceuta. Verificou-se esta situação com D. João I. Mas porquê reclamar agora?

estudadas e posteriormente transmitidas ao Rei Castela. Nesta sequência de episódios, o Infante D. Pedro, manda a Castela **Lopo Affonso, seu Secretário**¹⁹⁰, para se certificar se a anterior embaixada fora enviada com um só propósito respeitante à Rainha D. Leonor e com o acordo dos irmãos da mesma ou, se foi mesmo enviada e nos mesmos termos pelo próprio Rei de Castela¹⁹¹. O Condestável de Castela, Don Álvaro de Luna é avisado do acontecimento e o rei escreve, ele mesmo, ao Regente do Reino de Portugal, informando-o de que não tinha sido o autor dessas missivas.

Os embaixadores são convidados a abandonar o Reino. Antes porém, é-lhes permitido comunicar com a Rainha D. Leonor que havia saído de Almeirim para o Crato sem licença do filho e da corte. Era importante o seu regresso a fim de encontrar uma solução para o que irremediavelmente poderia acontecer. Ainda em novembro de 1440, chega a Santarém o **Bispo de Segorbe**, enviado de Afonso V de Aragão. O assunto em questão prende-se novamente com a posição da rainha em Portugal¹⁹².

As relações entre Castela e Aragão pareciam ser boas, de momento. Nesse sentido, a fim de apaziguar os irmãos aragoneses, Castela envia a Portugal várias embaixadas. O objetivo principal de todas elas era que os infantes portugueses pusessem à disposição da rainha o governo do reino¹⁹³. Portugal inicia uma política externa de quase isolamento entre os reinos peninsulares. As ações do regente D. Pedro em relação às pretensões da Rainha D. Leonor criaram brechas nas relações internas e externas. A “Triste Rainha”¹⁹⁴ e os seus partidários permaneceram firmes até 1444.

¹⁹⁰ Os factos pareciam todos tão duvidosos que o Infante D. Pedro decidiu certificar-se enviando o seu secretário. Por certo provou-se que as missivas foram falsificadas.

¹⁹¹ Na dúvida, e por ser um caso que em princípio não era do interesse de Castela, D. Pedro, cauteloso, quer ter certeza se há envolvimento daquele reino. No entanto, os embaixadores castelhanos apresentam em poucos dias uma carta que parecia ser verdadeira, com o timbre e a assinatura do Rei. D. Pedro tem a certeza que a carta fora forjada pelos mesmos embaixadores e pela Rainha que se encontravam em Almeirim. SOUSA, M.F.Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp. 330-331

¹⁹² IDEM, pp.332-333; Parece haver uma concordância entre o embaixador e o Infante D. Pedro. Este pedia que toda informação vinda de Aragão devia ter a presença da Rainha, dos infantes e dos conselheiros. Ora ela estava no Crato. Por isso o bispo de Segorbe vai ao Crato e aconselha- a a tomar outras atitudes para bem do governo de Portugal. Entende-se que o Bispo não aprova a atitude da Rainha e fica com a ideia que nada foi resolvido. Sem dúvida. Ainda em dezembro, Dona Leonor vende as suas jóias e paga a tropas castelhanas que se encontram no Crato e segue para Castela.

¹⁹³ *IBIDEM*, pp. 333-334. Segundo o ponto de vista do Regente D. Pedro, nunca fora negado a Dona Leonor o direito de participar nos desígnios do reino, nem na criação dos seus filhos. Percebemos que isso não era suficiente pois ela pretendia o poder total, sem a intervenção dos infantes.

¹⁹⁴ RODRIGUES, Ana Maria S. A. (2012). *As tristes rainhas : Leonor de Aragão e Isabel de Coimbra*. Coleção Rainhas de Portugal. Rio de Mouro/Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, pp.197-198

Somente em 1448-1449, após Alfarrobeira, se recomeçam a restabelecer laços de cooperação e amizade com Aragão¹⁹⁵.

A 25 de janeiro de 1441, o papa Eugénio IV, escreve à Rainha D. Leonor, na qual a aconselha *a serenar as discórdias internas*¹⁹⁶. Em vão. A Rainha não pretende abrir mão do que acha serem os seus direitos. Castela celebra Cortes em 1441. Nelas é declarado que se fizesse guerra a Portugal para restituir à Rainha todos os seus direitos¹⁹⁷. Aragão envia a Portugal os embaixadores **Gomes de Benavides, e Affonso Fernandes de Ledesma**, com mensagens de declaração de guerra, caso as exigências propostas não fossem satisfeitas. Na mesma altura, sem que tenha havido uma resposta do regente D. Pedro aos irmãos aragoneses, o rei de Castela envia a Portugal **Custódio de S. Francisco de Castella**, com o propósito de entregar uma carta na qual se afirmam as condições propostas dos irmãos aragoneses, pelo que, era impossível a Castela, tomar partido por Portugal. Em resposta aos embaixadores aragoneses, o Infante D. Pedro, informa que devido à exigência das condições, estas deveriam ser aprovadas em Cortes¹⁹⁸. Para esse propósito as cortes são convocadas para janeiro de 1442 e que se realizarão em Évora. O assunto primordial recai sobre as ameaças de guerra de Castela e Aragão contra Portugal.

O Regente expõe resumidamente o carácter das embaixadas anteriores enviadas por Castela e Aragão. O assunto implícito dessas embaixadas era a entrega da tutela dos filhos à Rainha e com eles, o Governo do Reino. As cortes dão total apoio ao infante. No entanto a decisão final é sua. Isso porque, *...confiam plenamente nele, devido à sua lealdade, esforço e discernimento*¹⁹⁹. A resposta aos embaixadores foi clara. O Regente

¹⁹⁵ A política externa anti- aragonesa durante a regência do infante D. Pedro, deve-se sobretudo à má-relação criada na corte após a morte de D. Duarte, com a regência póstuma da Rainha D. Leonor. Em 1449 com o tratado entre os Trastâmaras de Aragão e D. Afonso V de Portugal restabelecem-se as relações entre os dois reinos.

¹⁹⁶ *Monumenta Henricina*. Coimbra; Volume VII, doc. 134, pp.204-205. O Papa lembra à Rainha que discórdias poderiam levar à guerra. Lembra ainda que esta era um mal para o reino, para as populações e sobretudo para a Igreja.

¹⁹⁷ SOUSA, M.F.Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 334; PINA, Ruy de, *Crónica de D. Afonso V*. Lisboa; Escripório, 1862, Anteriormente havíamos dito que o rei de Castela não tinha sido o autor das missivas. No entanto, agora convoca as cortes onde dá apoio à rainha e declara guerra a Portugal, pondo o acordo de paz de 1431 em risco. Quais as suas pretensões?

¹⁹⁸ IDEM, p. 335. Os factos apresentados teriam que ter a aprovação ou desaprovação das Cortes, ou seja, do reino. Neste sentido, ao tentarem percorrer o reino como arautos divulgando que poderia haver guerra, os embaixadores aragoneses pensam ter incutido nas populações, medo.

¹⁹⁹ SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz, em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 336; PINA, Ruy de, *Cronica de D. Afonso V*. Lisboa; Escripório, 1904, Tomo II, cap.78, p. 335

informa que não agia sozinho. Havia ficado determinado nas cortes de Évora, que as condições exigidas por Castela e Aragão não poderiam ser aceites²⁰⁰.

De facto, ainda em 1442, D. Pedro envia a Castela **Leonel de Lima e Ruy Gomes de Alvarenga**. Esta embaixada pretende expor, as causas de interdição da vinda de D. Leonor, mulher de D. Duarte, para Portugal²⁰¹.

Em virtude de Castela interferir na concórdia entre o Regente D. Pedro e D. Leonor, os irmãos aragoneses enviam em março de 1443, Luiz Despuch, seu embaixador para lembrar a D. Juan II, as injúrias feitas por D. Pedro, Regente de Portugal à Rainha sua irmã. Em 1444, encontrando-se em Toledo, pelo que percebemos, abandonada pelos irmãos, quer regressar a Portugal. Pede ao seu capelão Lourenço de Albuquerque que entre em contacto com D. Fernando, Conde de Arraiolos para que, por seu intermédio peça ao Infante D. Pedro que a aceite de volta²⁰². Em 1445, Castela sente-se ameaçada por Aragão e pede apoio ao Regente D. Pedro²⁰³. Em virtude da

²⁰⁰ A rainha sentiu-se enganada. Também Castela e Aragão parecem não estar à espera dessa decisão. Assim sendo para apaziguar D. Leonor propõem-lhe que seja ouvida pelos procuradores dos seus reinos. Os dois reinos enviarão a Portugal quatro embaixadores com grandes contestações e ameaças de guerra. D. Pedro responde-lhe que dependendo de si, as pazes não seriam quebradas, nem os direitos da Rainha ameaçados. Cauteloso, informa que em breve enviará uma embaixada a Castela. SOUSA, M.F. Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro Elementar* (...). Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp. 337-338; PINA, Ruy de, *Crónica do Rei D. Afonso V*, Introdução Gabriel Pereira. Lisboa; 1904, parte II. pp. 10-11; Cortes Portuguesas, *Reinado de D. Afonso V, (Cortes 1441- 1447)*, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Cap. LXXXVIII, pp. 113-116

²⁰¹ IDEM, p.338-339; IDEM. Segundo o regente e todo o povo, a rainha demonstrou não ser uma pessoa confiável, pelo que a presença dela neste reino, estaria sob uma ameaça constante. Castela e Aragão tinham o direito de fazer o que quisessem mas o povo português tinha tomada a sua decisão. Contudo o conde Faro e o Bispo de Avila aconselham o rei Castelhana de não quebrar as pazes que existiam entre os dois reinos. No entanto a rainha, poderia usufruir dos seus bens que possuía no reino, mas a partir de fora de Portugal. Dona Leonor parece ter aceite as condições. Castela intervém nessa concórdia. Em Dezembro de 1440, Leonor de Aragão, Rainha de Portugal, por matrimónio com o rei D. Duarte, parte para Castela onde se refugia até fevereiro d 1445, data da sua morte.

²⁰² SOUSA, M.F. Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas entre Portugal e as outras potencias do mundo desde o principio da monarchia até aos nossos dias*, p.341; PINA, Ruy de, *Crónica do Rei D. Afonso V* parte II. Introdução Gabriel Pereira. Lisboa, 1904, Cap. LXXXIV, pp.15-16; LEÃO, Duarte Nunes de, *Crónica dos Reis*. Ed. 1601, cap. XXVIII, p.95. A rainha não se encontrava em boas condições. Suplica aos infantes seus cunhados que a aceitem de volta, não como rainha mas como sua irmã e mãe dos filhos. D. Pedro aceitá-la-ia de volta, mas a morte da mesma a 18 de Fevereiro de 1445, não o permitiu. No mês de março de 1556, os seus ossos serão translados de Toledo para a Batalha onde se encontra o túmulo de D. Duarte, a pedido de D. Afonso V e trazido pelo rei de Castela Henrique IV já casado com Dona Joana infanta de Portugal. O encontro entre os dois monarcas deu-se em Elvas e Badajoz.

²⁰³ O apoio do Regente é concedido. Todavia, o rei de Aragão e seus irmãos declaram D. Pedro seu inimigo. A prova disso começa quando pedem junto do Papa para não conceder dispensas de casamento entre os membros das casas dos dois reinos: Bulla de Eugénio IV das Nonas de novembro de 1445. Nos anos seguintes o rei de Aragão fará tudo para boicotar as relações entre reinos. Isso verificar-se-á quando do casamento de Frederico, chamado o rei dos Romanos, pretende casar em Portugal com a D. Leonor filha de D. Duarte. As várias tentativas feitas pelo Imperador para a reconciliação entre Portugal e Aragão, saíram goradas, pelo menos durante a vigência da regência. No entanto, em 1451, a Rainha de Aragão dará salvo – conduto aos embaixadores do Imperador Frederico, rei de Nápoles, que vinham a

aliança que existia entre o Condestável e D. Pedro, a ajuda irá envolver Portugal nas lutas entre os dois reinos.

Em 1445 D. Juan II, ficou viúvo. O Condestável Álvaro de Luna usa a sua vasta influência junto do seu rei, faz-se valer de argumentos poderosos e negocia o casamento da infanta portuguesa D. Isabel, sobrinha do Regente e filha de D. João de Portugal²⁰⁴. O rei ficou convencido. Em abril de 1446, Juan II de Castela passa uma procuração a **Garcia Sanches de Valladolid**, para que em seu nome trate do casamento com a Infanta Portuguesa.

Entretanto os irmãos aragoneses continuam as disputas com Castela. Don Álvaro de Luna sai vitorioso na batalha de Olmedo. Mais tarde com a ajuda de uma expedição portuguesa enviada pelo Regente D. Pedro²⁰⁵, vence mais uma vez.

O casamento entre a infanta portuguesa e D. Juan II é realizado em Évora, a 9 de outubro do mesmo ano²⁰⁶. Em maio do ano seguinte a infanta é entregue já como Rainha de Castela. Em agosto de 1447 o rei recebe-a em Madrigal²⁰⁷. Atingindo a maioridade para governar, Afonso V²⁰⁸, abre caminho para o regresso dos apoiantes de D. Leonor, à corte portuguesa. Apesar de ter terminado a sua regência, e entregue o regimento do reino ao novo rei os inimigos de D. Pedro tentam afastá-lo da corte colocando-o contra aquele. As intrigas da corte culminarão no campo de batalha. A 20 de maio de 1449, o Duque de Coimbra, infante e regente, homem culto e ponderado, morre na Ribeira de Alfarrobeira. Deixa viúva a malograda infanta de Urgel, duquesa de

Portugal tratar do casamento com D. Leonor, irmã de D. Afonso V de Portugal. As boas relações de amizade entre Aragão e Portugal apenas retornarão quando D. Afonso V assumir o reinado. SOUSA, Manuel Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro Elementar (...)*. Pariz; em casa de J. p. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp.346-350; A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, Gav. XVI-XVII, Maços 1-3, pp. 543-554 e 785-786.

²⁰⁴ Parece que a ideia do rei de Castela era casar com a filha do Rei de França. No entanto os argumentos apresentados por de Luna, dizendo que o casamento com a infanta portuguesa era mais vantajoso porquanto Castela podia ter o reino de Portugal à sua disposição além de que tinha uma dívida enorme desde o tempo em que o infante D. Henrique de Aragão se queria apoderar de Sevilha logo, havia todo o interesse em que o casamento do rei se realizasse em Portugal. Visconde DE SANTARÉM. *Quadro Elementar (...)*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp. 342-344

²⁰⁵ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (1431-1475)- Ritmos de uma paz Vigilante*. Lisboa; Edições Colibri, 2009, pp.189-191

²⁰⁶ IDEM. Nas condições do contrato de casamento ficou estipulado o valor do dote que serviu de argumento a D. Álvaro de Luna para convencer o rei a casar em Portugal.

²⁰⁷ IBIDEM, p. 348; PINA Ruy de, *Crónica de D. Afonso V*. Lisboa; escriptório,1902,Tomo II, Cap. LXXXVII, pp. 25-27

²⁰⁸ IDEM, cap. LXXXVI, pp. 22-23. Em 1446 nas cortes de Lisboa, D. Pedro quisera entregar o governo do reino a D. Afonso pois segundo os procedimentos da época, aquele atingira a idade 14 anos. No entanto, não aceitara devolvendo ao tio a regência.

Coimbra²⁰⁹. Embora tenha casado a filha Isabel com D. Afonso V, a Casa de Coimbra fica à mercê das intrigas da Casa de Bragança. Por tal facto, é-lhes retirado o apoio e exigido a devolução de muitos bens que, diziam, tinham sido usurpados ilegalmente. D. Afonso V, na tentativa de justificar esse acto envia a Castela **Afonso Pereira** para dar conhecimento àquele Rei da morte do Regente de Portugal, D. Pedro²¹⁰.

3.2) Novos sinais de guerra: reinado de D. Afonso V. Embaixadas e embaixadores

Independentemente do nosso tema de trabalho dever centrar-se nas relações entre Portugal e Castela, não podemos contudo dissociar-nos totalmente da conjuntura política entre os outros reinos da Península Ibérica. Quer queiramos quer não fazemos parte de um enredo do qual não nos podemos distanciar. Alturas houve em que Portugal conseguiu não se envolver²¹¹. No entanto nem sempre as conjunturas são propícias aos interesses que promovem. D. Afonso V, embora sensato e cheio de boas intenções, não terá a mesma sorte que os seus antecessores.

Em agosto de 1453, **Ruy Galvão** estava colocado em Castela como representante do rei de Portugal²¹². Aragão tinha problemas em Itália e no Mediterrâneo oriental. D. Afonso V começa um ciclo de êxitos diplomáticos entre os reinos da Península mas também em outros reinos da Europa e com grande intervenção na Santa

²⁰⁹ RODRIGUES, Ana Maria S. A., (2012). *As tristes rainhas : Leonor de Aragão e Isabel de Coimbra*. Coleção Rainhas de Portugal. Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, vol. VII pp.295-301. PINA, Rui de, *Cronica de D. Afonso V*. Lisboa; escriptorio, 1904, Tomo II Cap. LXXXIX, pp.33-36. Isabel de Coimbra é obrigada a esconder-se com as filhas, Filipa e Catarina, após a morte do infante D. Pedro. As perseguições obrigaram a família a separar-se. Os infantes, Pedro, João Jaime e Beatriz refugiaram-se em Castela e Borgonha junto de sua tia Isabel, duquesa de Borgonha. A rainha Isabel, filha dos duques, reúne esforços e implora mesericórdia ao rei seu marido, para a sua família. Mais tarde o seu esforço é recompensado. A família é perdoada e aos poucos regressam à corte portuguesa.

²¹⁰ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (1431 – 1475), Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Edições Colibri, 2009, p. 219; *Monumenta Henricina*. Coimbra; 1969, Tomo X, doc. 166, pp. 227-228. O rei português tenta explicar, através do seu embaixador, as causas que vitimaram o seu tio e os motivos da batalha. No entanto parece ter havido desleixo com o corpo do infante pois não terá sido recolhido logo do campo de batalha. A duquesa de Borgonha ter-se-á queixado sobre esse facto ao papa Nicolau V pelo que este, por meio das Letras Querelam dilecte, de 21 de maio de 1450 dirigidas aos bispos de Tournai de Salamanca e Leão demonstrou essa indignidade com o corpo do infante. Foi contudo graças às diligências feitas pela Rainha D. Isabel que os ossos de seu pai serão trasladados em 1455 da igreja de Alhandra para o mosteiro da Batalha.

²¹¹ Como foi o caso de D. João I e D. Duarte. Em ambos os casos os dois monarcas conseguiram afastar-se dos conflitos entre Castela e Aragão.

²¹² SOUSA, Manuel F.Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842- 1853, Tomo I, p. 352. Era chanceler-mor e “Secretario do ssenhor rrej e cavaleiro de sua caza”. Ruy Galvão parecia estar ao corrente de todas as negociações e a presença deste alto funcionário português na corte de Castela. Era de interesse de D. Afonso V casar a sua irmã com Henrique IV que se divorciara de Dona Branca de Navarra.

Sé²¹³. Nesta época, Portugal possuía um espaço mais alargado graças aos descobrimentos e às conquistas além do Norte de África. Nestas circunstâncias surgem na Península rivalidades de interesses e de franca concorrência. Castela agudiza o seu interesse sobre o domínio das terras conquistadas pelos portugueses²¹⁴.

O problema das Canárias, depois do Concílio de Basileia em 1435 ter retirado ao Infante D. Henrique a pretensa posse das ilhas, continua a interessar aos dois reinos. Em 1448, Maccot de Bettencourt, vende ao mesmo Infante a ilha de Lançarote que fica a cargo de Antão Gonçalves. Os nativos, insubordinados aliam-se aos cristãos e expulsam Antão Gonçalves. O Infante D. Henrique, sentindo as dificuldades para povoar a ilha renuncia à sua posse em 1454. Henrique IV de Castela entrega o senhorio da Canária, Tenerife e Ferro aos Condes de Atouguia e de Vila Real. Posteriormente, tal senhorio, será transferido para o infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V. Todavia, quando tentarem validar junto do papa a posse das terras, verão a intenção anulada em 1468. Somente em 1479, no Tratado de Alcáçovas, será reconhecida a Castela a soberania do arquipélago pelo que em 1480, no Tratado de Toledo Portugal desiste definitivamente²¹⁵. A demarcação das ilhas, em conjunto com o arquipélago de Cabo Verde, será ajustada pelo Tratado de Tordesilhas em junho de 1494 sendo concedidos plenos direitos de negociação por D. João II aos embaixadores **Ruy de Sousa, D. João de Sousa**²¹⁶ e **Ayres de Almada**²¹⁷.

A 13 de janeiro de 1451, o príncipe Henrique passa uma procuração ao conde de Benavente, **Rodrigo Afonso Pimentel**, como seu enviado especial, para poder negociar com o Rei de Portugal uma possível confederação²¹⁸. Indubitavelmente Portugal continuava a desbravar o Oceano na conquista de novos mundos. Castela na retaguarda sonhava usufruir dos direitos sobre o que Portugal conquistava. Não tardou a que D.

²¹³ De referir a importância das relações externas entre Portugal e o Sacro Império de Frederico III ao casar com a infanta D. Leonor, irmã do monarca português sob o patrocínio de Afonso V de Aragão.

²¹⁴ Como é o caso da conquista do Golfo da Guiné. Castela reivindica a posse da terra.

²¹⁵ A localização estratégica, a par de alguma riqueza das ilhas, eram fatores de interesse. No entanto os nativos sempre dificultaram a insurgência de estrangeiros pelo que, habitando-as, era necessária proteção total aos novos ocupantes. Nesta perspetiva Portugal não teria recursos para manter a segurança nas ilhas.

²¹⁶ Era filho de D. Ruy de Sousa

²¹⁷ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp. 391-392

²¹⁸ *Monumenta Henricina*. Coimbra; 1969, vol. X, doc.256, pp. 352-354 e doc.187, pp. 250-251. Apesar deste conde ter sido expulso de Portugal em 1450, pelo próprio rei D. Afonso V, percebe-se, contudo que continuava a manter boas relações com o mesmo. Prova disso encontra-se numa carta escrita àquele e inserta no documento 187 supra. O interesse desta confederação era a aliança entre Castela e Portugal numa situação de conflito com Aragão. Este reino, depois da morte de D. Afonso V, a coroa recai sobre o seu irmão D. Fernando I. Henrique IV, também disputava a coroa pelo que fez outras alianças com D. Carlos filho de D. João de Navarra e D. Branca.

Juan II, depois que Portugal chegou à costa da Guiné, enviasse uma Embaixada a Portugal. Em junho de 1454 os embaixadores castelhanos **João de Gusmão e Fernão Lopes de Burgos**, requerem junto de D. Afonso V que desistisse da conquista de Berberia e da Guiné porquanto, segundo eles, pertencia ao Rei de Castela²¹⁹. Não obstante o poder que possuía junto do anterior monarca castelhano, a influência de D. Álvaro de Luna começa a esmorecer na corte de Castela. Os “grandes” não perdoariam o comportamento ditatorial que de Luna exercia no governo do reino. A rainha Isabel tirou partido dessa animosidade e conseguiu influenciar o rei contra o condestável²²⁰.

Falecido D. Juan II, sobe ao trono Henrique IV²²¹. A 22 de agosto de 1454 em Segóvia, entrega uma procuração a **D. Fernand Lopes de Lorden**²²², seu procurador, conselheiro e embaixador, pela qual lhe dá poderes para tratar do casamento com a infanta D. Joana, irmã de D. Afonso V²²³. Obtida a dispensa Papal pela bula Romnus - Pontifice de Nicolau I em dezembro do mesmo ano²²⁴, fazem-se os preparativos do casamento. **Ruy Galvão** é substituído por **Lopo Gonçalves**, doutor em Leis do desembargo de D. Afonso V, e alcaide de Montemor-o-Novo²²⁵

²¹⁹ Nesta altura o Condestável Don Álvaro de Luna tinha sido condenado à morte, degolado por instâncias, dizem, da Rainha D. Isabel de Portugal viúva de Juan II de Castela. Quanto às pretensões de Castela sobre os territórios não se percebe muito bem, o porquê dessa reivindicação. O rei de Castela não fundamentou o seu interesse de posse. Mesmo assim Portugal é ameaçado de guerra caso as pretensões de D. Afonso V sobre os territórios se mantivesse. Claro que o monarca português responde calmamente que não seria aconselhável colocar em risco a paz entre os dois reinos até se saber a quem realmente pertenceriam as terras descobertas. Entretanto o rei de Castela morre e com ele, o assunto de posse do territórios da costa da Guiné. SOUSA, M. F. Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp. 352-353; LEÃO, Duarte Nunes de, *Cronicas Del Rey Dõ Ioam de gloriosa memoria o I, deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso o V*. Lisboa, 1643. (digitalizada), cap. XXVI, pp.92-93

²²⁰ Apesar de Luna ter contribuído para a realização do casamento da infanta com o rei de Castela, Isabel, fosse qual fosse o motivo, lentamente vai afastando a presença do Condestável do rei seu marido.

²²¹ Parece não se interessar pelas pretensões do monarca anterior sobre a posse das terras em Africa.

²²² A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, Gav. XVII, -8-10, pp.551-552. Procuração dada em Segóvia a 22 de agosto de 1454, para tratar do casamento de Henrique IV com D. Joana, infanta de Portugal, irmã do monarca português.

²²³ SOUSA, M.F. Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 353; A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, Gav. XVII, maço 8-9, pp. 541-551. Contrato de casamento datado de 22 de janeiro de 1455 em Lisboa.

²²⁴ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (1431 – 1475). Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Ed. Colibri, 2009, p. 221; *Monumenta Henricina*, vol. XI, doc.219, pp.298-301

²²⁵ *Monumenta Henricina*, Vol. XI, Doc. 222, pp.305-308

Após a celebração do casamento em Lisboa, D. Afonso V, envia **João Fernandes da Silveira**, barão do Alvito, para ratificar o contrato do casamento de 22 de janeiro o que virá a acontecer ainda a 25 de fevereiro do mesmo ano em Segóvia²²⁶.

D. Afonso V faz jus ao seu cognome de “O Africano”. É o cavaleiro de capa e espada que acompanha o exército nas incursões do Norte de África. Depois da tomada de Alcácer Ceguer, onde deixa como alcaide D. Duarte de Menezes, desafia o mameluco na defesa de Fez onde se encontrava o conde de Odemira²²⁷. Em 1456 toma a iniciativa de conduzir uma armada na guerra contra os turcos. Para reforçar esse entusiasmo pede ao rei de Aragão e ao rei de Nápoles, Afonso V, el Magnanimo, ajuda no reabastecimento de mantimentos pelo que em 1457 envia **Martin Mendes Berredo** para reformular esse pedido²²⁸.

Tentando concertar as relações com Aragão, D. Afonso V envia **Gabriel Lourenço**, para propor o casamento da Infanta D. Catarina, sua irmã com o Príncipe D. Carlos de Navarra. As relações do rei D. Juan de Aragão e Navarra²²⁹ com os filhos não eram as melhores. O príncipe Carlos achando-se com direito ao trono de Navarra, por herança de sua mãe, a Rainha Dona Branca, considera o pai usurpador²³⁰. Em janeiro e fevereiro de 1460, Juan de Aragão faz as pazes com os filhos graças à intervenção de D.

²²⁶ SOUSA, M.F. Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 353; LEÃO, Duarte Nunes de, *Cronicas Del Rey Dõ Ioam de gloriosa memoria o I. deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso o V*: Lisboa, 1643. (digitalizada), cap. XXVI, pp.93-94; A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Gav.17, maço 3, nº14 e vol. VII, pp.543-551; *Monumenta Henricina*, vol. XII, doc.38, pp. 82-92. A infanta foi entregue em Castela pelo Conde de Atouguia, D. Álvaro Gonçalves de Atayde e pela Condessa Dona Guiomar de Castro, sua mulher

²²⁷ Nestas incursões pelo Norte de África é acompanhado pelo infante D. Henrique e outros nobres.

²²⁸ Não foi mais do que o entusiasmo momentâneo do monarca português. O avanço otomano e a queda de Constantinopla, capital do Império Romano do Oriente, em 1453, obrigaram o Papa a querer travar o avanço dos infiéis. Entusiasmado oferece Bulas aos príncipes cristãos que quisessem entrar na guerra. No entanto o entusiasmo daqueles não parecia ser o mesmo que o do Papa. Assim, D. Afonso sentindo-se sozinho nesta “cruzada” segue para a tomada de Alcácer Ceguer, pela qual recebe a Bula do Papa Calisto, enviada em mão pelo Bispo de Silves em 1457. Em todo o caso Roma considera as conquistas do monarca português como “uma cruzada”. LEÃO, Duarte Nunes de, *Cronicas Del Rey Dõ Ioam de gloriosa memoria o I. deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso V*, : Lisboa, 1643. (digitalizada), cap. XXVI, pp.95-96;

²²⁹ MENENDEZ PIDAL, Ramón, *História de Espanha. Los Trastamaras de Aragon e Castilla no Séc. XV*. Madrid; Espasa- Calpe, 1958, Tomo XV, pp. 759-767. Era irmão de Afonso, el Cerimonioso e seu sucessor na coroa de Aragão e Navarra, colocado por este, em 1454, como lugar tenente de Navarra. Tinha dois filhos; Catarina e Carlos.

²³⁰ As razões do príncipe eram justificadas pelo seguinte: achava que era maltratado pelo pai D. Juan de Aragão e pela madrasta a Rainha D. Joana que, no seu parecer, pretendiam que a coroa de Aragão passasse para o príncipe D. Fernando e em paralelo, governasse o reino de Navarra. IDEM, cap. XXXII, p. 108; SOUSA, M.F. Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp.358-359.

Afonso de Portugal e da Rainha D. Juana, sua mulher. Concertam-se as desavenças e o casamento parece poder realizar-se. Castela pretendendo ser favorecida por Navarra, envia secretamente ao príncipe Carlos, o **Bispo de Ciudad Rodrigo e Diogo da Ribeira** para consertarem o casamento da Infanta D. Isabel, irmã de Henrique IV com aquele príncipe. Entretanto, a 24 de maio de 1460 aquele envia D. Pedro de Sada ao Infante D. Henrique, duque de Viseu, uma carta na qual pedia que se informasse o rei de Portugal que a boa harmonia tinha entrado novamente na corte de Aragão. Para reforçar a informação, em julho, o mesmo príncipe envia **Bartolomeu de Reus e D. Pedro de Sada** a quem dá poderes de decisão para firmarem o seu casamento com a infanta D. Catarina irmã do monarca Português²³¹. O príncipe mantinha um jogo duplo e não tomava uma decisão definitiva quanto ao seu casamento com Catarina de Portugal. Secretamente havia negociado com o rei de Castela o casamento com a Infanta Isabel, sua irmã. Tentando perceber, **D. Fernando, Duque de Beja**, em abril de 1461, propõe de novo ao príncipe o seu casamento com a Infanta. Entretanto Carlos morre a 23 de Setembro do mesmo ano. Por esta altura, encontrava-se em Castela o Condestável D. Pedro de Portugal²³². Depois da morte da Rainha D. Leonor, regressou a Portugal tendo sido perdoado por D. Afonso V. Catalunha e Navarra estavam em guerra com Aragão. Por outro lado, perdem o apoio de França e Castela. Abandonados de todos os lados sem condições para enfrentar Aragão, as instituições catalãs aclamam o condestável D. Pedro, no Conselho do Cento²³³, conde de Barcelona chegando mesmo a intitular-se Rei de Aragão. Em luta constante acaba por morrer em 1466²³⁴.

²³¹ O casamento da infanta D. Isabel de Castela parecia interessar por um lado, a Henrique IV para ter domínio sobre Navarra. Interessava também aos reis de Aragão para terem o domínio sobre Castela. A boa concórdia entre pai e filho parece ter durado pouco tempo. O príncipe continuava obstinado com a ideia da usurpação. Entretanto tinham sido constituídas as confederações entre Castela, Aragão, Navarra e França. Desta feita, depois de ter conjurado contra a coroa de Aragão, é preso morrendo pouco tempo depois. O seu casamento com as infantas de Castela e de Portugal não se realizaram. SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp.361-363; LEÃO, Duarte Nunes de, *Crónicas Del Rey Dõ Ioam de gloriosa memoria o I. deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso o V.* Lisboa; 1643. (digitalizada), cap. XXXII, pp.108-110.

²³² D. Pedro de Portugal era filho do Infante D. Pedro. Depois da sua morte refugiou-se em Castela com medo das represálias do rei Afonso V.

²³³ MENENDEZ PIDAL, Ramón, *História de Espanha. Los Trastamaras de Aragon e Castilla no Séc. XV*. Madrid; Espasa- Calpe, 1958, Tomo XV, pp. 759-767. Assembleia consultora do governo Municipal de Barcelona, instituída no século XIII até à sua extinção no século XVIII. É constituída por 100 membros. Disponível em; www.encyclopedia.catalunha

²³⁴ Era filho do Infante Regente D. Pedro de Portugal e de Isabel de Navarra filha do conde de Urgel. Em 1448, D. Afonso V atingiu a maioridade. A regência de D. Pedro terminou. O rei sentiu a influência de alguns “grandes”, principalmente do Duque de Bragança, D. Afonso, meio-irmão e inimigo de D. Pedro. Estas desavenças e intrigas culminariam na batalha de Alfarrobeira. Como consequência, muitos dos

Em 1463 D. Afonso V envia de novo **João Fernandes da Silveira**²³⁵ a Castela, para propor o casamento do rei à Infanta D. Isabel²³⁶. No seu regresso de Ceuta, encontra-se com Henrique IV, em Gibraltar²³⁷. A situação política do reino vizinho, antevia grandes contratempos para aquele monarca²³⁸. Os “Grandes” exigiam a sua demissão propondo que o rei de Aragão devia governar. Henrique IV recorre ao Papa, e pede ajuda também ao rei de Portugal. No centro das discórdias também se encontrava a rainha D. Joana irmã do monarca Português, acusada de leviandade e infidelidade²³⁹. Na evidência de uma possível guerra entre Aragão e Castela, Afonso V envia **João Gonçalves** como seu representante para a paz.

Em 1465 Henrique tinha sido deposto e encontrava-se em Ávila. A rainha D. Joana vem a Portugal pedir ajuda a D. Afonso V. O encontro deu-se na cidade da Guarda. O rei reúne-se com os seus conselheiros em Cortes. Como Henrique IV não era uma pessoa muito sensata, os nobres portugueses aconselham o rei a não interferir nos

aliados do regente foram obrigados a refugiar-se em Castela e Borgonha. Mais tarde Afonso V, considerando esta casta de nobres indispensáveis ao reino de Portugal, pedirá o seu regresso à corte. Em novembro de 1465 o Condestável já com o título de rei de Aragão, envia os embaixadores Frei Pedro António, abade do mosteiro de Santa Maria de Monserrate, e Rodrigo de Sampaio para pedir ao rei D. Afonso V a restituição do Mestrado de Aviz e o pagamento retroativo das rendas dos anos passados, a fim de sustentar a guerra contra Aragão. SOUSA, M.F. Barros de, Visconde DE SANTARÉM. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp. 364-365; LEÃO, Duarte Nunes de, *Cronicas Del Rey Dõ Ioam de gloriosa memoria o I. deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso o V*: Lisboa, 1643. (digitalizada), cap. XXXVI, pp.121-123; Saul António GOMES. *D. Afonso V*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2006, pp.86-87. MENENDEZ PIDAL, Ramón, *História de Espanha. Los Trastamaras de Aragon e Castilla no Séc. XV*. Madrid; Espasa- Calpe, 1958, Tomo XV, pp. 772-774.FONSECA, Luís Adão, *Alguns Aspectos das Relações Diplomáticas entre Portugal e Castela, em Meados do Século XV (1449- 1456)*; Revista da Faculdade de Letras, pp. 52-112.

²³⁵ Ganhou o título de Barão, após uma viagem que fez a França

²³⁶ A Infanta D. Isabel, posteriormente Rainha Católica de Castela e Aragão, contrairá casamento com o príncipe Fernando de Aragão. Neste período as duas Coroas unir-se-ão dando origem ao Reino de Leão, Castela e Aragão.

²³⁷ Henrique de Castela tinha problemas com os “Grandes” que pretendiam colocar no trono o seu meio-irmão Afonso. Pretendiam ainda casar esse infante com a infanta D. Isabel assim como o príncipe D. João casaria com sua filha D. Joana. Esses acordos estavam nas mãos do Bispo de Évora, D. Jorge da Costa. Aproveita o encontro com o rei de Portugal para lhe pedir conselhos. SOUSA, M.F. Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, XVIII volumes, obra editada em Paris, entre 1842 e 1854, e continuada por Luís Augusto Rebelo da Silva, entre 1858 e 1860, 1.º volume, apresenta a introdução e o plano geral, bem com as relações diplomáticas com a Espanha entre 1227 e 149, p. 363-364;

²³⁸ Henrique IV era caracterizado pelos Grandes de Castela como libertino e inconstante, atributos que o tornaram numa personagem “non grata” para governar.

²³⁹ A rainha era acusada de ser infiel ao marido. A impotência do rei e o seu carácter libertino eram motivo de conversa entre os membros da corte castelhana. LEÃO, Duarte Nunes de, *Cronicas Del Rey Dõ Ioam de gloriosa memoria o I. deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso o V*: Lisboa, 1643. (digitalizada), cap. XXXVII, pp.125-128.

desígnios da corte castelhana. Com mestria o rei escusasse²⁴⁰ e Henrique fica só. No entanto, consegue impor-se na sua corte e continua a governar. Insiste no casamento do monarca português com a Infanta D. Isabel, sua irmã. Escreve a D. Afonso V para que lhe envie os seus Embaixadores. Era também de seu interesse o casamento do príncipe D. João de Portugal com sua filha D. Joana. Em 1468 Afonso V de Portugal envia **D. Jorge da Costa, Arcebispo de Lisboa**²⁴¹ para tratar do proposto anteriormente. Os grandes de Castela estavam mais interessados no casamento de Isabel com Fernando de Aragão. O Arcebispo de Toledo através de Pierres de Peralta tenta dissuadir a infanta da união com o rei de Portugal, pelo que mostra o seu contentamento dado que parece não estar interessada nessa união. O Mestre D. João Pacheco e D. Pedro de Velasco reforçam o conselho do Arcebispo, em modos de ameaça²⁴².

Na expectativa de uma resposta os embaixadores portugueses esperam na Aldeia Cientpozuelo. Devido à demora da mesma, Isabel fica prisioneira no castelo de Madrid. O Arcebispo de Toledo, por portas travessas, põe a princesa em liberdade. Os reveses desta união, concentram-se no alvoroço que se sentia no seio do povo, pelo que, segundo o Arcebispo de Toledo, era aconselhável os embaixadores portugueses²⁴³ esperar que os ânimos acalmassem e tentar por outras vias a desejado união. No entanto esta não se realizará. Isabel casará com Fernando de Aragão. Impotente, Henrique IV encontra-se com o monarca português entre Badajoz e Elvas²⁴⁴ e tenta com o seu embaixador **D. João Pacheco, Mestre de Santiago**, negociar o casamento da filha Joana. Afonso V, provavelmente achando esta ligação “imprópria” não parece interessado ficando o assunto sem efeito mas não encerrado. Em 1474 há uma nova tentativa para a realização deste casamento. **João Fernandes da Silveira, Barão de Alvito** volta a Castela. Ainda neste ano, D. Henrique IV temendo pela segurança da filha e do reino, executa o seu testamento, no qual declara que a Princesa D. Joana sua

²⁴⁰ SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de Santarém, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p.365. Apesar de haver uma boa relação entre os dois monarcas, Afonso V não interfere.

²⁴¹ Mais conhecido por D. Jorge de Alpedrinha

²⁴² IDEM, pp.366-369; LEÃO, Duarte Nunes de, *Cronicas Del Rey Dõ Ioam de gloriosa memoria o I. deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso o V* : Lisboa, 1643. (digitalizada), cap.XXXVII, pp. 125-128

²⁴³ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, tomo I, pp.367. O principal desta comitiva era o Arcebispo de Lisboa, D. Jorge da Costa.

²⁴⁴ IDEM; LEÃO, Duarte Nunes de, *Cronicas Del Rey Dõ Ioam de gloriosa memoria o I. deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso o V* : Lisboa, 1643. (digitalizada), cap. XXXXII, p.148.

filha é herdeira dos Reinos de Castela e Leão; declara ainda que D. Afonso V seria governador das mesmas e volta a insistir no casamento entre Joana, a Beltraneja e D. Afonso V de Portugal²⁴⁵. O rei de Castela morre a 11 de dezembro de 1474.

De seguida os testamenteiros dão conhecimento ao monarca português, do teor do testamento. Em virtude dos rumores que se faziam sentir sobre o governo de Castela **o Marquês de Vilhena**, partidário de Joana, escreve a D. Afonso V para lhe lembrar que como tio e tutor da princesa devia protegê-la²⁴⁶ de Fernando e Isabel que pretendiam proclamar-se reis de Castela pois já tinham conseguido o apoio dos “maiores”. Mais uma vez, o casamento entre Joana e Afonso V é desejado. Ainda antes do fim do ano de 1474, o rei de Portugal envia a Castela **Lopo de Albuquerque** com missivas para alguns dos “Grandes”, dando-lhe a saber que aceitava o casamento com D. Joana. O embaixador regressa em janeiro do ano seguinte e em Évora dá a notícia ao rei.

Tomando conhecimento do que se estava a passar nos reinos vizinhos, os reis Católicos tentam travar as pretensões de D. Afonso V. Envia ao Rei de Portugal, mensageiros. Aconselham-no a não interferir na coroa de Castela. Lembram ainda o rei, dos tratados de paz e amizade, bem como o grau de parentesco que existia entre todos. Embora aceitassem que D. Afonso V devesse proteger a sobrinha, dissuadiam-no contudo, do matrimónio. Antes porém aconselham o rei a casar D. Joana com o Duque de Viseu, D. Diogo, sobrinho de Afonso V. Por outro lado, oferecem ao monarca a mão da Infanta dona Joana irmã de Fernando de Aragão.

Afonso V não aceita as condições propostas pelos reis católicos. Não aceitou ainda que se apoderassem do trono de Castela e recorre aos seus conselheiros para saber que decisão tomar. Reúne as Cortes em Évora, nas quais obtém o consentimento da maioria dos representantes. Porém o duque de Bragança, D. Fernando sustenta que o rei não deveria casar com a sobrinha pois que o levaria a interferir na coroa de Castela provocando a quebra do acordo de paz e por conseguinte, novas guerras²⁴⁷. Apesar do

²⁴⁵ Henrique IV, quer evitar a todo o custo, que os reis Católicos, Isabel e Fernando se apoderem da coroa de Castela que por direito pertence a sua filha. Mais tarde, os mesmos reis católicos irão ter o mesmo problema. Juana, a Louca, casa com o herdeiro do Sacro Império Romano Germânico Filipe de Habsburgo e torna-se rei consorte de Castela e Leão após a morte da Rainha Isabel em 1504.

²⁴⁶ GOIS, Damião de, 1502-1574. *Chronica do príncipe Dom Ioam, Rei que foi destes Regnos segundo do nome em que summariamente se trattam has cousas sustançaes que nelles acontecerão do dia de seu nascimento atte ho em que elRei dom Afonso seu pai faleção*, composta de nouo per Damiam de Goes. - Em Lisboa, em casa de Francisco Correa, 1567, cap. XLII, pp.42-45

²⁴⁷ O duque de Bragança não estava de acordo que o rei casasse. Casando teria obrigação de proteger os bens da mulher. Se a relação se mantivesse como tio e sobrinha não haveria essa obrigatoriedade e Portugal evitaria a guerra. Continuava a manter boas relações com a coroa de Aragão, já que Isabel tinha

argumento do duque ser válido, o rei não podia ficar indiferente ao momento político que se vivia no reino vizinho. Até porque tinha sido do interesse de Henrique IV, que o monarca português protegesse a filha e o reino. Cauteloso e justiceiro, o monarca envia aos reis católicos, **Ruy de Sousa**, através do qual pedia que respeitassem a decisão do falecido Henrique IV, sobre a coroa de Castela e Leão que pertenciam, a D. Joana. Pretendia ainda o rei português, que o seu embaixador lembra-se àqueles que, como governador do reino de Castela de Leão defenderia os mesmos reinos a favor de sua sobrinha e futura consorte tal como havia prometido. Insiste ainda que não pretende entrar em guerra com Aragão pelo que pede bom senso aos reis católicos²⁴⁸. Percebe-se que estes não aceitariam Joana como herdeira de Castela e Leão e por essa razão fazem transmitir ao rei de Portugal que não estão interessados em acatar o pedido que aquele fizera pelo que declaram guerra. Começam por levantar o tributo da cidade de Valença²⁴⁹. Com esta decisão, Portugal vê o seu comércio diminuir. Vendo as negociações falharem a 25 de maio de 1475 Afonso V, deixa no governo de Portugal o seu filho como regente, e entra em Castela²⁵⁰. Desposa a princesa Joana em Placência e intitula-se Rei de Castela, de Leão e de Portugal. Por seu lado, e no seu direito, a Rainha apresenta-se como Rainha, herdeira legítima do Reino de Castela, de Leão e de Portugal, e faz publicar o manifesto a 30 de maio de 1475²⁵¹.

também laços de sangue. Da mesma opinião eram D. Afonso, Conde de Faro, o Prior do Crato e o cardeal D. Jorge, Arcebispo de Lisboa. No entanto o rei já se havia decidido. Mais tarde, conjeturava-se na corte portuguesa que este nobre descendente de Avis se opunha a D. João II a favor dos reis Católicos, pelo que mais tarde será condenado á morte.

²⁴⁸ SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz, em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp.371-372; LEÃO, Duarte Nunes de, *Cronicas Del Rey Dõ Ioam de gloriosa memoria o I. deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso o V* : Lisboa, 1643. (digitalizada), cap. XXXXII, pp.175-176. o principal desta comitiva era o Arcebispo de Lisboa, D. Jorge da Costa,

²⁴⁹ SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp.371-372. O “tributo” de Valença fora uma imposição colocada à coroa portuguesa por causa da apreensão de uma caravela em Oran

²⁵⁰ GOIS, Damião de, 1502-1574, *Chronica do principe Dom Ioam, Rei que foi destes Regnos segundo do nome em que summariamente se trattam has cousas sustançaies que nelles acontecerão do dia de seu nascimento atte ho em que elRei dom Afonso seu pai faleçeo / composta de nouo per Damiam de Goes*. – Lisboa; em casa de Francisco Correa, 1567, cap. XLVIII, pp.51-52

²⁵¹ LEÃO, Duarte Nunes de, *Cronicas Del Rey Dõ Ioam de gloriosa memoria o I. deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso o V* : Lisboa, 1643. (digitalizada), cap. LI, pp.182-197; SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de SANTARÉM *Quadro Elementar (...)*. Pariz; em casa de J.p. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp.371-372. A rainha envia a todas as cidades de Castela e Aragão o seu manifesto. Sua mãe, a Rainha Joana morrerá no dia 13 do mês seguinte.

A 26 de julho, **Dom Rodrigo Gomes de Manrique, Conde de Paredes e Mestre de Santiago** apresenta uma nota assinada por si informando o monarca luso, que o “rei” de Castela, Fernando de Aragão se encontrava em Touro. D. Afonso V faz-se representar por **Afonso de Ferreira**²⁵². Por seu lado, a Rainha católica também percorria o reino à procura de aliados. O arcebispo de Toledo parecia indeciso sobre quem apoiar. Durante algum tempo os dois monarcas trocam mensagens através dos seus correspondentes ao mesmo tempo que os reis católicos enviam cartas à cidade de Sevilha para que impeçam o comércio português na costa de Africa e da Guiné²⁵³.

Em setembro de 1475 o Cardeal de Castela, **D. Pedro Gonçalves de Mendonça** aconselha o rei de Portugal, o caminho para a paz pelo que se oferece para mediar as negociações. Afonso V responde-lhe que por sua vontade está disposto a negociar a paz. Todavia pergunta se os reis católicos também a desejavam e explica que quer saber as condições segundo as quais a paz seria negociada. A resposta dos Reis Católicos foi rápida e pretensiosa. A Rainha Joana abdicaria do trono de Castela e de Leão e ficaria a receber um dote. Desta forma manter-se-iam os reinos unidos²⁵⁴.

D. Afonso V não aceita as condições e desafia Fernando I, para uma luta campal. Aconselhado pelo Duque de Alva, Fernando de Aragão não aceita. Em finais do ano de 1475, o monarca português regressa a Touro. Com algumas vitórias que o deixam animado, continua as suas incursões por Castela. Vai a Burgos e a Valladolid. No caminho trava alguns combates em Baltanás e toma Cantalapedra. Por seu lado Fernando de Castela vai de Zamora a Touro onde sitia a cidade. Em janeiro de 1476, o príncipe regente sabendo que o pai tinha sido cercado vai em seu socorro. De regresso a

²⁵² CORREIA, Gaspar, *Crónicas dos Reis de Portugal e sumários de suas vidas, D. Pedro, D. Fernando, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, Leitura, Introdução, Notas e Índice por José Pereira da Costa. Lisboa; Academia das Ciências de Lisboa, 1996, p. 158. Afonso Ferreira era de origem castelhana mas esteve ao serviço do monarca português.

²⁵³ Voltam de novo os problemas derivantes das conquistas ao longo da costa de África. Essas quezílias haviam começado ainda no reinado de D. Juan II. As boas relações que o rei D. Afonso V mantinha com Henrique IV de Castela, acalmaram essas pretensões. Todavia manteve-se e irá continuar ainda por alguns anos. No entanto, o acordo matrimonial de Henrique com a infanta D. Joana tivera em consideração a expansão marítima que antecede a assinatura dos capítulos pela Bula pontífica de 8 de Janeiro de 1455, Romanus Pontifex, por Nicolau V a qual reservava aos portugueses as navegações marítimas para além do Cabo Bojador. *Monumenta Henricina*, vol. XII, doc. 36, pp. 72-79 e Vol. XII, Doc. 61, pp.118-121 e ainda, doc. 84, pp.162-166. Esta Bula foi executada a 22 de abril do mesmo ano, por D. Jaime, Arcebispo de Lisboa e D. Álvaro, Bispo de Silves.

²⁵⁴ SOUSA, M.F. Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris; em casa de J. p. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp.376-379; LEÃO, Duarte Nunes de, *Cronicas Del Rey Dõ Ioam de gloriosa memoria o I. deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso o V*: Lisboa, 1643. (digitalizada), cap. LIII, pp.199-202; GÓIS, Damião de, *Crónica de D. João II*. Era do interesse dos reis católicos a união dos reinos da Península Ibérica, incluindo Portugal. Por seu lado, a mesma pretensão também as tinha Portugal.

Zamora, que estava também cercada por Fernando de Aragão, os dois monarcas tentam chegar a um acordo.

Os embaixadores de Portugal, **D. Álvaro duque de Bragança, Ruy de Sousa e o Doutor António Nunes**, encontraram-se com os embaixadores de Castela, **Duque de Alva, Almirante, e o Doutor de Ciudad Rodrigo**. As negociações não surtem o efeito desejado. Perdida Zamora, a Batalha de Toro é inevitável. Ela dá-se a 2 de março de 1476 levando à derrota de D. Afonso V e à sua posterior capitulação²⁵⁵. O rei ainda tenta obter ajuda de outras cidades e de alguns “grandes” de Castela e Leão que estavam do lado da Rainha Joana. Tenta ainda pedir ajuda a França. Primeiro envia como seu representante D. Álvaro de Ataíde. Não ficando satisfeito com as missivas que Luís XI enviou, ele próprio se desloca àquele reino. Em vão. Luís XI estava também com problemas²⁵⁶. Além disso não tinha qualquer interesse em ajudar o rei de Portugal nos assuntos de Castela e Leão, governados agora pelos reis católicos. A complicar ainda mais a posição de Afonso V, alguns dos “Grandes” de Castela voltaram a apoiar a Rainha católica.

Com todos estes revezes, Afonso V vê os seus projetos em Castela, desmoronarem-se. A cidade de Touro continua a defender-se na expectativa de que a todo o momento Afonso V viesse com ajuda. Não aconteceu. A cidade capitulou. Uma a uma foram sendo tomadas por Fernando de Aragão. Em 1477, Fernando e Pero de Mendanha, entram em acordo. Mendanha que era alcaide de Castro Nuno a favor de D. Afonso V entrega a cidade por sua ordem. Triste, escreve ao rei de França transmitindo-lhe a vontade de professar²⁵⁷. A guerra peninsular, assim chamada, prolongou-se de 1475 a 1479. Neste ano, a Rainha Isabel reúne-se com a infanta de Portugal, D. Beatriz em Alcântara de Castela, a fim de tratarem das pazes²⁵⁸. Afonso V e o príncipe D. João

²⁵⁵ IDEM, pp.377-380; IDEM, (digitalizada), cap. LVII a LIX, pp.211-219;

²⁵⁶ Luís XI estava em guerra com Carlos o Temerário filho de D. Isabel de Portugal e de Filipe, o Bom de Borgonha. Afonso V animado pelo seu espírito de cavaleiro, encontra-se com o primo e tenta que este negocie as pazes com Luís XI, rei de França. O azar consegue acompanhar o monarca português pois na altura em que parecia haver vontade de reconciliação, Luís XI, acompanhado pelo duque de Lorena, cercam a cidade de Nancy, onde se encontrava Carlos. Apanhado de surpresa é morto e com ele morre o ducado de Borgonha. As esperanças de ajuda do rei de França foram goradas e Afonso V regressa a Portugal mais infeliz que nunca.

²⁵⁷ **A.N.T.T.** *As Gavetas da Torre do Tombo*, Gav. I-III, 613- 11-24, pp. 939-941. Aira Frol, 23 Setembro de 1477.

²⁵⁸ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp.378-382; LEÃO, Duarte Nunes de, *Cronicas Del Rey Dõ Ioam de gloriosa memoria o I. deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso o V*: Lisboa, 1643. (digitalizada), cap. LXVI, pp.241-243; GOÍS, Damião de, 1502-1574, *Chronica do principe Dom Ioam, Rei que foi destes Regnos segundo*

dão consentimento a esta reunião. Em julho de 1479, na cidade de Trugillo, os reis católicos entregam ao **Dr. Rodrigo Maldonado**, uma procuração para poder firmar o tratado de paz com Portugal²⁵⁹.

De seguida, no mês de agosto, D. Afonso V, em Évora entrega a **João Gomes da Silveira**, procuração para negociar com o representante de Castela, **Dr. Rodrigo Maldonado**, o tratado de paz²⁶⁰. Em setembro é celebrado em Alcáçovas, o também chamado das Terçarias de Moura o qual ratifica os tratados de paz antigas consignando as garantias de parte a parte. A 6 de março de 1480 será ratificado o tratado de paz de 1479²⁶¹. Em junho de 1480, os reis de Castela convocam o rei de Portugal com a finalidade de se fazer cumprir uma das cláusulas do tratado de Paz celebrado anteriormente e cujo assunto dizia respeito aos mouros²⁶².

A situação da Beltraneja era um assunto por resolver. Em Portugal, a sua vida estava nas mãos de D. João II. Fica em Abrantes até que as negociações cheguem a bom termo. Em outubro de 1479, entra no mosteiro de Santa Clara de Santarém, onde permanecerá até ser transferida para Santa Clara de Coimbra. Os reis católicos, enviam em janeiro do ano seguinte a Portugal, **Don Fernando de Talavera, Prior de Nossa Senhora do Prado, Bispo de Ávila e arcebispo de Granada e o Doutor Affonso**

do nome em que summariamente se trattam has cousas sustançaies que nelles acontecerão do dia de seu nascimento atte ho em que elRei dom Afonso seu pai faleceo / composta de nouo per Damiam de Goes. Lisboa; em casa de Francisco Correa, 1567, cap. CIII, pp. 98-100. Dona Beatriz era tia da rainha católica e mãe do futuro rei D. Manuel I

²⁵⁹ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Gav. 18, maço 8, pp.581-605. Este tratado de paz, chamado das Terçarias, é celebrado entre D. Fernando de Castela e Afonso V de Portugal. Neste tratado, celebrado em Toledo a 6 de março de 1480, fica acordado o casamento de D. Afonso, filho de D. João II, com a infanta D. Isabel de Castela.

²⁶⁰ IdEM, GAV. 18, maço 8, pp. 246-286. Tratado de casamento do príncipe D. João de Castela com D. Joana (A Beltraneja) ou “Excelente Senhora) como D. João II de Portugal carinhosamente a tratava.

²⁶¹ A complexidade deste tratado propunha o seguinte: o infante D. Afonso, filho do futuro rei D. João II de Portugal casaria, quando atingisse os 7 anos, por “palavras de futuro” e aos 14 anos por “palavras de presente” com a infanta D. Isabel filha dos reis de Aragão e Castela, com pagamento definido. D. Joana, filha de Henrique IV e prometida a D. Afonso de Portugal, casaria por “palavras de futuro” com o príncipe D. João de Castela que na altura tinha apenas 1 ano de idade e por palavras de presente quando aquele atingisse os 14 anos de idade. Nesta altura D. Joana, herdeira do trono de Castela, por direito, intitular-se-ia “princesa”. A fim de proteger o combinado, decidem colocar os três infantes em “terçaria”, na vila de Moura, confiados à infanta D. Beatriz. Para que o Tratado se mantivesse seguro, D. Beatriz entregaria o seu filho D. Diogo, duque de Viseu, como “refém” dos reis Católicos. Assim sendo, pretendiam os monarcas que das Terçarias saísse um Príncipe que seria mediano entre Deus e os homens. Joana em vez de aceitar a terçaria optou por se recolher à clausura do convento. Mais tarde, também Isabel e Afonso seriam libertados. Entretanto, enquanto os príncipes estivessem em Terçaria, não poderiam ser visitados por nenhum dos progenitores.

²⁶² A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Gav. XVII, maço 6-16, pp. 286-320; SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 382;

Manuel a fim de dar conclusão ao Tratado das Terçarias de Moura, no qual se determinava o futuro da “Excelente Senhora”²⁶³.

Em finais de 1480, o príncipe D. João e D. Beatriz, notificam a infanta D. Isabel, para se realizar a entrega do infante D. Afonso e a profissão de D. Joana. Em Coimbra, juntam-se aos embaixadores de Castela, **o Bispo de Coria e o Licenciado de Ilhescas**. Contudo a Infanta não vem. A 1 de janeiro de 1481, celebra-se a convenção entre Afonso V e o rei de Castela, na qual elegem deputados que possam decidir se a Infanta D. Beatriz deve ou não receber nas suas fortalezas a comitiva que acompanhará a infanta D. Isabel. Após decisão da convenção, a infanta é entregue a D. Beatriz, em Terçarias²⁶⁴.

Em janeiro de 1481, assiste-se a um desenrolar de situações culminando na solução das mesmas. Decide-se o casamento de D. Manuel, Duque de Beja, filho da Infanta D. Beatriz e de D. Fernando, irmão do rei, com a Infanta D. Isabel, filha dos Reis católicos²⁶⁵. O Duque de Aveiro faz homenagens das fortalezas insertas nos capítulos feitos entre D. Fernando de Castela e D. Afonso V²⁶⁶.

D. Afonso V e o príncipe D. João dão poderes à Infanta D. Beatriz para restituir a Castela os bens que lhe pertenciam e que anteriormente foram decididos pelos responsáveis dos dois reinos²⁶⁷. Entretanto é celebrado o tratado sobre as ilhas Canárias, confirmado em Roma por Xisto IV²⁶⁸. Ainda a 25 de janeiro Isabel de Castela

²⁶³ IDEM, p. 383; LEÃO, Duarte Nunes de, *Cronicas Del Rey Dõ Ioam de gloriosa memoria o I. deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso o V.* Lisboa, 1643. (digitalizada), cap. LXVI, pp.241-243. Uma das cláusulas do tratado, era que D. Afonso e D. Joana abdicassem do nome de Rei e Rainha de Castela e de Leão. D. Juana não poderia ser tratada por Rainha, Princeza ou Infanta. Tinha duas opções: Pôr-se em terçaria ou entrar na vida religiosa. Dona Juana era uma pessoa livre jamais se subjugando a terceiros. Logo, a escolha feita foi abarcar a vida religiosa. A 15 novembro de 1480 entra no mosteiro de Santa Clara de Coimbra. É interessante a forma como D. João II resolveu este impasse. Entregando duas folhas, numa apenas a palavra escrita *guerra* e na outra a palavra *paz*, transferiu para os embaixadores castelhanos a resolução do assunto em causa.

²⁶⁴ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p.384; *As Gavetas da Torre do Tombo*. O acordo de Terçarias saiu do Diploma de Alcáçovas, tratado celebrado pelos representantes dos reis Católicos, por um lado e D. Afonso V e o príncipe D. João, por outro. Pôs fim à guerra da sucessão de Castela (1475-1479). Foi celebrado na vila de Alcáçovas e ratificado pelos reis católicos em março de 1480, em Toledo. D. Diogo, Duque de Viseu ficou como refém e mediano. Em 1483 desfazem-se a Terçarias ficando liberto delas o infante D. Afonso e a esposa D. Isabel de Aragão.

²⁶⁵ IDEM; IDEM,

²⁶⁶ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. AILLAUD, Quai Voltaire, nº 11, 1842- 1853, p. 385; A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*; Tomo VII, GAV.XVII, Maços 3-9, pp.286-316; Toledo 6 de março de 1480.

²⁶⁷ IDEM; IDEM. Insertas nos capítulos do tratado de paz

²⁶⁸ *IBIDEM*; A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*; Tomo VII, GAV.XVII, Maços 6-17, pp.320-329. O Papa Sixto IV através da Bula “*Eterni Regis Clementia*” confirmou as bulas de Nicolau V e Calisto III,

ordena a **D. Afonso de Cárdenas**, Mestre de Santiago a quem entrega procuração para que em seu nome possa receber de D. Diogo, Duque de Viseu as capitulações de paz²⁶⁹.

D. Afonso morre a 28 de agosto de 1481. O desfecho da vida da Beltraneja deixou-o infeliz (...*que impremio tanto em sua alma, com tamanha dor, que logo em Coimbra adoeceu de pura malenconia, de que esteve a ponto de morte...*)²⁷⁰, tendo o propósito de ele mesmo se recolher ao mosteiro de S. Francisco de Varatojo, por si fundado, no termo de Torres Vedras.

D. João II torna-se rei. Entra em guerra com a alta nobreza e dá continuidade aos descobrimentos. Temerário, envia emissários em busca do desconhecido²⁷¹. Como desfecho do seu reinado, eleva Portugal à globalização.

pelas quais tinham sido concedidas aos reis de Portugal todas as ilhas e terra firme descobertas e por descobrir desde os Cabos Bojador e Não, por toda a Guiné até à Índia bem como a jurisdição espiritual delas à Ordem de Cristo.

²⁶⁹ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações diplomáticas de Portugal com as diversa potencias do mundo desde o principio da monarquia até aos nossos dias*. Ordenado por Academia Real das Sciencias de Lisboa, Madrid, Nápoles, Correspondente do Instituto Real de França, e dos Paizes Baiios, etc. Tomo I, Impresso por ordem do Governo Português em casa de J.P. AILLAUD, Quai Voltaire, nº 11. Pariz: 1842. p.385-386.

²⁷⁰ GÓIS, Damião de, *Crónica do Príncipe D. João*, Edição crítica e comentada, Graça Almeida Rodrigues. Universidade Nova de Lisboa, série Investigação, cap. CIII, pp. 214-216; A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Tomo II, pp. 939-941, 613, 11-24. Carta enviada pelo rei a 27 de setembro de 1477, onde explica ao rei de França a sua vontade de professar.

²⁷¹ Quer chegar ao Oriente por terra e apoderar-se da Rota da Seda. Por essa razão envia mensageiros à procura do Preste João das Índias.

Conclusão

Eça de Queiróz questionou-se sobre a diplomacia “*o que consistia a diplomacia? Concluindo que não passa de outra forma de ociosidade, passada no estrangeiro, com sentimento constante da própria insignificância. Antes o Chiado!* (in “os Maias”)²⁷².

Em certa medida, a realidade histórica do século XIX era diferente do período que estudámos. Podemos considerar a diplomacia deste século como uma diplomacia de pena, sustentada por personalidades cujo único ofício era ser “embaixador”. Os grandes temas, e os enredos da política eram discutidos nos salões de uma nobreza decadente ou de uma burguesia materialista, embora letrada.

A Idade Média construiu uma diplomacia de pena e espada²⁷³, cujos resultados podiam ser decididos tanto nas cortes dos reinos como no campo de batalha. Os nossos embaixadores não tinham o “ofício” definido. Como homens da corte, ao serviço do rei, exerciam as mais variadas funções. É certo que tanto os Clérigos como os Nobres, deveriam permanecer nas “boas graças” do rei, servindo-o com eficiência e lealdade, do que dependia a sua subsistência e poder. Eles sabiam que tudo isso fazia parte do jogo, porquanto os vemos ao serviço da Côroa ao longo de vários reinados. Era necessário, citando a ideia de Julieta **ARAÚJO**, vigiar a paz para preparar a guerra. Portugal e Castela, dois reinos, o mesmo objetivo.

A diplomacia serve D. Fernando I de Portugal como uma imposição da sua vontade em relação a Castela. É também uma constante que acompanha todo o seu reinado pelos problemas da sucessão. A infanta D. Beatriz, única herdeira, assume o papel principal. Assim o quis D. Leonor de Teles afastando todos os possíveis herdeiros na sucessão como a infanta bastarda D. Isabel e D. João, irmão do rei. Beatriz, Infanta menina-adulta é usada como moeda de troca nos meandros da política instável do seu pai. Acaba por casar com D. Juan de Castela. Ficando viúva recusa segundas bodas com

²⁷² QUEIRÓS, Eça de, *Os Maias*. Lisboa; Europa – América, 4ª ed. p. 585

²⁷³ Oratores; Milites ou Bellatores e Labatores. Estas são as três ordens da monarquia feudal

o duque de Áustria. Sem levar uma vida de clausura, parece ter preferido afastar-se do rebuliço e das intrigas da corte.

Em D. João I, vêmo-la como uma forma pacificadora entre reinos. Por seu lado D. Duarte, usa a diplomacia e os seus embaixadores como representantes de um reino que quer afirmar-se no palco do teatro europeu. Apesar do seu discernimento de homem culto e viajado, a regência do infante D. Pedro, envolvida em discórdias internas e externas, trava o sucesso diplomático com outros reinos, à exceção de Castela onde foi buscar o apoio de D. Álvaro de Luna. À sua maneira, D. Afonso V exerce a ação diplomática como uma cruzada que prospera à medida que são conquistados novos espaços.

O Tratado de Alcáçovas, teve o alcance da hegemonia de Castela, pegando nas palavras do Professor Bernardo Vasconcelos e Sousa, sob o poderio político dos reis católicos, sobre outros reinos da Península Ibérica; da hegemonia de Portugal sobre o Atlântico, da sua repartição, da definição do comércio marítimo a partir das Canárias mas também o sonho adiado de uma união ibérica por meio do casamento dos dois primogénitos das Coroas Peninsulares²⁷⁴.

Houvesse ou não diplomacia, tal como hoje é considerada, na Idade Média houve sem dúvida, relações que ajudaram a transformar pequenos condados em reinos e pequenos reinos em futuras nações. Os povos faziam alianças para se protegerem. Relacionavam-se entre si utilizando a diplomacia como principal arma de recurso nas relações internacionais. Jogavam diplomaticamente retirando desses jogos ensinamentos. Moviam-se com dificuldade, sem dúvida. Mas se considerarmos essa dificuldade como um meio de aprendizagem no contacto com outras culturas e com outros povos, então aí encontramos diplomacia.

Tal como hoje, nem sempre as ações diplomáticas tinham êxito. Mas a persistência dos interessados exigia que, à posteriori, fossem encontrados resultados. A Idade Média trabalhou bem a arte diplomática. As grandes façanhas devem-se ao exercício de uma diplomacia tolerante em que muitas vezes as duas partes tinham que ceder. Bernard Gueneé insere a diplomacia *no grande movimento das especializações e burocratização que envolveu todos os Estados do Ocidente no final da Idade Média*²⁷⁵.

²⁷⁴ O casamento dos dois príncipes, Afonso e Isabel, depois de desfeitas as Terçarias, não voria a realizar-se

²⁷⁵ GUENÉE, Bernard, *O Ocidente nos séculos XIV e XV, (os estados)*. Nova Clío: Pioneira/Edusp: 1981. In Douglas Mota X. de Lima “*A Diplomacia Régia e a Participação Clerical: temas e problemas acerca*

Assim sendo, a diplomacia da Idade Média ao criar o ofício de embaixador deixa legados de muita importância na construção do mundo como hoje o conhecemos. Seja de que maneira for, as relações diplomáticas contemporâneas tiveram na Idade Média a sua matriz.

Fontes e Bibliografia

FONTES:

Chancelarias Portuguesas:

Chancelaria D. Pedro I

Chancelaria D. Fernando

Chancelaria de D. João I- Livros 1, 2 e 3

Chancelaria de D. Duarte, Livros 1, 2, 3, 4

Chancelaria de D. Afonso V – Livros 29 e 34

AYALA, Pedro Lopez de - *Crónica de Henrique III*, Madrid, 1868.

BRANDÃO, António- *Monarquia Lusitana*, Terceira Parte, que contém a História de Portugal desde o Conde D. Henrique até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Impresso em Lisboa em o mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbek, impressor delRey. Anno de 1672.

BRANDÃO, Francisco - *Monarquia Lusitana*, sexta Parte. *que contem a historia dos ultimos vinte & tres annos del Rey Dom Dinis*. Lisboa: Oficina de Joam da Costa, 1672

CARRILHO DE HUETE, Pedro - *Cronica de los Hechos del Condestable Miguel Lucas de Iranzo*. Madrid: édition Paz y Mélia, 1904.

da diplomacia medieval, disponível em : encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338433037-T. Guenée mostra que, nesta época, os estados podiam ser solidários uns com os outros.

_____ - *Crónica de Enrique IV*, ordenada por Mosén Diego de Valera, edición y estudio por Juan de Mata Carriazo, Madrid, Espasa-Calpe, 1941

_____, *Crónica del Halconero de Juan II (hasta ahora inédita)*, edición y estudio por Juan de Mata Carriazo, Madrid, Espasa-Calpe, 1946

CRÓNICA del Rey Don Afonso XI de Castilla e León por Don Francisco Cerdá e Rico
Biblioteca Digital- <http://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=5309>

_____ - *de Don Alvaro de Luna, Maestre de Santiago, Condestable de Castilla*.
Milão: public. João António de Castellano, 1546.

_____ - *anónima de Henrique IV de Castela, 1454-1474*, edição crítica e comentada por, Maria del Pilar Sanchez-Parra. Madrid: éditions de la Torre, 1991.
repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/62447/2/TESEDOUTMARCELOENCARNAOV1000157853.pdf

_____ - *de Don Alvaro de Luna, Condestable de Castilla, Maestre de Santiago*, edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1940.

_____ - *de Enrique IV, ordenada por Mosén Diego de Valera*, edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa - Calpe, 1941.

_____ - *de Enrique IV de Diego Enriquez del Castillo*, edición crítica de Aureliano Sánchez Martín, Universidade de Valladolid. Valladolid, 1994.

_____ - *de los Reys de Castilla, desde dom Alfonso XI, el Sabio hasta los católicos, Don Fernando y doña Isabel*. Madrid: Tomo Terceiro. Colección ordenada por Cayetano Rosel, M. Rivadeneyra, 1875-1878.
<https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=8333>

_____ - *del Rey Dom Joaõ de Gloriosa Memoria, o I deste nome, e dos Reys de Portugal o X, e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonsoo V*”, in *Crónicas dos Reis de Portugal*, reformadas por Duarte Nunes de Leão. Lisboa: por Antonio Alvarez, impressor Del Rey N. Senhor, 1643. http://purl.pt/29411/4/hg-1928-a_PDF/hg-1928-a_PDF_24-C-R0150/hg-1928-a_0000_capa-capa_t24-C-R0150

_____ - *Chronica dos Reys de Portugal* / reformada pello Licenciado Duarte Nunes do Liam, Dezembargador da caza da Supplicação : ofrecida ao Senhor D. Miguel de Portugal Conde de Vimiozo, &c.. - Lisboa : na Officina de Francisco Villela, & à sua custa, 1677. http://purl.pt/29388/4/hg-861-a_PDF/hg-861-a_PDF_24-C-R0150/hg-861-a_0000_capa-capa_t24-C-R0150.

GASPAR CORREIA – CRÓNICAS DOS REIS DE PORTUGAL E SUMÁRIOS DE SUAS VIDAS: (D. Pedro I, D. Fernando., D. João I, D. Duarte, D. Afonso, D. João II),

Leitura, Introdução, Notas e Índice por, JOSÉ PEREIRA DA COSTA. Academia das Ciências de Lisboa. 1996.

LOPE BARRIENTOS - Refundición de la Crónica del Halconero, edición y estudio por Juan de Mata Carriazo, Madrid, Espasa- Calpe, 1946

LOPES, Fernão - *Crónica do Rei Dom Dom Pedro I*. 2ª edição, revista. Edição crítica, introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi e Teresa Amado. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007.

LOPES, Fernão - *Crónica do senhor rei Dom Fernando*. Porto: Livraria Civilização, 1979.

_____ - *Crónica del Rei Dom Joham I de Boa memória e dos Reis e Portugal o decimo*, Reprodução fac-similada da edição do Arquivo Histórico Português (1915) preparada por Anselmo Braamcamp Freire. Prefácio por Luis F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1977.

MARQUES, João Martins da Silva - *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*. Volume I (1147-1460). Lisboa; Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1944,

MONUMENTA HENRICINA, organiz. Por António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., 15 volumes. Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974 (1976).

PORTUGALAE MONUMENTA HISTORICA – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Nova Série, Volume II/1, Edição crítica por José Mattoso- Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa, 1980.

RESENDE, Garcia de - *Crónica de Dom João II*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Nova edição conforme a de 1978, com introdução de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa, 1973.

SANTARÉM, Visconde de - *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas Potencias do mundo, desde o principio da Monarchia Portuguesa até aos nossos dias*. Tomo I. Impresso por ordem do Governo Português em Casa de J.P. Aillaud, Quai Voltaire, nº 11. Pariz, MDCCCXLII.

_____ - *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas Potencias do mundo, desde o principio da Monarchia Portuguesa até aos nossos dias*. Tomo IV, partes I e II. Impresso e ordem do Governo Português em Casa de J.P. Aillaud, Quai Voltaire, nº 11. Pariz, MDCCCXLIII.

_____ - Corpo Diplomático Português contendo todos os tratados de paz, de aliança, de neutralidade, de trégua, de comércio entre Portugal e as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia até aos nossos dias, tomo I, Portugal e Espanha. Paris, J.P. Aillaud, Quai Voltaire, nº11, 1846.

https://books.google.pt/books?id=F3pPAAAAcAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

SANTOS, Frei Manuel dos - *Monarquia Lusitana. Oitava Parte. Contém a história e sucessos memoráveis do Reino de Portugal no tempo del - rei D. Fernando, a eleição de D. João I com muitas notícias da Europa*". Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988

SANZ FUENTES, Maria Josefa, “Relaciones entre Castilla y Portugal en el transito de los siglos XIV al XV. Fuentes documentales en ele Archivo Municipal de Ecija”, in Actas das II jornadas Luso- Espanholas de História Medieval, vol. III. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.

SINTRA, Luís F. Lindley - *Crónica Geral de Espanha, 1344*. 1951- 1961

SOUSA, D. António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra; Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1948

TAROUCA, Carlos da Silva - *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal*- Academia Real da Historia, Volume II. Lisboa: Edição crítica, 1952.

VALERA, Diego de, “Memorial de diversas hazanas” por Mosen Diego de Valera, in crónicas de los Reys d Castilla desde Alfonso el Sábio hasta los Católicos don Fernando y doña Isabel, tomo III, Colección ordenada por Don Cayetano Rosell, Madrid, Real Academia Española, 1953, tomo III, pp. 1-95.

ZURARA, Gomes Eanes de - *Crónica do conde Dom Duarte de Menezes*. Reprodução fac-similada com nota de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho. Porto, 1988.

_____ - *Crónica da tomada de Ceuta por El rei D. João I*. Publicada Por Ordem da Academia das Sciencias de Lisboa. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa, 1915.

_____ - *Crónica dos Feitos Notáveis que se passaram na Conquista de Guiné por mandado do Infante D. Henrique*, versão actualizada do texto pelo Académico de Mérito Torquato de Sousa Soares, 2 volumes. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1978- 1981.

_____ - *Crónica da Guiné*. Introd., novas anotações e glossário de José de Bragança. Porto: Livraria Civilização, 1973.

Bibliografia

ALMEIDA, Fortunato de Almeida – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1967.

ARAÚJO, Julieta Maria Aires de Almeida - *Portugal e Castela (1471-1475) - Ritmos de uma paz Vigilante*. Lisboa: Edições Colibri. Novembro, 2009.

ARNAUT, Salvador Dias - *A crise nacional dos fins do século XIV. I. A Sucessão de D. Fernando*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade, 1960.

BRANDÃO, Fernando de Castro - *História Diplomática de Portugal; uma cronologia*. Livros Horizonte: Lisboa. 2002.

COELHO, Maria Helena da Cruz - *Reis de Portugal; D. João I*. Círculo de Leitores: Lisboa. 2005.

CONDE, F. Javier Fernandez - *Gutierre de Toledo, Obispo de Oviedo (1377-1389). Reforma Eclesiástica en la Asturias Bajomedieval*. Universidade de Oviedo, Departamento de História Medieval. 1978.

DUARTE, António Paulo – *O Equilíbrio Ibérico (Séculos XI- XX). História e Fundamentos*. Edições Cosmos. Instituto da Defesa Nacional: Lisboa, 2003.

DUARTE, Luís Miguel - *Reis de Portugal, D. Duarte*. Círculo de Leitores. Lisboa, 2005.

DUBY, G. PERROT - *História das Mulheres no Ocidente. A Idade Média*, Vol. II. Tradução e Revisão de; Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina entura e Guilhermina Mota. Edições Afrontamento. Porto, 1993.

FARIA, Tiago Viúla de, **MIRANDA**, Flávio de - “*Pour bone alliance et amiste faire*” Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média”, *Cultura Espaço & Memória - Revista do CITCEM*, n.º 11, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, pp. 109-127.

FARO, Maria José, FARO Jorge, “Embaixadas enviadas pelos Reis de Portugal de 1415 a 1473” in Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, Lisboa, s/l, 1961. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 7, n.º 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7

FERRO, Maria José Pimenta - *A Revolta dos Mesterais de 1383, separata das “Actas das III Jornadas Arqueológicas”*, vol.1. Lisboa, 1978.

FONSECA, Luís Adão da - *Alguns Aspectos das Relações Diplomáticas entre Portugal e Castela em Meados do Século XV (1449-1456)*, in “Revista da Faculdade de Letras-Série de História”, vol. 3. Porto, 1972, pp. 51-112.

GARCIA GARCIA - A “*Las donaciones pontificias de territorios y su repercusión en las relaciones entre Castilla y Portugal en la época de los descubrimientos e la expansión colonial*”, in Congresso Hispano-Portugués, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, Sociedad Quinto Centenario del Tratado de Tordesillas, 1994 da linha da evolução, Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições, 1944.

GOMES, Rita Costa - *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa. Difel: 1995

_____ - *REIS de Portugal, D. Fernando*. Círculo de Leitores, Lisboa. 2005.

GOMES, Saul António – *Reis de Portugal. D. AFONSO V, O Africano*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho- *O Desembargo Régio (1320 - 1433) - História Medieval - 5-* Instituto Nacional de Investigação Científica. Porto; Centro de História da Universidade do Porto, 1990

MACEDO, J. Borges - *História Diplomática Portuguesa: Constantes e linhas de força*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional. 2008.

MARINHO, Duarte Maria de Monteiro de Babo - “*A ação diplomática de Pedro Gonçalves de Malafaia na libertação do Infante D. Pedro de Aragão (1432): antecedentes e significados*”. *Revista Portuguesa de História*, vol. 46: 83-96, 2015.

_____ - *Os embaixadores portugueses nos Reinos Ibéricos (1431-1474). Um estudo sociodemográfico*. 2 volumes. PhD thesis presented at Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

_____ – *Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa* – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017

MARQUES, A.H. de Oliveira - *Hansa e Portugal na Idade Média*. Lisboa, 1959.

MARTINEZ, Pedro Soares - *História Diplomática de Portugal*. 3ª Edição revista. Lisboa: Almedina. 2010

MATTOSO, José – *Identificação de um País (Ensaio sobre as Origens de Portugal – 1096-1325)*, 2 volumes. Lisboa, 1985.

MATTOSO, José, **SOUSA**, Armindo - *História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Direcção de José Mattoso. Segundo Volume: Editorial Estampa, 1994.

MORENO, Humberto Carlos Baquero – *O Infante D. Pedro e o Ducado de Coimbra*, in “Revista de História”, vol.5º. Porto, 1983- 1984.

_____ - *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Volumes I e II. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979.

_____ - *Exilados, Marginais e Contestatários na Sociedade Portuguesa Medieval*. Estudos da História. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

PIDAL, Ramón Minéndez - *História de Espanha. La Expansión Peninsular y Mediterránea*. 1990

QUESADA, Miguel Ángel LADERO - “*Guerra y paz: teoría y práctica en Europa Occidental. 1280-1480*”, in XXXI Semana de Estudios Medievales. Guerra y Diplomacia en la Europa Occidental 1280-1480. Estella 19-23 de Julio 2004, Pamplona, Governo de Navarra, 2005.

RAMOS, Rui; **SOUSA**, Bernardo Vasconcelos e, **MONTEIRO**, Nuno Gonçalves – *História de Portugal*. Lisboa; Esfera dos Livros, 2ª Ed., 2010, pp. 123-196.

RAU, Virgínia – *Relações Diplomáticas durante o reinado de D. Afonso V. Estudos da História Medieval*. Lisboa: Presença, 1986, pp. 66-80

RODRIGUES, Ana Maria S. A - *As tristes Rainhas. Leonor de Aragão-Isabel de Coimbra*. Coordenação: Ana Maria S.A. Rodrigues, Isabel dos Guimarães Sá, Manuela Santos Silva. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*, vol. II, Lisboa: Edição Verbo, 1978.

SILVA, Manuel Telles da - *O Marquês de Alegrete, Vida e Feitos de D. João II*. Introdução, tradução e notas de Miguel Pinto de Meneses. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1689.

SILVA, Manuela Santos, “*Filipa e Catalina de Lencastre e as negociações de paz de 1411 entre Portugal e Castela, segundo os cronistas portugueses*” in Isabel DEL VALDEVIESO e Cristina SEGURA (coord) *La participación de las mujeres en lo político: mediación, representación y toma de decisiones*, Madrid, Almudayna, 2011, pp.281-291, https://www.academia.edu/1155189/_Filipa_e_Catalina_de_Lancaster

_____ - *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*. Coordenação: Ana Maria S.A. Rodrigues, Isabel dos Guimarães Sá, Manuela Santos Silva. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

_____ - “A Casa e o Património da Rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre: um ponto de partida para o conhecimento da Casa das Rainhas na Idade Média”, Revista Signum, 11-2, 2010, pp. 207-227. /index. <http://www.revistasignum.com/signum.php/revistasignum11article/view/29/28>.

SOUSA, António Caetano de - *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, 4.^a edição. Lisboa: Publicações do Arquivo Histórico de Portugal, 1933. Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1910.

SOUSA, Armindo de - *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, Volume I e II. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de História da Universidade do Porto. 1990.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos – *Os Pimentés; Percurso de uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Séc. XIII – XIV)*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000

_____ - *D. Afonso IV*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2009

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique (1393-1460)*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960.

_____ - “Castilla (1350-1406)”, in MENENDEZ PIDAL, Ramón (dir.), *Historia de España*, Volumes XIV, Madrid, Espasa-Calpe, 1987, pp. 3-378.

_____ - “Relaciones diplomáticas entre Portugal y castilla en la Edad Media”, in I^{as} jornadas Académicas de História da Espanha e de Portugal, Lisboa, 1990,

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385*, in “Revista de História Económica e Social”, nº 12 (Julho-Dezembro de 1983).

THOMAZ, Luís Filipe - *DE CEUTA A TIMOR- Memória e Sociedade*, Difel. Lisboa: Difusão Editorial. 1994

Disponível em:

LIMA, Douglas Mota Xavier de, - *O infante D. Pedro e as Alianças Externas de Portugal (1425- 1449)*. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1590.pdf>

_____ - “A Diplomacia no Reinado de D. Afonso V. Disponível em : <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1861.pdf>

- IV Jornadas Luso- Espanholas de História Medieval, *As relações de Fronteira no século de Alcanices*- Actas v.1 e v.2. Porto. 1998: Disponível em:

GONZÁLEZJIMÉNEZ, Manuel- <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3992.pdf>

CRUZ, Abel dos Santos - <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4023.pdf>

MORENO, Humberto Baquero- <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4026.pdf>

- *Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I*, Revista de História da Faculdade de Letras – História, Série II, Vol. 4, Porto, 1987, pp. 9-64. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2071.pdf>.

- “*Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor*” in Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1988, pp. 221-240. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1210&sum=sim>

- **Maria Alice Pereira dos SANTOS** – *A Sociologia da Representação político-diplomática no Portugal de D. João I*, disponível em repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4461/1/TD_MALiceSantos.pdf

Duarte

Babo

MARINHO-

https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejp

Trellado do liuro vermelho de tempo Dell Rey Dom afo[n]so o quinto. [1471]. Fonte manuscrita disponível em: https://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-Cofre-21/UCBG-Cofre-21_item1/index.ht

ANEXOS:

Anexo I: Embaixadores; Biografia

1) AFONSO CORREIA (1321?) - 1398²⁷⁶

D. Afonso era filho de D. Afonso de Cambra Correia e de Maria Pires de Alcoforado filha de Pedro Martins de Alcoforado²⁷⁷. Foi nomeado Bispo em 1367. Doutorou-se na universidade de Paris em Leis canónicas. Foi cónego da Sé de Lisboa. Passou a Roma onde foi nomeado auditor da Rota e Câmara Apostólica. Foi nomeado Bispo da Guarda a partir de 24 de fevereiro de 1368 e chanceler da infanta D. Beatriz. Por ordem do rei D. Fernando derrubou a Sé catedral da Guarda uma vez que servia de presídio aos castelhanos. Foi aproveitada posteriormente para Sé, a Igreja de Nossa Senhora do Mercado²⁷⁸. Esteve presente no Concílio Nacional de Santarém de 1381 com outros bispos das principais Sés de Portugal²⁷⁹.

Em 1391, o rei de Castela e a rainha Dona Beatriz, em súplica ao papa, solicita a abadia de Valladolid, para o bispo.

É membro do conselho do rei D. Fernando. Foi seu embaixador a Avinhão e a Castela. Em 1373, com Aires Gomes da Silva, o Velho, participou nas negociações de

²⁷⁶ *Portugaliae Monumenta Vaticana, II*, Documentos publicados com introdução e notas de António Domingues de Sousa e COSTA. Editorial Franciscana, 1970. Notas 692, 696. “*Prelado virtuoso, exilado em Castela por causa do cisma, e abade de Valladolid*”; LOPES, Fernão, *Cronica do Rei D. Fernando*, 2ª edição crítica, introdução e notas de GIULIANO MACCHI. Lisboa; Imprensa Nacional - Casa da Moeda, capítulos CXII, CLIX, CLX, CLXVII, pp. 405, 553, 555 e 575; BALERAS, Isabel de Pina, *Uma Rainha Inesperada, Leonor de Teles*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, p. 112

²⁷⁷ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Volumes XI – XVIII. Braga; Oficinas Gráficas da “PAX”, 1939, Tomo XVII, p. 71.

²⁷⁸ ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. Coimbra. Imprensa Académica de Coimbra, 1910, Tomo II, p. 564.

²⁷⁹ IDEM, pp. 455-456. O objetivo deste Concílio era perceber quais os bispados que eram contra e a favor do Cisma da Igreja. O delegado do papa de Avinhão era o cardeal Pedro de Luna

paz com Henrique II mediadas por D. Guido cardeal de Bolonha²⁸⁰. Em 1378 assiste ao testamento do rei sendo um dos tutores da infanta caso Leonor de Teles morresse na sua menoridade²⁸¹. A 12 de dezembro de 1379 está presente em Medina del Campo com Gil Docem na sentença de nulidade do casamento da infanta com Afonso, filho de Henrique II²⁸². Em 1380, a 21 de maio, em Cáceres, na companhia de Gil Docem, Rui Lourenço e Afonso Gomes da Silva, como curadores da infanta, negocia o casamento da infanta D. Beatriz com o infante D. Henrique, filho de D. Juan I. Aí deviam fazer e jurar pleito e homenagem. Estão presentes no início de setembro, nas Cortes de Sória, para receber a respetiva homenagem. Em 1382 morre D. Leonor de Castela. Assiste à assinatura do novo contrato de casamento da infanta portuguesa com D. Juan I em Salvaterra de Magos. Rezou a missa do corpo Santo, no qual a infanta jurou os esponsais. Segue a mesma como seu Chanceler – mor no séquito que se dirige a Castela²⁸³. Aí permanece até à sua morte em 1398.

2) AFONSO DOMINGUEZ “O Barateiro”²⁸⁴

Afonso Domingues era, segundo o que consta na crónica de D. Fernando, um homem de sua confiança. Fazia parte do seu conselho. Exercia as funções de tesoureiro da corte mas também de embaixador. Em abril de 1372 é enviado a Castela²⁸⁵ com o objetivo de reformular o tratado de Alcoutim de 31 de março de 1371, o que viria a acontecer em Tui com a presença dos dois monarcas²⁸⁶. Acompanhou João Afonso Telo a Aragão quando a infanta Leonor deveria vir para Portugal²⁸⁷ para os esponsais com D. Fernando. Foi encarregue de requerer ao rei de Aragão a devolução do tesouro que o

²⁸⁰ IDEM, cap. LXXXII, pp.283-284

²⁸¹ BALERAS, Isabel de Pina, *Uma Rainha Inesperada, Leonor de Teles*. Círculo de Leitores, 2012, p.16. Os outros tutores da infanta são Don Martinho Bispo de Silves, João Afonso Telo IV, irmão de Leonor Teles e Gonçalo Vasques de Azevedo

²⁸² A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*. 12 de dezembro de 1379, doc. 4104, Gav. XVII, 2-10, pp. 617-624

²⁸³ LOPES, Fernão, *Cronica do Rei D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2004, 2ª edição, capítulos CLIX, CLX e CLXI, pp. 553- 560

²⁸⁴ Na chancelaria de D. Pedro I aparece um Afonso Dominguez, como escrivão do rei. Apesar disso não podemos confirmar se são a mesma pessoa

²⁸⁵ IDEM, cap. LI, pp.173-174 e cap. XLVIII, pp.161-162-163 e cap.LIV, pp.185-186. Afonso Dominguez, sobrenome de Barateiro, era também tesoureiro do rei. Foi enviado a Aragão a fim de levantar o tesouro que o monarca português havia enviado para fortalecer as despesas da guerra. O Cerimonioso não entregou esse tesouro, alegando que já havia sido gasto nos preparativos da guerra como tinha sido tratado anteriormente. Não conseguimos encontrar mais informação sobre a vida e obra deste personagem.

²⁸⁶ IBIDEM, cap. LIX, pp. 205-207. Neste tratado estavam incluídas as condições de casamento do rei D. Fernando com Leonor de Castela.

²⁸⁷ IBIDEM, cap. LI, pp. 163-175, cap. LII, pp. 177-178, cap. LIV, pp.185-186

monarca português lhe enviou anteriormente como parte do acordo. Sem efeito pois aquele alegou que fora gasto na requisição de armas e homens para a guerra contra Castela²⁸⁸. Recebe várias honras constantes na chancelaria de D. Fernando, a saber; Aforamento de cazas em Lagos²⁸⁹. Aforamento de uma Loja na Rua de Almedina em Coimbra²⁹⁰. Carta de Coutada na sua quinta em Rio dos Moinhos no termo de Évora²⁹¹. Carta de coutada nas suas Herdades de Couços e da Silveira, Termo de Montemor-o-Novo²⁹². Carta da Instituição do seu Morgado²⁹³. Carta de Legitimação a sua filha Catarina Afonso²⁹⁴. Carta de Merce dos Direitos das Vinhas e oliveiras nos Reguengos de Sacavem²⁹⁵. Carta de Merce da Igreja de Santa Maria de Odemira, Bispado de Évora²⁹⁶. Carta de merce da Igreja de Santa Uraya, Bispado do Porto²⁹⁷. Carta de Merce da Igreja de S. Lourenço de Rebordelos, Arcebispado de Braga²⁹⁸. Carta de Perdão²⁹⁹. Carta de privilégio para os Moradores da sua quinta do Adarte, Termo de Alverca³⁰⁰. Carta para não servir Cargos do Concelho³⁰¹. Carta de entrega o Quinto da Corredoura no Almoxarifado de Coimbra e Carta de aviso de usurpação de bens contra sua vontade³⁰². A 15 de setembro de 1384 foi-lhe doada os direitos da *vjlla nova do termo d alanquer*³⁰³.

3) AFONSO de FERREIRA³⁰⁴

Afonso Ferreira serviu de intermediário entre D. Afonso V e D. Fernando, de Castela e Aragão, no período que antecede a intervenção bélica do monarca português em Castela. O intermediário do rei de Castela era Gomes de Manrique³⁰⁵. Este período

²⁸⁸ É de crer que a integridade de Barateiro ficou abalada pois a partir desta altura não há mais conhecimento sobre a sua atividade política.

²⁸⁹ A.N.T.T. *Chancelaria de D. Fernando*, Livro 2, fls. 108

²⁹⁰ Idem, Livro 1, fl. 53

²⁹¹ Idem, livro 2, fl. 33

²⁹² Idem, Livro 2, fls 83 e Livro 1 da Guarda

²⁹³ Idem, Livro 2, fls 73

²⁹⁴ Idem, Livro 2, fl. 106 e Livro 1 da Guarda

²⁹⁵ Idem, Livro 1, fl.30

²⁹⁶ Idem, Livro 1, fl.73

²⁹⁷ Idem, Livro 1, f. 88

²⁹⁸ Idem, Livro 2, fl. 89

²⁹⁹ Idem, Livro 3, fl. 17 e

³⁰⁰ Idem, Livro 2, fl.49

³⁰¹ Idem, Livro 3, fl. 36

³⁰² Idem, Livro 3, fl. 50 e fl. 78

³⁰³ A.N.T.T. *Chancelarias Portuguesas*. D. João I. Vol. I, Tomo I, docs. 427 e 428, p. 225.

³⁰⁴ Allonso Ferreira, de origem castelhana, apoiou D. Afonso V, contra os reis católicos.

³⁰⁵ SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações diplomáticas de Portugal com as diversa potencias do mundo desde o principio da monarchia até aos nossos dias*. Paris;

está compreendido entre maio a setembro de 1475. O casamento do Rei com D. Joana de Castela já se havia realizado em Placência.

4) AFONSO GARCEZ (Dr.)³⁰⁶ (?) – 1490

Era doutor em leis e pertencia à nobreza togada. Filho de Lopo de Azevedo³⁰⁷ e de Catarina Garcez³⁰⁸ tinha ascendência aragonesa. Terá casado com Isabel Fernandes. Desta união nasceram; Jorge Garcez, João Garcez³⁰⁹, Margarida Garcez e Garcia Garcez. É cavaleiro régio desde 1480, escudeiro da casa real e secretário de D. Afonso V e D. João II³¹⁰.

Faz duas missões diplomáticas a Castela em 1463. Na primeira acompanha D. Martinho de Ataíde e o doutor Diogo da Fonseca. Na segunda acompanha João Fernandes da Silveira, Lopo de Almeida e o Doutor Pero Fernandes. Esta embaixada tem como propósito a representação do monarca português junto de D. Henrique IV, em Fonte Rabia³¹¹.

É escrivão entre 1453 e 1490³¹². Escrivão da câmara em 1471³¹³. Está presente nas cortes de Évora em 1481. É escrivão da Fazenda de Lisboa em 1482 e secretário dos reis D. Afonso V e D. João II³¹⁴.

em casa de J.P. AILLAUD, Quai Voltaire, nº 11. 1842- 1853, pp. 373-375. Às ordens dos dois monarcas os intermediários trocavam informações

³⁰⁶ LIMA, Douglas Mota Xavier de, *A Diplomacia no tempo de D. Afonso V, (1448-1481)*. Dissertação de Doutoramentos. Niterói, 2016, p.289, disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1861.pdf>

³⁰⁷ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; Biblioteca Geral da Universidade, por Ordem da Universidade de Coimbra.1980, Volume II pp. 1016-1017. Moreno não inclui Afonso Garcez como sendo filho de Lopo de Azevedo. Também o nome da mãe não coincide com as informações de outros autores. Portanto há discrepâncias na biografia deste personagem pelo que não podemos desenvolver a sua vida e obra.

³⁰⁸ GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Propriedade e edição de Agostinho de Azevedo Meireles e Domingos de Araújo Afonso. Braga; Oficinas Gráficas da PAX, 1939, Tomo terceiro p. 116; RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, *Memórias da Vila de Arraiolos*. Camara Municipal de Arraiolos, 1983, pp.105-106.A informação da descendência de Afonso Garcez não coincide nos dois autores. Gayo diz que era filho de Lopo de Azevedo que morreu na batalha de Alfarrobeira e de Beatriz Garcez que terá vindo a acompanhar a mulher de D. Duarte, Dona Leonor. Rivara diz que a mãe era Catarina Garcez e que viria a acompanhar Isabel de Urgel mulher do infante D. Pedro. Seja qual for a ascendência de Afonso Garcez o que interessa neste nosso caso é a carreira diplomática deste alto funcionário da corte de D. Afonso V.

³⁰⁹ IDEM. Fundador do convento de Loios

³¹⁰ MONTEIRO, Helena Maria, *A chancelaria Régia e os seus Oficiais (1462-1465)*. Tese de Mestrado. Porto; Universidade do Porto, 1997, Volume II, pp. 157- 158. Disponível em; <file:///C:/Users/Isabel/Downloads/FLM04802P000081761.pdf>

³¹¹ Fuenterrabia

³¹² BRITO, Isabel Carla Moreira de, *A Burocracia Régia tardo AFONSINA. A Administração Central e os seus oficiais em 1476*. Dissertação de Mestrado. Porto. Universidade do Porto, 2001. Vol. II, pp. 116-118.

³¹³ DURÃO, Maria Manuela, 1471 – *Um ano africano no desembargo de D. Afonso V*. Dissertação de mestrado. Porto. Universidade do Porto, 2002, Vol. I, p. 112

Em 1480 recebe uma herdade no termo de Estremoz. Em 1483 recebe bens móveis e de raiz de Gonçalo Mourão, escudeiro do Marques de Montemor. Recebe para despesas da comitiva a Castela e França a quantia de 2223 dobras³¹⁵.

5) AFONSO GOMES DA SILVA

Foi terceiro filho de Aires Gomes da Silva, o Velho e de Dona Sancha Martins filha de Martin Redondo de Sequeira. Casou com D. Brites de Sousa, filha de Vasco Martins de Sousa, rico homem, Sr. de Penaguião, Gestaçó e Mortágua, Chanceler – mor do rei D. Fernando e Escrivão de Puridade de D. João I. Fez parte da embaixada dirigida a Henrique de Castela, na companhia do Dr. Gil Docem, com o objetivo de receber preito e menagem sobre as pazes celebradas em Alcoutim³¹⁶. É Alcaide – mor de Coimbra ainda no tempo de D. Fernando. Foi Sr. de Celorico de Basto, Covilhã e da Honra do Soveral³¹⁷. De Afonso Gomes da Silva descende Diogo Gomes da Silva que passará a Castela com a mulher e o sogro Fernão Gonçalves de Sousa, Sr. de Portel. Pelos seus serviços recebe do monarca os seguintes bens: Carta de Merce do Barreiro, no Termo de Lamego, Carta de Merce do Castelo de Celorico de Basto, Carta de Merce do castelo de Coimbra³¹⁸. Recebe ainda Carta de Merce do Castelo da Covilha³¹⁹. Carta de Merce do Mordomado de Celorico³²⁰, Carta de Privilégio da Terra de Sobrado³²¹, Doação de Celorico de Basto e seu Julgado³²², Doação da Quinta de Canidello no Almojarifado de Gaia³²³ e doação de Senhorim³²⁴.

6) AFONSO PEREIRA (?) – 1476³²⁵

³¹⁴ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, *Memórias da Vila de Arraiolos*. Camara Municipal de Arraiolos, 1983, pp.105-106

³¹⁵ FARO, Jorge, *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (Subsídios documentais)*. Lisboa; 1965, p.81

³¹⁶ LOPES, Fernão, *Cronica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2º edição crítica, introdução e notas de GIULIANO MACCHI, 2004, cap. LIII, pp. 183cap. LIII, pp. 183

³¹⁷ MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*. Braga; Edição Carvalhos de Basto, 1997, Nova edição reformulada, Volume II, (Tomos 1º e 2º). pp. 469 - 470;

³¹⁸ A.N.T.T. Chancelaria de D. Fernando, Livro 1, fls 100, 93 e 78

³¹⁹ Idem, Livro 3, fl 87

³²⁰ Idem, Livro 1, FL. 92

³²¹ Idem, Livro 2, fl. 46

³²² Idem, Livro 1, fl. 72

³²³ Idem, Livro 2, fl. 82

³²⁴ Idem, Livro 1, fl. 41 e Livro da Guarda, fl. 998

³²⁵ GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Oficinas Gráficas da “PAX”, 1938, Tomo XXII, pp. 82, 181 e 187

É filho de João Mendes da Agoada ou Guarda³²⁶ e de D. Isabel Pereira³²⁷. Casou com D. Maria Lobato filha de Pedro Lobato e irmã de João Lobo. Tem dois filhos. João Pereira e Violante Pereira.

Recebe entre 1462 e 1469, na condição de cavaleiro fidalgo da corte de D. Afonso V, a quantia de 1800 reais. Em 1474 recebe a renda de 4286 reais, como cavaleiro do conselho da corte de D. Afonso V³²⁸.

É Guarda – mor, Alcaide-mor e Reposteiro da casa de D. Afonso V³²⁹. É enviado a Castela em 1449, com o objetivo de informar o rei castelhano dos factos que levaram à morte do regente D. Pedro na Batalha de Alfarrobeira³³⁰.

Recebe para despesas a Castela, em 1449, 170 dobras³³¹. Morre na batalha de Toro em 1476 ao serviço de D. Afonso V.

7) AIRES GOMES DA SILVA³³², o Velho

Ayres Gomes da Silva foi militar e diplomata ao serviço de D. Fernando e D. João I. Nasceu na família dos “Silvas”. Desempenhou as primeiras funções na corte como aio do rei D. Fernando. Era filho de Martim Gomes da Silva e de Teresa Garcia de Seabra. Casou com Sancha Martins. Foi casado 2ª vez com Dona Urraca Tenório irmã de D. Pedro Tenório, ambos filhos de João Tenório, Comendador de Estepa e treze da Ordem de Santiago bispo de Coimbra e arcebispo de Toledo. Da união nasceram Afonso Tenório da Silva e D. Brites da Silva³³³. Com a subida ao trono de D. Fernando passou a ser seu vassalo, alferes-mor, conselheiro e procurador³³⁴. O rei atribuiu-lhe benefícios em reconhecimento do forte

³²⁶ Corregedor de D. Duarte

³²⁷ Isabel pereira era filha de D. Álvaro Pereira sobrinho do Condestável Nuno Álvares Pereira

³²⁸ MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana. Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Ed. Carvalho Bastos, 1968. Tomo V, vol. IV, p. 248

³²⁹ GOMES, Saul António, *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009, p. 162; GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa; Difel, 1995, pp. 80-81

³³⁰ MORENO, Humberto Carlos Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira, Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1990, Volume II, pp. 927-928; *Monumenta Henricina*, Coimbra, 1969, pp. 71-79, doc. 49; SOUSA, M. f. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas de Portugal com as outras Potencias do Mundo desde o princípio da monarquia até aos nossos dias*. Paris; J. P. Aillaud, Tomo I, p. 348.

³³¹ FARO, Jorge, *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (Subsidios documentais)*. Lisboa. 1965, p. 79, 82, 217-219

³³² Não confundir com Aires Gomes da Silva, filho de João Gomes da Silva, cavaleiro da casa do infante D. Pedro.

³³³ MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*. Braga; Edição Carvalhos de Basto, 1997, Nova edição reformulada, Volume II (Tomos 1º e 2º), p. 413.

³³⁴ LOPES, Fernão, *Cronica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2004, 2ª edição crítica, introdução e notas de GIULIANO MACCHI. cap. LXXXII, pp. 283-285 e cap. CIV, pp. 375-376.

apoio, tanto na infância como na ação das guerras contra o rei de Castela. Acompanhou Pedro Tenório, bispo de Coimbra, numa embaixada a Castela para tratar dos esponsais entre a infanta D. Beatriz e D. Fradique³³⁵.

Aires Gomes da Silva recebe em doação a quinta do Silva a 15 de julho de 1359 e carta de entrega datada de 29 de setembro. A 3 de setembro do mesmo ano recebe o castelo de Santarém para dele fazer menagem³³⁶. A 8 de abril de 1367, foi-lhe doado de juro e herdade os lugares de Unhão, Vilar de Torno, Manhuncelos, Atães, Vila Caiz, Brunhais e Regilde, na comarca de Entre-Douro-e-Minho, com a posse de jurisdição civil, casais, honras, maladias, casas e fortalezas, e transmissão a seus herdeiros por via legítima. Em abril de 1373 recebe ainda as rendas e direitos reais de Leiria³³⁷. Com a conturbada sucessão de D. João I, Aires Gomes da Silva assume-se como apoiante de D. Beatriz, sendo identificado em 1385 aquando da campanha do rei contra as fortalezas da região de Entre-Douro-e-Minho, a exercer as funções de alcaide do Castelo de Guimarães. Muitos dos seus bens passam para Estevão Lourenço³³⁸ em agosto de 1384, e para D. João Afonso de Albuquerque³³⁹ em setembro do mesmo ano. Com o passar do tempo torna-se partidário do novo rei e assume várias funções³⁴⁰.

8) AIRES GOMES DA SILVA³⁴¹

Cavaleiro da casa do infante D. Pedro era filho de João Gomes da Silva, senhor das terras de Vagos e Unhão e alferes-mor de D. João I, e de D. Margarida Coelho, filha de Egas Coelho, senhor de Montalvo³⁴². Foi regedor da casa Civil e alcaide-mor de Montemor-o-Velho. Casou com D. Leonor de Miranda filha de D. Martinho, Bispo de Coimbra e Arcebispo de Braga. A única filha deste casamento D. Leonor da Silva foi

³³⁵ IDEM, cap. XCVI, PP.339-341

³³⁶ *Chancelaria de D. Pedro I*. Doc. 1176, p.563; doc. 807, p. 362; doc. 146, p. 60; doc.53, p.21

³³⁷ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988. Parte Oitava, Livro XXII, Capítulo XXVI, p. 186.

³³⁸ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Vol. I, Tomo I, doc. 214, p. 108

³³⁹ IDEM, doc. 238, p.121

³⁴⁰ IBIDEM, Livro XXIII, capítulos. XXXV e XXXVI, pp. 713- 715

³⁴¹ MORENO, Humberto José Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira, Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; Biblioteca Geral da Universidade, por ordem da Universidade de Coimbra, 1980, Vol. II pp.1063- 1070; GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Propriedade e Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Afonso. Braga; Tip. Augusto Costa & C^oLimd^a, 1941, Tomo XXVII, p.14

³⁴² FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra, 1927, Livro II pp.48-49

casada com D. João de Meneses, 2º senhor de Cantanhede³⁴³. Casou segundo vez com D. Beatriz de Meneses filha de D. Martinho de Menezes, 1º senhor de Cantanhede e de D. Teresa Vasques Coutinho³⁴⁴. Foi aia da Rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V. O infante D. Pedro confirmou a escritura do contrato de casamento em 15 de Setembro de 1433³⁴⁵

Tomou parte na conquista de Ceuta ao lado do infante D. Pedro, onde foi armada cavaleiro. Sempre ao lado do infante acompanhou-o nas várias viagens que este fazia pela Europa. Em 1428, em Aragão, recebeu do infante uma procuração para que em seu nome elabora-se negociações com vista a um futuro contrato de casamento, numa das casas dos reinos de Navarra ou Aragão³⁴⁶. Acompanhado pelo Dr. Estevão Afonso e Álvaro Vasques de Almada, aguarda novas ordens para elaborar o contrato de casamento do infante com a infanta D. Isabel de Urgel filha do conde Jaime de Urgel³⁴⁷.

É testemunha do instrumento de ratificação do tratado de paz feito pelo infante D. Pedro, celebrado por D. João I, em 7 de novembro de 1432, em Segura³⁴⁸. Participou nos trabalhos das cortes de Torres Novas, em novembro de 1438, após a morte de D. Duarte. Aires Gomes da Silva faria parte do terceiro giro encarregada de assistir à regência do reino³⁴⁹. Em 1439, foi nomeado regedor da Justiça na correição e comarca de Entre- Doute-e- Minho³⁵⁰, acumulando posteriormente as funções de vedor das obras da mesma comarca. As relações entre o infante D. Pedro e a rainha D. Leonor foram-se deteriorando pelo que Aires da Silva toma o partido do infante. É nomeado regedor da casa Cível de Lisboa, a 7 de julho de 1441³⁵¹. A saída do regente do governo levou à exoneração deste cargo em agosto de 1448. Esteve em Alcoentre com as suas hostes e depois em Alfarrobeira, em seu apoio. D. Afonso V confiscou-lhe os bens, entregando-os a Diogo da Silva, seu irmão. No entanto o monarca apercebendo-se da sua importância no reino deu-lhe carta de perdão em 22 de abril de 1451³⁵².

³⁴³ FARIA, António Machado de, *Livro de Linhagens do Século XVI*. Lisboa; Academia Portuguesa da História, 1956, p. 124. Filho de D. Fernando de Menezes.

³⁴⁴ IDEM

³⁴⁵ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra, 1927, Livro I, p. 136 e Livro II, p. 50

³⁴⁶ *Monumenta Henricina*. Coimbra; 1961, vol. III, doc. 113, pp. 228-230; A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa; 1968, Vol. VII, pp.339-360

³⁴⁷ IDEM, doc. 123, pp.250-254; IDEM

³⁴⁸ IBIDEM, Vol. IV, doc. 43, pp. 170-174

³⁴⁹ *Monumenta Henricina*. Coimbra; 1961, Vol. VI, doc. 96, p.270

³⁵⁰ A.N.T.T. *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 18, fl.53

³⁵¹ *Monumenta Henricina*. Coimbra; Vol. VII, doc. 174, p.259

³⁵² A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro II, fol. 20

9) D. ÁLVARO DE BRAGANÇA (1433- 1504)³⁵³

Senhor do condado de Tentúgal. Pertence à alta nobreza e tem sangue real. Era neto de D. Afonso, filho bastardo de D. João I, conde de Barcelos e depois primeiro duque de Bragança e de D. Beatriz Pereira, filha do Condestável Nuno Álvares Pereira. Era filho de D. Fernando I, conde de Arraiolos, marquês de Vila Viçosa e segundo duque de Bragança e de D. Joana de Castro. Casa em 1479 com D. Filipa de Melo, filha de Rui Afonso de Melo, 1º conde de Olivença e de D. Isabel de Meneses. Deste casamento descendem; D. Rodrigo de Melo, D. Jorge de Portugal, D. Isabel de Castro, Beatriz de Melo, Joana de Vilhena e D. Maria Manuel.

Em 1470 recebe a tença anual de 72.858 reais brancos mais 170.000. em 1473 recebe um total de 282.000 reais. Recebe as vilas com termos e senhorios de Torres Novas e Alvaiázere. Em 1476, através de um escambo com o príncipe D. João II recebe as vilas, termos e igrejas de Buarcos, Rabaça, Vila Nova de Anços e Pereira com Jurisdição civil e crime; recebe as igrejas de São Miguel e de Santa Madalena com o seu padroado em Montemor-o-Velho. Em 1479 pelo escambo com o duque de Bragança recebe casas com quintas e enchidos em Lisboa, junto da Igreja de Santiago. O rei confirma – o em 1480.

É Chanceler- mor de D. Afonso V e participa a seu lado nas guerras entre Portugal e Castela. Está presente nas negociações de Zamora de 1476 em que é acompanhado por Rui de Sousa e pelo Doutor António Nunes.

É regedor da Casa da Suplicação desde 1473. Chanceler- mor de 1474-1483. Alcaide – mor e contador-mor de Sevilha.

É presidente do Conselho Régio e conselheiro de D. Afonso V e D. João II. Acompanhou o monarca a França para se encontrar com Luís XI. Depois dos processos contra seu irmão por D. João II, exila-se em Castela regressando ao reino depois da morte do monarca. D. Manuel I nomeia-o seu embaixador a Castela para negociar o casamento do rei com Isabel de Castela e mais tarde com D. Maria.

10) ÁLVARO GONÇALVES CAMELO (?) - 1423)³⁵⁴

³⁵³ PINA, Ruy de, *Crónica del rei D. Afonso V. Escritorio*. Lisboa; 1901, cap. CLXXXIX; Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, parentesco e Poder. A casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa; Fundação da Casa de Bragança, 1990, pp. 30-41 e 199 e seguintes; Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo 1, p. 378; cf. LIMA, Douglas Mota Xavier de, *A Diplomacia Portuguesa no Reinado de D. Afonso V (1448-1481)*. Tese de Doutoramento em História. Niterói; 2016, pp. 299- 302: Disponível em; <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1861.pdf>

Era filho de Gonçalo Nunes Camelo e de D. Aldonça Rodrigues Pereira. Neto de Rui Gonçalves Pereira e de Elvira Garcia Pinçoa, como avós maternos, de Nuno Gonçalves Camelo³⁵⁵ e de Inês Martins Pimentel, como avós paternos. Por carta do Mestre de Avis, passada em Lisboa a 22 de agosto de 1384, recebe os direitos e foros dos judeus do Porto, Monchique e de Gaia³⁵⁶. Por carta datada de Coimbra a 5 de abril de 1385 recebe todos os bens móveis e de raiz que Fernão Lourenço de Paços possuía no julgado de Baião e outros lugares por este apoiar Castela; faz-lhe doação, por carta datada de Santarém, a 30 de agosto de 1385, de juro e herdade, das terras de Baião, Lágua e S. Salvador³⁵⁷. Recebe de D. João I, por morte de seu tio Vasco Gonçalves Camelo, as terras de Baião e Lágua que lhe foram confiscadas quando se refugiou em Castela e novamente doadas quando regressa, por carta de D. João I, datada de Santarém, a 3 de março de 1403; é Vedor da Fazenda do Porto; casa com D. Inês de Sousa, filha de Martim Afonso de Sousa Chichorro e de D. Maria de Briteiros³⁵⁸. Recebe, por morte de seu pai, a confirmação da doação das terras de Baião, Lágua e S. Salvador por carta de D. João I datada de Sintra a 23 de outubro de 1412; casa segunda vez com D. Filipa Coutinho filha de Fernão Martins Coutinho³⁵⁹.

³⁵⁴ Segundo inscrição gravada na tampa do seu sarcófago, que se encontra na Igreja Matriz de S. Pedro da Sertã. BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa*. Lisboa; Fundação Kalouste Gulbenkian, 2000, Vol. 2, pp. 2145-47.

³⁵⁵ Cavaleiro da corte de D. Afonso IV. PIZARRO, José Augusto de Sottomayor, *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias 1279-1325*, Porto (Edição de autor), 1997, p. 987; *Portugaliae Monumenta Historica* – Livro de Linhagens do conde D. Pedro; MATTOSO, José, Vol. I e II, p. 399. FERNANDES, Fátima Regina, “Estratégias de Legitimação Linhagística em Portugal nos Séculos XIV e XV. Porto; in Revista da Faculdade de Letras História, Porto, III Série, Vol. 7, 2006, p. 276, nota 87, p. 276., Cap. XIII; COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogo dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Tratado III, pp. 356-357;

³⁵⁶ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 2, Vol. I, doc. 837, p. 168.

³⁵⁷ IDEM, Tomo 2, Vol. I, doc. 595, pp. 39- 40;

³⁵⁸ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 3, Vol. II, doc. 1498, pp. 254-255; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra, Volume I, p. 235;

³⁵⁹ IDEM, IBIDEM, Tomo 3, Vol. III, doc.884, p.51; MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana (nobiário de famílias de Portugal)*. Braga; Ed. Carvalhos de Basto, 1997, Volume I, p. 318. Os seus ascendentes surgem como cavaleiros da corte dos reis D. Afonso IV e D. Pedro. PIZARRO, José Augusto de Sottomayor, *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias 1279-1325*, Vol. II, pp. 987-988. Disponível em: <Downloads/1712TD02P000079039.pdf>. Criado do prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Pereira, esteve sempre ligado a esta Ordem Militar; FERNANDES, Fátima Regina, “Estratégias de Legitimação Linhagística em Portugal nos Séculos XIV e XV, nota 87, p. 276. Disponível em: js.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/3773/3528

Entre 1391 e 1399 é Meirinho-mor da Beira e de Trás- os Montes³⁶⁰. Em 1403 é nomeado por D. João I como 1.º donatário de Guimarães. Em 1406 exerce as funções de Meirinho-mor da comarca de Entre-Douro-E-Minho. É embaixador de D. João I entre 1389 e 1412. Como mensageiro do Mestre de Avis em 1383 apresenta à rainha D. Leonor Teles, em Alenquer, proposta de casamento com o Mestre³⁶¹. A 29 de novembro de 1389, em Monção, outorga tréguas com Castela por um período de seis anos³⁶². Em junho de 1390, em Brihuega, obtém do rei de Castela assinatura das tréguas negociadas em Monção³⁶³. A 15 de maio de 1393, em Lisboa, representa D. João I para reiterar, com os embaixadores enviados pelo rei de Castela, a assinatura de um novo período de tréguas por quinze anos³⁶⁴. Em agosto de 1412, é enviado pelo rei para propor o casamento do infante D. Pedro com a ex-rainha D. Branca da Sicília³⁶⁵. É Prior da Ordem do Hospital / Crato³⁶⁶. Em 1384 esteve no cerco de Torres Novas. Foi feito prisioneiro e levado para Santarém³⁶⁷. Em outubro de 1385 participa na batalha de Valverde ao lado de Nuno Álvares Pereira. A 15 de julho de 1386 é nomeado marechal da hoste por D. João I³⁶⁸. Em 1387 está presente na vanguarda da hoste portuguesa que

³⁶⁰ Exerceu este cargo até exilar-se temporariamente em Castela. MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*. Braga; Ed. Carvalhos de Basto, 1997, Volume I, p. 318; GOMES, Rita Costa, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa; Difel, 1995 p. 95.

³⁶¹ Esta missão não teve sucesso. LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I de boa memória e dos Reis de Portugal o décimo*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, Cap. XXV, p. 44; LEÃO, Duarte Nunes LEÃO, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*” in *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975, Cap. IX, p. 455; *Monumenta Henricina*. Coimbra; 1960, Tomo I, doc. 10, pp. 49-53

³⁶² Este tratado é ratificado por D. João I a 21 de dezembro de 1389. LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. CXLI, pp. 289-90; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, Cap. LXXV, p. 637.

³⁶³ AYALA, Pero LOPEZ, “*Cronica de D. Juan I*”, *Año doceno*, Cap. XIV, p. 339. Disponível em: https://www.academia.edu/35404666/Acerca_de_este_libro

³⁶⁴ Na sequência da assinatura destas tréguas, os reféns de Castela, ficam sob a sua custódia em Santarém. ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (1431-1475), Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Ed. Colibri, 2009, pp.14-15; LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I, Crónica de D. João I de boa memória e dos Reis de Portugal o décimo*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, 2.ª Parte, Cap. CL, pp. 314-315; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, Cap. LXXV, pp. 639-640;

³⁶⁵ SOUSA, M.F.Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Opúsculos e Esparsos*. João de FREITAS (Coligidos e Coordenados). Lisboa; Imprensa Libanio da Silva, 1910, Volume I, p. 20; ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992, Cap. XV, p. 79. Esta embaixada tem como estratégia recolher informações sobre o porto de Ceuta.

³⁶⁶ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I de boa memória e dos Reis de Portugal o décimo*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, Primeira Parte Cap. XXXV, p. 62; Por morte de Álvaro Gonçalves Pereira, D. Fernando nomeia para este cargo Pedro Álvares Pereira, o que foi contestado por Álvaro Gonçalves Camelo. Esta disputa levou a que procurassem, cada um deles, apoio em Roma ou Avinhão. Contudo, Álvaro Gonçalves Camelo só ascendeu ao priorado por morte de Pedro Álvares Pereira.

³⁶⁷ IDEM, Cap. CLXX, pp. 319-320

³⁶⁸ Esta nomeação decorre da morte do anterior marechal, Álvaro Gonçalves Camelo, decidiu ir para Castela, entre 1400 e 1401, o cargo passou a ser exercido por Gonçalo Vasques Coutinho. *Crónica de D.*

auxilia o duque de Lencastre em Castela³⁶⁹. Em janeiro de 1388 participa no cerco de Melgaço ao lado de D. João I³⁷⁰. No ano seguinte é Alcaide-mor de Santarém e de Marvão³⁷¹. Entre 1400 e 1401 encontra-se exilado em Castela³⁷². Em julho de 1415 regressa a Lisboa e participa na expedição a Ceuta seguindo na armada de D. João I³⁷³. Em setembro intercede a favor de D. Pedro de Meneses para que este seja nomeado capitão da praça de Ceuta³⁷⁴.

Nobre e religioso foi um dos principais do reino ao serviço dos reis D. Fernando e D. João I.

11) ÁLVARO GONÇALVES DA MAIA (?) – 1450 (?)³⁷⁵

Era filho de Martim da Maia e de Ana Anes. É cavaleiro³⁷⁶ e escrivão da câmara de D. João I, entre 1385 e 1414. Foi vedor da sua casa no Porto em 1415 e provedor da Fazenda de D. Duarte³⁷⁷. Exerce as funções de escrivão em 1411³⁷⁸, mensageiro entre 1411-1412³⁷⁹ e embaixador em 1415 a Castela³⁸⁰ e Aragão³⁸¹. Em 1405 D. João I

João I de boa memória e dos Reis de Portugal o décimo. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, 2.^a Parte, Cap. LXXVIII, p. 180; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXII, Cap. XLVIII, p. 381

³⁶⁹ IDEM, 2.^a Parte, Cap. LXXI, Cap. C, p. 215

³⁷⁰ IBIDEM, 2.^a Parte, Cap. CXXXIV, p. 275.

³⁷¹ SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Memorias chronologicas authentica dos alcaides mores da villa de Santarem, desde o principio da monarquia até o prezente*. Lisboa; Typographia de R. J. de Carvalho, 1825, p. 13. Disponível em: [tps://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.hnz12k&view=1up&seq=16](https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.hnz12k&view=1up&seq=16)

³⁷² LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I de boa memória e dos Reis de Portugal o décimo*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, 2.^a Parte, Cap. CLXXXIV, p. 398; *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. Coimbra; F. Santos Amado, 1911, Cap. LXXIII, p. 222, disponível em; url.pt/14411/4/hg-21137-p_PDF/hg-21137-p_PDF_24-C-R0150/hg-21137-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

³⁷³ ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*. Cap. L, p. 78; *Monumenta Henricina*. Coimbra; 1960, II, doc. 32, p. 86

³⁷⁴ *Monumenta Henricina*. Coimbra, 1960, II, doc. 100, p. 211. 567.

³⁷⁵ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, II, 777, III, 10-15, p. 53. A partir desta data não se conhecem mais intervenções na vida política deste biografado; cf. SANTOS, Maria Alice Pereira, *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Doutoramento em História Medieval Tese orientada pela Professora Doutora Adelaide Millán da Costa. Lisboa; Universidade Aberta, 2015, p. 216.

³⁷⁶ Designado em carta de D. Duarte datada de Almeirim em 31 de dezembro de 1433. Chancelarias Portuguesas, *D. Duarte*. Volume I, Tomo 1, doc. 19, pp. 14-15;

³⁷⁷ É Provedor da fazenda no Porto. SYLVA, Joseph Soares da, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I, II*, Cap. CIV, p. 555. Disponível em; <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12795155/memorias-para-a-historia-de-portugal-que-comprehendem-o->; HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto, 1985, p. 281. Disponível em: <downloads/499TD02P000070479.pdf>

³⁷⁸ Em 31 de outubro, está presente em Aylon como escrivão do rei D. João I na embaixada portuguesa para a assinatura da Paz perpétua com Castela

³⁷⁹ Portador de duas cartas: uma de D. Catalina de Castela dirigida a D. João I a solicitar auxílio na luta contra os mouros de Granada e outra da resposta de D. João I à rainha regente de Castela sobre o mesmo assunto. LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I de boa memória e dos Reis de Portugal o decimo*. Lisboa;

autoriza-o a construir moinhos de maré junto a Aldeia Galega no Ribatejo. Em 1411, D. João I permite-lhe a exploração de marinhas de sal em Caminha. A 31 de Dezembro de 1433 em Almeirim, D. Duarte confirma por carta a compra da terra e lugar da Ponte de Almiara com os seus casais de Castrovães a Afonso de Ulmeira. Em 1415 D. João I faz-lhe doação perpétua de uma ilha no rio Douro para a atividade piscatória. Em 1433 é morador da casa de D. João I com a renda de 7 000 libras³⁸².

12) ÁLVARO GONÇALVES DE ABREU (?) – 1440³⁸³

Era clérigo. Entre 1430 e 1435 é regedor das Justiças da Suplicação³⁸⁴. Embaixador de D. João I entre 1423-1430. Em 1423-1424, tenta negociar o casamento entre o duque de Borgonha e a infanta D. Isabel³⁸⁵. Em 1428 assina por procuração o contrato desse casamento³⁸⁶. Foi Cónego de Lisboa e deão de Évora. A 21 de agosto de

Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, 2.^a Parte, Cap. CXCIV, pp.439-440; SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo 1, p. 291; *Monumenta Henricina*. Coimbra; 1960, Tomo II, doc.7, pp. 35-39.

³⁸⁰ Estão presentes os escrivães de Portugal e Castela. A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Tomo IX, 4576, XVIII, 11-4, p. 627; *Monumenta Henricina*. Tomo II, doc. 5, p. 31; Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo 1, p. 288; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Cap. V, p. 50; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I de boa memória e dos Reis de Portugal o décimo*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, 2.^a Parte, Cap. CXXCV, pp. 431-435.

³⁸¹ Em Évora a 20 de outubro esteve presente como Embaixador ao rei de Aragão para lhe oferecer o porto e a praça de Ceuta como pontos de apoio militar da guerra contra Granada. É a segunda embaixada, pois D. João I já tinha enviado ao rei aragonês João Escudeiro para lhe dar conhecimento do sucesso da empresa da tomada de Ceuta; sequeiramente apresenta a D. Fernando de Aragão uma proposta de aliança peninsular para a conquista do reino de Granada; outros assuntos são tratados pelo vedor da fazenda que se desloca áquele “*pera fallar couosco algõas cousas da nossa parte*”. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Cap. XCI, p. 263; SOUSA, M: F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo 1, pp. 295-296; *Monumenta Henricina*, Tomo II, documentos 97, pp. 206-207, 107, pp. 225-226, e 108, pp. 226-229.

³⁸² *Monumenta Henricina*. Coimbra; 1960, Tomo IV, doc. 64, p. 229.

³⁸³ COSTA, António Domingues de Sousa, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (1394-1463)*. Braga, Editorial Franciscana, 1986, Tomo I, p. 1; ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. Coimbra, Imprensa Académica, 1910, Vol. II, p. 557.

³⁸⁴ Em carta de 2 de Novembro de 1430, D. João I refere-o com o “cargo da Casa da Relação e justiça em a Corte”. Chancelarias Portuguesas, *D. Duarte*, Volume III, 513, p. 366.

³⁸⁵ PAVIOT, Jacques, *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 29 e 196-197. Cf.) Ardian Muhaj. *Quando todos os caminhos levavam a Portugal impacto da Guerra dos Cem anos na vida económica e política de Portugal (Séculos XIV-XV)*. Doutoramento em letras ramo: história especialidade: história medieval 2013. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10663/1/ulsd067668_td_tese.pdf

³⁸⁶ GONÇALVES, J. Cardoso, *O Casamento de Isabel de Portugal com Filipe-O-Bom, Duque de Borgonha e a Fundação da Ordem Militar do Tosão-de-Ouro*. Lisboa; Imprensa Moderna, 1930, p. 14

1419 como Bispo de Lamego, delega no seu procurador D. Garcia de Meneses³⁸⁷. Entre 1418 e 1419, em Constança, recebe em nome do infante D. Pedro, a marca de Trevisco dada pelo imperador Sigismundo³⁸⁸. Em 1418 interveio junto do papa para a nomeação de D. Luís Coutinho como bispo de Viseu³⁸⁹. A 25 de junho de 1421 é nomeado bispo de Silves e a 11 de fevereiro de 1429, bispo de Évora³⁹⁰. Em 1437 segue numa expedição a Tânger³⁹¹. É membro do conselho de D. Duarte³⁹² e de D. Afonso V³⁹³. A 5 de setembro de 1428 em Zamora, é testemunha da procuração passada pelo infante D. Pedro a Aires Gomes da Silva e a Estêvão Afonso para tratarem do seu casamento com D. Isabel de Urgel. Em Coimbra no dia 4 de novembro, testemunha a atribuição de arras a D. Leonor de Aragão³⁹⁴. Ainda no mesmo dia testemunha a reforma de alguns capítulos do contrato de casamento do infante D. Duarte com D. Leonor de Aragão³⁹⁵. No dia 2 de dezembro de 1428 na cidade de Estremoz, é testemunha do contrato de casamento de D. Duarte com D. Leonor, aprovado por D. João I³⁹⁶.

A 25 de julho de 1429, assiste à celebração da cerimónia do casamento da infanta D. Isabel com o duque de Borgonha através do seu embaixador/procurador, o senhor de Roubais³⁹⁷. Nos dias 8 e 13 de novembro de 1432, em Segura, é testemunha do infante D. Pedro sobre a ratificação do juramento prestado em Almeirim, a 7 de novembro de 1431, por D. João I de manter o tratado de paz e amizade com Castela³⁹⁸. No dia 15 do mesmo mês em Castelo Branco, é testemunha da procuração passada pelo

³⁸⁷ COSTA, António Domingues de Sousa, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XIV- XV (1394-1463)*. Braga; Editorial Franciscana, 1986, Tomo 1, p. 1.

³⁸⁸ Acompanhou o infante D. Pedro nas campanhas contra o Turco ao serviço do imperador Sigismundo. Francisco BRANDÃO. Conselho e voto da senhora dona Filipa filha do Infante Dom Pedro, sobre as terçarias & guerras de Castela. Lisboa; Oficina de Lourenço de Anvers, 1643, pp. 17-18; *Monumenta Henricina*. Tomo II, doc. 139, p. 271; MARTINS, Oliveira, *Os filhos de D. João I*. Guimarães; Editores, 1993, p. 85.

³⁸⁹ *Monumenta Henricina*, Tomo III, doc. 121, p. 243.

³⁹⁰ MORENO, Humberto José Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1990, Volume I, p. 22, nota 74;

³⁹¹ ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, p. 427. Duarte Nunes LEÃO, “*Crónica, e Vida Del Rey D. Duarte dos Reis de Portugal undécimo*”, *Crónicas dos Reis de Portugal*, Cap. VIII, p. 751; PINA, Rui de, *Chronica d’El-Rei D. Duarte*, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1914, Cap. XXI, p. 149

³⁹² Chancelarias Portuguesas, *D. Duarte*, Volume III, doc. 513, p. 366.

³⁹³ *Archivo Historico Portuguez*, vol. III – n.º 2, p. 402; *Chartularium Universitatis Portugalensis (1409-1430)*. Lisboa; Instituto Alta Cultura, 1969, Volume III, 900, pp. 367-369.

³⁹⁴ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, V, Gav. XV, Maços 16-24, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, 4073, XVII, 1-2, pp. 468-469; SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842- 1853, Tomo I., p. 302; *Monumenta Henricina*. Coimbra, 1960, Tomo II, doc. 128, p. 275

³⁹⁵ *Monumenta Henricina*. Tomo III, doc. 129, p. 279.

³⁹⁶ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, 900, pp. 367-369

³⁹⁷ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, 4182, XVII, 6-3, pp. 156-158;

³⁹⁸ *Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 43, p. 173.

infante D. Pedro a Pedro Gonçalves Malafaia e ao Doutor Rui Fernandes para estes tratarem, com o rei de Castela, a entrega do castelo de Alconchel³⁹⁹. Ainda em dezembro de 1432 em Nisa, é testemunha da carta enviada pelo infante D. Pedro ao rei de Castela sobre os infantes de Aragão e testemunha o instrumento notarial do compromisso do infante D. Pedro perante o rei de Castela sobre o castelo de Alconchel. Em novembro de 1439 acompanha o infante D. Pedro de Coimbra para Lisboa⁴⁰⁰. Em outubro de 1429 acompanha a duquesa de Borgonha na viagem até Écluse⁴⁰¹. Em janeiro de 1430, já em Écluse, testemunha a ratificação do casamento dos duques de Borgonha, cerimónia conduzida pelo bispo de Tournais, Jean de Thoisy⁴⁰².

A 27 de janeiro de 1432, em Almeirim testemunha o instrumento de ratificação do Tratado de Paz assinado em Medina del Campo a 30 de outubro de 1431⁴⁰³. No dia 15 de agosto de 1433 em Lisboa, discursa na cerimónia de aclamação do rei D. Duarte no terreiro do Paço da Alcáçova⁴⁰⁴. Em outubro de 1433, na Batalha, celebra a Missa da cerimónia de trasladação do corpo de D. João I da Sé para a Capela do Fundador, no Mosteiro da dessa vila⁴⁰⁵. Ainda neste mês de outubro discursa na abertura das Cortes de Leiria e Santarém para o juramento e obediência ao rei D. Duarte⁴⁰⁶. Nas Cortes de Torres Novas em 1438 surge como representante do clero, na qualidade de conselheiro⁴⁰⁷. No dia 1 de novembro de 1439 em Lisboa, recebe juramento do infante D. Pedro como regente do reino. Em 1437 é nomeado pelo infante D. Fernando responsável pela sua sepultura, para o caso de o infante D. Henrique ou o conde de Arraiolos não puderem cumprir o estipulado no testamento⁴⁰⁸. É morador da casa de D. João I com a moradia de 4 900 libras⁴⁰⁹.

³⁹⁹ IDEM, doc. 64, p. 229.

⁴⁰⁰ PINA, Rui de, “*Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*”, Lisboa; escriptório, 1904, Cap. XLV, p. 636; LEÃO, Duarte Nunes de, “*Crónica, e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo*”, Cap. VII, p. 801; MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1990, Volume I, pp. 51-52.

⁴⁰¹ IDEM, p. 22, nota 74;

⁴⁰² IbiDEM, Volume I nota 74, p. 22; ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. Coimbra; Imprensa Académica, 1901, Vol. II, p. 557

⁴⁰³ *Monumenta Henricina*, Tomo IV, Coimbra, 1960, doc. 15, p. 86.

⁴⁰⁴ PINA, Rui de, *Chronica d’El-Rei D. Duarte*. Porto; Renascença Portuguesa, 1914, Cap. II, p. 80; *Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 69, p. 247

⁴⁰⁵ *Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 85, pp. 277-278

⁴⁰⁶ PINA, Rui de, *Chronica d’El-Rei D. Duarte*. Porto; Renascença Portuguesa, 1914, cap. VI, p. 95; MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Volume I, p. 22, nota 74

⁴⁰⁷ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I, pp. 21-22.

⁴⁰⁸ *Monumenta Henricina*. Volume VI, doc. 52, pp. 113-114.

⁴⁰⁹ IDEM, Volume I, doc. 122, p. 282; FARO, Jorge, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa; Publicações do Centro de Estudos Económicos do Instituto

13) D. ÁLVARO DE CASTRO⁴¹⁰ (?) - 24 de Agosto de 1471

Era filho de D. Fernando de Castro e de D. Isabel de Ataíde. Casou com D. Isabel de Cascais, filha de D. Afonso de Cascais e de D. Branca da Cunha. Foi Camareiro-mor de D. Afonso V, Fronteiro-mor de Lisboa em 1461 e Alcaide – mor do castelo da mesma cidade. Acompanhou D. Afonso V nas campanhas de África. Acompanhou ainda o monarca quando este regressava de Ceuta a caminho de Gibraltar para se encontrar com Henrique IV⁴¹¹. A partir de 1460, passou a designar-se 1º conde de Monsanto com doação da mesma vila com o seu termo e jurisdição. Morreu na tomada de Arzila⁴¹².

Acompanhou seu pai na tentativa da conquista de Tânger, juntamente com seu irmão D. Henrique de Castro⁴¹³. Está presente nas Cortes de Torres Vedras em novembro de 1438, como conselheiro Régio. Fez parte da expedição a Ceuta para entrega desta cidade em troca do infante D. Fernando.⁴¹⁴ Continua a missão depois da morte do pai. Em 1441, recebe uma carta do regente onde ordena a entrega do castelo do Crato detido pelo irmão D. Henrique de Castro fidalgo da casa do infante D. Henrique⁴¹⁵. Recompensado pelo monarca, é-lhe concedida a doação da vila, castelo e reguengo de Castelo Mendo, com extensão a seus herdeiros sendo senhores da vila. Concede ainda a jurisdição civil e criminal do referido termo.

14) ÁLVARO GONÇALVES DE ATAÍDE (?) 1452⁴¹⁶

Nacional de Estatística, 1965, p. 75; GAYO, Figueiras, *Nobiliario de Famílias de Portugal*. Braga; Oficinas Gráficas da (PAX), 1938, volumes I-III, p.66.

⁴¹⁰ Este D. Álvaro é primo de D. Álvaro de Castro, filho de D. Álvaro Pires de Castro e de Dona Maria Loba, filha de Diogo Lopes Lobo. FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Os Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1973, Tomo I, p.146

⁴¹¹ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Vol. II, p. 762.

⁴¹² FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1973, Volume I, pp.353-355, Vol. II, p.88 e vol. III, pp.288-281

⁴¹³ LEÃO, Duarte Nunes de, *Crónica e vida delrei D. Duarte*. Lisboa, 1780, Tomo II, cap. VIII, p.31; MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Vol. II, p. 759

⁴¹⁴ *Monumenta Henricina*, Vol. VII, Doc. 143, pp. 224-226

⁴¹⁵ IDEM, doc. 169, p. 254

⁴¹⁶ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra; Imprensa Académica, 1973, Volume I, pp. 81 e 83. Morreu na batalha de Alfarrobeira; Cf. SANTOS, Maria Alice Pereira, *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Doutoramento em História Medieval Tese orientada pela Professora Doutora Adelaide Millán da Costa. Lisboa; Universidade Aberta, 2015, p. 225. Disponível em : https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4461/1/TD_MALiceSantos.pdf

É um nobre, filho de Martim Gonçalves de Ataíde⁴¹⁷ e de Mécia Vasques Coutinho⁴¹⁸. Casa em 1412 com D. Guiomar de Castro⁴¹⁹, filha de D. Pedro de Castro⁴²⁰ e de D. Leonor Teles de Meneses⁴²¹. Foi feito Conde de Atouguia por D. Afonso V, de quem foi aio, em dezembro de 1448 com a doação da dita vila. Foi governador da casa do infante D. Pedro⁴²². Foi ainda aio dos infantes D. Afonso V e de D. Fernando⁴²³ e Mordomo-mor de D. Afonso V⁴²⁴. Entre 1416 e 1429 esteve ao serviço de D. João I, como embaixador. Em 1439 por ordem de D. Pedro acompanhou a rainha D. Leonor e o rei D. Afonso V às Cortes de Lisboa⁴²⁵. Esteve presente no Concílio de Constança em 1416 como elemento da comitiva real⁴²⁶. A 21 de janeiro de 1416 entrega carta de D. João I ao rei de Aragão a solicitar salvo-conduto dos embaixadores portugueses ao concílio⁴²⁷. Em dezembro de 1429 é enviado a Castela como mediador para a resolução do conflito entre os reis de Castela, Aragão e Navarra, e os infantes de Aragão (Henrique e Pedro)⁴²⁸. Em 1415 participa na conquista de Ceuta⁴²⁹. É Alcaide de

⁴¹⁷ OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Casa dos Coutinhos Linhagem, Espaço e Poder* (1360-1452), Cascais, Patrimonia Historica, 1999, p. 35; GAYO, Figueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, volumes I-III, p.65. “Fidalgo muito honrado nos tempos dos Reys D. Fernando e D. João I”.

⁴¹⁸ Irmã de Gonçalo Vasques Coutinho, marechal do reino; depois de viúva foi aia dos infantes, filhos de D. João I; por carta de 23 de setembro de 1391, D. João I manda restituir à viúva e aos seus filhos os bens que possuíam à data da morte do rei D. Fernando. Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 1, Vol. II, documento 535, pp. 281-282; LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. LXIII, p. 153. OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Casa dos Coutinhos Linhagem, Espaço e Poder* (1360-1452), p. 35.

⁴¹⁹ Irmã de D. Fernando de Castro fica com a guarda de D. Leonor, filha do rei D. Duarte. PINA, Rui de, “*Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*”, Crónicas de Rui de Pina, Porto, Lello & Irmãos Editores, 1977, Cap. LXVI, p. 667; MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980 Volume I, p. 86. Em 1455, juntamente com o seu filho D. Martinho, acompanhou a Castela a infanta D. Joana para o seu casamento com o rei Henrique IV.

⁴²⁰ Senhor do Cadaval, filho de D. Álvaro Pires de Castro, conde de Viana e de Arraiolos. SANTOS, rei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXII, p. 407

⁴²¹ Filha de João Afonso Telles de Meneses, conde de Ourém e de Barcelos. SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXII, p. 407.

⁴²² PINA, Rui de, “*Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*”. Lisboa; Escriptório, 1901, Cap. XLVII, p. 640.

⁴²³ RODRIGUES, Ana Maria S. A, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, pp. 203 e 274.

⁴²⁴ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Volume I, p. 312.

⁴²⁵ PINA, Rui de, “*Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*”. Lisboa; Escriptório, 1901, Cap. XLVII, p. 640; IDEM, p. 58; COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 282

⁴²⁶ COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana, (documentos publicados com introdução e notas)*. Braga; Editorial Franciscana, 1968, Volume I, p. XX. 6

⁴²⁷ *Monumenta Henricina*, II, doc. 114, p. 238.

⁴²⁸ *Monumenta Henricina*, III, doc. 146, p. 309; RODRIGUES, Ana Maria S. A, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, p. 93. ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela, (1431- 1475/Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Edições Colibri, 2009, p. 57.

⁴²⁹ ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*. Mem Martins. Publicações Europa-América, 1992, Cap. L, p. 179. 6

Monforte de Rio Livre⁴³⁰, de Coimbra, de Atouguia⁴³¹ e de Vinhais⁴³². A 20 de maio de 1449, participa na batalha de Alfarrobeira ao lado de D. Afonso V⁴³³. É membro do conselho de D. João I⁴³⁴. Em 1418 -1419, em Constança, recebe em nome do infante D. Pedro, a marca de Trevisco dada pelo imperador Sigismundo⁴³⁵. Interveio com Álvaro Gonçalves de Abreu, junto do papa para a nomeação de D. Luís Coutinho como bispo de Viseu⁴³⁶. A 5 de setembro de 1428 em Zamora, é testemunha da procuração passada pelo infante D. Pedro a Aires Gomes da Silva e a Estêvão Afonso para tratarem do casamento deste infante com D. Isabel de Urgel⁴³⁷. A 4 de novembro de 1428 testemunha a atribuição de arras a D. Leonor de Aragão⁴³⁸. No mesmo dia, em Coimbra, testemunha a reforma de alguns capítulos do contrato de casamento do infante D. Duarte com D. Leonor.

Em Estremoz a 2 de dezembro de 1428 é testemunha do contrato de casamento de D. Duarte com D. Leonor, aprovado por D. João I. Em Segura, 8 e 13 de novembro de 1432 é testemunha do infante D. Pedro sobre a ratificação do juramento prestado em Almeirim, a 7 de novembro de 1431, por D. João I de manter o tratado de paz e amizade com Castela⁴³⁹. A 15 de novembro de 1432 em Castelo Branco, é testemunha da procuração passada pelo infante D. Pedro a Pedro Gonçalves Malafaia e ao Doutor Rui Fernandes para estes tratarem, com o rei de Castela, a entrega do castelo de Alconchel⁴⁴⁰. No dia 10 do mês seguinte testemunha em Nisa, o envio de uma missiva

⁴³⁰MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Volume I, p. 413

⁴³¹ IDEM, p. 409

⁴³² IBIDEM, p. 418

⁴³³ IBIDEM, p. 525

⁴³⁴ *Monumenta Henricina*. Tomo III, doc. 128, p. 275; HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “*Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I*”, pp. 47-48. Disponível em: er.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2071.pdf

⁴³⁵ Acompanhou o infante D. Pedro nas campanhas contra o Turco ao serviço do imperador Sigismundo. Com Álvaro Gonçalves de Abreu, recebeu em nome do infante, a marca de Trevisco. FRANCISCO BRANDÃO, *Conselho e voto da senhora dona Filipa filha do Infante Dom Pedro, sobre as terçarias & guerras de Castela*, pp. 17-18; *Monumenta Henricina*, Tomo II, doc. 139, p. 271; MARTINS, Oliveira, *Os filhos de D. João I*, p. 85.

⁴³⁶ OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Casa dos Coutinhos Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*. Cascais; Patrimónia, 1999, pp. 63-64.

⁴³⁷ *Monumenta Henricina*. Tomo III, doc. 121, p. 243.

⁴³⁸ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, V Gav. XV, Maços 16-244073, XVII, 1-2, pp. 468-469; SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo 1, p. 302; *Monumenta Henricina*. Coimbra; 1960, Tomo II, doc. 128, p. 275.

⁴³⁹ *Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 43, p. 173.

⁴⁴⁰ IDEM, doc. 46, p.177

pelo infante D. Pedro ao rei de Castela sobre os infantes de Aragão⁴⁴¹ bem como do instrumento notarial do compromisso do infante D. Pedro perante o rei de Castela sobre o castelo de Alconchel⁴⁴². Acompanha em novembro de 1439 de Coimbra para as Cortes de Lisboa⁴⁴³, o infante D. Pedro. Em 1441 acompanha o rei D. Afonso V ao encontro de Álvaro Vaz de Almada⁴⁴⁴ e o seu exército que se dirigem a Amieira⁴⁴⁵. Em 1452 é enviado a Ceuta com outros fidalgos para fazer regressar ao reino o infante D. Fernando II, Duque de Beja e de Arraiolos, irmão de D. Afonso V⁴⁴⁶. Em julho de 1438 em Avis, é-lhe confirmada por carta de couto, passada em Lisboa a 2 de junho de 1391, a posse da Quinta da Foz, em Benavente⁴⁴⁷. Em fevereiro de 1439 tem a jurisdição da vila de Cernache⁴⁴⁸. Tem rendas dadas por D. Afonso V no valor de 30 000 cruzados da judiaria de Castelo Branco; 30 000 de Atouguia; 15 000 do Castelo de Coimbra; 40 000 do Campo de Valada e de 30 000, do julgado de Penela⁴⁴⁹. D. João I confirma em Viseu a 23 de Setembro de 1391, os bens que a família possuía no reinado de D. Fernando⁴⁵⁰. Em 1398, no Porto, D. João I faz-lhe doação, da quinta de Randufe no termo de Chaves, confiscada a João Afonso Pimentel⁴⁵¹. O infante D. Pedro, a 15 de junho de 1425, em Lisboa, faz doação dos casais de Chança, do Carvalhal e de Cernache⁴⁵². Em dezembro de 1448 recebe doação de D. Afonso V, da vila de Atouguia⁴⁵³. Para fazer face a despesas no Concílio de Constança recebe em 1416, 21 mil dobras⁴⁵⁴. Em 1402 é morador da casa de D. João I com a renda de 8 300 libras⁴⁵⁵.

⁴⁴¹ IDEM, doc. 50, p. 191

⁴⁴² *IBIDEM*, doc. 51, p. 194

⁴⁴³ PINA, Rui de, “*Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*”. Lisboa; Escripório, 1901, Cap. XLV, p. 636; MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Volume I, pp. 51-52.

⁴⁴⁴ Foi Conde de Abranches, cavaleiro da Jarreteira e capitão – mor da Armada de D. João I a Ceuta

⁴⁴⁵ PINA, Rui de, “*Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*”, Cap. LXXI, p. 671; LANDIM, Gaspar Dias de, *O Infante D. Pedro*. Coimbra; Ed. de autor, 1923, Volume II, Cap. XXVIII, p. 90.

⁴⁴⁶ PINA, Rui de, “*Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*”, Cap. CXXXIV, p. 767

⁴⁴⁷ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1973, Volume I, pp. 81-82.

⁴⁴⁸ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Volume I, p. 312

⁴⁴⁹ FARO, Jorge, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, Lisboa; 1965, p. 173.

⁴⁵⁰ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra; Imprensa da Universidade, Volume I, p. 80: *Monumenta Henricina*. Tomo VIII, doc. 161, nota 1, p. 251

⁴⁵¹ IDEM, p. 80.

⁴⁵² *IBIDEM*, p. 81.

⁴⁵³ *Monumenta Henricina*, Tomo VIII, doc. 161, p. 251, nota 1.

⁴⁵⁴ Montante atribuído a Álvaro Gonçalves de Ataíde e a D. Fernando de Castro. *Monumenta Henricina*, IV, doc. 65, p. 235.

⁴⁵⁵ *IDEM*, I, doc. 122, p. 281.

Ainda em 1445 participa, com uma caravela, na expedição do infante D. Henrique, à costa da Guiné⁴⁵⁶.

15) ÁLVARO LOPES CHAVES (?)- 1508 ⁴⁵⁷

Mais conhecido por ter elaborado o Livro de Apontamentos de (1438-1489). Foi cavaleiro da Ordem de Santiago; Comendador da Chouparia; esteve presente na guerra de Marrocos; lutou na batalha de Toro em 1476. Em 1484 recebe a doação da sesmaria da praia e terra junto a Samouco. Obtém ainda a autorização para arrendar os bens da Comendadoria da Chouparia. Em 1508, D. Manuel paga à mulher e herdeiros 60.000 reais brancos.

É escrivão de Câmara entre 1462 e 1508. Secretário régio de D. Afonso V e D. João II. Em 1481 é Notário Geral e conselheiro régio. Está presente nas Cortes de Évora em 1481 e na coroação do Rei D. João II⁴⁵⁸.

É enviado de D. Afonso V nas várias diligências a Castela entre 1464 e 1472. Vai ainda em serviço a Roma, Inglaterra e a França⁴⁵⁹.

16) ÁLVARO PERES⁴⁶⁰

É um clérigo, Bacharel em leis, Desembargador e juiz dos feitos de D. João I, entre 1391 e 1405⁴⁶¹. É Ouvidor em 1388 e embaixador a Castela⁴⁶² em 1398-1399 para

⁴⁵⁶ *Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 64, p. 227.

⁴⁵⁷ MONTEIRO, Helena Maria, *A chancelaria Régia e os seus Oficiais (1462-1465)*. Tese de Mestrado. Porto; Universidade do Porto, 1997, Volume II, pp. 157- 158. Disponível em: repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/19437/2/FLM04801P000081759.pdf

⁴⁵⁸ CHAVES, Álvaro Lopes, *Livro de Apontamentos (1439-1489)*. Códice 443 da Coleção Pombalina da BNL. Introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983,

⁴⁵⁹ Em 1476 Portugal é medianoiro entre Borgonha e França para negociar a entrada da Inglaterra nas tréguas entre os dois reinos.

⁴⁶⁰ A vida de Álvaro Peres não aparece citada em outras obras e em outros tempos. Pode haver alguma confusão com a sua genealogia. No entanto aparece um Álvaro Peres como escrivão na Chancelaria de D. João I referenciado em vários documentos.

⁴⁶¹ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 2, Volume II, documento II-826, pp. 117-119. Neste documento especifica que é doutor em Leis.

⁴⁶² O rei Henrique III emite salvo-conduto para se negociarem as tréguas, LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, Capítulos CLXXVIII-CLXXXIII, pp. 384-394; SOUSA, M.F.Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris, em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo 1, pp. 281-282; SYLVA, Joseph Soares da, *Memórias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*. Tomo II, Cap. CLXXXVII, p. 934, disponível em: books.google.pt/books?id=8S_nAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary; LEÃO, Duarte Nunes de, “*Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LXXX, p. 657; MARTINS, Oliveira, *A vida de Nun’Álvares.*. Lisboa; A. M. Pereira, 1893, p. 274. Disponível em: cribd.com/doc/123173910/A-Vida-de-Nuno-Alvares-por-Oliveira-Martins

negociar novas tréguas de nove meses. A reunião deu-se em Olivença. É cónego em Lisboa⁴⁶³.

17) ALVARO PIRES DE CASTRO, Conde de Arraiolos (1310?) - 1384

Era filho bastardo de D. Pedro Fernandes de Castro⁴⁶⁴ e irmão de Inês de Castro. Casou com D. Maria Ponce de Leão filha de D. Pedro Ponce de Leão Rico- homem, Sr. de Marchena e de sua mulher D. Beatriz de Xarica. Da descendência fazem parte os filhos: D. Pedro de Castro; Dona Isabel de Castro, mulher de D. Pedro Henriques conde de Trastâmara e Condestável de Castela; D. Afonso de Castro, 3º senhor de Castro Verde e Louces em 1410; Dona Elvira de Castro e Dona Beatriz de Castro, mulher de Pedro Nunes de Lara⁴⁶⁵ Recebe muitas mercês de D. Pedro I. Toma o partido de D. Fernando contra Castela⁴⁶⁶. Acompanhou o rei a Galiza, tomando a vila de Corunha⁴⁶⁷. Foi encarregado pelo monarca de proteger as gentes e trazê-las de volta a Portugal quando Henrique de Castela os expulsa de Corunha⁴⁶⁸. Defendeu a vila de Monterrei⁴⁶⁹. Recebeu em 1371 o título de Conde de Viana⁴⁷⁰ por D. Fernando e depois o título de conde de Arraiolos por D. Leonor de Teles⁴⁷¹. Era alcaide de Santarém quando Henrique de Castela invadiu Portugal em direção a Lisboa⁴⁷². Fronteiro- mor em Elvas cercou Badalhouce com Gil Fernandes⁴⁷³. Com a chegada dos ingleses a Elvas, Álvaro Peres de Castro é nomeado Condestável do reino⁴⁷⁴. Às escusas dos ingleses foi enviado a Castela para tratar das negociações de paz⁴⁷⁵. Acompanhou a rainha dona Leonor e a Infanta D. Beatriz quando esta seguia para Badalhouce para casar com D. Juan I de Castela⁴⁷⁶. Esteve presente nas bodas da infanta. Entregou o juramento e menagem nas

⁴⁶³ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 2, Volume II, doc. II-826, pp. 117-119.

⁴⁶⁴ Chamavam-lhe “o da guerra”

⁴⁶⁵ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Tipografia Gráfica da “PAX”, 1938, Volumes XI- XIII, pp. 55-56

⁴⁶⁶ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, Revista, 2004 cap. XXV, p.88.

⁴⁶⁷ IDEM, cap. XXX, p. 102

⁴⁶⁸ IBIDEM, cap. XXXII, p.108

⁴⁶⁹ IBIDEM, Cap. XXXVI, p. 120

⁴⁷⁰ Chancelarias Portuguesas. *D. João I*. Doc. 450, pp. 236- 237. Entrega do concelho de Canaveses a João Rodrigues Pereira. Doc.509, pp. 267-268. Doação de Miranda a Egas Coelho.

⁴⁷¹ IBIDEM, Cap. LXXV, p. 228

⁴⁷² IDEM, cap. LXXIV, p. 261

⁴⁷³ IBIDEM, Cap. CXVIII, p. 425

⁴⁷⁴ Fernão LOPES. *Crónica de D. Fernando*, cap. CL, pp. 523-524. Foi o primeiro condestável do reino.

⁴⁷⁵ IDEM, cap. CLIV, pp. 534-535 e cap. LCV, pp. 537-539. Era acompanhado por Gonçalo Vasques de Azevedo.

⁴⁷⁶ IBIDEM, cap. CLXI, pp.559-560. As suas filhas Beatriz e Isabel faziam parte deste séquito.

mãos de D. Pero Fernandez, Mestre de Santiago⁴⁷⁷. Quando D. Fernando morre, parece ter tomado o partido pelos filhos de Inês de Castro. No entanto, em maio de 1394 a vila de Arraiolos recebe *Juridicam sobre ssy*⁴⁷⁸. Em novembro de 1384, foi feita doação a D. Pedro de Castro de todas as terras que foram de seu pai⁴⁷⁹.

18) ANTÓNIO NUNES⁴⁸⁰

De origem castelhana frequentou a Universidade de Salamanca e tem o grau de doutor desde 1461. Foi contador de Enrique IV de Castela, e seu conselheiro. Esteve nas negociações de Zamora a 2 de fevereiro de 1476 com D. Álvaro de Bragança e Rui e Sousa⁴⁸¹. Em 22 de março de 1461 aparece como testemunha entre os reis de Castela e de Aragão.

19) BALTAZAR DE ESPINOLA

De origem genovesa veio para Portugal como comandante de frota do Rei D. Fernando. Inserido na corte exerce várias funções ao serviço do monarca. A 11 de março de 1370, recebe procuração de plenos poderes de D. Fernando, para que em conjunto com Afonso Fernandes de Burgos e Martim Garcia tratem de celebrar alianças com outros reinos na guerra contra Castela⁴⁸². A 24 de junho do mesmo ano é encarregado da celebração de uma convenção entre Portugal e Aragão para renovar os capítulos da Guerra contra Castela. Tomou parte numa das campanhas de D. Fernando, incorporado numa das galés rumo a Barrameda, perto do rio de Sevilha⁴⁸³. Esteve envolvido na guarda do tesouro que D. Fernando enviou para Aragão como recompensa do casamento e ajuda nas guerras contra Castela⁴⁸⁴. Numa das suas permanências em

⁴⁷⁷ IDEM, IDEM, cap. CLXVII, pp. 577-579.

⁴⁷⁸ *Chancelaria de D. João I*. Lisboa; Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova, Tomo I, Volume I, doc.149, pp.78-79.

⁴⁷⁹ IDEM, doc. 483, pp.253-255

⁴⁸⁰ Cf. Douglas Mota Xavier de LIMA. *Diplomacia Portuguesa no reinado de D. Afonso V, (1448 – 1481)*. Tese de Doutoramento. Niterói; Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2016, p. 313. Disponível em : https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4461/1/TD_MALiceSantos.pdf

⁴⁸¹ Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e diplomáticas de Portugal com as restantes potências do mundo, desde o principio da Monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris: J.P. Aillaud, 1842.1853, Vol. I p. 378.

⁴⁸² LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, cap. LI, pp. 173-174; As gavetas da Torre do Tombo. Tomo VII, Gav. XVII, pp. 17-24 e doc. 4226, pp.483-485

⁴⁸³ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, cap. XLII, pp. 137-139.

⁴⁸⁴ IDEM, cap. LIV, pp. 185-186

Argão enamorou-se da infanta D. Maria, viúva do príncipe D. Fernando de Aragão e irmão do monarca D. Fernando de Portugal⁴⁸⁵.

20) CIDE DE SOUSA

Filho bastardo de Gonçalo Annes de Sousa. Casou com Leonor Fogaça, filha de Rui Gonçalves de Castanheda, cavaleiro da Ordem de Santiago e comendador de Canha e Cabrela e de Violante Fogaça. É escudeiro e fidalgo da casa de D. Afonso V. Em 1453 é capitão de um dos navios enviados à Guiné por D. Afonso V. Participa numa embaixada a Castela pelo que recebe 70 dobras⁴⁸⁶ para despesas. Recebe ainda 70 florins em ouro pela viagem que poderá fazer a Nápoles ao serviço de Aragão⁴⁸⁷.

Esteve em Castela ao serviço de D. Leonor, passando depois, após a morte desta ao serviço do monarca português⁴⁸⁸. Foi vedor e contador da casa de D. Joana, a Beltraneja a partir de janeiro de 1457.

21) DIOGO DA FONSECA (?) – 1480?

Irmão de Lopo da Fonseca e pai de Fernão da Fonseca⁴⁸⁹. A partir de 1476 passa a receber a moradia mensal de 4286 reais brancos. Em 1451 recebe o privilégio para andar de besta muar de sela e freio.

Está presente na batalha de Alfarrobeira ao lado do monarca⁴⁹⁰ em 1449, e em Castela em 1476. É Bacharel em Leis em 1450, licenciado em 1453 e Doutor em Leis em 1475. Faz parte de uma missão a Castela onde acompanha D. Martinho de Ataíde, conde de Atouguia e Afonso Garcez. Recebe 1355 dobras para a missão⁴⁹¹. Foi Juíz da Casa Civil de Lisboa desde 1453, substituindo Gomes Lourenço. Em 1469 é ouvidor da

⁴⁸⁵ GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, pp. 57-58

⁴⁸⁶ FARO, Jorge, *Receitas e despesas da fazenda real de 1384-1481 (subsídios documentais)*. Lisboa, 1965, p. 82

⁴⁸⁶ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, cap. LI, pp. 173-174; *As gavetas da Torre do Tombo*. Tomo VII, Gav. XVII, pp. 17-24 e doc. 4226, pp.483-485

⁴⁸⁶ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, cap. XLII, pp. 137-139.

⁴⁸⁶ IDEM, cap. LIV, pp. 185-186

⁴⁸⁷ *Monumenta Henricina*, Tomo IX, do. 67-68, pp. 99-96 e doc. 69, p. 97.

⁴⁸⁸ MORENO, Humberto Carlos Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira, Antecedentes e significado Histórico*. Coimbra. Por ordem da Universidade de Coimbra, 1979, Vol. I, pp. 177-178

⁴⁸⁹ Aparece em 1476-1477 como fidalgo da casa de D. Afonso V. A 17 de Junho de 1450 recebe os bens confiscados ao seu irmão Lopo da Fonseca. Este era por sua vez escudeiro do infante D. Pedro.

⁴⁹⁰ MORENO, Humberto Carlos Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira, Antecedentes e significado Histórico*. Coimbra. Universidade de Coimbra, 1979, Vol. II, pp. 813-814

⁴⁹¹ FARO, Jorge, *Receitas e despesas da fazenda real de 1384-1481 (subsídios documentais)*. Lisboa, 1965, p. 81

casa de D. Fernando. Em 1453 é Desembargador da Casa da Suplicação, cargo que ocupa até 1475. Neste ano obtém o ofício de Desembargador do Paço, sucedendo a João Teixeira, até 29 de agosto de 1480. É membro do Conselho Régio desde 1475⁴⁹².

22) DIOGO DE CASTRO⁴⁹³

Fidalgo da casa do rei era filho de D. Álvaro Pires de Castro, Alcaide – mor das Alcáçovas. Era irmão de D. Álvaro de Castro e de D. Pedro. Testemunhou a assinatura do contrato do casamento entre D. Juan II e a infanta D. Isabel, recebendo esta, a quantia de 25 000 florins de ouro⁴⁹⁴. Acompanhou o rei nas campanhas em África. Tomou parte nas guerras com Castela ao lado de D. Afonso V. Foi nomeado capitão de Évora e seu termo⁴⁹⁵. Lutou ao lado deste monarca juntamente com o irmão D. Álvaro na Batalha de Alfarrobeira. Fez-se representar por Martim Vicente de Vilalobos no juramento do príncipe herdeiro D. Afonso. Quando casou com D. Beatriz o rei outorgou-lhe a tença anual de 47500 reais brancos⁴⁹⁶. A 26 de setembro de 1496, D. Manuel confirmou-lhe a posse dos bens pertencentes a Vasco Martin de Resende⁴⁹⁷.

23) D. DIOGO, DUQUE DE VISEU – 1450-1484

4º Duque de Viseu e 3º Duque de Beja. Filho do Infante D. Fernando, e de D. Beatriz, Duquesa de Viseu. Irmão do futuro D. Manuel I é neto de D. Duarte e de D. Leonor de Aragão, e sobrinho do infante D. João de Portugal, filho do rei D. João I e de Filipa de Lencastre. Ao serviço de D. Afonso V, foi Condestável do Reino e governador da Ordem de Cristo. Foi Embaixador do mesmo rei, a Castela em janeiro de 1481, onde é recebido por D. Afonso de Cordenas, que tem procuração da rainha de Castela, Isabel a católica, para assinar as capitulações de paz⁴⁹⁸. Fica “refém” do tratado das Terçarias de Mouras, em 1479. É acusado de fazer parte da conjura contra o rei D. João II, seu primo, pelo que é morto pelo mesmo, em Setúbal.

⁴⁹²MORENO, Humberto Carlos Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira, Antecedentes e significado Histórico*. Coimbra. Universidade de Coimbra, 1979, Vol. II, pp. 813-814

⁴⁹³ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, Vol. I, p. 145

⁴⁹⁴ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fl. 152

⁴⁹⁵ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, Vol. I, p. 147

⁴⁹⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fl.33v

⁴⁹⁷ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra. Universidade de Coimbra, 1979, Vol. II, p. 765.

⁴⁹⁸ SOUSA, M.F.Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e diplomáticas de Portugal com as restantes potências do mundo, desde o principio da Monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris: J.P. Aillaud, 1842.1853, Vol. I p. 385-386

24) DIOGO LOPES PACHECO⁴⁹⁹

É descendente de Fernam Rodrigues Pacheco que teve o castelo de Celorico no tempo de D. Afonso III. Filho de Lopo Fernandez Pacheco e de dona Maria Villalobos. Neto de Diego Lopez Pacheco e de Joana Vasquez, filha de Vasco Pereira. Viveu na corte de D. Afonso IV, do qual era conselheiro. Esteve envolvido na morte de dona Inês. Fugiu do reino, quando D. Pedro I subiu ao trono. Refugiou-se em Castela⁵⁰⁰ e também em Inglaterra. D. Fernando acolheu-o de novo na sua corte. Aconselhou o rei a não casar com Leonor de Telles pelo que sentindo-se ameaçado refugiou-se de novo em Castela. Tornou-se conselheiro de Henrique da Trastâmara. De volta a Portugal, serviu como mensageiro diplomático entre os dois reinos, bem como entre o monarca português e o duque de Lencastre. Pelos bons serviços prestados ao reino, D. Fernando restituiu - lhe os bens, fê-lo Rico- homem, senhor de Ferreira e homem de sua confiança⁵⁰¹.

25) FERNÃO DA SILVEIRA (?) – 1493⁵⁰²

Filho de Nuno Martins da Silveira⁵⁰³ e de D. Leonor de Abreu, filha de Gonçalo Eanes de Abreu, senhor de Castelo de vide. Irmão de Diogo da Silveira, escrivão de Puridade do rei D. Afonso V. Casou com D. Isabel Henriques, filha de D. Fernando Henriques, senhor das Alcáçovas e de D. Branca. Membro da casa do Infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V. Foi senhor de Sovereira, Formosa e Cerzedas. Foi conselheiro do monarca e coudel - mor do reino⁵⁰⁴. Regedor da Casa de Suplicação em 1486. Como poeta é lembrado no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende⁵⁰⁵. Em 1451 faz parte da comitiva que acompanhou D. Leonor a Itália para o seu casamento com Frederico III. Em 1455 esteve presente na cerimónia de juramento do príncipe D. João.

⁴⁹⁹ LOPES, Fernão, *Cronica do Rei D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, cap. LXXXI, pp. 279-282

⁵⁰⁰ Ao lado de Henrique de Trastâmara. Lutou por este rei contra França e Aragão.

⁵⁰¹ LOPES, Fernão, *Cronica do Rei D. Fernando*, cap. LXXXI, pp. 279-282; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Oitava Parte, Livro XXIII, cap. XXXIII, pp.693-694

⁵⁰² GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Oficina Gráfica da “PAX”, 1938, Propriedade e edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos Afonso, Tomo XXVI pp,178-180

⁵⁰³ Nuno Martins da Silveira, aio de D. Afonso V, foi escrivão de puridade de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V. Exerceu ainda o ofício de embaixador.

⁵⁰⁴ GOMES, Saúl António, *D. Afonso V, o Africano*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2009. P. 115

⁵⁰⁵ RESENDE, Garcia de, *Cancioneiro Geral*. Fixação do texto e estudo por Aida Fernanda Dias. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990. Digitalizado. Tese argumentativa, na qual ele é o principal interveniente, mostrando assim os seus dotes de oratória.

Esteve presente no Trado de Alcáçovas em 1479, com João Fernandes da Silveira, João Teixeira, Pero Botelho, João Garcez e Rodrigo Afonso, como secretário. Em 1490, acompanhado por João de Elvas e Rui de Sande, representa o rei nas negociações do casamento do príncipe herdeiro D. Afonso com D. Isabel filha dos reis católicos⁵⁰⁶. Fernão da Silveira teve grande influência na resolução da soltura dos prisioneiros em 1479⁵⁰⁷.

26) FERNANDO AFONSO DA SILVEIRA (Dr.)⁵⁰⁸

Filho de D. Afonso Martins e de D. Maior Rodrigues (de Souza) casou com Dona Catarina Teixeira, camareira- mor da Infanta D. Isabel. Era filha de Estevão Pires de Torres Vedras e de Maria Gonçalves. Desta união nascerá o futuro Dr. João Fernando da Silveira, 1º Barão do Alvito. É um nobre, cavaleiro e doutor em Leis pela Universidade de Borgonha. Entre 1419 e 1420, é desembargador dos feitos de D. João I. Entre 1430 e 1432 é Chanceler- mor do mesmo rei⁵⁰⁹. Também a seu serviço ocupa as funções de embaixador entre 1422 e 1431 entre os reinos de Portugal, Castela e França. A 13 de março de 1422, em Santarém, recebe de D. João I uma carta que lhe delega poderes para se firmar e jurar as pazes com Castela⁵¹⁰. Em Ávila, a 30 de abril de 1423 recebe D. Juan II de Castela a aprovação e ratificação do Tratado de Paz de 31 de outubro de 1411⁵¹¹. Entre 1423 e 1424 está presente em Borgonha na tentativa de negociação do casamento entre o duque de Borgonha e a infanta D. Isabel⁵¹². Em 1428, trata do contrato de casamento dos mesmos⁵¹³. A 27 de janeiro de 1432 em Almeirim, ratifica, como elemento do desembargo régio, o instrumento de validação feito por D.

⁵⁰⁶ A infanta esteve casada em Terçarias com o príncipe português de 1480-1481. Viria a casar posteriormente, em 1497 com D. Manuel I. Morre em 1498. D. Manuel casará de novo com D. Maria de Aragão, irmã de Isabel.

⁵⁰⁷ GOMES, Saúl António, *D. Afonso V, o Africano*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2009, p. 240.

⁵⁰⁸ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Tomo XXVIII. Propriedade e edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos Affonso. Braga; Oficina tipográfica da “PAX”, 1940, pp. 169-170.

⁵⁰⁹ *Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 42, p. 169; COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 209.

⁵¹⁰ IDEM, III, doc. 16, p. 26, nota 2. Nesta carta constam os nomes de Fernando Afonso da Silveira e D. Fernando de Castro.

⁵¹¹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. CXCVI, p. 436;

⁵¹² PAVIOT, Jacques, *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 29 e 196-197. D. João I inicia os contactos por carta e só depois envia a embaixada.

⁵¹³ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1854, Tomo III, pp. 42-43.

João I e pelos infantes seus filhos do Tratado de Paz com Castela, assinado a 30 de outubro de 1431, em Medina del Campo⁵¹⁴. No mesmo ano em Almeirim, é testemunha do termo original do Tratado de Paz com Castela feito a 27 de janeiro de 1432⁵¹⁵. Em 1423 recebe com a sua comitiva, 2675 dobras para despesas em Castela e em 1428 recebe 1960 dobras para despesas em França⁵¹⁶.

27) FERNANDO DE CASTRO (?)- 1441⁵¹⁷

Pertence à alta nobreza fazendo parte da linhagem: Ataíde-Meneses e Coutinho. Neto de Álvaro Pires de Castro⁵¹⁸ falecido em 1384 e irmão de Dona Inês de Castro⁵¹⁹. Filho de Pedro de Castro⁵²⁰ e de Leonor Teles de Meneses. Alcaide- Mor da Covilhã. Casa primeiro com D. Isabel de Ataíde. Depois de esta falecer, casa com D. Mécia de Sousa. É governador da casa de D. Henrique e em 1441 é regedor da casa do Civil⁵²¹. Entre 1416 e 1423 exerce as funções de embaixador ao serviço de D. João I e em 1441, ao serviço de D. Afonso V⁵²². Em 1416 faz parte da comitiva ao concílio de Constança. A 13 de março de 1422 em Santarém, segue na embaixada enviada a Castela por D. João I para se firmar e jurar as pazes com a aprovação e ratificação do Tratado de Paz

⁵¹⁴ *Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 15, p. 86

⁵¹⁵ IDEM, doc. 65, p. 169.

⁵¹⁶ FARO, Maria José, FARO, Jorge, “*Embaixadas enviadas pelos Reis de Portugal de 1415 a 1473*”, p. 13 e p. 75.

⁵¹⁷ PINA, Rui de, “*Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*”, Cap. LIV, p. 652; *Monumenta Henricina*, Tomo VII, doc. 174, p. 259; GAYO, Felgueiras, *Nobiliario de Familias de Portugal*, Volumes. XI-XIII, p. 56. Cf. SANTOS, Maria Alice Pereir, *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Doutoramento em História Medieval Tese orientada pela Professora Doutora Adelaide Millán da Costa Universidade Aberta Lisboa – Janeiro de 2015, pp. 259-261. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4461/1/TD_MALiceSantos.pdf

⁵¹⁸ Recebe, em 1371, o título de conde de Arraiolos; nomeado 1.º condestável do reino por D. Fernando, em 1382. LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, Capítulos LXV, p. 172 e CL, p. 416;

⁵¹⁹ Recebe, em 1371, o título de conde de Arraiolos; nomeado 1.º condestável do reino por D. Fernando, em 1382. LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, Capítulos LXV, p. 172 e CL, p. 416; GAYO, Felgueiras, *Nobiliario de Familias de Portugal*. Braga; Oficina tipográfica da “PAX”, 1938, Vols. XI-XIII, p. 55-57

⁵²⁰ Pedro de Castro, senhor de Cadaval, tentou traír os portugueses que estavam cercados pelos castelhanos no cerco de Lisboa. Parece que havia combinado com o monarca castelhano dar um sinal como a luz de uma candeia acesa, para este entrar por uma porta do castelo. Foi descoberto, condenado e depois mais tarde perdoado, “menos honrado que seu pay por sua infelicidade por que estava cercada LX pelo rey D. João Iº de Castela no tempo do M.e de Aviz q depois foi Rey...). GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Oficina tipográfica da “PAX”, 1938, Vols. XI-XIII, p. 56.

⁵²¹ *Monumenta Henricina*, Tomos II e VII, documentos 114, pp. 237-238, e 174, p. 259.

⁵²² LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. CXVI, pp. 435-437; SOUSA, M. F. Barros de Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo 1, p. 298; MORENO, Humberto Baquero, “*O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas*”, p. 141. Disponível em: [file:///C:/Users/Isabel/Downloads/5645-18137-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Isabel/Downloads/5645-18137-1-PB%20(1).pdf)

de 31 de outubro de 1411. Em 1441 inclui a expedição ao reino de Fez para a entrega de Ceuta a troco da libertação do infante D. Fernando⁵²³. Morre a caminho desta expedição vítima de um combate naval, travada com o corso genovês.

Em julho de 1415 participa na conquista de Ceuta⁵²⁴. Em 1423 é capitão de uma nau de guerra para combater o corso castelhano⁵²⁵ ao largo das Canárias. Em 1424 é capitão-mor de uma expedição às Canárias⁵²⁶. Em 1434 faz parte do conselho de D. Duarte⁵²⁷. Em 1437 participa na expedição a Tânger. Em janeiro de 1430 está presente no casamento do duque de Borgonha com a infanta D. Isabel, em Écluse. A 27 de janeiro de 1432 em Almeirim, é testemunha do instrumento de ratificação do Tratado de Paz de 30 de outubro de 1431 celebrado em Medina del Campo, realizado pelo rei D. João I e pelos infantes seus filhos⁵²⁸. A 13 de novembro de 1432 em Segura, é testemunha do infante D. Pedro sobre a ratificação do juramento prestado em Almeirim, a 7 de novembro de 1431 por D. João I, de manter o tratado de paz e amizade com Castela⁵²⁹. A 15 de novembro de 1432 em Castelo Branco, é testemunha da procuração passada pelo infante D. Pedro a Pedro Gonçalves Malafaia e ao Doutor Rui Fernandes para estes tratarem, com o rei de Castela, a entrega do castelo de Alconchel⁵³⁰. Em 1437 é consultado por D. Duarte sobre a expedição a Tânger⁵³¹. A 10 de novembro de 1438 terá sido um dos conselheiros do regimento do reino, nas Cortes de Torres Novas⁵³². Está incluído no grupo de dignatários a quem Afonso V de Aragão se dirige através de uma carta datada de 1440 para sensibilizar sobre a concórdia entre a rainha D. Leonor e o infante D. Pedro⁵³³. Neste mesmo ano comanda uma expedição às Canárias. É

⁵²³D. Fernando de Castro é morto na sequência de um ataque de corsários genoveses, que pilham o galeão português. PINA, Rui de, “*Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*”, Cap. LIV, p. 652; *Monumenta Henricina*, Tomo VII, doc.77, p. 110, nota 1.

⁵²⁴ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Cap. L, p. 178; *Monumenta Henricina*, Tomo II, doc. 95, p. 204.

⁵²⁵ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, 2.ª Parte, Cap. VII, p. 551

⁵²⁶Expedição promovida pelo infante D. Henrique para a conquista da Canária Grande, em que o rei D. João I despense a quantia de 34 mil dobras. ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica de Guiné*, Porto, Livraria Civilização, 1994, Cap. LXXIX, p. 337; *Monumenta Henricina*, Tomos II e III, doc. 113, p. 235 nota 1 e doc. 51, pp. 92-97.

⁵²⁷Chancelarias Portuguesas, *D. Duarte*, Volume I, Tomo 1, doc. 302, pp. 161-163.

⁵²⁸*Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 15, pp. 84 e 86-87; MORENO, Humberto Baquero, “*O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas*”, p. 141

⁵²⁹IDEM, Doc. 43, P. 173.

⁵³⁰IBIDEM, doc. 46, p. 177.

⁵³¹PINA Rui de, *Chronica d’El-Rei D. Duarte*. Lisboa; Cap. XV, p. 126.

⁵³²MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Volume I, pp. 17-19.

⁵³³Colocava-se a questão da regência do reino entre Leonor, mulher de D. Duarte e o infante D. Pedro. *Monumenta Henricina*, Tomo VII, doc. 108, pp. 169-170.

morador da casa de D. João I com a moradia de 8 000 libras⁵³⁴. Em 1416 recebe, com a comitiva 21 000 dobras para despesas em Constança e em 1423 recebe 2675 dobras para despesas em Castela⁵³⁵.

É considerado um dos maiores de Portugal⁵³⁶.

28) FERNANDO GONÇALVES BELEÁGUA⁵³⁷ (?) - 1442

Foi um letrado, tendo estudado na Universidade de Bolonha onde fez o doutoramento em Direito Canónico em 1426/1427⁵³⁸. É filho de Gonçalo Eanes Beleágua e de Florença Domingues. Fica encarregue de alguns regimentos do reino quando D. João I se desloca a Ceuta em 1415⁵³⁹. É seu embaixador entre 1411 -1419⁵⁴⁰. Está presente em: Ayllón, a 31 de outubro de 1411 para a assinatura do Tratado de Paz; em 1418 para ratificar o Tratado de 1411; de novo em 1419 para a ratificação do Tratado de 1411. É Chantre e Deão de Coimbra⁵⁴¹. Membro do Conselho Régio de D. João I⁵⁴². Em 1408, em Bolonha, é executor das letras apostólicas em que D. Fernando da Guerra recebe o mestre-escolado de Lisboa⁵⁴³.

29) FERNÃO GONÇALVES

⁵³⁴ IDEM, I e IV, documentos 122 e 64, pp. 281 e 227;

⁵³⁵ IBIDEM, I e IV, documentos 122 e 65, p. 235

⁵³⁶ ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, 2.ª Parte, Cap. VII, p.551

⁵³⁷ Fernão Gonçalves de Beliagoa (q foi grande letrado e desembargador q naquele tempo correspondia o mesmo q hoje desembargador do Paco no tempo deo Rey D. João Iº foi por seu embaixador a Castela com José Gomes da Silva pª ajustar as pazes...) GAYO, Figueiras, *Nobiliário de Familias de Portugal*, Vols. VII-X, p.12; COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Volume II, Editorial Franciscana, 1970, p. CCLXXIX. O ano da morte está referida neste texto.

⁵³⁸ RAU, Virgínia, “*Alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália no século XV*”, in Separata de Do Tempo e da História, V, Lisboa, 1972, p. 37

⁵³⁹ *As Gavetas da Torre do Tombo*, V, Gav. XV, Maços 16-24, 4576, XVIII, 11- 4, p. 627; LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. CXCII, p. 423 e Cap. CXVI, pp. 435-437; SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P.Aillaud, 1842, Tomo I, pp. 288-291.

⁵⁴⁰ IDEM, pp. 288-291 e 297.

⁵⁴¹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, 870, pp. 336-336. A 5 de outubro de 1426 havia suplicado ao Papa para trocar com João Afonso a Chantria. A 1 de Março do ano seguinte renova a súplica. No mesmo dia, pela Bula de Martinho V, é-lhe concedida o deado de Coimbra.

⁵⁴² A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX Gav. XVIII, Maços 7-13, 4576, XVIII, 11-4, p. 627.

⁵⁴³ COSTA, António Domingues de Sousa, “*Estudantes portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*”, p. 60.

É um letrado, licenciado em Direito Civil e professor na Universidade de Orleães. Casou com Margarida Esteves⁵⁴⁴. Em 1387 é Juiz ordinário do cível na cidade de Lisboa. Entre 1383 – 1386 é desembargador de D. João I. Entre 1387 – 1388 é Alvazil / juiz do cível da cidade de Lisboa e em 1391 – 1407 volta às funções de Desembargador de D. João I⁵⁴⁵. Em 1402 é Oficial da relação de D. João I. Entre 1407 – 1414 é Chanceler do rei. Exerce as funções de embaixador de D. João I em 1388-1390. Em Inglaterra, em 1388 é encarregado junto de Ricardo II para assegurar tréguas políticas e comerciais decorrentes do tratado assinado com Inglaterra. Em 1389 com uma carta de D. João I apresenta-se junto do conselho régio do rei inglês. Em 1390 tem a missão de entregar o traslado da carta de proposta de tréguas entre Portugal e Castela por um período de seis meses⁵⁴⁶. Em Borgonha, a 6 de junho de 1388, formaliza as relações comerciais com a Flandres e a Bretanha no contexto do Tratado de Windsor⁵⁴⁷. Em 1402 é oficial da Casa de D. João I com uma renda de 7000 libras⁵⁴⁸.

30) GIL DOCEM (?) – 1387⁵⁴⁹

Exerceu as funções de Embaixador dos reis D. Fernando e D. João I entre 1371-1387⁵⁵⁰. De estirpe nobre⁵⁵¹, foi professor e doutor em Leis pela Universidade de Bolonha. Casa com Branca Anes Nogueira com quem teve os filhos Pedro⁵⁵², Martim⁵⁵³, Catarina e Guiomar do Sem. Em 1382 é Vedor ao serviço do rei em Lisboa⁵⁵⁴. Em 1383, é regedor do concelho de Lisboa⁵⁵⁵. Em janeiro de 1384 em

⁵⁴⁴ FARELO, Mário Sérgio da Silva, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, p. 409. Disponível em: [edu/558393/A_oligarquia_camarária_de_Lisboa_13251433_tese_de_Doutoramento_em_História_Medieval_Faculdade_de_Letras_da_Universidade_de_Lisboa_2008](http://edu/558393/A_oligarquia_camararia_de_Lisboa_13251433_tese_de_Doutoramento_em_História_Medieval_Faculdade_de_Letras_da_Universidade_de_Lisboa_2008)

⁵⁴⁵ IDEM, p. 407

⁵⁴⁶ SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo XIV, p. 103.

⁵⁴⁷ PAVIOT, Jacques, *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*, pp. 145-146.

⁵⁴⁸ *Monumenta Henricina*, Volume I, doc. 122, p. 285.

⁵⁴⁹ GOMES, Rita Costa, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa; Difel, 1995p. 137;

⁵⁵⁰ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXXII, p. 678.

⁵⁵¹ Ascende à nobreza graças aos serviços e cargos prestados aos monarcas portugueses. GOMES, Rita Costa, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa; Difel, 1995, p. 107.

⁵⁵² Escudeiro do Mestre de Avis, que lhe fez mercê de chantas em Santarém. Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXVI, p. 622;

⁵⁵³ Membro do desembargo régio, do conselho de D. João I e seu embaixador em Inglaterra e Castela. Governador da casa de D. Duarte e seu chanceler-mor, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1970, 1119, p. 201.

⁵⁵⁴ FARELO, Mário Sérgio da Silva, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, p. 685.

⁵⁵⁵ IDEM, p.683.

Santarém, é nomeado membro do Desembargo Régio pelo rei de Castela⁵⁵⁶. A 10 de agosto de 1371 em Toro, participa na confirmação das pazes com D. Henrique de Castela. Está presente na ratificação do Tratado de Alcoutim, assinado em 31 de março de 1371⁵⁵⁷. Em agosto de 1380, em Sória confirma o contrato de casamento de D. Beatriz, filha do rei D. Fernando com o infante D. Henrique, filho do rei D. Juan de Castela⁵⁵⁸. Em setembro encontra-se nas Cortes convocadas pelo rei D. Juan onde os altos dignitários prestaram juramento, preito e homenagem nas mãos dos embaixadores portugueses, ao contrato de casamento entre o infante D. Henrique e a infanta D. Beatriz⁵⁵⁹. Na Galiza, em 1387, pede esclarecimento ao duque de Lencastre, por imposição do monarca, da situação respeitante à demora da cúria de Roma no envio das bulas para validar o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre⁵⁶⁰. Em 1384/1385 ajuda o Mestre de Avis na defesa do reino⁵⁶¹. Em julho de 1385 participa na tomada de Torres Novas e acompanha D. João I a Santarém⁵⁶². Em agosto encontra-se na batalha de Aljubarrota⁵⁶³. É membro do Conselho Régio de D. Fernando⁵⁶⁴ e de D. João I⁵⁶⁵. A 12 de dezembro de 1379 em Medina del Campo, é testemunha de uma sentença sobre a nulidade do casamento de D. Isabel, filha natural do rei D. Fernando, com D. Afonso conde de Gijón, filho natural do rei D. Henrique II de Castela. A 10 de maio de 1380 em Portalegre é testemunha do contrato de casamento de D. Beatriz com

⁵⁵⁶ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, Cap. LXVI, p. 112

⁵⁵⁷ IDEM, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, Revista, 2004, Cap. LIII, p. 142

⁵⁵⁸ IBIDEM, Cap. CXII, pp. 313-315; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXII, Cap. XLIII, p. 345.

⁵⁵⁹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, Cap. CXII, p. 315; A..N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Tomo VII, Gav. XVII, Maços 3-9, 4190, XVII, 6-11, pp. 259-261.

⁵⁶⁰ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. CXXIII, p. 252; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Volume II, op. cit., p. CXVI; SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris; em casa de J. P.AILLAUD, 1842-1853, Tomo 1, pp. 270-271.

⁵⁶¹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, Cap. CLXI, p. 304; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXXVIII, p. 748

⁵⁶² LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. XXIII, p. 47

⁵⁶³ Idem, Cap. XXXIX, p. 88

⁵⁶⁴ GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*. Lisboa; Circulo de Leitores, 2005, p. 149.

⁵⁶⁵ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. II, p. 8; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas), Volume II, pp. CXXXIX-CXL; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Volume VIII, Livro XXIII, Cap. XXXII, p. 678; COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 155;

o infante D. Henrique de Castela, estabelecido entre os procuradores de Portugal e Castela⁵⁶⁶.

No dia 12 é testemunha de uma carta escrita pela rainha D. Leonor sobre a salvaguarda dos bens da infanta D. Beatriz nas cláusulas do seu casamento com o infante D. Henrique de Castela⁵⁶⁷. Em 1382 reúne-se com o rei D. Fernando sobre a questão cismática, nomeadamente o apoio ao papa de Avinhão, Clemente VII⁵⁶⁸. Em 1384 acompanha a rainha D. Leonor Teles a Santarém onde esperam a chegada do rei D. Juan de Castela⁵⁶⁹. Em outubro de 1384 está presente na homenagem feita pelo Mestre de Avis à cidade de Lisboa, após o levantamento do cerco pelo monarca castelhano⁵⁷⁰. Em agosto de 1385 é um dos conselheiros de D. João I no sentido de organizar a guerra contra Castela⁵⁷¹. A 26 de março de 1387 em Babe, é testemunha na doação feita a D. João I pelos reis de Castela e duques de Lencastre de todos os direitos que lhes pertencessem em Portugal⁵⁷². A 26 de março de 1387 em Babe, é testemunha na doação feita a D. João I pelos reis de Castela e duques de Lencastre de todos os direitos que lhes pertencessem em Portugal⁵⁷². A 27 de agosto de 1387, em Coimbra, é testemunha da carta de D. João I endereçada ao rei Ricardo II de Inglaterra de confirmação da Liga estabelecida entre Portugal e Castela. Recebe em 1386 uma carta de doação e D. João I “em préstamo da renda do mordomado de Santarém⁵⁷³. A 30 de janeiro de 1386 em Chaves, é-lhe feita a renovação da mercê de doação perpétua e hereditária da quinta de Vinhó, pelo mesmo rei⁵⁷⁴. Foi um dos grandes homens da política externa de Portugal, nos finais da Idade Média.

31) GIL MARTINS ⁵⁷⁵

⁵⁶⁶ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Revista, 2004, Cap. CXII, pp. 313-314; A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, Gav. XVII, Maços 3-9, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, 4190, XVII, 6-11, p. 255.

⁵⁶⁷ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Tomo VII Gav. XVII, Maços 3-9, 4190, XVII, 6-11, p. 258.

⁵⁶⁸ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, Cap. CLVI, pp. 434-435; COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas). Braga; Editorial Franciscana, 1982, Volume III, p. 169;

⁵⁶⁹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, Cap. LXVI, pp. 111-112

⁵⁷⁰ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, p. 622.

⁵⁷¹ COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 79; Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. XXXI, p. 65

⁵⁷² A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, 4186, XVII, 6-7, p. 163.

⁵⁷³ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Lisboa, Livro XXII, Cap. XVIII, p. 128

⁵⁷⁴ A quinta de Avinho, concelho de Gouveia, foi doada com todos os seus pertences a Gil docem. Tinha pertencido a Afonso Gomes da Silva, perdeu-a quando lutou por Castela. Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 3, Vol. I, doc. 1050, pp. 108-109

⁵⁷⁵ Cf. SANTOS, Maria Alice Pereira, *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Doutoramento em História Medieval Tese orientada pela Professora Doutora Adelaide Millán

Era um letrado, filho de Martin Lourenço⁵⁷⁶. Casou com Leonor Pereira⁵⁷⁷. Foi protetor da Universidade de Lisboa e Escolar de Leis⁵⁷⁸. Estudou em Itália, fazendo exame de Direito Civil em Bolonha⁵⁷⁹. Em 1384 presta homenagem e juramento ao Mestre de Avis, após o levantamento do cerco de Lisboa⁵⁸⁰. Está presente nas Cortes de Coimbra de 1385. Entre 1408 e 1416, foi desembargador régio⁵⁸¹ e entre 1421 e 1431, chanceler de D. João I. Negoceia em 1407 o tratado de Paz com Castela, sem se concretizar⁵⁸² e em 1411 assina o acordo de paz. Volta em 1431 a Medina del Campo, para a assinatura do Tratado definitivo com Castela. Acompanha a comitiva em 1416 para o Concílio de Constança⁵⁸³. Em 1416, a 21 de janeiro obtém salvo-conduto pedido por D. João I ao rei de Aragão para a embaixada portuguesa se deslocar ao concílio⁵⁸⁴. A 5 de junho de 1416, discursa no Concílio, em latim, dando grande relevo à tomada de Ceuta⁵⁸⁵. Em 1427 está presente nos capítulos das Cortes de Lisboa. Em Lisboa, a 23 de julho de 1429 é testemunha das condições do casamento da infanta D. Isabel com o duque de Borgonha⁵⁸⁶, Filipe o Bom. No dia seguinte testemunha os autos esponsais dos duques⁵⁸⁷.

Está presente nas cortes de Santarém, em 1430. Em dezembro de 1429, D. João I faz uma Súplica a seu favor para receber as ordens sacras e respetivos benefícios⁵⁸⁸. Em 1402 é mordomo da casa de D. João I, com uma renda de 7.000 libras⁵⁸⁹.

da Costa Universidade Aberta Lisboa – Janeiro de 2015, pp. 259-261. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4461/1/TD_MALiceSantos.pdf.

⁵⁷⁶ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, Capítulo. CLXI, p. 305 e CLXXXI, pp. 341-342.

⁵⁷⁷ *Monumenta Henricina*, Tomo IV., Doc. 64, p. 231;

⁵⁷⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz, D. João I. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 207.

⁵⁷⁹ RAU, Virgínia, “*Alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália no século XV*”, *Separata de Do Tempo e da História*. Lisboa; 1972, Tomo V, p. 31.

⁵⁸⁰ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

⁵⁸¹ HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, p. 309

⁵⁸² LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. CLXXXIX, pp. 406-409; SOUSA, M. F. Barros de, VISCONDE de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; J.P. Allaud, 1842-1853, Tomo 1, pp. 285-286.

⁵⁸³ A comitiva era formada por: D. Fernando de Ataíde, Álvaro de Castro, Gil Martins e Vasco Peres. COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 212; HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, p. 310.

⁵⁸⁴ *Monumenta Henricina*, Tomo II, doc. 114, pp. 237-238.

⁵⁸⁵ *Monumenta Henricina*, Tomo II, documentos 143 e 157, pp. 282-287, nota 1, p. 317.

⁵⁸⁶ A.N.T.T., *As Gavetas da Torre do Tombo*, Tomo VI, Gav. XVII, Maços 3-9, Lisboa; Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967, 4074, XVII, 1-3, p. 480.

⁵⁸⁷ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, Gav. XVII, Maços 3-9, 4182, XVII, 6-3, p. 157

⁵⁸⁸ António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, (documentos publicados com introdução e notas). Braga; Editorial Franciscana, 1970, Volume IV, pp. 496-497. Gil Martins deixa a vida civil a 19 de Dezembro de 1429. Depois da morte da mulher pede ao rei D. João I que o dispense

⁵⁸⁹ *Monumenta Henricina*. Coimbra; Imprensa Académica, 1960, Tomo I, doc. 122, p. 285.

32) GONÇALO ANNES DE ABREU⁵⁹⁰

Era filho de João Gomes de Abreu. Casou com Dona Antonieta Falcão filha de Lourenço Annes Falcão e de Mor Gonçalves. Cavaleiro da corte vai a Castela como embaixador de D. João I em 1398/1399, para negociar nova trégua entre os dois reinos⁵⁹¹. Participa na Batalha de Valverde⁵⁹². É Senhor de Castelo de Vide⁵⁹³ e morador em Évora⁵⁹⁴. Em 1393 recebe doação de Nuno Álvares Pereira de Alter do Chão com seu castelo e todas as suas rendas⁵⁹⁵. Em 1386 em Penamacor, recebe carta de confirmação da doação de D. João I da vila de Castelo de Vide e seus termos⁵⁹⁶. Em julho de 1389 recebe carta de tença de D. João I, enquanto for sua mercê, dos direitos e rendas que Afonso Domingues d’Aveiro “traz no termo de Coimbra”⁵⁹⁷. Em maio de 1407 em Santarém recebe carta de confirmação de D. João I de uma quinta em Sacavém⁵⁹⁸.

33) GONÇALO VASQUES DE AZEVEDO⁵⁹⁹ (?) – 1385- Marechal de Portugal

Filho bastardo de D. Teresa Vasques de Azevedo. Casou com D. Inês Afonso. Foi Marechal do reino, Alcaide – mor de Santarém e Torres Novas. Foi senhor da Lourinhã⁶⁰⁰, Figueiró e Pedrogão⁶⁰¹. Em 1374, com Lourenço Eanes Fogaça vai a Castela

⁵⁹⁰ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Propriedade e edição de Agostinho de Azevedo Meireles e Domingos de Araújo Afonso. Braga; Oficinas gráficas da “PAX”, 1938, Tomo I, pp. 99-100

⁵⁹¹ Esta trégua foi negociada por um período de 9 meses. PITA, Isabel Beceiro, “*Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399*”, p. 151. LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, Capítulos CLXXVIII-CLXXXIII, pp. 384-394; SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo 1, pp. 281-28

⁵⁹² Estória de Dom Nuno Alvarez Pereira. edição crítica da «coronica do condestabre» com introdução, notas e glossário de Adelino de Almeida CALADO. Coimbra; 1991, Cap. LIV, p.132.

⁵⁹³ *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, Tomo 3, Vol. I, Doc. 1330, pp. 200-201.

⁵⁹⁴ IDEM, Tomo 2, Vol. III. Doc. 584, p. 114.

⁵⁹⁵ Estória de Dom Nuno Alvarez Pereira, Cap. LXI, p. 148.

⁵⁹⁶ *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, Tomo 3, Vol. I, doc. 1330, pp. 200-201.

⁵⁹⁷ IDEM, tomo 1, Vol. II, doc. II-358, p.195

⁵⁹⁸ *Chancelarias Portuguesas, D. João I*. Tomo 2, Vol. III, doc. III-621, pp. 149-150.

⁵⁹⁹ SOUSA, M.F. Barros de, Visconde SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas entre Portugal e as outras Potencias do mundo desde o início da monarquia até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P.Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 239; Fernão LOPES. *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2004, Cap. XCIII, p. 330

⁶⁰⁰ MARQUES, João Martins da Silva, *Descobrimientos Portugueses (Documentos para a sua História) (1147-1460)*. Lisboa; Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1944, Volume I, doc. 132, pp.148-149. *Carta de Privilégio concedida a Gonçalo Vasques de so a ele serem pedidos os homens que, segundo o respectivo foral, a vila da Lourinhã e seu termo deveriam dar quando el- Rei armar frota real*.

⁶⁰¹ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Braga; Oficinas Gráficas da “PAX”, 1938, Tomo –I –III, p. 111

tratar o assunto relacionado com Aragão⁶⁰². Volta a Castela em 1380, na companhia de D. João Afonso Telo, para negociar o casamento da infanta D. Beatriz com o primogénito de D. Juan I, o infante D. Henrique⁶⁰³. Em 1382 é nomeado com o conde de Arraiolos, Plenipotenciários para a paz entre Castela e Portugal⁶⁰⁴. Defendeu como capitão e ao lado de Nuno Álvares Pereira, Vila Viçosa contra o ataque do mestre castelhano Fernando Ozores, mestre de Santiago⁶⁰⁵. Por ordem de D. Fernando ou da rainha foi preso com o mestre de Avis, D. João⁶⁰⁶. Esteve presente nos juramentos que foram feitos entre D. Fernando e D. Juan de Castela sobre o casamento deste monarca com a infanta D. Beatriz⁶⁰⁷. Fez parte do séquito que seguiu a infanta para Badalhouce ao encontro de D. Juan I⁶⁰⁸. Esteve presente no recebimento das menagens e juramentos feitos entre o rei de Portugal e de Castela quando do contrato de casamento de Juan e Beatriz⁶⁰⁹. Após a morte de D. Fernando tomou partido da Rainha D. Beatriz. Morre na batalha de Aljubarrota, juntamente com seu filho Álvaro Gonçalves de Azevedo.

34) JOÃO AFONSO DE AZAMBUJA (?) - 1415

Era filho de João Esteves de Azambuja, senhor de Salvaterra, privado do Rei D. Pedro, que serviu depois D. João I na guerra com Castela e de Violante Lopes de Albergaria⁶¹⁰. Foi cortesão, Bispo de Silves, do Porto⁶¹¹ e de Coimbra⁶¹². Foi Arcebispo

⁶⁰² Henrique de Castela mantinha guerra contra Aragão e pedia ao monarca português para não intervir nessa disputa.

⁶⁰³ SOUSA, M.F. Barros de, Visconde SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas entre Portugal e as outras Potências do mundo desde o início da monarquia até aos nossos dias*. Paris; em casa de J.P.Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 242; Fernão LOPES. *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2004, Cap. CXII, p. 405; Rita Costa GOMES. *D. Fernando*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 147.

⁶⁰⁴ Idem, p. 248. Idem, cap. CLIV, pp. 534- 536 , cap. CLV, pp.537-538 e cap. CLVI, p. 542. Estas conferências eram realizadas às escondidas dos ingleses no arraial castelhano, que se encontravam em Elvas nas guerras fernandinas. neste tratado de paz está incluído o acordo matrimonial da infanta Beatriz com o segundo filho de Henrique II, Fradique.

⁶⁰⁵ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2004, Cap. CVIX, p. 428 e cap. CXX, pp. 429-431

⁶⁰⁶ IDEM, cap. CXLII, pp. 497-498; GOMES, Rita Costa , *D. Fernando*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 155. Vasco Martins de Melo tinha ordens expressas, mas sem compreender, para prender os dois. “*Senhor, e vós Gonçallo Vaasquez, eu vos trago novas de que me muito pesa. El-rei meu senhor vos manda que sejais presos: “Porquê?” disserom eles” nom ssei mays, disse ell, se nom quanto me mandou que vos guardasse bem e lhe desse de vós boom conto e rrecado*”. Mais tarde serão soltos por ordem de Leonor de Teles que aproveita para casar Álvaro Gonçalves filho de Vasques com uma filha do conde de Andeiro chamada D. Sancha Andeiro.

⁶⁰⁷ IDEM, cap. CLIX, pp. 553-554.

⁶⁰⁸ IBIDEM, cap. CLXI, pp. 559-560

⁶⁰⁹ *IBIDEM, cap. CLXIX, P.582*

⁶¹⁰ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Oficinas tipográficas da “PAX”, 1938, Vols. I-III, pp. 91-92; cf. MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*. Braga; Edição de Carvalhos de Basto, 1997, Volume III, Tomo I e II. p. 113.

de Lisboa e Cardeal⁶¹³. Foi Cónego de Évora e Prior da Igreja Monção em Entre – Douro-e-Minho e de Alcáçova de Santarém⁶¹⁴. Era Bacharel em decretos. Fundou o Mosteiro das Dominicanas de Salvador de Lisboa. Morreu em Bruges, quando regressava de Roma⁶¹⁵. Foi Desembargador da chancelaria do Mestre de Avis (1384-1385) e depois D. João I⁶¹⁶. Foi embaixador de D. João I entre 1388-1414 em Roma⁶¹⁷ com o propósito de; em 1388 com o fim de obter Bulas do papa Urbano VI para a dispensa de votos de D. João I⁶¹⁸; em 1390 para a obtenção de Breves do papa Bonifácio IX sobre a dispensa de votos de D. João. Foi embaixador a Castela; em 1399 em Olivença, esteve presente no ajuste de tréguas⁶¹⁹; em maio, no mesmo ano obtém salvo-conduto de Henrique III que lhe permite ir à fronteira tratar das tréguas com Castela; em 1401 em Segóvia, está presente na assinatura de tréguas com Castela⁶²⁰; está de novo em 1402⁶²¹ em Segóvia, para negociar novas tréguas com Henrique III, o qual promete respeitar o acordado assinando o compromisso de tréguas; em 1407 negocia o tratado de paz sem se chegar a um acordo, devido à exigência dos embaixadores castelhanos⁶²². Está presente no Concílio de Pisa em 1409⁶²³.

⁶¹¹Fortunato de ALMEIDA. *História da Igreja em Portugal*. Coimbra; Imprensa Académica, 1910, Tomo II, p. 581.

⁶¹²ALMEIDA, Fortunato de , *História da Igreja em Portugal*. Coimbra; Imprensa Académica, 1910, Tomo II, p. 548. Foi Bispo de Coimbra de 1398 a 1402. Sucedeu na Diocese a D. Martinho Afonso, Doutor em Direito por Bolonha. Era irmão de Afonso Peres da Charneca e filho do escrivão de Puridade do Rei D. Fernando, Afonso Peres. HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Desembargo Régio, (1320-1433*. Porto, Centro de História da Universidade, 1990, p. 365; COSTA, A. D. Sousa, *Monumenta Portugalae Vaticana*. Volume 3, p. 546; GOMES, Rita Costa, *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa; Difel, 1995, p.52

⁶¹³ Cardeal de S. Pedro ad vincula do título de Santa Eudória, nomeado pelo papa João XXII; cf. MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*. Braga; Edição de Carvalhos de Basto, 1997, Volume III, Tomos I e II. p. 113.

⁶¹⁴ FARIA, Manuel Severim de, *Notícias de Portugal*, II. Lisboa; Oficina de António Borges, 1791, Discurso VIII, & VI, pp. 226 e 253

⁶¹⁵ COSTA, António Domingues de Sousa, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, pp. 112- 113; Chancelarias Portuguesas, *D. Duarte*, Volume III, doc. 585, p. 420; No Livro dos Aniversários da Sé de Évora a data da sua morte é a 22 de janeiro, de 1415, FARIA, Manuel Severim de, *Notícias de Portugal*, II, Lisboa, Oficina de António Borges, 1791, & VI, p. 228;cf. SANTOS, Maria Alice Pereira, *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Doutoramento em História Medieval Tese orientada pela Professora Doutora Adelaide Millán da Costa Universidade Aberta Lisboa – Janeiro de 2015, pp. 310-312.Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4461/1/TD_MAliceSantos.pdf.

⁶¹⁶COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p.155

⁶¹⁷LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*. 2.^a Parte, Cap. CXXIV, p. 254

⁶¹⁸ IDEM, Cap. CXXIV, p. 253;

⁶¹⁹ IBIDEM, Cap. CLXXVIII, p. 384

⁶²⁰COSTA, António Domingues de Sousa, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, p. 21.

⁶²¹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, Cap. CLXXXV, pp. 388-400

⁶²² IDEM, Cap. CLXXXIX, p. 406; SOUSA, M.F.Barros de,Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde*

A 5 de novembro de 1414 está presente na abertura do Concílio de Constança onde apresenta o projeto da conquista de Ceuta. Em 1383-1385 luta ao lado o Mestre de Avis na defesa do reino⁶²⁴. Em julho de 1385 participa na tomada de Torres Novas e acompanha D. João I a Santarém. Ainda em 1385 acompanha o rei na batalha de Aljubarrota. É membro do conselho do Mestre de Avis quando este foi nomeado Regedor e Defensor do reino. Em 1384, em Lisboa, está presente como membro do conselho do Mestre de Avis, na gratificação à cidade de Lisboa, após o levantamento do cerco de Lisboa. Em 1385 está confirmado como membro do conselho de D. João I nas Cortes de Coimbra. Está presente nas Cortes de Coimbra de 1385. A 9 de julho de 1391 em Lisboa, assiste, na Sé, à leitura pública das Bulas do Papa Bonifácio IX. Em Santarém a 18 de novembro de 1402 é testemunha da confirmação das tréguas entre Portugal e Castela⁶²⁵. Em abril de 1408 está presente nas Cortes de Évora em que se estabelecem as casas dos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique⁶²⁶. A 1 de julho de 1391 funda o mosteiro de S. Salvador de freiras dominicanas, em Lisboa⁶²⁷. Em 1409, em Arganil escreve o testamento, no qual refere a ida ao Concílio de Pisa e a Jerusalém⁶²⁸. A 12 de janeiro de 1408 em Estremoz, D. João I entrega carta aos tabeliães dos bispados de Évora, Silves, Guarda e Lamego para respeitarem o arcebispado de Lisboa como metropolitano⁶²⁹. Pelos serviços prestados recebe do Rei D. João I múltiplas doações, a saber; em 1394 tem confirmação da mercê das dízimas da igreja de S. Paulo de Salvaterra, por carta de D. João I⁶³⁰. Em 1394 no Porto, D. João I autoriza que dos bens herdados de seu pai faça doação irrevogável e perpétua da quarta parte das rendas da igreja de Salvaterra ao mosteiro por ele fundado, da igreja de S. Salvador de Lisboa⁶³¹. Em 1395 recebe carta de D. João I de doação do castelo de Alenquer⁶³². Morre em Bruges no ano de 1415.

o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias. Tomo I. Pariz; em casa de J.P. AILLAUD, 1842, pp. 285-286

⁶²³COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p.211

⁶²⁴LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, Cap. CLXI, p. 305

⁶²⁵COSTA, P.. António Domingues Sousa, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, p. 28

⁶²⁶*Monumenta Henricina*, Tomo I, doc. 134, p. 317.

⁶²⁷COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 217; D. João I doou em 1391 o padroado da mesma igreja para a fundação do mosteiro.

⁶²⁸COSTA, P. António Domingues de Sousa, “D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, pp. 46-47

⁶²⁹Chancelarias Portuguesas de D. João I, Tomo 2, Vol. III, doc. 429, p. 13.

⁶³⁰IDEM, Tomo 2, Livro I, Cap. XII, p. 47

⁶³¹Chancelarias Portuguesas de D. João I, Tomo 1, Vol. III, doc. 209, pp. 118-119.

⁶³²IDEM, Tomo II, Vol. II, doc. 886, p. 150.

35) JOÃO AFONSO TELO “O VELHO” IV conde de Barcelos e de Ourém (?) - 1381

Tio paterno da Rainha D. Leonor Teles de Portugal. É progenitor dos Meneses das casas de Vila Real e Tarouca. Casou com D. Guiomar Lopes Pacheco ou Vilalobos. Por ação do rei D. Pedro I de Portugal, tornou-se no seu alferes-mor e foi Conde de Barcelos, em 1357⁶³³. Com D. Fernando, tornou-se no primeiro Conde de Ourém⁶³⁴. Casou com Guiomar Lopes Pacheco de quem teve quatro filhos: Afonso Telo (que herdará, depois, o título de Conde de Barcelos)⁶³⁵, João Afonso Telo V que foi Conde de Viana do Alentejo e que casou com uma filha de Joham Rodriguez Portocarreiro, Mor Portocarreiro. Desta união nascerá Pedro de Meneses, futuro governador de Ceuta, no tempo de D. João I. Leonor de Meneses que virá a casar com Pedro de Castro, sobrinho de Inês de Castro. João Afonso Telo recolheu no seu castelo de Ourém, o refugiado Fernando de Castro, partidário do assassinado Pedro, o cruel, de Castela. O Conde de Barcelos e de Ourém ao apoiar o partido do monarca falecido, pode ter incitado D. Fernando, como seu privado e seu conselheiro⁶³⁶ a lutar pelo trono de Castela, contra Enrique de Trastamara. Foi enviado a Aragão a fim de trazer a infanta⁶³⁷ deste reino para o casamento com D. Fernando.

Ficou encarregue de gerir o ouro que tinha sido enviado para Aragão⁶³⁸ e de cunhar moeda. É intermediário nas negociações de casamento do rei de Portugal com a infanta de Aragão. Foi árbitro nas querelas entre Gonçalo Vasques de Azevedo e a rainha, sua sobrinha⁶³⁹. Em 1380 encontrava-se na vila de Cáceres para negociar o casamento da infanta D. Beatriz com o infante D. Henrique⁶⁴⁰. Morreu em 1381 e está sepultado na Igreja da Graça de Santarém⁶⁴¹. Lutou ao lado de D. Fernando contra Castela.

⁶³³ LOPES, Fernão, *Crónica do Rei D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005, 2º Edição Revista, Cap. LVII, p.197

⁶³⁴ Conde de Ourém desde 1370 a 1381, ano em que morreu. Nesta altura, o título passou para João Fernandes Andeiro. Em 1384 o condado de Ourém passará para as mãos de Nuno Álvares Pereira.

⁶³⁵ Este Afonso Telo morre ainda em vida do pai.

⁶³⁶ LOPES, Fernão, *Crónica do Rei D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005, 2º Edição Revista, Cap. XXXVI, p. 121.

⁶³⁷ IDEM, Cap. XLIX, p. 165

⁶³⁸ IBIDEM. Cap. L, p. 169. Regressa a Portugal sem a infanta com a mensagem do rei de Aragão.

⁶³⁹ IDEM, cap. CXLIV, p. 504.

⁶⁴⁰ IDEM, *IBIDEM*, Cap. CXII, p. 405.

⁶⁴¹ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Os Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; Imprensa Nacional- CASA DA Moeda, 1973, Tomo I, pp. 118- 119 e tomo III, pp. 244-245

36) JOÃO DAS REGRAS (?) – Maio de 1404⁶⁴²

Nobre, Clérigo e letrado. Filho de Lopo Afonso das Regras e Silvestre Esteves, casa com D. Leonor da Cunha. O Dr. João das Regras ou de Arenga está sepultado na Igreja de São Domingos de Lisboa⁶⁴³. Foi Chanceler- mor nomeado pelo Mestre de Avis em 1383 exercendo as mesmas funções até 1404⁶⁴⁴. Está ao lado do Mestre, desde 1383 até 1404. É armado cavaleiro em 1385 antes da batalha de Aljubarrota. Nomeado protetor da Universidade de Lisboa em 1400⁶⁴⁵. Faz parte do conselho régio⁶⁴⁶. É embaixador D. João I a Castela em maio de 1393 onde assina o tratado de tréguas por um período de 15 anos⁶⁴⁷. Em 1388 D. João I nomeia-o como promotor e requeredor dos interesses do Mosteiro da Batalha⁶⁴⁸. Em 1382 reúne com o rei D. Fernando para discutir a questão cismática, sobre o apoio ao papa de Avinhão, Clemente VII⁶⁴⁹. Em 1384 pede liberdades para a universidade⁶⁵⁰. Está presente em 1384 na homenagem feita pelo Mestre de Avis à cidade de Lisboa, a seguir ao levantamento pelo rei de Castela⁶⁵¹. Em 1385 está presente nas Cortes de Coimbra onde defende através de um discurso fundamentado em argumentos com base jurídica a eleição do Mestre de Avis como rei⁶⁵². É testemunha em 1385 na cidade de Coimbra da carta de D. João I à cidade de Lisboa que confirma privilégios, liberdades, usos, foros e costumes outorgados pelos reis seus antecessores⁶⁵³. Marca presença em 1386, em Coimbra, na ratificação do Tratado de Windsor feita por D. João I através Guilherme de Farynge, embaixador do

⁶⁴²SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 703; COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p.68

⁶⁴³ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 703; Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p.68

⁶⁴⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 38

⁶⁴⁵ IDEM , P.207

⁶⁴⁶ IBIDEM, P.155

⁶⁴⁷ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. CL, pp. 312-313; COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 90.

⁶⁴⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005 p.267

⁶⁴⁹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional –Casa da Moeda, 2004, Cap. CLVI, pp. 434-435; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614 e Livro XXII, Cap. XLII, p. 335.

⁶⁵⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p.56, "Centro intelectual da revolução".

⁶⁵¹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, Cap. CLIV, p. 287; Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614

⁶⁵² COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, cap. CCCLXVIII; COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, pp. 59-70.

⁶⁵³ COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 71-72.

rei inglês Ricardo II⁶⁵⁴. A 26 de março de 1387 em Babe, é testemunha na doação feita a D. João I pelos reis de Castela e duques de Lencastre de todos os direitos que lhes pertencessem em Portugal, em Babe, no ano de 1387⁶⁵⁵. Ainda em 1387 acompanha D. Filipa de Lencastre a Monção⁶⁵⁶. A 15 de março de 1390 em Coimbra é testemunha do instrumento público do traslado das tréguas feita em Monção, a 29 de novembro de 1389 entre os reis de Portugal e Castela⁶⁵⁷. Em 1388 em Lisboa recebe carta de doação, a título perpétuo e hereditário de todas as rendas e direitos régios na portagem de Beja⁶⁵⁸. Em 1391 recebe carta de doação das dízimas das sentenças condenatórias da cidade de Évora⁶⁵⁹.

Em Santarém, no ano de 1386 recebe carta de doação de D. João I de Cascais e seu termo e do reguengo de Oeiras. Em 1390, a 25 de setembro recebe carta de confirmação e doação perpétua de uns Paços e casas em Lisboa, *a par de Santa Marinha*. Em 1395 recebe carta de D. João I em que manda entregar o seu castelo de Castelo Rodrigo a João das Regras, que dele fez menagem⁶⁶⁰. A 2 de maio de 1399 em Lisboa recebe carta de doação de a título perpétuo dos Paços e quinta de Benfica para a fundação de um mosteiro⁶⁶¹. Em 1393 recebe carta de doação de D. João I do padroado da igreja de S. Pedro de Penalva, no bispado de Viseu⁶⁶². É vizinho da cidade de Lisboa⁶⁶³. É-lhe atribuída a tradução do Código Justiniano⁶⁶⁴.

37) JOHAM FERNANDEZ ANDEIRO, Conde d' Ourém (?) – 6 de Dezembro de 1383

⁶⁵⁴ SOUSA, M.F.Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Lisboa; Academia Real das Ciências, 1865, Tomo XIV, pp. 101-102; Cf. SANTOS, Maria Alice Pereira, *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Doutoramento em História Medieval Tese orientada pela Professora Doutora Adelaide Millán da Costa Universidade Aberta Lisboa – janeiro de 2015, p. 332. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4461/1/TD_MALiceSantos.pdf.

⁶⁵⁵ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, 4186, XVII, 6-7, p. 161-163

⁶⁵⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 119.

⁶⁵⁷ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

⁶⁵⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*, Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 68

⁶⁵⁹ IDEM, p.68

⁶⁶⁰ *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, Tomo 2, Vol. II, doc. 876, p. 144.

⁶⁶¹ *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, Tomo 3, Vol. II, doc.1468, pp. 230-231; ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. Coimbra, Imprensa Académica de Coimbra, 1910, Tomo I, P. 142. Em parte esta doação validada por D. João I em 1399, estava destinada á Regra de S. Domingos cujo mestre era Fr. Vicente de Lisboa, *pessoa de boas virtudes e grande ilustração*.

⁶⁶² *Chancelarias Portuguesas, D. João I*, Tomo 2, Vol. II, documento 687, pp. 38-38. COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p.68.

⁶⁶³ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

⁶⁶⁴ CARVALHO, Francisco Freire de, *Primeiro Ensaio sobre a Historia Literária de Portugal desde a sua remota origem até ao nosso tempo*. Lisboa; Tipografia Rollandiana, 1845, p. 67

Natural de Corunha, Galiza, veio para Portugal após a morte de D. Pedro o Cruel, por quem tomara partido. Antes, porém, impedido de viver em Portugal em consequência do tratado de paz de 1373, vai para Inglaterra, onde negocia com o Duque de Lencastre, em nome de D. Fernando.

De regresso a Portugal frequenta a Corte portuguesa na qual exerce várias funções de importância ao serviço do monarca português. Recebe D. Fernando em Corunha quando este se desloca a Galiza⁶⁶⁵. É enviado pelo Duque de Lencastre a Portugal, juntamente com o Roger Hoor, para firmar um tratado de amizade entre os dois reinos⁶⁶⁶. Em 1384 é enviado como embaixador a Castela para propor a El Rei D. Juan I de Castela que, em lugar de seu filho, casasse ele com a Infanta D. Beatriz. Foi testemunha com Gonçalo Vasques de Azevedo dos juramentos feitos entre os dois monarcas para a realização dos esponsais da infanta D. Beatriz com D. Juan I de Castela⁶⁶⁷. Faz parte do séquito da infanta D. Beatriz sendo depois seu mordomo-mor por instâncias da rainha e de D. Fernando⁶⁶⁸. Quando este morreu toma partido por Leonor de Teles, conspirando com ela. Pelos seus serviços, é feito Conde de Ourém em 1381, após a morte do conde João Afonso Telo. É morto nos Paços do Conselho por D. João, Mestre de Avis e seus partidários em 1383⁶⁶⁹.

38) JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA- (Barão do Alvito)⁶⁷⁰ 1410?- 1484?

Foi o Senhor da Diplomacia Portuguesa ao serviço de D. Afonso V. Era Filho do Dr. Fernando Afonso da Silveira⁶⁷¹ e de Catarina Teixeira. Casou com D. Violante Pereira. Ficou viúvo e casou de novo com D. Maria de Sousa Lobo⁶⁷². Foi Chanceler-mor da Casa Civil e 4º Regedor da Casa de Suplicação. Foi embaixador de D. Afonso V, em Roma e Alemanha, aquando do casamento do Imperador Frederico. Esteve

⁶⁶⁵ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando I*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, Cap. XXX, p. 102. Corunha era um dos lugares que tinha tomado voz por D. Fernando.

⁶⁶⁶ IDEM, Cap. LXVII, p. 235

⁶⁶⁷ IBIDEM, Cap. CLIX, p. 553

⁶⁶⁸ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando I*. Lisboa; INCM, 2004, Cap. CLXI, pp.559-560

⁶⁶⁹ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*, Oitava Parte, Cap. LIII, livro XXII, p. 412

⁶⁷⁰ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Oficina Tipográfica, 1940, Tomo XXVIII, pp. 169-170; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1930, Tomo III, pp. 300-307.

⁶⁷¹ Homem de letras parece ter subido na corte de D. João I, graças à eficiência com que exercia os seus cargos.

⁶⁷² MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*. Braga; Nova Edição Reformulada, 1997, Vol. I, Tomos 1 e 2, p. 337; SOUSA, M.F.B. de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações diplomáticas de Portugal com as outras potencias do mundo desde o principio da monarquia até aos nossos dias*. Paris; em casa de J.P. Ailaud, 1842, Tomo I, pp.356-357. Filha de D. Diogo Lobo, Sr. Do Alvito

presente em Castela nos meses de janeiro/fevereiro de 1455 para a ratificação do contrato do casamento de 22 de janeiro entre Henrique IV e a infanta Dona Joana⁶⁷³. Em 1463 tentou negociar o casamento do Rei D. Afonso V com a Infanta D. Isabel, depois Rainha Católica⁶⁷⁴. Esteve em Castela em 1474, depois da morte de Henrique IV a fim de fomentar o envolvimento de Portugal nos destinos de Castela⁶⁷⁵. Voltou em 1482⁶⁷⁶, a 27 de agosto de 1479⁶⁷⁷, e a 19 de agosto com procuração do Rei D. Afonso V para tratar das Pazes⁶⁷⁸, de restituições e perdões aos cavaleiros castelhanos que haviam lutado ao lado do rei D. Afonso V. João da Silveira teve ainda a responsabilidade de proteger o tratado das Terçarias. A sua estadia quase permanente em Castela, conquistou a confiança dos reis católicos sendo padrinho do batizado da infanta D. Maria, que virá a ser a 2ª mulher do futuro rei D. Manuel⁶⁷⁹. Embaixador em Nápoles, em junho de 1450, negociou o casamento da infanta dona Leonor, irmã de D. Afonso V com o imperador Frederico, chamado o rei dos Romanos⁶⁸⁰. Recebe os dotes e as arras dos alcaides dos castelos⁶⁸¹. Foi ainda embaixador em França⁶⁸². Esteve presente na tomada de Tânger e Arzila. Em julho de 1456 é portador de umas *Letras Per dilectum*, do Papa Calisto III, dirigidas aos infantes D. Fernando e D. Henrique em resposta às enviadas pelo monarca português, a agradecer a *santa expedição*⁶⁸³. A 12 de outubro, enviará às autoridades de Florença e Sena, pedido de ajuda para com o rei Português⁶⁸⁴. Em 1457, O mesmo Papa escreve as *Letras Ex litteris*, datada de 24 de março, onde

⁶⁷³ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar, das Relações diplomáticas de Portugal com as outras potencias do mundo desde o principio da monarquia até aos nossos dias*. Tomo I. Paris; em casa de J.P.Aillaud, 1842, p. 356; ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela, (1431- 1475). Ritmos de uma paz Vigilante*. Lisboa; Edições Colibri, 2009, p. 223

⁶⁷⁴ IDEM, p. 362

⁶⁷⁵ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela, (1431- 1475). Ritmos de uma paz Vigilante*. Lisboa; Edições Colibri, 2009, p. 255; SOUSA, M. F. Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro Elementar, das Relações diplomáticas de Portugal com as outras potencias do mundo desde o principio da monarquia até aos nossos dias*. Paris; em casa de J. P. Aillaud, 1842, Tomo I, p. 368

⁶⁷⁶ IBIDEM, p. 386. Esta embaixada foi enviada por D. João II, como rei de Portugal no início do ano de 1482. Ruy de Pina seguiu como secretário.

⁶⁷⁷ IDEM, p. 381. Procuração do príncipe D. João para o tratado das Terçarias

⁶⁷⁸ IBIDEM, p.380

⁶⁷⁹ CORREIA, Gaspar, *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumario das suas vidas*, Leitura, Introdução e Notas por José Pereira da Costa. Lisboa; Academia das Ciências de Lisboa, 1996, pp. 155-158

⁶⁸⁰ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde DE SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o principio da Monarquia até aos nossos dias*. Paris: J.P. Aillaud, 1842, Tomo I, pp. 348, 349, 356, 362, 368, 380, 381, 386, 388

⁶⁸¹ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Gav. XVII, 3-12, pp.772-783

⁶⁸² A sua missão em França, ao serviço de D. Afonso V, não teve grande sucesso, uma vez que Luís XI, não queria interferir nas relações entre Portugal e Aragão.

⁶⁸³ *Monumenta Henricina*, Vol. XVIII (1456-1460). Coimbra; Comissão executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1972, doc. 14, pp. 19-20

⁶⁸⁴ IDEM, doc. 30, pp.43-44. *Letras Retulit nobis*.

exalta o discurso de João Fernandes da Silveira, em relação à guerra contra os turcos e na defesa de Constantinopla⁶⁸⁵.

39) JOÃO GARCEZ⁶⁸⁶

Era primo de Afonso Garcez. Casou com D. Isabel Gil Aranha filha de Gil Vaz Aranha⁶⁸⁷ e de D. Guiomar Pires de Almeida. Membro da casa de D. João II foi seu escrivão da Fazenda e Provedor das capelas do Rei D. Afonso V. Foi cavaleiro desde 1468. Esteve na Batalha de Alcácer Ceguer; na expedição de Anafé com o infante D. Fernando em 1468⁶⁸⁸; esteve na tomada de Arzila e Tânger; participou na batalha de Toro ao lado de D. João II. Em 1481 este rei deu-lhe carta de armas. Esteve presente na assinatura do tratado de Alcáçovas em 1479, com a função de notário, responsável pela escritura do tratado. Com ele, estiveram como testemunhas, os portugueses João Fernandes da Silveira, Fernando da Silveira, o coudel- mor, Dr. João Teixeira, vice-chanceler e do desembargo das petições, Pêro Botelho e Rodrigo Afonso, cavaleiros do Conselho Régio⁶⁸⁹. Bento Rodriguez de Castro escrivão de câmara dos reis católicos é o responsável por Castela.

40) JOÃO GOMES DA SILVA⁶⁹⁰ (?) - 26-03-1445)

É o 2º Senhor de Vagos e Unhão⁶⁹¹.

Filho de Gonçalo Gomes da Silva⁶⁹² e de D. Leonor Gonçalves Coutinho. Casou com D. Margarida Coelho. Pertence às famílias Coutinho⁶⁹³ e dos Meneses⁶⁹⁴.

⁶⁸⁵ IBIDEM, doc. 55, pp.90-91

⁶⁸⁶ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Propriedade e Edição de Agostinho de Felgueiras Azevedo Meirreles e Domingos de Araújo Affonso, Oficinas Gráficas da “Pax” Braga. 1938 de Araújo Affonso, Oficinas Gráficas da “Pax” Braga. 1938, Vol. XIV/XVI, cap. VI, p. 57,

⁶⁸⁷ IDEM, Vols. I-III, Tomo, III, p.51

⁶⁸⁸ IDEM, “*Foi armado cavaleiro na expugnação de Anafe pelo Infante D. Ferando filho de Elrei D. Manoel*”

⁶⁸⁹ GOMES, Saúl António, *D. Afonso V, o Africano*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2006, pp.235-236

⁶⁹⁰ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Volumes .XXVI-XXVIII, Tomo XXXVII, p.14; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, p. 48; SALAZAR Y CASTRO, Luis de, *Historia Genealógica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, Livro VIII, Cap. II, p. 235. Ayres Gomes da Silva foi um dos filhos de João Gomes da Silva. Foi desterrado para Castela por ter seguido o regente D. Pedro na Batalha de Alfarrobeira. Voltou mais tarde recebendo carta de perdão de D. Afonso V.

⁶⁹¹ GAYO, Figueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Volumes XXVI-XXVIII, p.14

⁶⁹² SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; INCM, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXXVIII, p. 695

⁶⁹³ OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Casa dos Coutinhos, Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*. Patrimónia, 1999, pp. 23-24

⁶⁹⁴ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1973, Volume III, pp. 50 e 52; De qualquer maneira como eram primos em terceiro grau foi

Foi um nobre e cavaleiro⁶⁹⁵ da casa de D. João I. Alferes -mor⁶⁹⁶, Copeiro-mor⁶⁹⁷, Alcaide em Montemor – o – Velho. Em 1384 vai para o Porto, onde integra a armada portuguesa em direção a Lisboa, cercada pelos castelhanos⁶⁹⁸. Em agosto de 1385, participou na Batalha de Aljubarrota⁶⁹⁹. Exerceu entre outras funções, a de Embaixador entre 1401-1419. Em Castela: a 14 de junho de 1411 foi enviado por D. João I para acordar a paz⁷⁰⁰. Em outubro de 1411 em Ayllón, terá assinado o tratado de paz⁷⁰¹. Em junho de 1418 está presente na ratificação do tratado de 1411⁷⁰². Em 1403 e 1404 é embaixador em Inglaterra, onde fez 3 diligências diplomáticas⁷⁰³: 1º - inquirir o rei inglês sobre a intenção de ser incluído nas pazes com Castela. 2º - pedir salvo-conduto do rei Henrique IV para sair de Inglaterra e regressar a Portugal. 3º - rececionar as cartas enviadas por D. João I a Henrique IV. Em novembro de 1405 acompanha e está presente no casamento de D. Beatriz com o conde de Arundel⁷⁰⁴. Em 1386 acompanha D. João I à Galiza. Em 1398, em Monção, acompanha o rei numa tentativa

necessária a dispensa papal para contraírem matrimónio. Cf. COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana, (documentos publicados com introdução e notas)*. Braga; Editorial Franciscana, 1970, Vol. I, p. LXI. 1

⁶⁹⁵ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX (Gav. XVIII, Maços 7-13), 4501, XVIII, 7-28, P. 130.

⁶⁹⁶ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris; em casa de J.P. Aillaud, 1842, Tomo I, p.288. Mantém o cargo de alferes desde 1397 a 1416. Substitui Gil Vaz da Cunha que passou a Castela. Depois da conquista de Ceuta cede o cargo a D. Pedro de Meneses; A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX Gav. XVIII, Maços 7-13, 4501, XVIII, 7-28, p. 130;

⁶⁹⁷ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; I.N.CM, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXII, p. 675;

⁶⁹⁸ IDEM, Cap. XXXIII, p. 695.

⁶⁹⁹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, Cap. CLXI, p. 305 e Cap. CXXXIII, p. 229; SANTOS Joseph Soares da Sylva, *Memorias para a Historia de portugal que comprehendem o governo delrey D. João I*, II, Cap. CCXXXV, p. 1147.

⁷⁰⁰ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*. 2.ª Parte, Capítulos CLXXXV, pp. 398-400 e CLXXXVI, pp. 400-402; Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris; J.P. Aillaud, 1842-1853, TOMO I, p. 288.

⁷⁰¹ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Tomo I. Paris; em casa de J.P. Aillaud, 1842, p. 288.

⁷⁰² IDEM, p.296.

⁷⁰³ Os embaixadores portugueses João Gomes da Silva e o Doutor Martim do Sem propuseram ao rei Henrique IV a inclusão de Inglaterra sobre as tréguas entre Portugal e Castela, por um período de dez anos. A 27 de dezembro Henrique IV enviará a resposta com intenção de ser incluído nas pazes com Castela. A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX Gav. XVIII, Maços 7-13, 4501, XVIII, 7-28, p. 130-131; SOUSA, M.F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. . Paris; em casa de J.P. Aillaud, 1842, Tomo I, pp. 142-143.

⁷⁰⁴ COELHO, Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p.130;

A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, 4184, XVII, 6-5, pp.158-161. Auto no qual constava que a infanta D. Beatriz fosse recebida pelo conde de Arundel, filho de Henrique IV. Esta infanta era irmã de D. Afonso, ambos filhos bastardos de D. João I.

fracassada de passar o rio Minho para entrar em Galiza⁷⁰⁵. Em 1398, participa na tomada da cidade de Tui onde entra com a bandeira real estendida⁷⁰⁶. Em julho de 1415 acompanha o infante D. Henrique do Porto para Lisboa sendo capitão de uma das galés, com destino a Ceuta⁷⁰⁷. A armada sairá de Lisboa no dia 25 de julho de 1415. É membro do conselho de D. João I de 1403 a 1433⁷⁰⁸ e de D. Duarte⁷⁰⁹. Em 1438 é conselheiro do reino e está presente nas cortes de Torres Novas Cortes de Torres Novas⁷¹⁰.

Em 1384 está em Coimbra com o conde D. Gonçalo testemunhando a não entrega da cidade ao rei de Castela, após a receção de uma carta da rainha D. Leonor Castela⁷¹¹. A 6 de outubro de 1384, está presente na cerimónia de homenagem e de fidelidade ao Mestre de Avis, após o levantamento do cerco pelo rei de Castela⁷¹². Está presente nas cortes de Coimbra de 6 de abril de 1385, como elemento da nobreza⁷¹³. Está presente em Monção, no jantar oferecido pelo duque de Lencastre ao rei D. João em 1386⁷¹⁴. Em junho de 1415 é convocado, por D. João I, para uma reunião sobre os preparativos da ida a Ceuta⁷¹⁵. Em julho de 1434 é responsável pelas obras dos muros e das torres da cidade de Braga⁷¹⁶. A 10 de novembro de 1438 nas Cortes de Torres

⁷⁰⁵ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. CLXVIII, p. 358; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LXXVIII, p. 650.

⁷⁰⁶ IDEM, Cap. CLXXIV, p. 374; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LXXIX, p. 655.

⁷⁰⁷ ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Cap. XXXVI, p. 140; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LXXXVI, p. 676 e Cap. LXXXVII, p. 680; A.N.T.T. *Monumenta Henricina*, doc. 60, p. 148; MARTINS, Oliveira. *Os filhos de D. João I*. Guimarães Editores, 1993 p.39

⁷⁰⁸ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX (Gav. XVIII, Maços 7-13), 4501, XVIII, 7-28, P. 130; GOMES, Rita Costa, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa; Difel, 1995, p. 85; HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I”, p. 57.

⁷⁰⁹ Chancelarias Portuguesas, *D. Duarte*, Volume II, doc. 21, p. 37.

⁷¹⁰ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I. Coimbra; por Ordem da Universidade, 1980, p. 20.

⁷¹¹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, Cap. LXXIII, p. 125; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. XIX, p. 477; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; INCM, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XII, p. 502

⁷¹² SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

⁷¹³ IDEM, Livro XXIII, Cap. XXIX, p. 646;

⁷¹⁴ SALAZAR Y CASTRO, Luis de, *Historia Genealógica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, Livro VIII, Cap. II, p. 230.

⁷¹⁵ ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Cap. XXV, p. 140; SALAZAR Y CASTRO, Luis de, *Historia Genealógica de la Casa de Silva*, 2.ª Parte, Livro VIII, Cap. II, pp. 232-233; *Monumenta Henricina*, Tomo II, doc. 60. p. 86; COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 234;

⁷¹⁶ *Chancelarias Portuguesas, D. Duarte*, Volume III, doc. 9, p. 17. 1

Novas faz parte do quarto turno de conselheiros para decidir o regimento do Reino⁷¹⁷. Em 1439 acompanha o infante D. Pedro de Coimbra em direção a Lisboa para a realização das Cortes⁷¹⁸.

Estando em Lisboa a 24 de julho de 1415, envia do Restelo uma mensagem ao arcebispo de Santiago, dando-lhe a conhecer a composição e o destino da armada de D. João I⁷¹⁹. De Santiago, a 6 de agosto o mesmo arcebispo envia ao rei de Aragão as informações recebidas por João Gomes da Silva⁷²⁰. A 15 de janeiro de 1425 solicita ao papa dispensa da ilegitimidade e a pluralidade de benefícios para os seus filhos Diogo Gomes, João Gomes e Rodrigues Gomes⁷²¹. Em 1415 recebe carta do rei D. João I que atesta a fundação da quinta de S. Silvestre⁷²². Em 1412 tem a Jurisdição da terra de Meinedo⁷²³. A 14 de maio de 1385 em Guimarães recebe carta de doação da dízima da correição de Vagos⁷²⁴. A 20 de agosto de 1387 recebe carta de tença de D. João I de todas as dízimas de todas as mercadorias nacionais e estrangeiras que entrem pela foz de Buarcos⁷²⁵. Em agosto de 1392 D. João I, faz doação das terças das igrejas de Santiago do Castelo, Santa Maria de Caminha e de S. Cibrão de Vila Nova de Cerveira⁷²⁶. Em 1394, a 10 de junho recebe confirmação da carta de mercê de quitação perpétua do quarto das herdades e do oitavo do vinho nas terras compradas por Gonçalo Gomes da Silva, seu pai, no reguengo de Tentúgal⁷²⁷. Em abril de 1384 em Lisboa, recebe doação da vila de Vagos, pelo Mestre de Avis, enquanto fosse sua mercê⁷²⁸. Em 1385 D. João I, doa os bens pertencentes a Aires Gomes da Silva e a sua mulher, após a tomada de Guimarães⁷²⁹. A 22 de março de 1399 em Évora, recebe doação perpétua, extensível a herdeiros e sucessores, da almuinha régia, a par do chafariz de Aribelas, Montemor-o-

⁷¹⁷MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Volume I, p. 20.

⁷¹⁸ IDEM, pp. 51-52; PINA, Rui de, “*Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*”, Cap. XLV, pp. 636- 637; LANDIM, Gaspar Dias de, *O Infante D. Pedro*, Vol I, Cap. XXIX, p. 125.

⁷¹⁹ *Monumenta Henricina*, II, doc. 68, p. 164

⁷²⁰ IDEM, doc. 74, pp. 170-171.

⁷²¹ COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana, (documentos publicados com introdução e notas)*, Volume IV, 834-835, p. 12.

⁷²²FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, p. 48.

⁷²³ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 3, Vol. III, doc. 875, pp. 39-40; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, p. 47, nota 2.

⁷²⁴ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, II, Vol. I, doc. 723, p. 106

⁷²⁵ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 1, Vol. II doc. 264, p. 153;

⁷²⁶ IDEM, Tomo 2, Vol. II, doc. 622, p. 12;

⁷²⁷ IBIDEM, doc. 833, pp. 122-123;

⁷²⁸ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Volume I, Tomo 1, doc. 55, p. 37; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, p. 46.

⁷²⁹ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 2, Vol. I, doc. 628, pp. 58-59; LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. XIII, p. 27; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. L, p. 544;

Velho⁷³⁰. Em 1412 confirma a doação de todos os bens pertencentes a Aires Gomes da Silva e sua mulher D. Urraca⁷³¹.

A 26 de fevereiro de 1412, recebe a ratificação da doação da vila de Vagos⁷³². No mesmo ano recebe carta de doação dos bens móveis e de raiz que Aires Gomes da Silva e D. Urraca tinham em Guimarães e no seu termo, e os outros bens patrimoniais que tinham no tempo do rei D. Fernando⁷³³. Em março de 1412 recebe doação, por D. João I, da terra de Meinedo⁷³⁴. Funda o convento de S. Marcos da Ordem de S. Jerónimo, na vila de Tentúgal⁷³⁵.

Em 1433, em Tentúgal, tem isenção de aposentadoria para as suas terras de Tentúgal⁷³⁶. Em 1441 institui uma capela na quinta de S. Marcos, dotada de bens e com a incumbência de rezar, todos os dias, uma missa pela sua alma⁷³⁷. Em 1433 é morador da casa de D. João I com a moradia de 20 000 libras⁷³⁸. João Gomes da Silva foi, ao longo da sua extensa carreira, como diz Gomes Eanes de Zurara um “*homem forte e ardido, cujas palavras sempre traziam jogo e sabor*”⁷³⁹.

41) JOÃO GONÇALVES TEIXEIRA⁷⁴⁰ (?) - 1385

Era filho de Gonçalo Annes Teixeira, freire do Hospital. Foi Anadel Mor e Alcaide- mor de Óbidos e Fronteiro mor de Trás- os- Montes. Segue o partido da rainha Dona Beatriz pelo que lutou na Batalha de Aljubarrota, onde morreu juntamente com seu filho Gonçalo Teixeira. Foi secretário do rei D. Fernando e fazia parte do seu conselho. Em 1367 foi enviado a Pedro I de Castela para a ratificação do tratado celebrado em Coimbra. Foi enviado a França juntamente com Lourenço Eanes Fogaça

⁷³⁰ Chancelarias Portuguesas, D. João I, Tomo 3, Vol. II, doc. 1464, pp. 226-227

⁷³¹ IDEM, documento 876, pp. 40-44; MORENO, Humberto Baquero, “A campanha de D. João I contra as fortalezas da Região de Entre-Douro-e-Minho”, p. 53.

⁷³² A.N.T.T. As Gavetas da Torre do Tombo, III Gav. III-XII, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, 775, III, 2951, XIV, 8-17, p. 788.

⁷³³ Chancelarias Portuguesas, D. João I, Tomo 3, Vol. III, doc. 875, pp. 39-40.

⁷³⁴ A.N.T.T. As Gavetas da Torre do Tombo, II Gav. III-XII, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, 775, III, 10-13, p. 53; Cf. FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, p. 47, nota 2.

⁷³⁵ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 695; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, p. 48

⁷³⁶ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, p. 47, nota 2

⁷³⁷ IDEM, p. 48.

⁷³⁸ *Monumenta Henricina*, IV, doc. 64, p. 226

⁷³⁹ ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Cap. XXVII, p. 110

⁷⁴⁰ *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Volume 1, p.172. Disponível em: books.google.pt/books?id=011fAAAAcAAJ&pg=PA172&lpg=PA172&dq=joao+goncalves+conselheiro; GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Tomo XXVI-XXVIII. Braga; Oficinas Gráficas da “PAX”, 1940, p. 177.

para tratar com o duque d' Anjou, Dom Luís, filho do rei de França para fazer guerra a Aragão⁷⁴¹. Foi enviado a Avinhão com o bispo de Lisboa, dom Martinho em obediência ao papa Clemente VII⁷⁴².

42) JOÃO RODRIGUES DE SÁ, chamado “o das galés”⁷⁴³

Era filho de Rodrigo Annes de Sá. Foi camareiro- mor, nomeado em 1385, do rei D. João I⁷⁴⁴, 1º alcaide da cidade do Porto, Senhor de Sever e Matosinhos. Casa com Isabel Pacheco, filha de Diogo Lopes Pacheco⁷⁴⁵. Foi embaixador de D. João I na Galiza⁷⁴⁶ e em Roma⁷⁴⁷. É comendador - mor da ordem de Avis⁷⁴⁸. Em 1385 acompanha D. João I na tomada da vila de Guimarães⁷⁴⁹. Participa na batalha de Aljubarrota ao lado de D. João I⁷⁵⁰. Em 1388, este nomeia-o alcaide-mor de Melgaço⁷⁵¹. Em 1415 participa na tomada de Ceuta sendo capitão de uma das naus⁷⁵². Em outubro de 1384 está presente em Lisboa na homenagem ao Mestre de Avis após o levantamento

⁷⁴¹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2ª ed., Revista, 2004, cap. XCVII, pp.343-344; SOUSA, M.F. B.de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro elementar das Relações Diplomáticas*. Paris; em casa de J.P. Aillaud, 1842, p. 211-212. Celebrado o Tratado de paz em Alcanhões. Nesta altura será ratificado o tratado de 1366 celebrado entre Henrique de Castela e D. Pedro I de Portugal em Ribeira de Caia.

⁷⁴² IDEM, cap. CLVI, pp. 543-544. D. Fernando enviou estes emissários ao Papa de Avinhão depois de ter recebido o cardeal Dom Pedro de Luna.

⁷⁴³ O cognome advém-lhe da sua coragem nas batalhas navais que travou quando Castela sitiou por mar Lisboa. GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das famílias de Portugal*, Volumes XXVI-XXVIII, p. 118

⁷⁴⁴ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. I, p. 4; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joao o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. XLVII, p. 548;

⁷⁴⁵ IDEM; MORAIS, Cristovão Alão de, *Pedatura Lusitana*. Volume II, Tomos 1º e 2º. BRAGA; Nova edição reformulada 1997, p. 105.

⁷⁴⁶ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. XCIV, p. 206; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joao o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LXVIII, p. 613; SOUSA, M. F. B de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo 1, Secção XV, p. 270. SILVA, Manuela Santos, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, p. 119. Mosteiro de Celanova: Procurador de D. João I junto dos duques de Lencastre para outorgarem as condições do casamento de D. João I com D. Filipa e a posterior ratificação das condições do casamento assinada pela duquesa de Lencastre e por sua filha.

⁷⁴⁷ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. CXXIV, p. 254. Pedir junto do papa, em 1390, as autorizações relativas à dispensa de votos do rei D. João I com D. Filipa de Lencastre.

⁷⁴⁸ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. XXXIX, p. 89; SANTOS, Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXXII, p. 675

⁷⁴⁹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Capítulos XII, p. 23 e XIII, pp. 26-27; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joao o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. L, p. 553;

⁷⁵⁰ IDEM, Cap. XXXIX, p. 89; IDEM, Cap. LVII, p. 576

⁷⁵¹ IBIDEM, 2.ª Parte, op. cit., Cap. CXXXVI, p. 280; IBIDEM, Cap. LXXIII, p. 633; COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 105.

⁷⁵² ZURARA, Gomes Eanes, *Crónica da Tomada de Ceuta*. Cap. L, p. 178; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joao o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LXXXVI, p. 676;

do cerco de Lisboa⁷⁵³. Em novembro de 1386 acompanha D. Filipa ao Porto para o casamento com D. João I⁷⁵⁴. Em março de 1387 acompanha a rainha a Coimbra⁷⁵⁵. Em 1386 tem a jurisdição cível e crime da terra de Neiva e de Aguiar de Neiva, por carta de D. João I⁷⁵⁶. Em março de 1388 recebe carta de tença de D. João I, das rendas direitos e foros de Ponte de Lima, Valença e Riba de Minho, que eram de Álvaro Gonçalves de Vila Viçosa e João Vasques de Almada⁷⁵⁷. Em agosto de 1384 recebe carta de doação do Mestre de Avis a título perpétuo de todos os bens móveis e de raiz que Pero Esteves, prior de Alenquer, possuía no dito lugar e seu termo⁷⁵⁸. Em 1385 carta de doação de D. João I, a título perpétuo e hereditário, da quinta de Canelas do julgado de Figueiredo com todas as suas rendas, direitos e pertenças⁷⁵⁹. No mesmo ano recebe a doação da terra de Castro de Aire de juro e herdade com todas as rendas e direitos⁷⁶⁰. Em janeiro de 1386 recebe a doação da terra de Neiva e de Aguiar de Neiva de juro para sempre⁷⁶¹ e carta de préstamo das rendas do mordomado de Santarém, enquanto fosse mercê do rei⁷⁶². Em 1387 recebe carta de doação de D. João I das terras de Aires Gomes de Figueiredo, exceto as que havia Afonso Madeira, e dos bens patrimoniais da sua herança com todas as rendas direitos, tributos, foros e jurisdição, exceto correição e alçadas⁷⁶³.

A 8 de maio de 1398 recebe carta de mercê de D. João I da terra de Soaz por morte de Pero Gil Docem, que a possuía⁷⁶⁴ e carta de doação da alcaidaria do Porto com todas as rendas e direitos e Carta de doação de D. João I e do infante D. Duarte do castelo da Feira⁷⁶⁵.

⁷⁵³ SANTOS, Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; INCM, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

⁷⁵⁴ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, Cap. XCIV, p. 206; COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 116

⁷⁵⁵ A rainha D. Filipa encontrar-se-á com seus pais, os duques de Lencastre, em Babe. LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, Cap. XCIX, p. 213.

⁷⁵⁶ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 3, Vol. I, documento 1022, pp.34-35.

⁷⁵⁷ IDEM, doc. 1340, p.207.

⁷⁵⁸ IBIDEM, doc. 179, p.90

⁷⁵⁹ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 2, Vol. 1, Doc. 963, p.259

⁷⁶⁰ IDEM, Tomo 3, Vol. I, doc. 1070, pp. 59-60; Antes pertencia a Gonçalo Nunes de Barros

⁷⁶¹ IBIDEM, doc. 1022, pp.34-35; LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, Cap. LXV, p. 171; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, pp. 110-111;

⁷⁶² Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 3, Vol. I, doc. 1174, p. 124;

⁷⁶³ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 1, Vol. II doc. 235, p.139;

⁷⁶⁴ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 3, Vol. II, doc. 1139, pp. 57.

⁷⁶⁵ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, Volume I, p. 331

43) JOÃO TEIXEIRA - (?) – 1493⁷⁶⁶

Escudeiro da Casa do Infante D. Henrique, cavaleiro / fidalgo e cavaleiro da Casa Real. Foi vice-chanceler a partir de 1475 e passa a chanceler-mor em julho de 1484 substituindo D. Álvaro de Bragança. Em 1466 é membro do Desembargo e Régio e Petições. Em 1481 recebe procuração de D. João II para receber o príncipe D. Afonso em Moura, seguindo para Évora. Em 1483 participa no julgamento de D. Álvaro Duque de Bragança⁷⁶⁷. Em 1489 profere a oração de cerimónia na qual D. Pedro de Meneses é elevado ao estatuto de marquês de Vila Real. Neste ano é mencionado como doutor e conselheiro de D. João II. Também os filhos têm direito a bolsas. O filho mais velho Dr. Luís Teixeira de 4500 reais brancos. Pelas suas funções na corte, João Teixeira usufrui várias remunerações consoante o cargo que ocupa.⁷⁶⁸

Em 1471 acompanha D. Afonso V nas campanhas africanas. Em 1476 aparece em Zamora, no início das guerras peninsulares. Faz parte das várias missões externas. Em 1471 juntamente com Lopo de Almeida integra a embaixada ao Papa Sisto IV. Em 1476 faz parte da embaixada a Roma constituída por Lopo de Albuquerque, conde de Penamacor e Diogo de Saldanha⁷⁶⁹. Em 1479 acompanha João Fernandes da Silveira, Fernão Silveira, Pero Botelho e João Garcez, na assinatura do Tratado de Alcáçovas. Em 1483 está em Moura no desfasamento das Terçarias. Em 1490, com Fernão da Silveira e Rui de Sande é enviado pelo monarca a Castela para negociar o casamento do príncipe D. Afonso com a infanta D. Isabel filha dos reis católicos.

44) JOÃO VASQUES DE ALMADA⁷⁷⁰ (?) - 1419

⁷⁶⁶ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. II, p.153

⁷⁶⁷ MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança*, in *Exilados, Marginais e Contestatários na sociedade portuguesa medieval*. Lisboa; Presença; 1990, pp.194-196

⁷⁶⁸ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (Subsidios documentais)*. Lisboa; Publicação do Centro de Estudos Económicos, 1965. P. 81

⁷⁶⁹ SOUSA, M.F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris: J.P. Aillaud, 1842-1853, e Vol. I-VII, Lisboa; Typografia da Academia Real das Sciencias. Tomo III, pp. 135-136; LEÃO, Duarte Nunes de. *Cronica Del Rey Dõ Ioam de gloriosa memoria o I. deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso o V.* Lisboa ; por Antonio Alvarez, impressor Del Rey N. Senhor, 1643, cap. LXI, pp. 225-228; PINA, Rui de. *Crónica de D. Afonso V.* Tomo III. Lisboa; Escripório, 1904, cap. CXCVII, pp. 113-114. O objetivo desta embaixada ao papa, era requerer dispensa para o casamento de D. Afonso V com a princesa D. Joana, a Beltraneja. Esta diligência foi organizada por Portugal, França (mr. Saint- Vaille e o governador do Parlamento de Grenolbe) e Castela (Diogo Saldanha). Este fidalgo castelhano seguiu a Rainha D. Joana.

⁷⁷⁰ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Tomo I-III. Braga; Oficinas Gráficas da “PAX”, 1938, Tomo I- III, p. 35.

Foi um cavaleiro da corte de D. João I. Era filho de Vasco Lourenço de Almada e de D. Maria da Cunha, filha de D. João Lourenço da Cunha. Casou com D. Joana Annes, filha de João Annes⁷⁷¹. Serviu nas guerras de D. João I com Castela. Acompanhou o rei D. João I a Ceuta, juntamente com os seus filhos: Pedro Vaz de Almada⁷⁷², Álvaro Vaz de Almada⁷⁷³ e João Vaz de Almada⁷⁷⁴. Acompanhou Nuno Alvares Pereira, no tempo que era fronteiro - mor de Entre -Tejo e Guadiana. Foi embaixador do Rei D. João I entre 1401 e 1414. Esteve presente na assinatura de tréguas com Castela celebradas por um período de 10 anos, após longas negociações, em 1401/1402⁷⁷⁵. Foi embaixador em Inglaterra em 1404⁷⁷⁶. A 7 de fevereiro de 1405 assiste à celebração do contrato de casamento de D. Beatriz com Don Thomaz, conde de Arundel⁷⁷⁷. A 26 de setembro de 1414 é autorizado, pelo rei inglês, a transportar para

⁷⁷¹ IDEM, p.35; MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*. Volume III, Tomos I e II, pp. 283-284; Serviu nas guerras de D. João I, acompanhando Nuno Alvares Pereira, no tempo em que era fronteiro mor de Entre -Tejo e Guadiana. Desentendeu-se com Gonçalo Pires de Malafaia, vedor da Fazenda do Porto. Desgostoso com o monarca refugiou-se em Inglaterra. Serviu o rei Henrique IV de Inglaterra, na guerra com França. Pelos bons serviços, recebeu a Ordem da Jarreteira. Acompanhou o rei D. João I a Ceuta, juntamente com os seus filhos: Pedro Vaz de Almada, Álvaro Vaz de Almada e João Vaz de Almada

⁷⁷² Armado cavaleiro pelo infante D. Henrique após a conquista de Ceuta; integra um reforço militar enviado a esta praça, após a sua conquista. Serviu ao serviço de Inglaterra nas guerras contra França. Casou com D. Leonor Gouveia de Queiroz. GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Volumes I-III, p.43; ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Cap. 73, p. 494; *Monumenta Henricina*, Vol. II, doc. 161, pp. 325-329

⁷⁷³ GAYO, Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Of. tip. da “pax”, 1938, Volumes I-III, pp.35; *Monumenta Henricina*, Vol. II, doc. 161, pp. 325-329. Conde de Avranches e cavaleiro da Ordem da Jarreteira por Henrique IV, em 1445; serviu o imperador Sigismundo na luta contra os Turcos; alcaide-mor de Lisboa e capitão do mar, sucedendo no cargo a Afonso Furtado; esteve sempre ao lado do infante D. Pedro e com ele morreu na batalha de Alfarrobeira em 1449; armado cavaleiro pelo infante D. Pedro, após a conquista de Ceuta.

⁷⁷⁴ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Volumes I-III, pp.43; *Monumenta Henricina*, Vol. II, doc. 161, pp. 325-329. Senhor de Pereira; integra um reforço militar enviado a Ceuta pelo infante D. Duarte, em 1419; em 1438, a sua filha é expulsa pela rainha D. Leonor de Aragão de sua casa sob pretexto de transmitir informações ao infante D. Pedro; quando o seu irmão, o conde de Avranches, morreu na batalha de Alfarrobeira; Vedor da Fazenda de D. Afonso V; casou com D. Violante de Castro.

⁷⁷⁵ LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, Cap. CLXXXV, pp. 399-400; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LXXX, p. 658; SOUSA, M.F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Tomo 1. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842- 1853, p. 283;

⁷⁷⁶ A 16 de fevereiro João Vaz de Almada encontra-se em Inglaterra onde faz diligências como procurador, sobre as negociações para o contrato de casamento de D. Beatriz com o conde de Arundel. LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. CIV, p. 732; LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, Cap. CCIV, pp. 458-459 *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, Gav. XVI, Maços 1-3, 4100, XVII, 2-6, p. 602; SILVA, Manuela Santos. *A rainha inglesa de Portugal Filipa Lencastre*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, p. 230.

⁷⁷⁷ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, Cap. CCIV, pp. 458-459. SILVA, Manuela Santos. *A rainha inglesa de Portugal Filipa Lencastre*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, p. 261. Após a celebração deste contrato terá regressado, a Portugal juntamente com o de Doutor Martim do Sem e os procuradores do conde de Arundel. Em abril de 1405 fazem-se, em Lisboa, as escrituras públicas, tendo o arcebispo de Lisboa D. João de Azambuja celebrado a cerimónia de casamento por palavras de presente

Portugal 400 lanças, sem qualquer impedimento⁷⁷⁸. Entre 1383 e 1385, ajuda o Mestre de Avis na defesa do reino.

A 6 de abril de 1384 participa na batalha dos Atoleiros⁷⁷⁹. Ainda em 1384 integra o grupo de 40 fidalgos que auxiliam Nuno Álvares Pereira a reforçar as fronteiras da comarca do Tejo e Guadiana⁷⁸⁰. A 14 de agosto de 1385 participa na batalha de Aljubarrota⁷⁸¹. Em 1415 participa na conquista de Ceuta e segue na armada do rei D. João⁷⁸². Em 1423 recebe carta de mercê de capitão-mor da frota real⁷⁸³. É membro do conselho de Nuno Álvares Pereira e de D. João⁷⁸⁴. Em 1384 está presente na homenagem prestada ao Mestre de Avis, após o levantamento do cerco de Lisboa pelo rei de Castela. Em 1385 é armado cavaleiro por D. João I, na véspera da batalha de Aljubarrota⁷⁸⁵. Em 1402 é testemunha da confirmação das tréguas assinadas entre Portugal e Castela. A 26 de novembro de 1405 está presente no casamento de D. Beatriz com o conde de Arundel. Em 1415 foi incumbido por D. João I, a pedido de D. Filipa de Lencastre, de providenciar o fabrico de três espadas ricamente ornadas, para os infantes serem armados cavaleiros, antes de partirem para Ceuta⁷⁸⁶. Ainda em 1415 é cabo de uma das oito galés que o infante D. Pedro apresenta na barra de Lisboa para receber a armada do infante D. Henrique proveniente do Porto⁷⁸⁷.

⁷⁷⁸ *Monumenta Henricina*, II, doc. 36, pp. 94-95; SOUSA, M. F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Lisboa; Academia Real das Ciências, 1865, Tomo XIV, p. 164;

⁷⁷⁹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.^a Parte, Cap. CLIX, p. 161

⁷⁸⁰ IDEM, Cap. LXXXVII, p. 146: Nuno Álvares ia como fronteiro à comarca de Entre Tejo e Guadiana.

⁷⁸¹ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional –Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

⁷⁸² ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Cap. LXXXVI, p. 252; *Monumenta Henricina*, II, doc. 62, p.153.

⁷⁸³ Sucede no cargo a Afonso Furtado. Cf. João Martins da Silva MARQUES, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*. Volume I, Lisboa; Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1944, doc. 245, pp. 262-263.

⁷⁸⁴ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.^a Parte, Cap. XCI, p. 151: a escolha dos elementos do conselho de Nuno Álvares Pereira ocorreu em 1384. *Monumenta Henricina*, II, doc. 135, pp. 263-265; HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “*Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “Privados” de D. João I*”, p. 59; Cf. SANTOS, Maria Alice Pereira. *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Doutoramento em História Medieval Tese orientada pela Professora Doutora Adelaide Millán da Costa Universidade Aberta Lisboa; janeiro de 2015, p. 332. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4461/1/TD_MALiceSantos.pdf.

⁷⁸⁵ LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LVII, p. 579;

⁷⁸⁶ ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Caps. XXXVIII, p. 147 e XLI, p. 153; SILVA, Manuela Santos, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*, Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, pp. 260-261

⁷⁸⁷ *Monumenta Henricina*, Tomo II. Coimbra, doc. 60, p.150; ZURARA, Gomes Eanes de, *Cronica da Tomada de Ceuta*, cap.36.

Em agosto de 1415 em Ceuta, hasteia na torre mais alta desta cidade a bandeira da cidade de Lisboa, a pedido de D. João⁷⁸⁸. Pela sua carreira ao serviço do rei e do reino obteve regalias, a saber; em 1384 recebe confirmação do aforamento de umas casas em Lisboa com o pagamento anual de 40 libras⁷⁸⁹ e em 1415 recebe carta de couto de um pinhal no termo de Almada para preservação da madeira, da lenha e da caça⁷⁹⁰. Em 1386 recebe carta de doação de D. João I, enquanto fosse sua mercê, de todas as rendas e direitos de Ponte de Lima e seu termo⁷⁹¹. A 15 de abril de 1417 tem a concessão, por D. João I, das rendas das judiarias do reino⁷⁹². João Vasques de Almada morre em 1419, na cidade de Lisboa⁷⁹³.

45) JORGE DA COSTA 1406- 19-09-1508⁷⁹⁴

Era natural de Alpedrinha⁷⁹⁵. O D. Jorge da Costa foi viver para Roma a partir de 1480⁷⁹⁶, onde morreu.

Está sepultado na Capela de Santa Catarina da Igreja de Nossa Senhora de Populo⁷⁹⁷. Foi longa a carreira deste homem da Igreja e de Estado. Estudou no hospital de Santo Elói, licenciando-se em latim, filosofia e Teologia desde 1462. Foi protetor e governador da Universidade de Lisboa em 1479. Como teólogo, foi confessor das infantas D. Catarina e D. Joana, filhas de D. Duarte. Foi capelão mor de D. Catarina e confessor de Afonso V. Em 1463 era Bispo em Évora e entre 1464-1480, Arcebispo de Lisboa. Em 1476 o papa Xisto IV fê-lo cardeal. Em, 1484 recebe o título de Cardeal de Santa Maria, em sequência da morte do Cardeal de Milão.

Em 1463 acompanha D. Afonso V ao norte de África. Juntamente com o Duque de Guimarães, contestou o entusiasmo de D. Afonso V, quando este decide fazer guerra a Castela⁷⁹⁸. Em 1475 está presente nas guerras com Castela. Em 1480, envia de Roma uma carta a D. João II, dando-lhe parecer sobre a guerra dos turcos em Itália. É enviado

⁷⁸⁸FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, p. 217; *Monumenta Henricina*, II, doc. 95, pp. 202-203.

⁷⁸⁹ Chancelarias Portuguesas. *D. João I*, Vol. I, Tomo 1, doc. 355, p. 187.

⁷⁹⁰ IDEM, Tomo 3, Vol.III, doc. 1067, p.154

⁷⁹¹ IBIDEM, Tomo 3, Vol. I, doc. 1224, p.148

⁷⁹² *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, 676, p. 110.

⁷⁹³ Informação GOOGLE. Não há a certeza quanta à data da sua morte.

⁷⁹⁴ MENDONÇA, Manuela, D. Jorge da Costa, “Cardeal de Alpedrinha”. Lisboa: Ed. Colibri, 1991

⁷⁹⁵ ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. Coimbra; Imprensa Académica de Coimbra. 1910, Volume II, pp.505- 509. Filho de Martin Vaz e Maria da Costa.

⁷⁹⁶ MENDONÇA, Manuela, D. Jorge da Costa, “Cardeal de Alpedrinha”. Lisboa: Ed. Colibri, 1991

⁷⁹⁷ ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. Coimbra; Imprensa, Académica de Coimbra. 1910 Vol. II, pp.505- 509.

⁷⁹⁸ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela, (1431-1475), Ritmos de uma paz Vigilante*. Lisboa: Edições Colibri, 2009, p. 258

em várias missões diplomáticas a saber; em 1462 vai a Castela a acompanhar a Rainha de Castela, D. Joana, irmã de D. Afonso V. Em 1464 acompanha o rei, quando este visita Gibraltar ao encontro de Henrique IV. Em 1469, na companhia de Afonso Nogueira vai a Castela negociar o casamento de D. Afonso V com D. Isabel (futura rainha Católica)⁷⁹⁹. Em 1485 está em Roma numa embaixada de obediência ao Papa Inocêncio VIII⁸⁰⁰. Ainda nesta cidade, é eleito camerlengo do Colégio cardinalício, 1486. Faz parte do Conselho Régio de D. Afonso V. Recebeu a aceitação papal do Tratado de Tordesilhas.

Recebe pela missão a Castela em 1462, 112 libras. Recebe ainda pela missão a Aragão 118 dobras⁸⁰¹. O D. Jorge da Costa foi uma das maiores e proeminentes figuras da corte de D. Afonso V⁸⁰².

46) LOPO AFONSO⁸⁰³

Foi escrivão de Câmara de D. João I. Exercendo esta tarefa redigiu o testamento de rei em outubro de 1426⁸⁰⁴. Depois da morte de D. João I, ficou ao serviço de D. Duarte exercendo as funções de secretário do rei. Com o Infante D. Pedro na regência passa a ser seu porteiro- mor, ocupando posteriormente o cargo de Oficial da Câmara Real. Testemunhou, juntamente com Rui Galvão e Gonçalo Botelho a ideia do Doutor

⁷⁹⁹ IDEM, p. 242; SOUSA, M. F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos*. Pariz; em casa de J.P.Aillaud, 1842- 1853, Tomo I, pp.366-367;

⁸⁰⁰ Esta embaixada contava D. Pedro de Noronha e com o Doutor Vasco Fernandes de Lucena. Coube-lhe a tarefa de pronunciar a Oração de Obediência em 11 de Dezembro de 1485. Nela, revela grandes atributos de orador humanista, exprimindo com clareza o pensamento do Rei D. João II. SERRÃO, Joaquim Veríssimo D. *João II*, in *Dicionário de História de Portugal dirigido por Joel Serrão*. Lisboa; 1963, Tomo I, pp. 611-615

⁸⁰¹ FARO, Jorge,. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (Subsidios documentais)*. Lisboa: Publicação do Centro de Estudos Económicos, 1965. Pp.80-21; *Monumenta Henricina*, Vol. XIV, doc. 34

⁸⁰² ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Tomo II, pp. 93-95 e pp. 505-509; GOMES, Saúl António, *D. Afonso V, o Africano*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2009, pp. 57-58. Homem de forte perspicácia e prudência. De um modo geral D. Jorge da Costa tirou proveito de uma época de excessos dentro da Igreja. Eram instituídas comendas em qualquer mosteiro que apresentasse o mínimo de rendimento. D. Jorge quando ficou com a abadia de Alcobaça, já tinha o arcebispado de Lisboa, Braga e Évora. Tinha o bispado de Coimbra, os priorados de Crato, Guimarães e a real abadia de S. João da Tarouca. Em 1475, sendo abade do mosteiro de Alcobaça, o freire Nicolau Vieira, D. Jorge pediu –lhe que renunciasse , em seu favor, mediante o pagamento de uma pensão anual de 15000 réis. Desta feita, D. Jorge ficou senhor de todos os poderes tanto espiritual como temporal da abadia de Alcobaça sem intervenção dos monges, delegando no seu sobrinho Álvaro Vaz.

⁸⁰³ MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Volume II. Coimbra; por ordem da universidade, 1980, pp. 683-684.

⁸⁰⁴ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Gav. XVI, maço I. Lisboa; Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967, pp. 1-8; *Monumenta Henricina*. (1421-1431. Coimbra, 1961, Volume III, doc. 70, pp.131-139

Diogo Afonso Manganha de apoiar o governo do infante⁸⁰⁵. Quando começaram os problemas da regência, passou para o lado de D. Afonso V, combatendo na batalha de Alfarrobeira. Foi enviado a Castela em 1440 pelo infante D. Pedro, regente do reino de Portugal, para saber secretamente se a mensagem trazida pelo Embaixador castelhano, Bispo de Cória, vinha diretamente e por vontade do Juan II de Castela, ou se era mensagem da autoria dos irmãos aragoneses a favor da Rainha Dona Leonor⁸⁰⁶. Exerce as funções de escrivão da Puridade⁸⁰⁷ e de notário Público D. Afonso V. A partir de 1448, não se conhece atividade publica de Lopo Afonso.

47) LOPO DE ALBUQUERQUE (?) - 1484⁸⁰⁸

Conde de Penamacor⁸⁰⁹. Filho de João de Albuquerque, e de D. Catarina Pereira, filha de João Pereira, senhor da Terra de Santa Maria. Casa com D. Leonor de Noronha, filha de D. Pedro de Noronha e Isabel de Albuquerque. Em 1464 recebe a vila de Abiul⁸¹⁰. Como cavaleiro fidalgo da casa de D. Afonso V recebe a renda de 2700 réis⁸¹¹. Em 1469 como cavaleiro do conselho recebe a renda de 4286 réis. Em agosto de 1476 recebe doação da alcaidaria - mor da vila de Penamacor.

Participou nas guerras peninsulares ao lado de D. Afonso V⁸¹². Em 1474 vai a Castela com o objetivo de obter informações sobre quem apoiava D. Joana⁸¹³. Em 1476 integra a embaixada a Roma para requerer a dispensa papal para o casamento de D. Afonso V com D. Joana. É acompanhado pelo Dr. João Teixeira e Diogo de Saldanha. Em 1477 acompanha o rei a França para as conferências com Luís XI⁸¹⁴.

⁸⁰⁵ PINA, Rui de, *Cronica de D. Afonso V*. Lisboa; Escripção, 1865, Tomo I. cap.XLVI, p. 274

⁸⁰⁶ SOUSA, M. F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p.330; ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela (1431-1475) – Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Ed. Colibri, 2009, p. 165.

⁸⁰⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 25, fl. 27 e 50

⁸⁰⁸ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; Imprensa Nacional Casa-da-Moeda, 1973, Tomo II, 2ª edição, pp. 212-213

⁸⁰⁹ GOMES, Saúl António. *D. Afonso V, o Africano*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2009, pp. 206-207
Titulo criado por D. Afonso V, pelos bons serviços, em 1475, em Placência durante os esponsais do monarca com D. Joana.

⁸¹⁰ GOMES, Saúl António, *D. Afonso V, o Africano*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2009, pp. 88

⁸¹¹ Jorge FARO, *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (Subsídio documentais)*. Lisboa: Publicação do Centro de Estudos Económicos, 1965, p. 82

⁸¹² GOMES, Saúl António, *D. Afonso V, o Africano*. Lisboa; Círculo de Leitores, pp. 212-213. Junto a Zamora, ficou prisioneiro das tropas de D. Fernando de Castela.

⁸¹³ SOUSA, M. F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas de Portugal com as outras potencias do mundo desde o princípio da monarquia até aos nossos dias*. Paris; em casa de J.P.Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 370; ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela, (1431-1475), Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Edições Colibri, 2009, p. 259

⁸¹⁴ GOMES, Saúl António, *D. Afonso V, o Africano*. Lisboa; Círculo de Leitores, pp. 222-223

Recebe 150 dobras pela missão a Castela⁸¹⁵.

48) LOPO GONÇALVES (DR) (?) – 1480?⁸¹⁶

Era filho de João Gonçalves Gomide, escrivão de puridade dos reis D. João I⁸¹⁷ e D. Duarte. Foi senhor do morgado de Vila Verde. Lopo Gonçalves, vassalo régio e cavaleiro da casa real. Era Doutor em Leis. Foi Corregedor da cidade de Lisboa, Desembargador e juiz dos feitos de D. Afonso V⁸¹⁸. Esteve ao lado do rei na Batalha de Alfarrobeira. Foi membro do conselho do rei e desembargador da Casa Civil em Lisboa. A pedido da infanta D. Isabel, viúva de D. Pedro, obteve a alcaidaria do castelo de Montemor-o-Velho. O governo do castelo, passados 7 anos, passou para as mãos de João da Silva pelo facto de ter havido um acordo entre o monarca e a Duquesa de Coimbra, D. Isabel. Foi curador da infanta da D. Joana, irmã de D. Afonso V em Medina del Campo. Como procurador deste em Castela, testemunhou em 1453 os capítulos matrimoniais celebrados entre ela e o Infante D. Henrique, futuro rei de Castela⁸¹⁹.

Esteve presente nos autos de juramento dos príncipes D. João em 1455, representando o Bispo de Lamego e do príncipe D. Afonso em 1476, a representar o Prior da Ordem do Hospital⁸²⁰. Em 1455 esteve presente em Coimbra como testemunha na leitura da carta que legitimava D. Afonso V como procurador dos filhos mais novos do infante D. Pedro.

49) LOURENÇO ANES FOGAÇA (?) – 1400⁸²¹

Fernão Lopes diz que era “homem avisado e de boa autoridade”⁸²².

⁸¹⁵ FARO, Jorge, *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (Subsídio documentais)*. Lisboa; Publicação do Centro de Estudos Económicos, 1965, p. 82.

⁸¹⁶ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos da Araújo Affonso. Braga; Of. Tip. Da “PAX”, 1939, tomo XV, 107

⁸¹⁷ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 34, fl. 49

⁸¹⁸ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por Ordem da Universidade, 1980, Tomo II, pp. 823

⁸¹⁹ *Mun umenta Henricina*, 1970, doc. 224, pp. 309-319

⁸²⁰ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; 1980, Volume II, pp.823-825

⁸²¹ HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto; Centro de História da Universidade do Porto, 1990, p. 354; FARELO, Mário Sérgio da Silv., *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, p. 554; MORAIS, Cristovão Alão de, *Pedatura Lusitana*. Vol. I, pp.618-619; BRANDÃO, Frei António, *Monarquia Lusitana*. Terceira parte, Livro 9, cap. 30. A família Fogaça procede de Pêro Fogaça, rico-homem que floresceu no século XII.

⁸²² LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Edição crítica, introdução e Índices de Giuliano Macchi. Lisboa; IN - Casa da Moeda, Cap. CXXVIII, p. 451; Cf. SANTOS, Maria Alice Pereira, *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Doutoramento em História Medieval Tese

Lourenço Annes Fogaça foi um honrado cavaleiro⁸²³ que esteve ao serviço de D. Pedro I, D. Fernando e de D. João I. Casou com Leonor Roiz de Góis filha de Álvaro Vasques, de Pedralçada e de Violante Lopes de Albergaria⁸²⁴. De 1362-1363, foi escolar de direito canónico no Estudo Geral de Coimbra⁸²⁵. Em 1366-1367 foi alvazil geral ou do cível da cidade de Lisboa. De 1368 -1372 foi Ouvidor do rei D. Fernando⁸²⁶. De 1373 – 1383 foi Chanceler-mor de D. Fernando⁸²⁷. Em abril de 1385 foi nomeado chanceler-mor por D. João I, após as Cortes de Coimbra⁸²⁸. Em 1387 foi nomeado vedor da fazenda da casa da rainha D. Filipa de Lencastre. Foi Embaixador de D. Fernando de 1374 – 1382, do Mestre de Avis de 1384-1385 e de D. João I em 1385-1389. As suas deslocações tiveram como destino; França, Roma, Inglaterra e Castela: Em 1377/78 foi enviado ao duque de Anjou, em Paris para confirmar a aliança entre Portugal e França⁸²⁹; a Roma em 1377⁸³⁰; a Inglaterra em 1381⁸³¹ e em 1382⁸³². Em 1384 como

orientada pela Professora Doutora Adelaide Millán da Costa Universidade Aberta Lisboa – janeiro de 2015,p.332.Disponível em:https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4461/1/TD_MALiceSantos.pdf

⁸²³ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, 4187, XVII, 6-8, p. 186;

⁸²⁴ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário De Famílias de Portugal*. Volumes XIV - XVI, p. 161; MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal*. Volume II, p. 620; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XIV, pp. 518-519

⁸²⁵ COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana, (documentos publicados com introdução e notas)*, Vol. I, p. 417

⁸²⁶ HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “*Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor*” p. 225; Cf. SANTOS, Maria Alice Pereira, *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Doutoramento em História Medieval. Tese orientada pela Professora Doutora Adelaide Millán da Costa Universidade Aberta. Lisboa; 2015,p. 378: disponível em ; https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4461/1/TD_MALiceSantos.pdf

⁸²⁷ *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX, 4501, XVIII, 7-28, p. 109; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, Livro XXII, pp. 46-47; GOMES, Rita Costa, *D. Fernando I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 119; Gil do SEM e Lourenço Anes Fogaça aconselharam o Rei D. Fernando e foram dos mais ativos embaixadores deste tempo em Portugal.

⁸²⁸ LEÃO, Duarte Nunes,, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”,o Cap. XLVII, p. 548; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXXII, p. 675

⁸²⁹ LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, p. 368; SOUSA, M. F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Noticia dos manuscriptos pertencentes ao direito público externo diplomático de Portugal*, pp. 6-7;

⁸³⁰ *Monumenta Henricina*, Volume I, doc. 107, p. 254. Concessão da Bula Accedit nobis, do papa Gregório IX, ao rei D. Fernando por súplica dos embaixadores Pedro Cavaleiro, arcediogo de Lisboa e Lourenço Joahnnis Fogaça, cavaleiro e chanceler.

⁸³¹ LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, p. 380. Enviado por D. Fernando ao conde de Cambridge para definir os termos do auxílio a Portugal e a pretensão do duque de Lencastre ao trono de Castela.

⁸³² SOUSA, M.F. B. de, Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo I. Pariz; em casa de J.P.Aillaud, 1842-1853, p. 69; GOMES, Rita Costa, *D. Fernando I*. Lisboa; Temas e Debates, 2009, p. 182. Salvo-conduto de Ricardo II para o regresso a Portugal extensivo à sua comitiva, com a salvaguarda de bens, cavalos e armas

embaixador do Mestre de Avis requer obter ajuda militar na guerra contra Castela⁸³³. Em maio de 1384 apresenta formalmente as propostas, em nome do Mestre de Avis, a rei Ricardo II⁸³⁴. A 28 de julho, Ricardo II autoriza o recrutamento militar de 200 homens de armas e arqueiros⁸³⁵. A 15 de abril de 1385 D. João I envia instruções no sentido de o seu embaixador informar Ricardo II da sua condição de rei eleito nas Cortes de Coimbra e da renovação da sua adesão ao papa Urbano VI⁸³⁶. Em agosto após a vitória da batalha de Aljubarrota, D. João I reforça instruções para que o seu adido informe o duque de Lencastre da conjuntura favorável à sua pretensão ao trono de Castela⁸³⁷. A 9 de maio de 1386 dá-se a assinatura do Tratado de Windsor⁸³⁸ formalizado a 27 de maio com os selos dos embaixadores portugueses na “Star Chamber” de Westminster⁸³⁹.

Em 1374 é enviado por D. Fernando para viabilizar o auxílio naval contra Castela⁸⁴⁰. A 25 de julho, encontra-se na armada do duque de Lencastre em Corunha⁸⁴¹. Em outubro de 1386 está em Ourense, como enviado ao duque de Lencastre com instruções para viabilizar um encontro com D. João I⁸⁴². Em 1389 está em Monção, para outorgar pazes com Castela por um período de seis anos⁸⁴³. Em 1384 ajuda o Mestre de Avis na defesa do reino⁸⁴⁴. Entre 1390 e 1400 é Alcaide-mor de Lisboa. Em 1376 é testemunha da nomeação dos procuradores e dos embaixadores para o contrato de casamento entre D. Beatriz, filha do rei D. Fernando, e D. Fradique, filho de Henrique IV de Castela⁸⁴⁵. Em 1378 é testamenteiro do rei D. Fernando⁸⁴⁶.

⁸³³ LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. XIV, p. 465; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; INCM, 2004, Parte Oitava, Livro XXIII, p. 517; COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Volume II. Editorial Franciscana, 1970, p. CCCLXVIII;

⁸³⁴ LOPES, Fernão, *Crónica D. João I*, 1.^a Parte, Cap. XLVII, pp. 84-85.

⁸³⁵ LOPES, Fernão, *Crónica D. João I*, 1.^a Parte, Cap. XLVII, p. 83

⁸³⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, pp. 95-96.

⁸³⁷ LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LXVII, p. 609;

⁸³⁸ *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX (Gav. XVIII, Maços 7-13), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, 4501, XVIII, 7-28, p.109 e tomo VIII Gav. XVIII, Maços 1-6, 4282, XVIII, 1-3, p. 9.

⁸³⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 96.

⁸⁴⁰ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, Cap. XCIII, p. 329

⁸⁴¹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, Cap. LXXXIII, p. 187.

⁸⁴² SOUSA, M. F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Tomo 1. Paris; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, p. 267; SILVA, Manuela Santos, *A rainha inglesa de Portugal Filipa de Lencastre*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, p. 111.

⁸⁴³ LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LXXV, p. 637

⁸⁴⁴ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.^a Parte, Cap. CLXI, p. 305;

⁸⁴⁵ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Tomo VII, 4187, Gav. XVII, 6-8, p. 186.

Em 1383 em Lisboa, está presente, na câmara do rei D. Fernando, quando da cerimónia do casamento da infanta D. Beatriz com o rei de Castela, por palavras de presente, através do procurador D. João, arcebispo de Santiago⁸⁴⁷. Em maio de 1383 permanece com o rei D. Fernando, a pedido deste, que não acompanha D. Leonor a Elvas para entregar a infanta D. Beatriz ao rei de Castela, seu marido⁸⁴⁸. Ainda em 1383 mantém-se fiel à rainha D. Leonor e acompanha-a quando esta sai de Lisboa para Alenquer, após a morte do conde de Andeiro ocorrida a 6 de dezembro de 1383⁸⁴⁹. Em 1384 é armado cavaleiro pelo Mestre de Avis⁸⁵⁰. Está presente em 1386 em Coimbra na receção dos embaixadores do duque de Lencastre pelo rei D. João I. A 9 de julho de 1391 em Lisboa, assiste na Sé à leitura pública das Bulas do Papa Bonifácio IX⁸⁵¹. Em 1390 recebe doação perpétua e hereditária de uma casa e adega em Lisboa, a par de S. Nicolau⁸⁵². Em outubro de 1392 recebe carta de couto das quintas de Sacarabotão e de Pedra Alçada⁸⁵³. Em 1397 é proprietário de várias casas em Lisboa⁸⁵⁴. Emprazamento, no Tojal, de metade de uma vinha e herdade, chamada “Junqueira” e uma marinha chamada a Fonte ao mosteiro de S. Vicente de Fora. Detentor de bens na Panasqueira, de uma quinta no Varatojo e de uma herdade de pão e ainda do mosteiro de Santo Agostinho em Lisboa⁸⁵⁵. Entre 1387 e 1400 tem a jurisdição de Odemira⁸⁵⁶. Em 1387 recebe doação em tença, enquanto mercê do rei, das rendas dos tabeliados de Lisboa⁸⁵⁷ e carta de confirmação da villa de Odemira de juro e herdade. Em 1390 recebe doação das rendas e direitos da alcaidaria de Lisboa, enquanto for mercê de D. João I⁸⁵⁸. Apesar do

⁸⁴⁶ GOMES, Rita Costa, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa; Difel, 1996, p. 138.

⁸⁴⁷ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Tomo VII, 4189, Gav. XVII, 6-10, p. 212.

⁸⁴⁸ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando I*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, Revista, Cap. CLXI, pp.559-560

⁸⁴⁹ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. VIII, p. 467; LEÃO, Duarte Nunes de, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*” in *Crónicas dos Reis de Portugal*, cap. VIII, pp. 83-84;

⁸⁵⁰ LOPES, Fernão, *crónica de D. João I*, 1.^a Parte, cap. XLVII, p. 83.

⁸⁵¹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, cap. CXXIV, p. 255

⁸⁵² Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 1, Vol. 2, p. 41

⁸⁵³ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 2, Vol. II, doc. 623, pp. 12-13;

⁸⁵⁴ IdEM, Tomo I, volume II, doc.68, pp. 40-41

⁸⁵⁵ IbiDEM, Tomo II, Volume II. p. 556

⁸⁵⁶ HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “*Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaçã, chanceler-mor (1374-1399) e negociador do Tratado de Windsor*” p. 237; Chancelarias Portuguesas, *D. Duarte*, Volume I, Tomo 2, doc. 734, pp. 25-26.

⁸⁵⁷ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 1, Vol. II, doc. 265, p. 153 (dos tabaleados de Lisboa)

⁸⁵⁸ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 1, Vol. II, doc. 90, pp. 54-55;

seu vasto currículo, é-lhe apontada a responsabilidade sobre o endividamento feito em Inglaterra durante a estadia dos embaixadores portugueses durante o seu período ⁸⁵⁹.

50) LUÍS GONÇALVES MALAFAIA (?) – 1458?⁸⁶⁰

A Família Malafaia ascende a Pedro Annes de Tafião que viveu por volta de 1272, na corte de D. Afonso III. Casou com D. Sancha Gil do Avellar, filha de Gil Esteves do Avellar e de D. Dórdia Affonso. Desta união nasceu Gonçalo Pires, Senhor da honra e Solar de Malafaya no tempo do Rei D. Dinis. Casou com D. Guiomar Gil Nogueira filha de Gonçalo Nogueira. Tiveram um filho de nome Gonçalo Pires de Malafaia que sucedeu na Casa de seu pai. Foi 2º Regedor da Casa Civil e Senhor de Belas da Quinta de Labruxe por merce de D. João I em 1424. Foi escrivão da Chancelaria do rei D. Fernando em 1384. Casou com Maria Annes. Entre outros filhos tiveram; Pedro Gonçalves de Malafaia que foi Vedor da Fazenda dos Reis D. João I e D. Duarte, e seu embaixador. Casou com Isabel Gomes da Silva filha de João Gomes da Silva e de D. Margarida Coelho⁸⁶¹ e Luiz Gonçalves Malafaia⁸⁶². Este casou com D. Felipa de Azevedo filha de Lopo Dias de Azevedo, Sr. da casa de Azevedo e de sua mulher D. Joana Gomes da Silva. Nobre⁸⁶³ e clérigo⁸⁶⁴. Foi Vedor da Fazenda de Lisboa

⁸⁵⁹ SOUSA, M. F. B- de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações diplomáticas de Portugal com as outras potencias do mundo desde o principio da monarquia até aos nossos dias*. Tomo I. Paris; em casa de J.P.Aillaud, 1842-1853, p. 69. Também há o registo de uma carta de quitação dada a Tomaz Godim, mercador inglês residente em Londres, relativa a um empréstimo aos embaixadores de Portugal, datada de 22 de agosto de 1404. MARQUES, João Martins da Silva, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*, Suplemento ao Vol. I, 620, p. 452; A quantia devedora é paga em 1405 por ordem do Rei D. João I com carta de quitação datada de 22 de Agosto de 1404. As dívidas não foram contraídas somente por Lourenço Fogaça.

⁸⁶⁰ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Oficina Tipográfica da “PAX”, Volumes, XVII-XIX, p. 33

⁸⁶¹ GAYO, Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Oficina Tipográfica da “PAX”, Volumes, XVII-XIX, p. 33. Irmão de Luís Gonçalves Malafaia. Como já falamos sobre Gonçalo Pires Malafaia, pai, retornaremos a Pedro Gonçalves Malafaia como embaixador a Castela.

⁸⁶² IDEM, pp.33-34. Objeto de estudo.

⁸⁶³ *Monumenta Henricina* XI, notas 135, 144, 145, pp. 167-169, 192, 194-195. Cavaleiro da Ordem de Santiago

⁸⁶⁴ IDEM. O papa Nicolau V, a 17 de junho de 1452, através das letras Tuorum magnitudo, revelou os seus serviços a Portugal, dentro e fora do reino, pelo que o intitulou conselheiro e embaixador do soberano português e “provisor Facultatis régie in civitate Ulixbonensi”. Confirmou ainda os títulos de nobreza outorgados por D. Afonso V e o de barão. Mais tarde requere do Pontífice graças para a Ordem de Santiago, da qual era cavaleiro. Nos doc. s 188 e 191, o rei aragonês recomenda ao Pontífice o cavaleiro Luís Gonçalves Malafaia, embaixador do soberano de Portugal para repetir a súplica da elevação de D. Jaime filho de D. Pedro, Duque de Coimbra, já falecido, ao cardinalício, o que virá a acontecer a 17 de setembro de 1456.

e Tesoureiro de D. João I⁸⁶⁵. Exerceu as mesmas funções na regência do infante D. Pedro⁸⁶⁶.

Foi embaixador de D. João I em 1431 a Castela para a assinatura do Tratado de Paz perpétua. Em Palência, a reunião foi um fracasso, pois não houve acordo⁸⁶⁷; esteve em Medina del Campo a 30 de outubro do mesmo ano para a assinatura do Tratado de Paz perpétua⁸⁶⁸. Foi enviado a Roma por D. Afonso V em 1452-1458 para obter favores do papa Nicolau V⁸⁶⁹. A 1 de janeiro de 1452, informa o papa Nicolau V de que foi dada sepultura cristã ao corpo do infante D. Pedro⁸⁷⁰. Em 1415 participa na conquista de Ceuta. Entre 1415 e 1419, permanece em Ceuta. Ajuda D. Pedro de Meneses na defesa da praça⁸⁷¹. Em 1418 é Cavaleiro da Ordem de Santiago. É Membro do conselho do rei de D. João I, do infante D. João⁸⁷² e de D. Afonso V⁸⁷³. A 7 de janeiro de 1432 em Almeirim, assina e jura cumprir a ratificação feita por D. João I do Tratado de Paz com Castela de 30 de outubro de 1431⁸⁷⁴. A 12 agosto, é procurador do infante D. João na cerimónia de menagem ao infante D. Duarte, herdeiro de Portugal⁸⁷⁵. Está presente nas Cortes de Torres Novas de 10 de novembro de 1438 para decidir sobre o regimento do reino⁸⁷⁶. Em 1431 recebe 7000 dobras para despesas nas deslocações a Castela com o Dr. Ruy Fernandes.

⁸⁶⁵ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, Volume III, p. 277.

⁸⁶⁶ GOMES, Rita Costa, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa; Difel, 1995, p. 133.

⁸⁶⁷ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Tomo 1. Paris; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, p. 311; ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela, (1431-1475), Ritmos de uma Paz Vigilante*; Lisboa; Edições Colibri, 2009, p.59.

⁸⁶⁸ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa; Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, 4195, Tomo VII, Gav. XVII, 6-16, p. 293; *Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 9, pp. 18 - 53; SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Tomo 1, pp. 312-315; MORENO, Humberto Baquero, “O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas”. Porto; Revista da Faculdade de Letras, 1995, p. 142. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7845/2/2025.pdf>

⁸⁶⁹ Em abril de 1452 em Nápoles, procura junto do papa a nomeação de cardeal para D. Jaime de Portugal. Em junho apresenta, em nome do Mestre da Ordem de Santiago, queixas contra entidade eclesiásticas que não respeitam regalias concedidas pelo papa a esta Ordem d 1455 a 1458

⁸⁷⁰ *Monumenta Henricina*, Tomo XI, doc.104, pp. 126-128. Letras Romani Pontificis providentia.

⁸⁷¹ Enviado como embaixador a Çala-ben-Çala, Arzila, juntamente com seu irmão Pedro Gonçalves Malafaia e Rui Gomes da Silva com o objetivo de oferecer auxílio na luta contra o rei de Fez. ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, 2.ª Parte, Cap. VIII, pp. 557-558.

⁸⁷² *Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 15, p. 86

⁸⁷³ Chancelarias Portuguesas. *D. Duarte*. Volume II, doc. 70, p. 111;

⁸⁷⁴ *Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 15, p. 60-89;

⁸⁷⁵ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Tomo III, Gav. XIII-XIV, 2703, XIII, 9-25, p. 248.

⁸⁷⁶ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Volume I, p. 19

51) MARTIM AFONSO DE MELO (?) – 1432 ⁸⁷⁷

Era filho de Vasco Martins de Mello⁸⁷⁸ e de D. Teresa Correia⁸⁷⁹ e sobrinho de Martin Afonso de Melo⁸⁸⁰. Pertencia à Nobreza. Casou pela primeira vez em 1395 com D. Beatriz Pimentel⁸⁸¹. O segundo casamento foi com D. Briolanja de Sousa filha de Martin Afonso de Souza e de Maria de Briteiros. Foi Guarda-mor de D. João I, Alcaide-mor de Évora, Castelo de Vide, Olivença e Barbacena. Foi embaixador de D. João I a Castela em março/abril de 1407⁸⁸². Nova tentativa em julho de 1411 para inquirir e confirmar os termos de Badajoz e Campo Maior⁸⁸³. Participa na batalha de Aljubarrota ao lado de D. João I em Agosto de 1385. A 12 de maio toma Badajoz. A 1 de novembro de 1388 toma Campo Maior sendo-lhe entregue o castelo⁸⁸⁴. A 15 de agosto participa na armada de Ceuta⁸⁸⁵.

⁸⁷⁷ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Os Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; INCM, 1973, Volume I, p. 424; GAYO, Felgueyras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Oficina Tipográfica da “PAX”, 1938, Volumes XVII-XIX, pp.127-128. Foi rico homem do Rey D. Fernando e de D. João I. Quando morre D. Fernando vai receber o rei de Castela à Guarda, quando este vem impor os seus direitos sobre Portugal. Passa a Castela. Foi senhor de Gouveia, Celorico, Linhares e de Penamacor.

⁸⁷⁸ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; INCM, 1988, Parte Oitava, Livro XXII, Cap. LI, p. 400; GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Volumes XVII-XIX, pp.1131-132. Foi Sr. De Povos, Castanheira, Chibeiros, Alcaide-mor de Évora, Santarém e Castelo de Vide. Vasco Martins de Melo não aceitou a Bandeira por Castela, quando acompanhou a infanta D. Beatriz, uma vez que era alferes de D. João I de Portugal. Chanceler e Meirinho mor de D. Fernando.

⁸⁷⁹ Filha de Gonçalo Gomes de Azevedo, Alferes-mor do Rei D. Afonso IV. Esteve presente na Batalha do Salado.

⁸⁸⁰ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Oficina Tipográfica da “PAX”, Volumes XVII-XIX, pp.127-128. Foi rico homem do Rey D. Fernando e de D. João I. Quando morre D. Fernando vai receber o rei de Castela à Guarda, quando este vem impor os seus direitos sobre Portugal. Passa a Castela. Foi senhor de Gouveia, Celorico, Linhares e de Penamacor.

⁸⁸¹ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Os Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; INCM, 1973, Volume I, p. 422. Filha de João Afonso Pimentel, senhor de Vinhais e Bragança depois conde de Benavente; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *Os Pimentéis – percurso de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV)*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2000, pp. 295-296. Martin Afonso de Melo parece ter assassinado a sogra D. Joana de Menezes. Após esse acontecimento João Afonso Pimentel refugiou-se em Castela porque achou que D. João I não soube ou quis fazer justiça pela morte da mulher. Entende-se uma vez que o rei precisava do apoio das duas famílias e provavelmente não era de seu interesse tomar partido.

⁸⁸² SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Tomo 1. Paris; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, pp. 285-286; Foi negociar o Tratado de Paz. Esta embaixada não teve sucesso devido às exigências dos embaixadores castelhanos.

⁸⁸³ *As Gavetas da Torre do Tombo*. Tomo III. Lisboa; Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Gav. XIV, 5-3, 2854, pp. 678-684. Foi nomeado procurador de D. João I com poderes de decisão.

⁸⁸⁴ LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LXXIV, p. 635; Maria Helena da Cruz COELHO. *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p.105

⁸⁸⁵ LEÃO Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. XCV, p. 706;

Recusa a nomeação de fronteiro de Ceuta⁸⁸⁶. Em 1428 em Coimbra, é testemunha do contrato de casamento do infante D. Duarte com D. Leonor de Aragão. Quando em 1398 D. João I manda prender D. Álvaro Gonçalves Camelo fica como seu guarda⁸⁸⁷. Em 1386 recebe carta de doação perpétua e hereditária de todos os bens móveis e de raiz pertencentes a Diogo Gomes de Abreu, por este ter ido viver para Castela⁸⁸⁸. Em 1388 recebe carta de doação perpétua e hereditária do reguengo do termo de Beja com todas as suas rendas⁸⁸⁹ e carta de tença de D. João I, enquanto fosse sua mercê, do reguengo da Contenda no termo de Arronches⁸⁹⁰. Em 1397 recebe carta de doação de casas em Campo Maior, a título perpétuo e hereditário⁸⁹¹.

Em 1398 recebe carta de doação de D. João I dos bens móveis e de raiz na vila de Santarém e seu termo, confiscados a João Fernandes Pacheco por traição ao rei⁸⁹² e carta de doação vitalícia de guarda-mor da cerca velha da cidade de Évora, que está dentro das suas moradas⁸⁹³. Em 1399 recebe carta de doação de um casal na Atalaia, a título perpétuo e hereditário, que pertencia a João Fernandes Pacheco⁸⁹⁴ e carta de doação, enquanto for mercê do rei, da vila de Ouguela⁸⁹⁵. Em 1403 recebe carta de doação da herdade de Machede, a título vitalício e hereditário⁸⁹⁶. Em 1415 recebe de D. João I carta de privilégios para 20 homens que fossem povoar a quinta de Água de Peixes⁸⁹⁷. Ainda em 1415 recebe carta de mercê para 20 povoadores da quinta de Água de Peixes de isenção de encargos e servidões, nomeadamente peitas, talhas e serviços pedidos pelo concelho⁸⁹⁸. É Autor do livro “Da Guerra”⁸⁹⁹.

52) MARTIM DOCEM (?) – 3 de fevereiro de 1431⁹⁰⁰

⁸⁸⁶ IDEM., Cap. XCV, p. 706; COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 183. A recusa deve-se mais provavelmente por achar o cargo mais perigoso que proveitoso.

⁸⁸⁷ IBIDEM, cap. LXXVI, p. 641.

⁸⁸⁸ *Chancelarias Portuguesas. D. João I*. Tomo 3, Vol. I, doc. 1292, p.181.

⁸⁸⁹ *Chancelarias Portuguesas. D. João I*. Tomo 3, Vol. I, doc. 1348, pp.212-213.

⁸⁹⁰ IDEM, Tomo 1, Vol. II, doc. 304, p. 170.

⁸⁹¹ IBIDEM, Tomo 3, Vol. II, doc. 1231, p.108.

⁸⁹² IDEM, IBIDEM, Tomo 3, Vol. II, doc. 1142, pp. 58-60.

⁸⁹³ IBIDEM, doc.1161, p.72

⁸⁹⁴ *Chancelarias Portuguesas. D. João I*. Tomo 3, Vol. II, doc. 1467, p. 230.

⁸⁹⁵ IDEM, doc. 1249, p. 122.

⁸⁹⁶ IBIDEM., Tomo 1, Vol. III, doc. 49, pp. 39-40

⁸⁹⁷ IDEM, IBIDEM, doc. 989, pp. 107-108.

⁸⁹⁸ IDEM, IDEM Tomo 3, Vol. III, doc. 981, pp. 108-110;

⁸⁹⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 251. Fernão Lopes, para escrever a crónica de D. João I, consultou, além de outros autores, Martin Afonso de Melo autor do livro de Guerra

⁹⁰⁰ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, p. 391

Foi um nobre cavaleiro, e doutor em Leis. Era filho de Gil Dosem⁹⁰¹ e de Branca Anes de Nogueira. Casou com D. Maria da Cunha⁹⁰². Foi governador da casa do infante D. Duarte e seu chanceler-mor⁹⁰³. Foi Embaixador de D. João I em 1400 a Inglaterra a 30 de dezembro para ratificar as tréguas entre Portugal e Castela nas quais a Inglaterra também estava incluída⁹⁰⁴. Em 1401 recebe salvo-conduto do rei inglês para o seu regresso a Portugal trazendo cartas de Henrique IV para D. João I⁹⁰⁵. Em fevereiro de 1404 é portador de cartas de Henrique IV a D. João I⁹⁰⁶. A 27 do mesmo mês é portador de outra carta de Henrique IV a D. João I⁹⁰⁷. É incumbido de entregar missivas de D. João I a Henrique IV⁹⁰⁸. No mesmo ano faz parte das negociações sobre o contrato de casamento de D. Beatriz, filha natural de D. João I, com Thomas Fitz Alan, conde de Arundel⁹⁰⁹ tendo sido celebrado em fevereiro de 1405 é celebrado o contrato de casamento⁹¹⁰.

Como embaixador em Castela está presente em 1401 para negociar as tréguas⁹¹¹ que serão assinadas em abril de 1402⁹¹². Faz parte da comitiva em 1411, em Aillón, para a assinatura do tratado de paz⁹¹³; Em junho de 1418 assiste à ratificação do Tratado de

⁹⁰¹GOMES, Rita Costa, *D. Fernando I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 119; COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 155, dos conselhos régios de D. Fernando e D. João I e embaixador destes monarcas.

⁹⁰² Era filha de Gil Vasques da Cunha e de D. Isabel Pereira, irmã de Nuno Álvares Pereira. FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Volume I, pp. 169-170.

⁹⁰³ As Gavetas da Torre do Tombo, VI, Gav. XVI, Maços 1-3, 3777, XVI, 1-8, p. 8.

⁹⁰⁴ SOUSA, M. F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Lisboa; na Typographia da Academia Real das Ciências, 1865, Tomo XIV, p. 134.

⁹⁰⁵ IDEM, p. 136.

⁹⁰⁶ IBIDEM, p. 137; A.N.T.T. As Gavetas da Torre do Tombo, IX, Gav. XVIII, Maços 7-13, 4501, XVIII, 7-28, pp. 129-130;

⁹⁰⁷ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Lisboa; na Typographia da Academia Real das Ciências, 1865, Tomo XIV, p. 141; A.N.T.T. As Gavetas da Torre do Tombo. Tomo IX, Gav. XVIII, Maços 7-13, 4501, 7-28, p. 131.

⁹⁰⁸ A.N.T.T. As Gavetas da Torre do Tombo, IX, Gav. XVIII, 4501, 7-28. p. 130

⁹⁰⁹ LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. CIV, p. 732; Manuela Santos SILVA. *A rainha inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, p. 230

⁹¹⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 278

⁹¹¹ LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LXXX, p. 658; SOUSA, M. F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 283

⁹¹² LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, cap. CLXXXIV, p.405; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*. Lisboa; Ed. Verbo, 1978, Volume 2, p. 16; ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (1431-1475), Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Edições Colibri, p. 24.

⁹¹³SOUSA, M.F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia*

1411⁹¹⁴. Em junho de 1419 está de novo para a ratificação do Tratado de 1411⁹¹⁵; A 30 de abril de 1423, em Ávila, faz parte da comitiva com fim à ratificação do tratado de 1411⁹¹⁶.

A 22 de agosto de 1415 participa na armada para a conquista de Ceuta⁹¹⁷. É membro do conselho do infante D. Duarte⁹¹⁸. Em Lisboa, a 20 de abril de 1405 é procurador de D. João na legalização da obrigação monetária do rei para o casamento de sua filha D. Beatriz⁹¹⁹. Em 1408 é testemunha nas Cortes de Évora da confirmação do estabelecimento das casas dos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique⁹²⁰. Em 1428 é testemunha da procuração de D. João I ao infante D. Duarte para o estabelecimento das arras do seu casamento com D. Leonor de Aragão. A 4 de novembro do mesmo ano, em Coimbra, é testemunha do aditamento ao contrato de casamento⁹²¹. Em dezembro de 1428 é testemunha da confirmação da reforma do contrato de casamento do infante D. Duarte com D. Leonor de Aragão. Em 1429 é testemunha da escritura do contrato de casamento da infanta D. Isabel com o duque de Borgonha⁹²². Em julho de 1429 testemunha os autos do casamento da infanta D. Isabel com Filipe duque de Borgonha⁹²³. A 3 de agosto de 1431 nomeia seu testamenteiro o Doutor Fernando Gonçalves Beleágua⁹²⁴.

Em 1387 recebe carta de D. João I de confirmação das doações feitas a seu pai, Gil do Sem, de todas as terras e de umas casas em Lisboa a seu favor⁹²⁵. Em 1394 recebe carta de doação de casas em Lisboa⁹²⁶. Em 1426 o testamento de D. João I

portuguesa até aos nossos dias. Tomo I, pp. 288-291; A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Tomo IX, Gav. XVIII, 4576, 11-4, p. 267

⁹¹⁴ IDEM, p. 296

⁹¹⁵ IBIDEM, p. 297

⁹¹⁶ *Monumenta Henricina*. Tomo III. Lisboa; A. J. Dias Dinis, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1969, doc. 37, p. 59.

⁹¹⁷ LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LXXXVII, p. 680

⁹¹⁸ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Tomo VI, Gav. XVI, Maços 1-3, 3777, XVI, 1-8, p. 8

⁹¹⁹ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Tomo VI, Gav. XVI, Maços 1-3), 4100, XVII, 2-6, p. 602; SOUSA, M.F.B. de, Visconde SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Lisboa; na Typographia da Academia Real das Ciências, 1865, Tomo XIV, pp. 147-149.

⁹²⁰ *Monumenta Henricina* Tomo I, doc. 134, pp.316-319

⁹²¹ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Tomo VI, Gav. XVI, 4073, XVI, 1-2, p. 466

⁹²² IDEM, Gav. XVI, Maços 1-3, 4074, XVI, 1-3, p. 480.

⁹²³ IBIDEM, Tomo IV, Gav. XV, Maços 1-15, 4182, XVII, 6-3, p. 157

⁹²⁴ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; IN-CM, 1973, Volume II, pp. 282-283 e 391.

⁹²⁵ Chancelarias Portuguesas. *D. João I*, Tomo 1, Vol. II, doc. 238, p. 140-142

⁹²⁶ Chancelarias Portuguesas. *D. João I*, Tomo 2, Vol. II, doc. 700, pp. 46-47.

salvaguarda os seus bens extensíveis aos herdeiros⁹²⁷ e Instituição de um morgadio⁹²⁸. Em 1434 D. Duarte compra os bens que Martin do Sem possuía em Montemor-o-Novo, no Azinhal e seus termos⁹²⁹. É morador da casa de D. João I com a renda de 15 600 libras⁹³⁰.

53) MARTINHO (D.) (?) – 1383 (?)⁹³¹

Era filho de Afonso Annes de Brito. Em 1371 era Bispo de Silves e em 1376 era Bispo coadjutor de Évora. Em 1377 foi incumbido por D. Fernando juntamente com o cabido de Silves para recolher dos mouros os dízimos. Foi numa embaixada ao papa Gregório XI para pedir a concessão de uma parte dos rendimentos eclesiásticos como subsídio para a guerra contra os mouros. O papa deferiu o pedido pela bulla *Accedit novis* de 2 de abril de 1376⁹³². Era Bispo de Lisboa em 1381-1382, tendo sido transferido da Diocese de Silves⁹³³. Como Bispo de Lisboa toma o partido do anti- papa Clemente VI⁹³⁴. Em 1383 instituiu o Morgado da Fonte Boa. No mês de março de 1383, recebeu em nome do rei o embaixador castelhano que vinha a Portugal tratar do casamento de D. Juan com a infanta portuguesa. Este encontro deu-se em Salvaterra de Magos⁹³⁵. É testemunha dos juramentos referentes a esta união⁹³⁶. Esteve presente em Badalhouce, nas bodas da infanta D. Beatriz.

⁹²⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 278 “*Pelos bons serviços*”

⁹²⁸ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; IN-CM, 1973, Volume II, p. 392.

⁹²⁹ *As Gavetas da Torre do Tombo*. Tomo III, Gav. XIII-XIV, 2524, XII, 1-23, p. 2.

⁹³⁰ *Monumenta Henricina*. Tomo IV, Doc. 64, p. 227

⁹³¹ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Volumes VII-X. Braga; Tipografia Augusto Costa e Com^a Lim^a, 1938p.68. Apesar das muitas dúvidas sobre o nome verdadeiro deste biografado, todavia as datas coincidem com os acontecimentos mais relevantes da sua vida.

⁹³² ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. Coimbra; Imprensa Académica de Coimbra, 1910, pp. 588-589; MARQUES, João Martins da Silva, *Descobrimientos Portugueses (Documentos para a sua História) 1147 – 1460* Lisboa; Ed. do Instituto para a alta Cultura, 1944, doc. 135, pp. 150-151. Quando a doença de D. Fernando ficou mais acentuada, fala-se da sua permanência na corte ao lado da rainha Leonor de Teles e do conde Andeiro.

⁹³³ IDEM, p. 573

⁹³⁴ IBIDEM, p. 574; LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2004, cap. CLVI, p. 543; Frei Manuel dos SANTOS. *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, cap. VIII, pp. 460-464; GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 182. Pensa-se, que este D. Martinho foi morto em 1383, juntamente com João Fernandes Andeiro. Antes porém, D. Fernando enviava-o a prestar obediência ao anti- papa Clemente após a visita de D. Álvaro de Luna a Portugal. É acompanhado nesta missão por João Gonçalves, privado de D. Fernando.

⁹³⁵ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2004, cap. CLVIII, p. 547.

⁹³⁶ IDEM, cap. CLIX, p. 553

54) MARTINHO DE ATAÍDE⁹³⁷ (?) - 1504

Filho de D. Álvaro de Ataíde e de D. Guiomar de Castro, filha de D. Pedro de Castro, Senhor do Cadaval e de D. Leonor de Meneses. Seu avô foi Martim Gonçalves de Ataíde, fidalgo “*muito honrado*” de D. Fernando e de D. João I, alcaide - mor do castelo de Chaves, casado com D. Mécia Vasques Coutinho filha de Vasco Fernandes Coutinho (o primeiro) e sua mulher Brites Gonçalves de Moura. Martinho de Ataíde foi mordomo-mor de D. Fernando, alcaide- mor de Coimbra e 2º conde de Atouguia. Casou com D. Catarina de Castro, filha de D. Fernando de Castro, governador da Casa do Infante D. Henrique e de D. Isabel de Ataíde. Casou segunda vez com D. Filipa de Azevedo filha de Luís Gonçalves Malafaia, vedor da Fazenda e de D. Filipa de Azevedo⁹³⁸. E 1455 esteve presente nas cerimónias do príncipe D. João. Participou na Batalha de Alfarrobeira ao lado de D. Afonso V⁹³⁹. É capitão – mor entre 1452-1504. Em 1442 foi enviado a Castela com o doutor Diogo da Fonseca e Afonso Garcez. Esta missão rende-lhe a quantia de 1355 dobras para despesas⁹⁴⁰. Acompanha com a mãe, a infanta D. Joana para o seu casamento com Henrique IV de Castela. Em 1464 encontra-se em Gibraltar na companhia de D. Afonso V para se reunir com Henrique IV. Em 1476 está presente nas cortes de Lisboa, para assistir ao juramento do príncipe D. Afonso.

55) NUNO ÁLVARES PEREIRA⁹⁴¹ 1360⁹⁴² - 1 de novembro de 1431⁹⁴³

⁹³⁷ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; IN- CM, 1973, Vol. I, pp. 81-83 e Vol. II, pp. 276-277

⁹³⁸ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Oficina Tipográfica da “PAX”, 1938, Vol. III, pp. 66-67

⁹³⁹ MORENO, Humberto Carlos Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade de Coimbra, 1980, Tomo II. pp. 726-729; GOMES, Saúl António. *D. Afonso V, o Africano*. Lisboa; Círculo de Leitores, p. 114

⁹⁴⁰ FARO, Jorge, *Receitas e Despesas da Fazenda Real 1384- 1481 (Subsídios Documentais)*. Lisboa; Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p. 81

⁹⁴¹ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Oficina Tipográfica da “PAX”, 1938, Vol. XX-XXII, pp. 170- 171; MORENO, Humberto Baquero, “*Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média*”, Revista da Faculdade de Letras. História, II Série, Vol. IV. Porto; Faculdade de Letras, 1996, pp. 105-106 Nuno Álvares Pereira foi o “grande” deste período. Nasceu no reinado de D. Pedro I. Era apoiante de D. Fernando I, destacando-se nas guerras com Castela. Após a sua morte tomou o lado de D. João I. As suas ações, apesar de o destacarmos neste trabalho como diplomata, focaram-se essencialmente na defesa do reino, como guerreiro, Condestável e um dos melhores conselheiros de D. João I. Uma vez que a sua biografia é deveras extensa, apenas focaremos os traços mais proeminentes dentro do tema em estudo. Em 1387, após as Cortes de Braga, houve um desentendimento entre Nuno Álvares e o rei sobre a decisão deste em comprar terras doadas aos fidalgos. Em consequência, Nuno Álvares ameaça sair do reino. Este episódio deu origem ao afastamento entre ambos. Entretanto a sua mulher morre pelo que pode ter tido influência no afastamento do Condestável da corte.

É clérigo e ascende à nobreza em 1385. Nasceu de uma família com ligações à corte. Neto de D. Gonçalo Pereira⁹⁴⁴, por via paterna e de Pedro Gonçalves do Carvalho⁹⁴⁵, via materna. Filho de D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira⁹⁴⁶ e de Iria Gonçalves do Carvalho⁹⁴⁷. Casa com D. Leonor de Alvim, em 1376⁹⁴⁸. É nomeado conde de Ourém por D. João I, após a batalha de Aljubarrota⁹⁴⁹. Em 1398 começa a designar-se, Conde de Barcelos, de Ourém, e de Arraiolos⁹⁵⁰. Em 1373 é escudeiro de D. Leonor Teles⁹⁵¹. Em 1385 é nomeado mordomo-mor por D. João I⁹⁵². Em 1387 no Porto, é Mestre-sala da boda do casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre⁹⁵³. É enviado como embaixador a Castela em 1398-1399 para negociar novas tréguas por nove meses⁹⁵⁴.

Em 1383 intervém como negociador na entrega do castelo de Lisboa ao Mestre de Avis⁹⁵⁵. Em 1384 é nomeado por este, fronteiro-mor entre Tejo e Guadiana⁹⁵⁶. Em 1384 sai triunfante na batalha dos Atoleiros. Em 1385 é nomeado Condestável do reino

⁹⁴² Chancelarias Portuguesas, *D. Pedro I*. Lisboa; Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 1984, doc. 840, pp. 382-384. Documento de legitimação de Nuno Alvares de 27 de julho de 1360.

⁹⁴³ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Os Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; IN – CM, 1973, Volume III, p. 252.

⁹⁴⁴ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Vol. XX-XXII, pp. 170-171. Bispo de Évora e de Lisboa e arcebispo de Braga

⁹⁴⁵ MARTINS, Oliveira, *A vida de Nun'Álvares*, p. 18. Alcaide-mor de Almada

⁹⁴⁶ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Braga; Oficina Tipográfica da “PAX”, 1938, Vol. XX-XXII, pp.170-171. SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; IN – CM, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XX, pp. 577-578. Filho natural de D. Gonçalo Pereira. Foi valido, conselheiro e forte aliado de D. Pedro De Castela. Esteve na Batalha do Salado. Presente em Rodes com um séquito de escudeiros e cavaleiros. Foi nomeado prior do Hospital pelo Grã Mestre. Movimenta-se nas cortes régias dos reis D. Afonso IV, D. Pedro e D. Fernando. Foi curador da infanta D. Beatriz. Teve uma longa descendência, filhos de várias mulheres.

⁹⁴⁷ Frei Manuel dos SANTOS, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, Livro XXII, Cap. L, p. 395 e Livro XXIII, Cap. III, p. 431. É natural de Elvas, assiste ao nascimento da infanta D. Beatriz em 1372. É filha do alcaide-mor de Almada, Pedro Gonçalves do Carvalho.

⁹⁴⁸ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. XXXIV, p. 59. Filha de João Pires de Alvim e de D. Branca Pires Coelho. É viúva de Vasco Gonçalves de Barroso,

⁹⁴⁹ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Os Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; IN – CM, 1973, Volume III, p. 252

⁹⁵⁰ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Vol. III, pp. 252-253;

⁹⁵¹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, Cap. XXXIII, p. 59;

⁹⁵² LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*” in *Crónicas dos Reis de Portugal*. Cap. XLVII p. 547; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXXII, p. 675;

⁹⁵³ SILVA, Manuela Santos, *A rainha inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, p. 122.

⁹⁵⁴ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo 1, pp. 281-282; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. João o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LXXX, p. 657. O encontro foi em Olivença

⁹⁵⁵ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, Cap. XLI, pp. 71-72.

⁹⁵⁶ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, Cap. LXXXVII, pp. 146-147

por D. João I⁹⁵⁷. Participa na batalha de Aljubarrota ao lado de D. João I⁹⁵⁸. Ainda em 1385 toma Ponte de Lima e ganha a batalha de Valverde. Em 1386 participa ao lado de D. João I no cerco de Chaves⁹⁵⁹. Faz parte do conselho régio de D. João I⁹⁶⁰. Toma Almeida e assiste à submissão da Cidade Rodrigo. Participa na tomada de Badajoz. Em 1415 segue na armada de Ceuta⁹⁶¹. Em 1383 acompanha a rainha D. Leonor para o casamento de D. Beatriz com D. Juan I de Castela⁹⁶². Em 1383 está presente nas exéquias ao rei D. Fernando. Toma o partido do Mestre de Avis e aconselha o Mestre a permanecer no reino opondo-se à sua ida para Inglaterra⁹⁶³. Em 1384 presta homenagem e juramento ao Mestre, após o levantamento do cerco de Lisboa⁹⁶⁴. Está presente na homenagem à cidade de Lisboa, após o levantamento do cerco levado a cabo pelo rei de Castela⁹⁶⁵.

Está presente nas Cortes de Coimbra de 1385⁹⁶⁶. Em 1386, em Ponte de Mouro acompanha D. João I no encontro com o duque de Lencastre. Em 1386 acompanha - o à Galiza. Em 1387 assiste na Sé do Porto ao casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre⁹⁶⁷. Em 1408 recebe uma das cartas de convocação para o concílio de Pisa entregues por D. Nicolau de Perusa, embaixador dos cardeais. Em 1414 em Torres Vedras está presente na reunião convocada por D. João I sobre os preparativos da empresa de Ceuta⁹⁶⁸.

Em 1414 é mencionado nas instruções da embaixada enviada por D. Fernando, o Cerimonioso a D. João I e a D. Filipa de Lencastre⁹⁶⁹. Em 1414 é recetor de uma carta

⁹⁵⁷ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, Livro XXII, Cap. XLVIII, p. 379;

⁹⁵⁸ IDEM, Livro XXIII, cap. XXXVIII, p. 748; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LVII, p. 576;

⁹⁵⁹ MARTINS, Oliveira, *A vida de Nun'Álvares*, pp. 226-228. Maria Helena da Cruz COELHO. *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 92-93.

⁹⁶⁰ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; IN – CM, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, cap. XXXII, p. 677; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. XXXVIII, p. 526

⁹⁶¹ ZURARA, Gomes Eanes de, *A Crónica da Tomada de Ceuta*, Cap. L, pp. 178-179

⁹⁶² SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; IN – CM, 1988, Parte Oitava, Livro XXII, Cap. L, p. 396.

⁹⁶³ IDEM, Livro XXIII, Cap. XIV, p. 516;

⁹⁶⁴ LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. XXXVIII, p. 525;

⁹⁶⁵ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; IN – CM, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXV, p. 614.

⁹⁶⁶ LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. XLIV, p. 538; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; IN – CM, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXIX, p. 646;

⁹⁶⁷ *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. Lisboa, Cap. LVII p. 168.

⁹⁶⁸ Monumenta Henricina, Tomo II, doc. 60, p. 86

⁹⁶⁹ IDEM doc. 41, pp. 106-108

dos embaixadores enviados pelo rei de Aragão⁹⁷⁰. Em 1393 faz distribuição das terras doadas por D. João I pelos cavaleiros e escudeiros que o acompanharam nas guerras contra Castela. A 30 de março de 1399 em Lisboa, recebe carta de privilégio de D. João I para o povoamento de Vila Formosa. Os povoadores estão isentos de servir por terra e mar, e também não servem no concelho⁹⁷¹.

56) NUNO MARTINS DA SILVEIRA (?) - 15 de junho de 1454

Cavaleiro da Casa Real, foi rico-homem de D. João I, escrivão de Puridade de D. Duarte⁹⁷² e D. Afonso V⁹⁷³. Filho de Martim Gil Pestana⁹⁷⁴ e de Maria Gonçalves da Silveira, filha de Gonçalo Vasques da Silveira⁹⁷⁵. Casa com D. Leonor Gonçalves de Abreu filha de Gonçalo Eanes de Abreu, Sr. De Castelo de Vide e de sua mulher, filha de Lourenço Anes Falcão.

Foi embaixador de D. João I em 1430 a Aragão com a missão de propor o monarca português como mediador no conflito entre o rei de Aragão e os infantes seus irmãos, D. Pedro e D. Henrique, e o rei de Castela⁹⁷⁶. Em fevereiro de 1430 consegue que o rei de Aragão prorogue o prazo de tréguas com Castela de fim de março para 15 de maio de 1430⁹⁷⁷. Nesta altura apresenta ao rei de Aragão uma cédula do rei de Castela, D. Juan II, sobre as mesmas tréguas⁹⁷⁸. De seguida solicita que o mesmo monarca e os infantes seus irmãos delegassem em D. João I o papel de mediador na resolução das querelas com o rei de Castela⁹⁷⁹.

⁹⁷⁰ IBIDEM, doc. 44, pp. 110-111.

⁹⁷¹ Chancelaria Portuguesa. *D. João I*. Tomo 3, Vol. II, doc. II-1082, p. 21.

⁹⁷² Chancelarias Portuguesas, D. *Duarte*, Volume I, II, doc. 983, p. 239.

⁹⁷³ LANDIN, Gaspar Dias de, *O Infante D. Pedro*. Lisboa; Escriptório, 1893, Vol. I e III, Cap. IX, p. 46 e Cap. VI, pp. 27-28. Disponível

em:ia802205.us.archive.org/34/items/oinfantedpedroch00dias/oinfantedpedroch00dias.pdf

⁹⁷⁴ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Volumes XXVI-XXVIII, pp. 178-179; MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*. Braga; Ed. Carvalhos de Basto, 1997, I Volume, 2.ª Parte, pp. 9-10.

⁹⁷⁵ IDEM

⁹⁷⁶ SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Tomo 1. Paris; em casa de J.P. Aillaud, 1842- 1853, p. 305. ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (15431-1475) ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Edições Colibri, 2009, p. 54

⁹⁷⁷ IDEM, 305-306

⁹⁷⁸ IBIDEM; RODRIGUES, Ana Maria S. A, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, p. 94. ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (1431-1475), Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Edições Colibri, 2009, pp. 54-55

⁹⁷⁹ IDEM, IDEM

Em Castela na mesma data, propõe o mesmo assunto a Juan II⁹⁸⁰. Em 1415 participa na expedição a Ceuta⁹⁸¹. É armado cavaleiro pelo infante D. Duarte após a conquista dessa cidade⁹⁸². Em 1448 é nomeado coudel mor por D. Afonso V⁹⁸³. Em 1449 participa na batalha de Alfarrobeira ao lado de D. Afonso V⁹⁸⁴. É membro do conselho de D. Duarte⁹⁸⁵ e de D. Afonso V.

A 30 de outubro de 1431 testemunha a assinatura de uma carta do infante D. Duarte a confirmar Garcia Aznarez como procurador dos reis de Aragão e de Navarra para a assinatura de um acordo entre o rei de Portugal e os seus filhos infantes⁹⁸⁶. Em 1432 acompanha o infante D. Pedro de Aragão ao Algarve⁹⁸⁷. Em 1435 é testemunha da ratificação feita por D. Duarte dos Tratados de Paz, Concórdia, Amizade e Confederação que D. João I tinha assinado com os reis Inglaterra⁹⁸⁸. Em 1438, nas Cortes de Torres Novas realizadas em Novembro, publica a substância da concórdia sobre o regimento do reino, após a morte de D. Duarte e é nomeado conselheiro do reino no segundo quadrimestre⁹⁸⁹. Em 1438 D. Leonor nomeia-o aio de D. Afonso V⁹⁹⁰. Toma partido pela rainha D. Leonor⁹⁹¹.

Em 1416 recebe carta de couto de uma herdade em Terena, para preservação do pasto e proibição de pasto do gado dos moradores do concelho de Terena⁹⁹².

Em 1434 recebe carta de confirmação de D. Duarte da administração de todos os bens pertencentes à capela de João Primeiro e sua mulher Constança Domingues, na igreja de

⁹⁸⁰ *IBIDEM*, 308; *IBIDEM*, 93

⁹⁸¹ LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LXXXVII, p. 680; ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa; Publicações Europa-América, 1992, Cap. L, p. 178

⁹⁸² FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume III, p. 211

⁹⁸³ *Archivo Historico Portuguez*, vol. III – n.º 2, p. 141

⁹⁸⁴ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade de Coimbra, 1980, Vol. I, p. 542;

⁹⁸⁵ Chancelarias Portuguesas, *D. Duarte*, Volume I, Tomo 1, doc.298, pp. 156-158;

⁹⁸⁶ *IDEM*

⁹⁸⁷ LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, *D. Duarte, D. Afonso*. Lisboa; 1643, Cap. CII, p. 725

⁹⁸⁸ SOUSA, M. F. Barros de, VISCONDE de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Lisboa; na Typographia da Academia Real das Ciências, 1865, Tomo XIV pp. 173-174.

⁹⁸⁹ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, Volume I. Coimbra; por ordem da Universidade de Coimbra, 1980, p. 19; *Monumenta Henricina*, Vol. VI, doc. 96, pp. 264-278

⁹⁹⁰ RODRIGUES, Ana Maria, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, pp. 107 e 202.

⁹⁹¹ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*. Volume I. Coimbra; por ordem da Universidade de Coimbra, 1980, p. 51;

⁹⁹² Chancelarias Portuguesas. *D. João I*, Tomo 3, Volume III, doc. 1183, pp. 235-237.

Santa Cruz de Lisboa⁹⁹³; de doação perpétua e hereditária de um “pedaço de caua e chaão e da cerca uelha” em Évora, junto às casas de Nuno Martins da Silveira⁹⁹⁴; do couto de uma azenha no termo de Évora⁹⁹⁵; em 1435 recebe carta de D. Duarte a legitimar a argumentação de D. Álvaro bispo de Évora relativa à administração dos bens de raiz de Catarina Gil, por disposição testamentária⁹⁹⁶; em 1437 carta de D. Duarte de doação do foro de uma quinta na comarca de Azeitão, termo de Sesimbra, a título perpétuo e hereditário⁹⁹⁷.

Em 1436 tem a jurisdição da vila de Terena por carta de D. Duarte⁹⁹⁸. Tem carta de concessão sobre os mouros de Évora⁹⁹⁹

Em 1449 recebe a doação de bens confiscados aos partidários do infante D. Pedro¹⁰⁰⁰. Em 1450 recebe a confirmação por D. Afonso V da doação de uma torre do castelo de Évora doada por D. Duarte¹⁰⁰¹. Carta de D. Duarte, datada de 28 de Dezembro de 1433 dirigida aos juízes e Justiças sobre a proteção aos caseiros e lavradores na herdade no termo da vila de Alenquer, pertença de Nuno Martins da Silveira¹⁰⁰².

57) PEDRO DE NORONHA¹⁰⁰³ (1382?) - Morre a 2 de agosto de 1452.

Filho de D. Afonso, conde de Noronha e Gijon, filho natural de D. Henrique II rei Castela. Casou com D. Branca Dias de Perestelo de quem teve vários filhos¹⁰⁰⁴. Foi Bispo de Évora e Arcebispo de Lisboa¹⁰⁰⁵.

Tem ascendência nobre¹⁰⁰⁶. É embaixador de D. João I e do infante D. Duarte em Castela, para o tratado de paz 1411¹⁰⁰⁷.

⁹⁹³ Chancelarias Portuguesas. *D. Duarte*, Volume I, Tomo 1, doc. 299, pp. 158-159.

⁹⁹⁴ IDEM, doc. 300, pp. 159-160.

⁹⁹⁵ IbiDEM, doc.301, pp. 160-161

⁹⁹⁶ IbiDEM, doc. 710, pp. 439-442.

⁹⁹⁷ IDEM, IDEM, Tomo 2, doc. 1121, pp. 343-345.

⁹⁹⁸ IDEM, IBIDEM, Tomo I, II, doc. 983, pp. 239- 241.

⁹⁹⁹ IDEM, Tomo III, doc. 485, pp. 345-346.

¹⁰⁰⁰ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*. Volume I. Coimbra; por ordem da Universidade de Coimbra, 1980, p. 611.

¹⁰⁰¹ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *As Sepulturas do Espinheiro*. Lisboa; 1901, p. 13.

¹⁰⁰² Chancelarias Portuguesas, *D. Duarte*, Tomo III, doc. 42, p. 33.

¹⁰⁰³ Era irmão de D. Sancho de Noronha Conde de Odemira. Testemunhou em Abrantes e Segura em 8 e 13 de novembro de 1432, a ratificação do tratado de Paz com Castela. Era ainda irmão de D. Fernando de Noronha, Conde de Vila Real e camareiro-mor do Rei D. Duarte. Esteve presente nas bodas deste com a rainha Dona Leonor

¹⁰⁰⁴ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Volumes XX-XXII, pp.136-137

¹⁰⁰⁵ COSTA, António Domingues de Sousa. *Monumenta Portugaliae Vaticana, (documentos publicados com introdução e notas)*, Volume IV, p. 113, doc. 973. Nomeado administrador da diocese de Évora em janeiro de 1419 por Martinho V e bispo da mesma em março de 1420, transferido depois para a sé metropolitana de Lisboa a 10 de março de 1423. Lourenço Anes é seu procurador na Cúria Romana.

Em 1427 vai a Aragão ajustar as cláusulas do casamento do infante D. Duarte com D. Leonor de Aragão, junto do rei D. Afonso V¹⁰⁰⁸. A 5 de dezembro de 1427 em Terruel, é portador da carta do rei de Aragão dirigida a D. João I, onde lhe comunica a partida de D. Leonor no mês seguinte¹⁰⁰⁹.

Está presente em fevereiro de 1428 em Olhos Negros, para a assinatura do contrato de casamento entre o infante D. Duarte e D. Leonor de Aragão. D. Pedro de Noronha é procurador de D. João I¹⁰¹⁰. Na mesma altura, é celebrado o casamento do infante D. Duarte com D. Leonor de Aragão¹⁰¹¹. El Cerimonioso comunica a D. João I que a infanta estará em Portugal no prazo de 60 dias¹⁰¹² e assina o contrato de casamento. A infanta dá início à viagem para Portugal¹⁰¹³. A comitiva passa por Castela e fica na cidade de Valhadolid onde é recebida por Juan II de Castela¹⁰¹⁴. D. Pedro de Noronha acompanha a comitiva real portuguesa de Valhadolid para Medina del Campo entrando em Portugal por S. Félix dos Galegos¹⁰¹⁵.

Assiste ao casamento de D. Duarte e D. Leonor, celebrado em Coimbra¹⁰¹⁶. Em 1429 reforma os estatutos da Ordem de Santiago, por pedido de D. João I¹⁰¹⁷. Em 1449

¹⁰⁰⁶ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Parte Oitava, Livro XXII, Cap. XXV, p. 181; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. XIV, pp. 466-468.

¹⁰⁰⁷ *Monumenta Henricina*, Tomo I, doc. 152, nota 3, p. 350.

¹⁰⁰⁸ LEÃO, Duarte Nunes, “*Crónica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. C, p. 717; SOUSA, M. F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P.Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 299

¹⁰⁰⁹ *Monumenta Henricina*, tomo III, doc. 85, pp. 172-173.

¹⁰¹⁰ *Monumenta Henricina*, Tomo III, doc. 97, p. 204; LEÃO, Duarte Nunes, “*Crónica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. C, p. 717; SOUSA, F. M. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Tomo I. Pariz; em casa de J.P.Aillaud, 1842-1853 p. 299. ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (1431-1475) Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Edições Colibri, 2009, p.45

¹⁰¹¹ *Monumenta Henricina Tomo III*, doc. 91, pp. 180-182; Sousa, M. F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P.Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 299.

¹⁰¹² *Monumenta Henricina*, Tomo III, doc. 92, p. 198.

¹⁰¹³ DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 112.

¹⁰¹⁴ *Monumenta Henricina*, Tomo III, doc. 96, p. 203; PÉREZ de GUZMAN, Fernán, *Comiença la Cronica del serenissimo rey don Juan el segundo deste no[m]bre... [escrita por ... Fernan peres de guzman, señor de Batres..., corregida por ... Lorenzo galindes de caravaglia ...]*. Impresa en ... Logroño...: por arnao Guillen de Brocar, [20 de Outubro 1517], Año XXVIII, Cap. CI, fol. XCIII; CARRILLO de HUETE, Pedro, *Crónica del Halconero de Juan II*, Granada, Editorial Universidad de Granada, 2006, Cap. I, pp. 18-19

¹⁰¹⁵ *Monumenta Henricina*, Tomo III, doc. 110, p. 233 e do. 111, pp. 223-224;

¹⁰¹⁶ *Monumenta Henricina*, Tomo III, doc. 125, pp. 256-258.

¹⁰¹⁷ COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana, (documentos publicados com introdução e notas)*. Braga; Editorial Franciscana, 1970, Volume IV, doc. 1349, pp. 383-384.

participa na batalha de Alfarrobeira ao lado de D. Afonso V¹⁰¹⁸. Em 1428, em Coimbra é testemunha da atribuição de arras a D. Leonor de Aragão¹⁰¹⁹.

A 14 de agosto de 1437, em Lisboa, está presente na celebração com o rei D. Duarte, na igreja da Graça, da vitória da batalha de Aljubarrota¹⁰²⁰. Em 1438 está presente na abertura do testamento do rei D. Duarte¹⁰²¹. Neste ano participa na conjura contra o infante D. Pedro organizada por Vasco Fernandes Coutinho, antes das cortes de Torres Novas¹⁰²². Em 1438 opõe-se ao regimento do reino partilhado pela rainha D. Leonor e o infante D. Pedro, determinado nos cortes de Torres Novas¹⁰²³. Em 1421 D. João I dirige-se ao Papa Martinho para que este não excomungue D. Pedro de Noronha pelo facto de não haver recebido a sagração episcopal no prazo estabelecido pelos cânones e do incumprimento das anatas à Câmara apostólica¹⁰²⁴.

A 11 de julho de 1427, súplica de Lourenço Anes, procurador de D. Pedro de Noronha na cúria papal, do arcediogo de Vouga e da igreja de Coimbra¹⁰²⁵. É morador da casa de D. João I com a moradia de 27 400 libras¹⁰²⁶. É também detentor de uma nau para o comércio do trigo na Sicília¹⁰²⁷.

58) PEDRO EANES LOBATO

¹⁰¹⁸ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Volume I. Coimbra; por ordem da Universidade de Coimbra, 1980, p. 564;

¹⁰¹⁹ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Tomo VI, Gav. XVI, Maços 1-3. Lisboa; Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967, 4073, XVII, 1-2, pp. 468-469; *Monumenta Henricina*, Tomo III, doc. 129, pp. 275-279; SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 302.

¹⁰²⁰ DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, pp. 242-243. Chamado de “o milagre da cera”. Celebrava-se o aniversário da morte do rei D. João I. O povo não se sentia entusiasmado com a expedição a Tânger. A fomentar ainda mais os “maus agoiros” houve contratempos com a chegada dos navios. O “milagre” consistiu no peso da cera ser superior depois das tochas e sírios terem ardido. O povo viu nisso o milagre em que o rei D. João I continuava a zelar pelos seus súbditos.

¹⁰²¹ LEÃO, Duarte Nunes, “*Crónica e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo*”, Cap. I, p. 783; PINA, Rui de, “*Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*, Cap. III, p. 590; DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, pp. 265-266;

¹⁰²² LEÃO, Duarte Nunes, “*Crónica, e Vida Del Rey D. Afonso o V de Portugal deste nome, e dos Reis o duodécimo*”, Cap. II, p. 785; Humberto Baquero MORENO. *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*. Volume I. Coimbra; por ordem da Universidade de Coimbra, 1980, p. 9.

¹⁰²³ PINA, Rui de, “*Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*”, Cap. XIII, p. 600.

¹⁰²⁴ *Monumenta Henricina*. Tomo III, doc. 6, pp. 10-12. 1

¹⁰²⁵ COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana, (documentos publicados com introdução e notas)*, Braga; Editorial Franciscana, 1970, Volume IV, doc. 1156, p. 242.

¹⁰²⁶ *Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 64, p. 226.

¹⁰²⁷ MARQUES, João Martins da Silva, *Descobrimientos Portugueses – documentos para a sua História*. Lisboa; 1944, Ed. Do Instituto para a Alta Cultura, Suplemento, p. 136.

Foi um nobre português, escudeiro do conde D. Afonso Teles de Meneses e de Nuno Álvares Pereira. Foi regedor da Casa do Cível de Lisboa¹⁰²⁸. Foi como embaixador de D. João I a Castela em 1398/1399 para negociar tréguas de nove meses entre os dois reinos¹⁰²⁹. Foi embaixador em Inglaterra em 1417 obtendo carta de Henrique III de autorização de transporte para Portugal de trezentas lanças a entregar ao infante D. Henrique destinadas a combater os infiéis, e ainda três palafréns e um arnês para o mesmo infante¹⁰³⁰. Em 1383 - 1385 está ao lado do Mestre de Avis na defesa do reino¹⁰³¹. Em 1384 acompanha Nuno Álvares Pereira quando este é nomeado fronteiri-mor pelo Mestre de Avis¹⁰³². Participa na batalha dos Atoleiros em 1384¹⁰³³ e na batalha de Aljubarrota em 1385¹⁰³⁴.

Em 1384 é nomeado membro do conselho de Nuno Álvares Pereira¹⁰³⁵. Em 1385 recebe carta de doação de D. João I, em préstamo, enquanto fosse sua mercê, de todas as rendas e direitos régios dos mouros e mouras forros da mouraria de Lisboa¹⁰³⁶. Em maio de 1389 recebe carta de doação de D. João I, em préstamo, enquanto fosse sua mercê, de todas as rendas e direitos régios dos mouros e mourarias de Setúbal e Alcácer¹⁰³⁷. Em 1387 recebe carta de confirmação do mesmo rei de uns banhos em Lisboa¹⁰³⁸.

59) PEDRO GONÇALVES MALAFAIA

Filho de Gonçalo Pires Malafaia¹⁰³⁹ e de Maria Anes. Casa com D. Isabel Gomes da Silva filha de João Gomes da Silva e de D. Margarida Coelho¹⁰⁴⁰. Cavaleiro

¹⁰²⁸ *Monumenta Henricina*, Tomo VIII, doc. 46, pp. 68-69; Chancelarias Portuguesas. D. João I, Tomo 2, Vol. IV, doc. IV-791, pp. 216 -217, (da jurisdição do prior do espirital).

¹⁰²⁹ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp. 281-282. LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joã o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LXXX, p. 657;

¹⁰³⁰ SOUSA, M. F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Lisboa; na Typographia da Academia Real das Ciências, 1865, Tomo XIV p. 165; *Monumenta Henricina. Tomo II*, doc. 136, p. 266.

¹⁰³¹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, Cap. CLIX, p. 301;

¹⁰³² IDEM, Cap. LXXXVII, pp. 146-147.

¹⁰³³ IBIDEM, Cap. XCVI, p. 161.

¹⁰³⁴ IBIDEM, Cap. XXXI, p. 89.

¹⁰³⁵ IBIDEM, Cap. XCI, pp. 150-151.

¹⁰³⁶ Chancelarias Portuguesas. D. João I. Volume I, Tomo 2, doc.779, p. 140.

¹⁰³⁷ IDEM, Volume II, Tomo 1, doc. 437, p. 231.

¹⁰³⁸ IBIDEM, Volume I, Tomo 3, doc. 1384, p. 236

¹⁰³⁹ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Oficina Tipográfica da “PAX”, Volumes XVII-XIX, pp. 33-34; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; IN CM, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XII, p. 502, e Livro XXIII, Cap. XXII, p. 675. Escrivão do rei D. Fernando encontrava-se, em Santarém com D. Leonor e o rei de Castela, em 1384; abraçou depois a causa

da corte¹⁰⁴¹ foi Vedor da Fazenda de João I¹⁰⁴² e de D. Duarte¹⁰⁴³. Foi embaixador de D. João I em 1431-1432 e de D. Duarte em 1434. Embaixador em Castela em 1431 para a assinatura do Tratado de Paz perpétua entre Portugal e Castela¹⁰⁴⁴. Apesar da audiência com o rei de Castela que nomeia representantes castelhanos, não chegam a acordo em Palência¹⁰⁴⁵. Novo encontro em Córdova, com o rei de Castela para reiterar o mesmo assunto. D. Juan II recusa¹⁰⁴⁶. Ainda durante o ano de 1431, em Medina del Campo, esteve presente com o irmão Luís Gonçalves Malafaia, na assinatura do Tratado de Paz perpétua entre Portugal e Castela¹⁰⁴⁷.

Em 1432 é protagonista de várias diligências a Castela. Foi nomeado mediador por D. João I e pelos infantes D. Duarte e D. Pedro no conflito entre D. Juan de Castela e os infantes de Aragão, D. Pedro e D. Henrique¹⁰⁴⁸. Esteve presente no encontro entre o infante D. Henrique de Aragão para tratar da libertação do seu irmão D. Pedro de Aragão, em Albuquerque¹⁰⁴⁹. Ainda em 1432 vai numa embaixada a Salamanca, para propor a D. Juan II de Castela auxílio português na conquista de Granada e negociar a libertação do infante D. Pedro de Aragão, preso em Alcântara¹⁰⁵⁰. Apresenta ao infante D. Henrique de Aragão as condições de entrega dos castelos e fortalezas, em troca da

do Mestre de Avis; após as Cortes de Coimbra, D. João I nomeou-o escrivão da chancelaria do rei e Vedor da Fazenda,

¹⁰⁴⁰ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Volumes XVII-XIX, pp. 33-34

¹⁰⁴¹ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Tomo VII, Gav. XVII, Maços 3-9, 4195, XVII, 6-16, p. 293; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. I, p. 170. Esteve ausente do reino e participou nas expedições militares do Norte de África

¹⁰⁴² LEÃO, Duarte Nunes, “*Crónica, e Vida Del Rey D. Duarte dos Reis de Portugal undécimo*”, Cap. II, p. 738.

¹⁰⁴³ Chancelarias Portuguesas, D. Duarte, Volume I- II, doc. 723, p. 15

¹⁰⁴⁴ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (1431 - 1475), Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Ed. Colibri, 2009, p. 59.

¹⁰⁴⁵ SOUSA, M. F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 311; *Monumenta Henricina*, III, doc. 163, p. 336;

¹⁰⁴⁶ IDEM, p. 312. A guerra com Granada era considerado problema maior para Juan II, do que a assinatura de paz com Portugal.

¹⁰⁴⁷ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, 4195, XVII, 6-16, p. 293; Duarte Nunes LEÃO, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. CII, pp. 723-725; *Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 9, pp. 22 e 50 e doc. 14, p. 64; MORENO, Humberto Baquero, “*O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas*”, p. 142; Julieta ARAÚJO. *Portugal e Castela (1431 - 1475), Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Ed. Colibri, 2009, p. 61.

¹⁰⁴⁸ SOUSA, M. F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp. 317-318; *Monumenta Henricina*, Tomo IV, documentos 21, nota 1 da p. 100 e 31, pp. 141-142; CARRILLO DE HUETE, Pedro, *Crónica del Halconero de Juan II*, Cap. CXXX, pp. 133-134;

¹⁰⁴⁹ *Monumenta Henricina*, IV, doc.30, pp. 140-141; ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (1431 - 1475), Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Edições Colibri, 2009, p. 136.

¹⁰⁵⁰ *Monumenta Henricina*, IV, doc.31, pp. 141-142.

libertação do seu irmão D. Pedro de Aragão, na cidade de Albuquerque¹⁰⁵¹. A 23 de setembro na Ciudad Rodrigo, encontra-se com o rei de Castela para apresentar as condições de entrega dos castelos e fortalezas que o infante D. Henrique possuía em Castela¹⁰⁵².

A 2 de outubro, em Albuquerque, recebe procuração do infante D. Henrique de Aragão para que, em seu nome, possa tratar com o rei de Castela a libertação de seu irmão¹⁰⁵³. A 15 de novembro em Castelo Branco, com procuração do infante D. Pedro de Portugal resolve junto do rei de Castela, a questão da entrega do castelo de Alconchel¹⁰⁵⁴. Em Arronches, no mês de novembro, tem procuração do infante D. Henrique de Aragão para tratar, com o rei de Castela, a entrega do castelo de Alconchel¹⁰⁵⁵. A 28 de novembro, em Salamanca é procurador assumido do rei D. João I, dos seus filhos D. Duarte e D. Pedro e do infante D. Henrique de Aragão perante o rei de Castela para justificar o impeditivo da entrega do castelo de Alconchel, no prazo previsto¹⁰⁵⁶. A 29 de novembro aceita a prorrogação, do prazo de entrega das fortalezas e castelos que o infante D. Henrique de Aragão tinha em Castela¹⁰⁵⁷.

Estando em Nisa a 10 de dezembro, recebe procuração do infante D. Pedro de Portugal a assumir perante o rei de Castela o compromisso de não dar apoio aos rebeldes do castelo de Alconchel¹⁰⁵⁸. No mesmo mês recebe carta do infante D. Pedro a ratificar, a prorrogação feita pelo rei de Castela em 29 de novembro do prazo de entrega de castelos e fortalezas que o infante D. Henrique de Aragão tinha em Castela¹⁰⁵⁹. Em Sardoal, dezembro, recebe carta de compromisso do infante D. Duarte perante o rei de Castela de não fornecer auxílio aos detentores do castelo de Alconchel¹⁰⁶⁰. Recebe ainda em Sardoal, carta do infante D. Duarte a ratificar, perante o rei de Castela, o acordo sobre a prorrogação do prazo de entrega dos castelos e fortalezas que o infante de Aragão possuía em Castela¹⁰⁶¹. A 26 de dezembro recebe carta de D. João I a confirmar a decisão tomada pelos embaixadores portugueses sobre a entrega do castelo de

¹⁰⁵¹ IDEM, Tomo IV, doc.44, pp. 174-175

¹⁰⁵² IBIDEM, Tomo IV, doc.39, pp. 162- 163; ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela (1431 - 1475), Ritmos de uma Paz Vigilante*. Lisboa; Edições Colibri, 2009, pp. 139 e 141

¹⁰⁵³ *Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 40, pp. 163-165 e doc. 57, pp. 212-213.

¹⁰⁵⁴ IDEM, doc. 46, pp. 176-177.

¹⁰⁵⁵ IBIDEM, Tomo IV, doc. 46, pp. 176-177.

¹⁰⁵⁶ IDEM, doc.. 48, pp. 180, 183 e 185.

¹⁰⁵⁷ IBIDEM, doc. 50, pp. 188-189

¹⁰⁵⁸ IBIDEM, doc. 51, pp. 192-193

¹⁰⁵⁹ IbiDEM, doc. 50, pp. 190-192.

¹⁰⁶⁰ IbiDEM, doc. 52, pp. 195-200. Entrega dos castelos e fortalezas de Segura de la Serra e Socovos

¹⁰⁶¹ *Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 53, pp. 200, 202-204.

Alconchel¹⁰⁶². Recebe a confirmação do conteúdo da carta de D. Duarte escrita a 18 de dezembro sobre as condições de adiamento da entrega dos castelos e fortalezas que o infante D. Henrique de Aragão possuía em Castela¹⁰⁶³.

Em 1434, em Medina del Campo, propõe ao rei de Castela a ajuda de D. Duarte na guerra contra Granada¹⁰⁶⁴. Entre 1415 e 1419 permanece em Ceuta ajudando D. Pedro de Meneses na defesa da praça¹⁰⁶⁵. É membro do conselho dos reis D. João I¹⁰⁶⁶ e D. Duarte¹⁰⁶⁷. Em 1428 em Estremoz é testemunha da procuração de D. João I para o estabelecimento de arras para D. Leonor de Aragão, mulher do infante D. Duarte¹⁰⁶⁸. Testemunha a confirmação da escritura das arras para D. Leonor de Aragão¹⁰⁶⁹. Em 1432, em Almeirim, assina e jura cumprir a ratificação feita por D. João I do Tratado de Paz com Castela de 30 de outubro de 1431¹⁰⁷⁰. Em 1433 encontra-se nas cerimónias da transladação do corpo de D. João I transportando a bandeira real da Sé de Lisboa para a Batalha¹⁰⁷¹.

Recebe 7060 dobras para despesas em Castela¹⁰⁷².

60) PEDRO TENÓRIO (?) - 1399

Pedro Tenório foi Doutor em Leis e professor da Universidade em Roma. Foi clérigo e também político, canonista e reformador¹⁰⁷³. Foi bispo de Coimbra de 1371-1377¹⁰⁷⁴, Arcebispo de Toledo de 1377-1399¹⁰⁷⁵. De descendência galega, era ainda

¹⁰⁶² IDEM, doc. 54, pp. 205-206.

¹⁰⁶³ IBIDEM doc. 55, pp. 208-209.

¹⁰⁶⁴ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Ailaud, 1842-1853, Tomo I, p. 321; *Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 1343, nota 1, p. 347

¹⁰⁶⁵ *Monumenta Henricina*, Tomo II, doc. 101, p. 214;

¹⁰⁶⁶ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Tomo VII, 4195, XVII, 6-16, p. 293;

¹⁰⁶⁷ Chancelarias Portuguesas, D. Duarte, Volumes I, II, doc. 745, p. 37, e III, doc. 1, p. 12

¹⁰⁶⁸ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Tomo VI, 4073, XVII, 1-2, p. 466.

¹⁰⁶⁹ IDEM, 4073, XVII, 1-2, p. 469.

¹⁰⁷⁰ *Monumenta Henricina*, IV, doc.s 15, p. 86 e doc. 42, pp. 167- 170.

¹⁰⁷¹ IDEM, doc. 85, p. 275; LEÃO, Duarte Nunes, “*Crónica, e Vida Del Rey D. Duarte dos Reis de Portugal undécimo*”, Cap. II, p. 738.

¹⁰⁷² IDEM, doc. 65, p. 236

¹⁰⁷³ MOUROJÃO, Maria do Rosário Barbosa, “*Bispos em tempos de guerra: os prelados de Coimbra na segunda metade do século XIV*”. In *A guerra e a sociedade na Idade Média*. Vol. 1. [Torres Novas]: SPEM, 2009, p. 539-550. Disponível em: academia.edu/2209390/_Bispos_em_tempos_de_guerra_os_prelados_de_Coimbra_na_segunda_metade_do_século_XIV_

¹⁰⁷⁴ ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. Coimbra; Imprensa Académica, 1910, Tomo II. p. 547. D. Pedro Tenório sucedeu na Diocese de Coimbra em 1371 a D. Fernando.

¹⁰⁷⁵ IDEM, p.244. D. Pedro Tenório como Arcebispo de Toledo presidiu à Assembleia em Ilhescas, pedida por Henrique II, de Castela a fim de ser tomada uma decisão acerca do partido a tomar dentro da Igreja Católica. Não ficou decidido uma vez que D. Pedro Tenório era a favor do papa de Roma, Urbano

parente de Don Gutierre Gómez bispo de Oviedo, sendo também seu rival. Era irmão de D. Urraca Mendes Tenório¹⁰⁷⁶ segunda mulher de Aires Gomes da Silva, o Velho. Tomou o partido dos Trastamaras contra D. Pedro, o Cruel. Refugiou-se em França onde estudou e ensinou. Foi importante na diplomacia portuguesa como embaixador ao serviço de D. Fernando de Portugal. Em 1367, depois da derrota de Nágera refugou-se em Portugal. Nomeado por Gregório XI, sucedeu a Joham Garcia Manrique.

Foi o mediador para tratar do casamento entre o infante D. Fradique e a infanta Dona Beatriz¹⁰⁷⁷, união decidida nas Cortes de Leiria em janeiro de 1377¹⁰⁷⁸. Em 1379 esteve em Salvaterra de Magos, como enviado de Castela para tentar resolver as discórdias eclesiásticas relacionadas com o Cisma¹⁰⁷⁹. Esteve presente nas exéquias de D. Fernando, realizadas na Catedral de Toledo em novembro de 1383¹⁰⁸⁰. Enquanto Arcebispo teve um papel fundamental na corte D. Juan I de Castela assim como após a sua morte¹⁰⁸¹, durante a regência e reinado de Henrique III. Serviu ainda a rainha Catalina durante a menoridade de Juan II¹⁰⁸².

61) PÊRO BOTELHO¹⁰⁸³

Filho de Diogo Botelho, casa com Isabel Eanes. Foi membro e cavaleiro da casa de D. Pedro, filho do Duque de Coimbra¹⁰⁸⁴ e de D. João II. Foi vedor e provedor das suas terras e rendas. Em 1481 recebe 16.000 reais brancos¹⁰⁸⁵. Em 1463 é nomeado por

VI. O assunto ficou pendente pois Henrique II não se decidiu. Será mais tarde, com Juan I, que Castela tomará o partido de Avinhão.

¹⁰⁷⁶ GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 45; Frei Manuel dos SANTOS. *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, Parte Oitava, cap. LII, p. 398.

¹⁰⁷⁷ MÉNDEZ PIDAL, Ramón, *História de Espanha*, cap. IV, La Expansión Castelhana, p. 189. A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Gav. XVII, , 6-8, doc. 4187, pp. 164-198. Contrato de casamento, feito em Córdoba a 3 de janeiro de 1377.

¹⁰⁷⁸ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, cap. XXII, p. 208.

¹⁰⁷⁹ GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p.144. Pedro Tenório era forte opositor do Bispo de Silves, que depois foi de Lisboa, D. Martinho.

¹⁰⁸⁰ IDEM, p. 173

¹⁰⁸¹ MÉNDEZ PIDAL, Ramón, *História de Espanha*, cap. IV, La Expansión Castelhana, p. 189

¹⁰⁸² IDEM

¹⁰⁸³ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Thipografia Augusto Costa e Com^o Ld^a, 1938, Vol. VII, p. 116

¹⁰⁸⁴ GOMES, Saúl António, *D. Afonso V*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 85. Parece constar do testamento pelo que recebe a tença anual de 24.000 reais

¹⁰⁸⁵ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*, Vol. 2

D. Afonso V, como recebedor das “távolas de aver do peso” da cidade de Lisboa¹⁰⁸⁶. Em 1483 aparece como desembargador do reino. Fez parte da comitiva responsável pelo tratado de Alcáçovas em 1479¹⁰⁸⁷. É membro do conselho de D. João II desde 1483. Participa no julgamento do duque de Bragança em Junho de 1483.

62) RODRIGO AFONSO¹⁰⁸⁸

Cavaleiro de D. Afonso V e do seu conselho. Acompanhou o doutor João Fernandes da Silveira, Pêro Botelho, João Teixeira, Fernão da Silveira, João Garcez e Rodrigo Afonso nas negociações do Tratado de Alcáçovas.

63) RUY DE SOUSA – 1423- 24-05-1498, em Toledo

Filho de Martin Afonso de Sousa e de Violante de Távora, filha de Pedro Lourenço de Távora, senhor de Mogadouro. Casou com Isabel Siqueira, filha de Francisco Anes Torres, vedor da casa da rainha D. Isabel e de Violante Siqueira, ama da mesma rainha. Casou pela segunda vez com D. Branca de Vilhena, filha de Martim Afonso de Melo, conselheiro do rei, guarda-mor, alcaide – mor de Olivença e senhor de Ferreira. Ruy de Sousa foi cavaleiro, alcaide- mor do Castelo de Pinhel¹⁰⁸⁹, Senhor de Sagres por carta de 29 de outubro de 1471 e de Beringel por carta datada de 1477¹⁰⁹⁰. Foi Meirinho- mor de D. João II, enquanto príncipe, e seu almotacé quando rei¹⁰⁹¹. Em 1454 é designado como Fronteiro- mor de Pinhel. Em 1464 está em Marrocos¹⁰⁹². Em 1476 está presente na batalha de Toro. Antes do início das guerras peninsulares, Ruy de

¹⁰⁸⁶ Cf. LIMA, Douglas Mota Xavier de, *A Diplomacia Portuguesa no Reinado de D. Afonso V (1448-1485)*. Niterói, 2016, pp.402-403. Disponível em: <ps://www.historia.uff.br/stricto/td/1861.pdf> Neste ofício substitui Gil Martins.

¹⁰⁸⁷ MARQUES, João Martins da Silva, *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*. Lisboa; Edição do Instituto da Alta Cultura, 1971, Tomo IV, doc. 142, pp. 181- 209. Intervenientes: João Fernandes da Silveira, do Conselho, Coudel- mor dos reinos de D. Afonso V; João Teixeira, do Conselho e do Desembargo e petições e Vice- Chanceler; Pero Botelho e Rodrigo Afonso, Cavaleiros e do conselho de D. Afonso V; *João Garcez, Cavaleiro da Casa do D. João II, escrivão da sua Fazenda e do Regno do algarue Portugde allen mar en africa Notário general e publico de todos os Reynos e senhorios del dicho senior Rey*”

¹⁰⁸⁸ IDEM, Não foram encontradas mais informações acerca deste biografado.

¹⁰⁸⁹ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Os Brasões da Serra de Sintra*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1973, 213-215; Cf. LIMA, Douglas Mota Xavier de, *A Diplomacia Portuguesa no Reinado de D. Afonso V (1448-1485)*. Niterói, 2016, pp.402-403. Disponível em: <ps://www.historia.uff.br/stricto/td/1861.pdf> Neste ofício substitui Gil Martins. Passou a usufruir de todas as rendas e direitos

¹⁰⁹⁰ IDEM

¹⁰⁹¹ *IBIDEM*. Ruy de Sousa renunciou a favor do filho mais velho João Rodrigues de Sousa, confirmada por carta datada de 5 de fevereiro de 1490.

¹⁰⁹² PINA, Ruy de, *Crónica de D. Afonso V*. Tomo III. Lisboa; Escripório, 1901, cap. CLVI, p. 49. (... e fora tomado se o esforçado acordo do alferes e valentia de Ruy de Sousa o não salvaram).

Sousa foi enviado a Castela por D. Afonso V, para “*requerer e admoestar*”, junto de Fernando e Isabel, que se encontravam em Valladolid, notificando-os de que o trono de Castela pertencia a D. Afonso V pelo casamento com D. Joana¹⁰⁹³. Está presente nas negociações de Zamora em 1476, juntamente com D. Álvaro de Bragança e António Nunes¹⁰⁹⁴. Em 1482 é enviado a Inglaterra para reforçar os direitos portugueses sobre a Guiné. Em 1494, acompanha o filho João de Sousa na assinatura do Tratado de Tordesilhas¹⁰⁹⁵. Em 1498 vai a Castela representar D. Manuel I na cerimónia de juramento dos príncipes herdeiros de Portugal e Castela, D. Manuel I e D. Isabel¹⁰⁹⁶. Ruy de Sousa foi ainda poeta do Cancioneiro.

64) RUI FERNANDES (Dr.) (?) - 1455

É filho de Fernando Álvares¹⁰⁹⁷ e de Catarina Martins. Formou-se em Leis, e exerceu as funções de escolar e professor de Direito¹⁰⁹⁸.

Foi Ouvidor na corte de D. João I em 1416¹⁰⁹⁹ e da rainha D. Leonor em 1434¹¹⁰⁰. Foi Juiz dos feitos de D. João I de 1417-1425¹¹⁰¹ e Desembargador entre 1426-1432 de D. João I e de D. Duarte¹¹⁰². Foi Chanceler-mor em 1432-1433¹¹⁰³ e compilador das Ordenações Afonsinas de 1434-1446.

Exerceu as funções de embaixador ao serviço de D. João I. Acompanhou o Dr. Pedro Gonçalves Malafaia entre 1428-1432, em Palencia e Medina del Campo. Em 1438 é portador de uma carta da rainha D. Leonor dirigida ao infante D. Pedro sobre o casamento de D. Afonso com a infanta D. Isabel. Regressa a Portugal trazendo a

¹⁰⁹³ PINA, Ruy de, *Crónica de D. Afonso V*. Tomo III. Lisboa; Escripório, 1901, cap. CLXXIV, p. 74.

¹⁰⁹⁴ IDEM, cap. CLXXXIX, PP. P3-94. Durante o cerco de Zamora tentam chegar a um acordo de paz com o Duque de Alva, marechal de Castela.

¹⁰⁹⁵ MARQUES, João Martins da Silva, *Descobrimientos Portugueses. (Documentos para a sua História)*. Lisboa; Edição do Instituto da Alta Cultura, 1971, doc. 294, pp.446-453. Acompanhava-o o seu filho João de Sousa.

¹⁰⁹⁶ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Os Brasões da Serra de Sintra*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1973, pp. 213-215.

¹⁰⁹⁷ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Volume 2. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, p. 804; LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*. 1.^a Parte, Cap. CLXI, p. 306

¹⁰⁹⁸ *Monumenta Henricina*, Vol. IV, doc. 113, p. 228.

¹⁰⁹⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p.157. Foi depois Juíz dos feitos de 1417 -1425 e chanceler entre 1432-1433

¹¹⁰⁰ RODRIGUES, Ana Maria S. A, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, p. 157.

¹¹⁰¹ COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 157.

¹¹⁰² Chancelarias Portuguesas. *D. Duarte*. Volume III, doc. 378, p. 263.

¹¹⁰³ *Monumenta Henricina*, Tomo. IV, doc. 50, p. 190;

resposta¹¹⁰⁴. Em abril de 1428 em Valencia entrega a D. Afonso V de Aragão o instrumento público de confirmação e ratificação dos capítulos relativos ao casamento do infante D. Duarte com D. Leonor de Aragão, assinados por D. João I e pelos infantes D. Duarte, D. Henrique e D. João em Almeirim, a 12 de Abril¹¹⁰⁵. Em 1431 está presente na audiência para o Tratado de Paz perpétua com o rei de Castela. Não há acordo¹¹⁰⁶.

Está presente em Medina del Campo a 30 de outubro para a assinatura do Tratado de Paz perpétua entre Portugal e Castela¹¹⁰⁷. Ainda nesta cidade, no mês de novembro, assiste à confirmação do Tratado de Paz perpétua entre Portugal e Castela feita pelo príncipe D. Henrique, herdeiro do trono de Castela¹¹⁰⁸. Em 1432, em Castelo Branco, recebe procuração do infante D. Pedro de Portugal para resolver, junto do rei de Castela, a questão da entrega do castelo de Alconchel¹¹⁰⁹. Assume-se posteriormente em Salamanca procurador do rei D. João I, dos seus filhos D. Duarte e D. Pedro e do infante D. Henrique de Aragão para, perante o rei de Castela, tratar da entrega do castelo de Alconchel¹¹¹⁰. Nesta cidade, assiste à prorrogação do prazo de entrega das fortalezas que o infante D. Henrique de Aragão tinha em Castela, particularmente as de Segura da Serra e Socovos¹¹¹¹.

Ainda no mesmo ano, recebe em Nisa, procuração do infante D. Pedro de Portugal a assumir perante o rei de Castela o compromisso de não dar apoio aos rebeldes do castelo de Alconchel¹¹¹². É portador de uma carta do infante D. Pedro para ratificar, a prorrogação feita pelo rei de Castela em 29 de Novembro do prazo de entrega de castelos e fortalezas que o infante D. Henrique de Aragão tinha em Castela¹¹¹³. Em Sardoal, recebe carta de compromisso do infante D. Duarte perante o rei de Castela para

¹¹⁰⁴ PINA, Rui de, “*Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*”, Capítulos VI e VII, pp. 594-595; MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*. Vol. II. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, p. 807

¹¹⁰⁵ Monumenta Henricina, Tomo III, doc. 97, p. 204.

¹¹⁰⁶ SOUSA, M.F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz, em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 311; *Monumenta Henricina*. Tomo III, doc. 163, pp. 335-336 e IV, doc. 7, p. 15; RODRIGUES, Ana Maria S. A., *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*. Lisboa; 2012, p. 96.

¹¹⁰⁷ *Monumenta Henricina*. Tomo IV, doc. 9, p. 22; A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Tomo VII Gav. XVII, Maços 3-9, 4195, 6- 16, p. 293 LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. CII, p. 723;

¹¹⁰⁸ *Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 13, pp. 57-59

¹¹⁰⁹ IDEM, doc. 46, pp. 176-177.

¹¹¹⁰ IDEM, doc. 49, pp. 188-189.

¹¹¹¹ *IBIDEM*, doc. 52, p.192

¹¹¹² *IDEM, IBIDEM*, doc. 52, p.192

¹¹¹³ *IBIDEM*, doc. 50, pp. 190-191.

não fornecer auxílio aos ocupantes do castelo de Alconchel¹¹¹⁴. Ainda em Sardoal, recebe carta do infante D. Duarte a ratificar, perante o rei de Castela, o acordo sobre a prorrogação do prazo de entrega dos castelos e fortalezas que o infante de Aragão possuía em Castela¹¹¹⁵. Em Alcochete, a 26 de dezembro recebe carta de D. João I a confirmar a decisão tomada pelos embaixadores portugueses sobre a entrega do castelo de Alconchel¹¹¹⁶. D. João I confirma o conteúdo da carta de D. Duarte escrita a 18 de dezembro sobre as condições de adiamento da entrega dos castelos e fortalezas que o infante D. Henrique de Aragão possuía em Castela¹¹¹⁷.

Em 1449 está ao lado de D. Afonso V na batalha de Alfarrobeira¹¹¹⁸. É membro do conselho dos reis D. Duarte¹¹¹⁹ e D. Afonso V¹¹²⁰. É conselheiro do regimento do reino no primeiro quadrimestre jurado nas Cortes de Torres Novas 1438¹¹²¹. Em 1428, em Valença, é testemunha do instrumento notarial feito pelo infante D. Pedro a instituir procuradores para tratarem do seu casamento¹¹²². Ainda em 1428, em Coimbra, testemunha a reforma de alguns capítulos do contrato de casamento de D. Duarte com D. Leonor de Aragão¹¹²³. Testemunha ainda o estabelecimento dos rendimentos da rainha D. Leonor¹¹²⁴. Em Estremoz, é testemunha de uma carta de D. João I que confirma o casamento de D. Duarte com D. Leonor¹¹²⁵.

Está presente na confirmação, ainda em 1428, feita por D. João I sobre o contrato de casamento entre D. Duarte e D. Leonor, particularmente sobre o rendimento anual a atribuir à rainha¹¹²⁶. Em janeiro de 1432, em Almeirim, é testemunha do instrumento de ratificação do Tratado de paz perpétua com Castela assinado em 1431,

¹¹¹⁴ Monumenta Henricina, Tomo IV, doc. 52, p. 199.

¹¹¹⁵ IDEM, doc. 53, pp. 202 e 204.

¹¹¹⁶ IBIDEM, doc. 54, p. 206.

¹¹¹⁷ IBIDEM, doc. 55, pp. 206, 208 e 209.

¹¹¹⁸ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Volume II. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Volume II. pp. 804-808

¹¹¹⁹ IDEM, p. 804

¹¹²⁰ Chancelarias Portuguesas, *D. Duarte*, Volume I, II, doc. 982, pp. 237- 239; doc. 1009, p.273-275; doc. 1075, pp.377-378.

¹¹²¹ *Monumenta Henricina*, Tomo VI, doc. 96, pp. 270 e 277.

¹¹²² *Monumenta Henricina*, Tomo III, doc. 113, pp. 228 e 230.

¹¹²³ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Ailaud, 1842-1853, Tomo I, pp. 303-304; MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Volumes II. p. 804.

¹¹²⁴ *Monumenta Henricina*, Tomo III, doc. 129, pp. 275 e 279.

¹¹²⁵ IDEM, doc. 131, p. 283

¹¹²⁶ IBIDEM, doc. 132, p. 284.

pelo rei D. João I e os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique¹¹²⁷. Em 1432, em Abrantes, é testemunha do instrumento de ratificação do Tratado de paz perpétua com Castela assinado em 1431, feito pelo infante D. Henrique¹¹²⁸. A 15 de abril de 1436, discursa na abertura das Cortes de Évora, convocadas por D. Duarte por causa da expedição a Tânger¹¹²⁹.

Está presente nas Cortes de Torres Novas de 1438, como membro do conselho régio, onde se discute o regimento do reino da autoria do infante D. Henrique sobre a forma de dividir a governação durante a menoridade de D. Afonso V¹¹³⁰. A 5 de novembro de 1446 é testemunha do acordo celebrado entre o regente D. Pedro e o rei D. Juan II de Castela sobre o dote que a sua mulher, a infanta D. Isabel, iria receber¹¹³¹. Em 1455, em Lisboa no mês de junho, marca presença no auto de juramento do príncipe herdeiro D. João, filho de D. Afonso V¹¹³².

O Dr. Rui Fernandes não era partidário do Infante D. Pedro pelo que, este escreve em 1448 uma carta ao conde de Arraiolos onde considera o doutor Rui Fernandes seu “jmigo capital” devido ao facto de grande número dos partidários deste infante, em situação de prisão, serem julgados por este doutor¹¹³³. Em 1436 recebe carta de confirmação de D. Duarte do aforamento de umas casas na Rua Nova de Lisboa, com foro anual de 60 libras¹¹³⁴. Pela sua atividade na corte e grande diplomata ao serviço de Portugal durante os reinados de D. João I, D. Duarte, e D. Pedro e D. Afonso V recebe vários benefícios. Em 1451 o “Africano” concede-lhe uma tença anual de 5 moios de trigo¹¹³⁵. Durante o reinado de D. João I, recebe 7000 dobras para despesas em

¹¹²⁷ *Monumenta Henricina*. Tomo IV, doc. 15, p. 86; MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Tomo II, pp. 804-805.

¹¹²⁸ *Monumenta Henricina*. Tomo IV, doc. 43, pp. 171-172

¹¹²⁹ PINA, Rui de, *Chronica d'El-Rei D. Duarte*. Cap. XIV, p. 12

¹¹³⁰ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, Volumes II. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, p. 804-805; *Monumenta Henricina*. Coimbra; 1964, Tomo VI, doc. 96, pp. 278-279

¹¹³¹ *Monumenta Henricina*. Tomo IX, doc. 62, pp. 89-90; MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Vol. II, pp. 806- 807; MORENO, Humberto Baquero, *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra – Itinerários e Ensaio Histórico*. Porto; Universidade Portucalense, 1997, p. 190.

¹¹³² MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Vol. II, p. 807

¹¹³³ *Monumenta Henricina* Tomo IX, doc. 211, p. 351; MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Vol. II, pp. 804-807.

¹¹³⁴ Chancelarias Portuguesas, *D. Duarte*. Volume I, Tomo II, doc. 1136, pp. 351-352

¹¹³⁵ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, Vol. II. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, pp. 804- 808.

Castela¹¹³⁶, mais 9062 coroas¹¹³⁷. No Reinado de D. Afonso V recebe 445 dobras para despesas em Castela¹¹³⁸. Foi um representante, por excelência, da Coroa Portuguesa na corte de Castela.

65) RUI GALVÃO

Era filho de João Roriz Galvão¹¹³⁹ sendo natural de Évora. Cavaleiro da corte e escrivão da Câmara da Puridade e também secretário do Rei D. Afonso V. Casou com D. Branca Gonçalves, filha de Pedro Gonçalves, Cónego de Lisboa e de Catarina Annes legitimada por D. João I em 1423. Foi escrivão e secretário da câmara de D. João I¹¹⁴⁰ em 1431 e de D. Duarte¹¹⁴¹. Foi também secretário de D. Afonso V¹¹⁴². Foi membro do conselho régio de D. João I e D. Afonso V¹¹⁴³. Em 1438, em Medina del Campo, fez parte da embaixada da assinatura das pazes perpétuas entre Portugal e Castela¹¹⁴⁴. Ainda em 1438, em Medina del Campo, foi procurador da rainha D. Leonor para receber, através da rainha de Castela, o legado do testamento de Leonor de Albuquerque¹¹⁴⁵.

Em 1453 vai a Castela apresentar a proposta de casamento de D. Joana a Henrique IV¹¹⁴⁶. É partidário do Infante D. Pedro, estando a seu lado na Batalha de Alfarrobeira em 1449¹¹⁴⁷. Em 1432, em Almeirim, como secretário e notário de D. João I escreve a carta de contrato da ratificação do Tratado de Paz de 30 de outubro de 1431

¹¹³⁶ *Monumenta Henricina*, Tomo IV, doc. 65, p. 236.

¹¹³⁷ FARO, Jorge, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa; Publicações do Centro de Estudos económicos, 1965, p. 76. Este valor diz respeito a despesas efetuados pelo Dr. Rui Fernandes e por Rui Gonçalves.

¹¹³⁸ IDEM, p. 77.

¹¹³⁹ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Oficina Gráfica da “PAX”, 1938, Volumes XIV-XVI, p.70. Prior de Évora chamado o perna de vinho.

¹¹⁴⁰ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Vol. II, pp. 814-816

¹¹⁴¹ IDEM; COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Volume I, p. XLIV

¹¹⁴² MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*.. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Vol. II, pp. 814-816.

¹¹⁴³ Apesar de Rui Galvão ser partidário do infante D. Pedro, D. Afonso V valorizou a sua eficiência durante os cargos que ocupou e após a queda do regente colocou-o ao seu serviço.

¹¹⁴⁴ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Tomo VII, 4195, XVII, 6-16, p. 293; SOUSA, M.F.B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, pp. 309-311; Humberto Baquero MORENO, “O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas”, p. 142.

¹¹⁴⁵ RODRIGUES, Ana Maria S. A, *As tristes rainhas Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2012, p. 144.

¹¹⁴⁶ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*.. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p.352.

¹¹⁴⁷ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*.. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Vol. I, p. 532.

assinado em Medina del Campo, feito pelo rei D. João I e pelos infantes seus filhos¹¹⁴⁸. Em 1437, acompanhou D. Fernando de Castro, a quem chamavam de “o cegonho” por ordem de D. Afonso V, levar ao infante D. Pedro as condições de concórdia com o duque de Bragança¹¹⁴⁹. Em 1439, em Lisboa, apresenta, como notário, os atos solenes de nomeação de D. Pedro como regente, nas Cortes de Lisboa¹¹⁵⁰. Em 1448 acompanha D. Fernando “o Cegonho” no propósito de estabelecer, por escrito, a concórdia entre o infante D. Pedro e D. Afonso duque de Bragança¹¹⁵¹. Em 1455, em Lisboa, é testemunha da assinatura dos capítulos do casamento de D. Joana com Henrique IV rei de Castela¹¹⁵².

Ainda em junho do mesmo ano está presente no auto de juramento feito em Cortes ao príncipe D. João¹¹⁵³.

Em 1449 D. Afonso V faz-lhe doação de bens confiscados a partidários do infante D. Pedro¹¹⁵⁴. Recebe para despesas em Castela durante o reinado de D. Duarte 75.500 dobras; recebe pelo rei D. Afonso V 110 dobras, 180 e 118¹¹⁵⁵. O monarca concede à família de Rui Galvão 7000 reais brancos¹¹⁵⁶.

66) RUY GOMES D´ALVARENGA (1441?) - 11 de agosto de 1475

Era filho do Dr. Gomes Martins de Alvarenga e de Catarina Teixeira¹¹⁵⁷. Casou com D. Mecia de Melo, filha de D. Estevão Soares de Melo¹¹⁵⁸, de quem teve vários filhos, os quais receberam bolsas de estudo.

Cavaleiro da Casa Real era Doutor em Leis. Foi Desembargador de Petições e vice-chanceler, durante a regência de D. Pedro. Após a morte do regente, D. Afonso V, manteve-o no cargo. Ascendeu a regedor da Casa da Suplicação entre 1452 e 1463; foi

¹¹⁴⁸ *Monumenta Henricina*. Tomo IV, doc. 15, pp. 87-88.

¹¹⁴⁹ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Os Brasões da Serra de Sintra*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1973, p.146.

¹¹⁵⁰ Lavrou o documento que elevava o Infante D. Pedro a Regente do Reino contrariamente ao estipulado nas Cortes de Torres Novas de 1438. MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Vol. II, pp. 814-815

¹¹⁵¹ IDEM, Volume 1, p. 334

¹¹⁵² A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Tomo VII, 4132, XVII, 3-14, p. 12.

¹¹⁵³ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Vol. II, pp.816- 817.

¹¹⁵⁴ IDEM

¹¹⁵⁵ FARO, Jorge, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa; Publicação do Centro de Estudos Económicos, 1965, pp. 77-82

¹¹⁵⁶ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico..* Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, Vol. II, pp.816- 817.

¹¹⁵⁷ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga; Oficinas Gráficas da “PAX”, 1938, Volumes I–III, p 117. D. Catarina Teixeira era viúva de Fernão da Silveira.

¹¹⁵⁸ IDEM. Volume XVIII, p. 125.

Chanceler-mor cargo que ocupou até à sua morte. Participa na Batalha de Alfarrobeira ao lado de D. Afonso V. Antes de 1451 detém o título de conde de palatino¹¹⁵⁹. Em 1471 participa na conquista de Arzila e Tânger. Em 1475 está em Castela a participar nas guerras peninsulares. Participou numa embaixada a Castela juntamente com Leonel de Lima, em 1442, com a finalidade de expor perante a corte castelhana a ilegitimidade das pretensões de D. Leonor ao governo do reino¹¹⁶⁰.

Em 1452 é enviado a Roma com Luís Gonçalves Malafaia e Antão Gonçalves. Possui bens em Santarém e Torres Vedras concedidos através de duas cartas datadas de 8 de abril de 1462 e 27 de abril de 1475. Está sepultado na igreja da Graça em Lisboa. O seu filho Lopo Soares de Alvarenga virá a ocupar o cargo de governador de Goa. O Dr. Vasco Fernandes de Lucena intitula-o numa carta de sentença de 20 de abril de 1487 de Conselho e desembargo de el rei, conde palatino e cronista – mor do reino¹¹⁶¹. Durante a regência de D. Pedro recebe 215 dobras. Pela missão de 1442 recebe 1150 dobras e pela missão ao papa recebe 2385 dobras¹¹⁶². Está presente no auto de juramento do príncipe D. João celebrado em junho de 1455. Foi recompensado por D. Afonso V, tendo recebido várias doações¹¹⁶³.

67) RUI LOURENÇO

Era irmão de Pero Lourenço de Távora¹¹⁶⁴. Foi clérigo. Estudou na Universidade de Bolonha¹¹⁶⁵ e Licenciou-se em degradedos¹¹⁶⁶. Foi Desembargador régio entre 1386 e 1401. Foi embaixador de D. Fernando e de D. João I. Foi enviado por D. Fernando em 1380 para tratar do casamento da infanta D. Beatriz com D. Henrique de Castela¹¹⁶⁷.

¹¹⁵⁹ GOMES, Saúl António, *D. Afonso V*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2006, p. 131; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Os Brasões da Serra de Sintra*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1973, p.233.

¹¹⁶⁰ SOUSA, M. F. Barros de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-.1853, Tomo I, pp. 338-339; GOMES, Saúl António, *D. Afonso V, o Africano*. Lisboa; Círculo de Leitores. 2006, pp. 56-57

¹¹⁶¹ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Os Brasões da Serra de Sintra*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1973, p.233.

¹¹⁶² FARO, Jorge, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa; Publicação do Centro de Estudos Económicos, 1965, pp. 77

¹¹⁶³ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1980, Vol. II, pp.710 -712

¹¹⁶⁴ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*. 1.ª Parte, Cap. CLXXXII, pp. 343-344.

¹¹⁶⁵ COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, p. CCCLXVIII

¹¹⁶⁶ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. CLXXVIII, p. 384; COSTA, P. António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, p. CCCLXVIII;

¹¹⁶⁷ A.N.T.T. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Tomo VII, 4190, XVII, 6-11, pp. 241-278; Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, Cap. CXII, p. 315

Em 1393 recebe uma procuração de D. João I com poderes para obter do rei Henrique III de Inglaterra a ratificação das tréguas bem como a cópia do testamento do rei D. João de Castela¹¹⁶⁸. Em 1394, em Alcalá de Henares, recebe carta de Henrique III datada de 8 de novembro de 1393 a prorrogar por três meses a entrega das confirmações¹¹⁶⁹. Em 1398/1399, em Olivença negocia nova trégua entre Portugal e Castela¹¹⁷⁰. É Deão de Coimbra¹¹⁷¹. Em 1384 é membro do conselho do Mestre de Avis¹¹⁷².

Está presente nas cortes de Coimbra de 1385¹¹⁷³. Em 1382 é convocado para uma reunião com o rei D. Fernando sobre a questão cismática, nomeadamente o apoio ao papa de Avinhão, Clemente VII¹¹⁷⁴. Em 1382, em Óbidos, é testemunha da procuração passada pelo rei D. Fernando a João Fernandes de Andeiro conde de Ourém para tratar, em seu nome, das cláusulas do casamento da infanta D. Beatriz com D. Juan I rei de Castela¹¹⁷⁵. Em 1393, em Lisboa, é testemunha da assinatura de tréguas entre Portugal e Castela.

Em 1396 é incumbido por D. João I para demover Nuno Álvares Pereira de sair de Portugal¹¹⁷⁶. São-lhe atribuídas 200 coroas para despesas de deslocação a Borgonha¹¹⁷⁷.

68) VASCO FERNANDES DE LUCENA (?) - 1499¹¹⁷⁸

Natural de Lucena, região de Andaluzia, era irmão do Mestre Rodrigo e Mestre Afonso, ambos médicos da corte. Casou com D. Violante de Alvim, filha do Senhor de S. João de Rei. Gonçalo Vaz de Azevedo, seu filho será desembargador da casa de D. Manuel I. Vasco Fernandes Lucena serviu na casa da Rainha D. Isabel, mulher do

¹¹⁶⁸ SUÁREZ FERNANDEZ, Luíz, “Castilla (1350-1406)” in MENENDEZ PIDAL, Ramón (dir.), *Historia de España*, p. 327.

¹¹⁶⁹ SUAREZ FERNANDEZ, Luíz, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante Don Enrique 1393-1460*, pp. 96-98.

¹¹⁷⁰ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*. 2.^a Parte, Capítulos CLXXVIII-CLXXXIII, pp. 384-394; SOUSA, M. F. B. de, Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J.P. Aillaud, 1842-.1853, Tomo I, pp. 281-282.

¹¹⁷¹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.^a Parte, Capítulos CLXXXII pp. 343-344, “gramde letrado”

¹¹⁷² COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, p. CCCLXVIII.

¹¹⁷³ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.^a Parte, Cap. CLXXXII, p. 344

¹¹⁷⁴ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, Cap. CLVI, pp. 434-435; Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume II, p. 375.

¹¹⁷⁵ P. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, p. CCCLXVIII

¹¹⁷⁶ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.^a Parte, Cap. CLIV, p. 323.

¹¹⁷⁷ Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Económicos do Instituto Nacional de Estatística, 1965, p. 74

¹¹⁷⁸ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Volume II. Coimbra; por ordem da Universidade, 1980, pp.842-849; FALCÃO, Armando de Sacadura, *Os Lucenas*. Braga; Ed. Carvalho de Basto, 1993, pp.10-11

infante D. Pedro. Terá vindo para Portugal durante o reinado de D. Duarte. O Papa Inocêncio VIII em 1485 ter-lhe-á concedido o título de conde palatino durante uma missão a Roma de obediência de D. João II. De 1486 a 1496 exerceu as funções de guarda- mor da Torre do Tombo e da Livraria do rei. Por alvará de 4 de julho recebia a tença de sete mil reais pelo seu trabalho de cronista – mor e sete mil reais pelos emolumentos de guarda – mor¹¹⁷⁹.

Faz várias missões a Castela e a Roma. Em 1436 encontra-se no Concílio de Basileia onde profere a oração de obediência ao Papa¹¹⁸⁰. Em 1438 vai a Castela juntamente com Nuno Martins da Silveira solicitar a D. Juan II apoio para a libertação Do infante D. Fernando¹¹⁸¹. Em 1450 vai a Roma acompanhado do secretário Pero Gonçalves¹¹⁸². Em 1485 acompanha D. Pedro de Noronha a Roma. Em 1490 acompanha D. Manuel Numa embaixada a Castela, onde profere a oração de homenagem à princesa D. Isabel. Esteve presente nas cortes de Torres Vedras, onde teve o papel de orador¹¹⁸³. Pela Missão no Concílio da Basileia recebe 11.900 coroas e pela missão a Roma em 1450 recebe 950 dobras¹¹⁸⁴.

69) VASCO MARTINS DE MELO (?) - 1388 ¹¹⁸⁵

De classe nobre, era filho de Martim Afonso de Melo¹¹⁸⁶, e irmão de Martim Afonso de Melo¹¹⁸⁷. Casou primeiro vez com D. Teresa Correia¹¹⁸⁸. Casou segunda vez

¹¹⁷⁹ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Os Brasões da Serra de Sintra*. Lisboa; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1973, p.234.

¹¹⁸⁰ *Monumenta Henricina*, Volume VI (1437-1439). Coimbra; Comissão executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1964, doc.19, p.37 e Volume V, doc. 88, p.175. D. Duarte escreve ao Concílio para lhe dar conhecimento da presença dos seus representantes. Os presentes eram o conde de Ourém, D. Luís Amaral, bispo do Porto e Gil Lobo, licenciado em Teologia e os Doutores em Leis Diogo Afonso Mangancha e Vasco Fernandes de Lucena. Dois assuntos mereceram a atenção deste Concílio. A gestão das Ilhas Canárias e as conquistas do norte de África.

¹¹⁸¹ IDEM, doc. 72, p. 223.

¹¹⁸² *Monumenta Henricina*, Vol. X (1449-1451). Coimbra; Comissão executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1969. Doc. 233, p.307. O objetivo desta missão pode ter sido informar o papa dos acontecimentos decorrentes do desastre de Alfarrobeira com a morte do infante D. Pedro e o seu funeral cristão. D. Afonso V de Aragão escreve carta aos cardeais de Valencia e de Lérida recomendando o Dr. Vasco Fernandes de Lucena como embaixador do rei de Portugal ao santo padre.

¹¹⁸³ PINA, Rui de, *Crónica de D. Afonso V*. Lisboa; Ecriptório, Rutgers, University Livraries, 1901, Tomo I, Cap. XI, p. 29

¹¹⁸⁴ FARO, Jorge, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Económicos do Instituto Nacional de Estatística, 1965, pp. 77 e 79.

¹¹⁸⁵ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; IN- CM, 1973, Vol. I. p. 414.

¹¹⁸⁶ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; IN- CM, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 688; LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.ª Parte, Cap. LVIII, pp. 100-101; FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; IN- CM, 1973 Volume I, pp. 409-410

¹¹⁸⁷ Rico – Homem, Senhor de Celorico e Linhares.

com Maria Afonso de Brito¹¹⁸⁹. Foi embaixador de D. João I em 1386 quando integra a comitiva para dar as boas-vindas ao duque de Lencastre quando da sua chegada à Galiza¹¹⁹⁰.

É procurador de D. João I, em Celanova no ano de 1386 quando D. Constança e D. Filipa de Lencastre outorgaram as capitulações do casamento¹¹⁹¹. No mês de novembro juntamente com João Rodrigues de Sá, conduz D. Filipa de Lencastre ao Porto para o casamento com D. João I¹¹⁹². Exerce vários ofícios na corte de D. Fernando. Em 1382 é Guarda-mor do rei¹¹⁹³ e em 1383 é copeiro-mor de D. Beatriz integrando o séquito da rainha a Castela¹¹⁹⁴. Quando em 1383, se encontra em Toledo o rei de Castela oferece-lhe o cargo de alferes-mor de Portugal, que recusa¹¹⁹⁵. Acompanha D. Beatriz a Castela após o seu casamento com o rei D. Juan I¹¹⁹⁶. Em 1384 entra em Portugal ao lado daquele¹¹⁹⁷.

Em 1385, toma o partido de D. João I e conquista o castelo de Coimbra¹¹⁹⁸. Participa na tomada de Ponte de Lima¹¹⁹⁹, na conquista de Torres Novas e acompanha D. João I a Santarém¹²⁰⁰. Ajuda o Mestre nos preparativos da batalha de Aljubarrota e

¹¹⁸⁸ Filha de Gonçalo Gomes de Azevedo, alferes-mor de D. Afonso IV na batalha do Salado. SANTOS Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; IN- CM, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXXIII, p. 688; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra* Volume I, p. 415;

¹¹⁸⁹ IDEM; LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa, Imprensa Nacional -. Casa da Moeda, 2004, cap. CLXI, P. 559. Era filha de Martin Afonso de Brito. Foi camareira – mor da Infanta D. Beatriz quando partiu para Castela.

¹¹⁹⁰ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*. 2.^a Parte, Cap. XCI, pp. 200-201; SOUSA, M. F. B. de, VISCONDE de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 267.

¹¹⁹¹ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*. 2.^a Parte, Cap. XCIV, p. 206; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joaõ o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LXVIII, p. 613; Visconde de SANTARÉM. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Pariz; em casa de J. P. Aillaud, 1842-1853, Tomo I, p. 270

¹¹⁹² LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*. 2.^a Parte, Cap. CXIV, p. 206

¹¹⁹³ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; IN- CM, 1988, Parte Oitava, Livro XXII, Cap. LI, p. 400; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, p. 411.

¹¹⁹⁴ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, Cap. CLXI, p. 447;

¹¹⁹⁵ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.^a Parte, Cap. LIV, p. 95; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Volume I, p. 411; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, p. 445. « não aceitava porque era vassalo do rei de Portugal e seu guarda-mor».

¹¹⁹⁶ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1.^a Parte, Cap. LIV, p. 95;

¹¹⁹⁷ IDEM. Capítulos LVIII e LXVII, pp. 100 e 114;

¹¹⁹⁸ IDEM, 2.^a Parte, Cap. V, p. 12;

¹¹⁹⁹ IBIDEM, 2.^a Parte, Caps. XVII e XVIII, pp. 31-37.

¹²⁰⁰ IBIDEM, Cap. XXIII, p. 47.

participa na batalha¹²⁰¹. Como recompensa, D. João I entrega-lhe o castelo de Santarém¹²⁰². Em 1386 auxilia o duque de Lencastre com 250 lanças no Alentejo. Em 1388 toma Albuquerque e o Mestre confia-lhe a guarda do castelo¹²⁰³. Em 1385, D. João I nomeia-o membro do conselho¹²⁰⁴.

Está presente nas Cortes de Coimbra de 1385¹²⁰⁵. É testemunha da carta de D. João I à cidade de Lisboa de confirmação dos privilégios, liberdades, usos, foros e costumes outorgados pelos reis seus antecessores. Em novembro de 1386, está presente no jantar oferecido pelo duque de Lencastre ao monarca português em Ponte de Mouro. Acompanha D. Filipa ao Porto para o casamento com D. João I¹²⁰⁶. Em 1363 recebe carta de couto passada pelo rei D. Pedro I de partes da quinta de Água de Peixes, no termo de Alvito¹²⁰⁷. Em 1382 é responsável pela guarda do Mestre de Avis e Gonçalo Vasques de Azevedo, presos por ordem de D. Fernando e D. Leonor Teles¹²⁰⁸.

Em 1383 recebe carta de mercê de D. Fernando de bens e fazendas de pessoas que “andavam em Castela contra seu serviço”¹²⁰⁹. Em 1384 Carta do Mestre de Avis de doação de todos os bens móveis e de raiz da condessa D. Maria, mulher de D. Álvaro Pires de Castro conde de Arraiolos, de seu filho D. Pedro de Castro e do conde D. Pedro Nuñez de Lara¹²¹⁰. Em 1385 tem a jurisdição cível e crime da vila e termo de Aldeia Galega¹²¹¹. Durante o ano de 1385 recebe carta de doação de D. João I, válida para os seus sucessores, da vila e lugar de Aldeia Galega; da quinta de Alcanhões; dos reguengos de Tojosa e das Chantas, termo de Santarém; dos reguengos de Pólvorais, no termo de Óbidos; todos os direitos reais de Rio Maior, termo de Santarém¹²¹²; Doação perpétua e hereditária de todas as casas e bens de raiz de João Azedo, morador de

¹²⁰¹ *IBIDEM*, 2.ª Parte, Cap. XXXIX, p. 89; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; IN –CM, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXXVIII, p. 748; LEÃO, Duarte Nunes, “*Chronica Del Rey D. Joã o I deste nome, e dos Reis de Portugal o Décimo*”, Cap. LVI, pp. 185-187

¹²⁰² LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2.ª Parte, Cap. LII, p. 129;

¹²⁰³ IDEM, 2.ª Parte, Cap. CXXXVIII, p. 282.

¹²⁰⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*. Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 93

¹²⁰⁵ LOPES, Fernão, 2ª Parte, Cap. CLXXXII, p. 344; SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; IN- CM, 1988, Parte Oitava, Livro XXIII, Cap. XXIX, p. 648

¹²⁰⁶ LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. 2.ª Parte, Cap. XCIV, p. 206

¹²⁰⁷ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa; IN-CM, 1973, Vol. I, p. 414.

¹²⁰⁸ LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Lisboa; IN – CM, 2004, Cap. CXLII, pp. 393-395; M

¹²⁰⁹ SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Lisboa; IN- CM, 1988, Parte Oitava, Livro XXII, Cap. LI, p. 400.

¹²¹⁰ Chancelarias Portuguesas. *D. João I*, Tomo 2, Vol. I doc. 729, pp. 111-112; LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*. 1.ª Parte, Cap. CLXXXVIII, p. 336.

¹²¹¹ FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Volume I, p. 412, nota 2.

¹²¹² Chancelarias Portuguesas. *D. João I*. Tomo 2, Vol. I doc. 728. Tomo 2, pp. 10; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Volume I, p. 412, nota 2.

Guimarães¹²¹³; Doação dos direitos dos judeus de Évora, que pertenciam a Álvaro Pires de Castro¹²¹⁴; Carta de confirmação de D. João I de todas as graças e mercês, bens e privilégios dados pelo rei D. Fernando¹²¹⁵; doação de D. João I de todos os bens móveis e de raiz de seu filho Vasco Martins de Melo, “o Moço”, morto na batalha de Aljubarrota¹²¹⁶; doação da quinta de Palma, que pertencia a D. Pedro, filho de Álvaro Pires de Castro¹²¹⁷; doação de uma quinta no termo de Arraiolos que pertencia a Álvaro Pires, conde de Arraiolos¹²¹⁸; Carta de Privilégios de Guimarães *per bem da jurisdiçam e outras cousas*¹²¹⁹;
Doação de muitos casaões em termo de Guimarães¹²²⁰.

¹²¹³ Chancelarias Portuguesas, *D. João I*, Tomo 2, Vol. I doc. 745, pp. 120-121

¹²¹⁴ *IDEM*, doc. 759, p.128

¹²¹⁵ *IDEM*, doc.612, pp.50-51

¹²¹⁶ *IDEM*, doc. 642, pp.65-66; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*. Volume I, p. 412, nota 2.

¹²¹⁷ *IBIDEM*, doc. 611, pp.49-50

¹²¹⁸ *IDEM*, *IBIDEM*, doc. 583, pp.29-30

¹²¹⁹ *IDEM*, doc. 763, p.130

¹²²⁰ *IDEM*, doc. 952, pp. 252-253

ANEXO II:

Cronologia

D. FERNANDO - janeiro de 1367 a outubro de 1383

Ano de 1367

Após a morte de D. Pedro I, D. Pedro IV de Aragão envia a D. Fernando de Portugal os seus embaixadores Afonso de Castro Novo e Frei Guilherme para negociar um tratado de paz e amizade o que veio a acontecer em Alcanhões no mês de março;

Na mesma altura e mesmo local – Castela envia Diogo Lopes Pacheco em audiência a D. Fernando, para celebrar um tratado de Paz e amizade;

Março – Henrique II de Castela envia uma embaixada a Portugal para negociar um tratado de paz e amizade;

Abril - Tratado de paz celebrado em Alcanhões entre D. Fernando e D. Henrique que ratifica o anterior tratado celebrado em 1366, em Ribeira de Caia pelo rei D. Pedro I;

Agosto – Tratado de paz e aliança celebrado em Coimbra entre o Rei D. Fernando e o primo D. Pedro I de Castela;

- D. Fernando envia a Sevilha João Gonçalves para que D. Pedro ratificasse o tratado de Coimbra. De volta, João Cayon vem a Portugal para que o monarca português ratificasse o mesmo tratado. O mesmo é feito em Tentugal

Ano de 1369 – Primeira Guerra Fernandina

- Tratado de aliança entre Portugal e Aragão, (Fernando e Pedro IV, el Cerimonioso); Contrato de casamento entre o monarca português e a infanta D. Leonor de Aragão;

- Tratado de paz e aliança entre Portugal e Granada, por um período de 50 anos, contra Castela;

Agosto – D. Fernando envia o conde de Barcelos, João Afonso Tello para negociar as pazes com Castela. O encontro foi em Braga que estava cercada por Henrique II, com um seu representante Mossem Beltran;

Dezembro – É celebrado o tratado matrimonial entre D. Fernando e a infanta de Aragão através de uma embaixada enviada a Portugal

Ano de 1370

Junho – Nova aliança entre Portugal e Aragão, na guerra contra Castela, celebrado em Barcelona;

Julho – Novas convenções celebradas em Barcelona entre D. Fernando e os procuradores de o “Cerimonioso”;

Setembro – Intervenção do papa nas hostilidade entre Portugal e Castela, enviando dois legados à Península;

Outubro – Aragão envia a Lisboa, novo embaixador Uberto de Fenolar. D. Fernando ratifica, nos paços da Valada, o tratado de paz celebrado em julho de 1370 com Aragão

Ano de 1371

Janeiro – Dão-se início às conferências de paz entre Portugal e Castela. Os Plenipotenciários, o conde de Barcelos, João Afonso Telo e Peres de Guzman encontram-se em Alcoutim;

Março - Tratado de paz entre Portugal e Castela, celebrado em Alcoutim, tendo sido ajustado o casamento de D. Fernando com a infanta de Castela D. Leonor. Este novo acordo do monarca português punha fim ao acordo celebrado sobre as mesmas circunstâncias com Aragão;

Abril - Castela envia uma embaixada a Portugal para obter o juramento das pazes celebradas no mês anterior. D. Fernando jura as pazes nas mãos dos dois legados vindo do Vaticano;

- D. Fernando envia o Dr. Gil Docém e Afonso Gomes da Silva para receberem de Henrique II o juramento das Pazes;

Agosto – Os grandes de Castela juram as pazes com Portugal na cidade de Toro, celebradas em março por intermédio dos legados pontífices;

- Casamento de D. Fernando com Dona Leonor de Teles;

- O monarca português notifica o rei de Castela do seu casamento

Ano de 1372

Abril - Afonso Domingues vai como embaixador a Castela para obter a reforma do Tratado de Alcoutim, celebrado em março do ano anterior;

Abril – Convenção entre D. Fernando e Henrique de Castela, na qual o primeiro ficava desobrigado do compromisso de casamento assumido em Alcoutim;

- Castela envia uma embaixada a Portugal a fim de obter juramento de D. Fernando, do Tratado de Tui que reformulara o Tratado de Alcoutim;

Julho – Confederação luso- inglesa, celebrada em Tagilde – Braga, pela qual D. Fernando e o Duque de Lencastre se uniriam contra Henrique de Castela e Pedro IV de Aragão;

Agosto – Castela envia os seus embaixadores a Portugal, a fim de lembrar o monarca do cumprimento dos tratados de paz anteriores;

- Início da 2ª guerra peninsular;

Novembro – D. Fernando dá plenos poderes a João Fernandes Andeiro e a Vasco Domingues para ratificarem em Londres o tratado de aliança celebrada em Tagilde

Ano de 1373

Fevereiro – Henrique de Castela invade Portugal e dirige-se a Lisboa;

Março - O cardeal D. Guido, chega a Santarém para mediar as contendas entre Portugal e Castela. É proposto o casamento da infanta D. Beatriz, irmã de D. Fernando com o infante D. Sancho irmão de Henrique de Castela;

- Fim da 2ª guerra peninsular. Na ribeira de Alfange, junto a Santarém é celebrado o novo tratado de paz e amizade entre os dois reinos;

Abril - D. Fernando e D. Henrique, juram em Lisboa, o tratado de paz celebrado a 19 de março em Santarém;

Junho – Tratado de aliança entre D. Fernando e Eduardo III, celebrado em Westminster, que confirma o tratado de Tagilde de julho de 1372

Ano de 1374

Março – Aliança militar celebrada entre Portugal e Castela contra Pedro IV de Aragão;

- D. Fernando envia a Castela, Gonçalo Vasques de Azevedo e Lourenço Anes Fogaça, para lembrar o assunto de Aragão

Ano de 1375

Novembro – É celebrado em Bruges o contrato de casamento da infanta D. Isabel, filha de D. Fernando, com o infante D. Afonso filho de Henrique de Castela

Ano de 1376

Fevereiro? - Celebração do contrato de casamento entre a infanta D. Beatriz e D. Fradique, duque de Benavente, aprovado nas cortes de Leiria onde é jurada sucessora do Reino;

Novembro/dezembro – Embaixada enviada a Castela para requerer a D. Henrique o juramento dos Atos relativos ao casamento

Ano de 1377

Janeiro - Juramento e ratificação do tratado de casamento pelo rei de Castela e pelos embaixadores portugueses

Ano de 1380

Janeiro – D. Fernando adere á causa do anti- Papa de Avinhão, Clemente VII

Março - O monarca envia a Avinhão D. Martinho para levar a declaração de Obediência do reino em detrimento de Urbano VI de Roma;

Maior - Embaixada a Castela para tratar do casamento da infanta D. Beatriz com o infante D. Henrique filho de D. Juan I. Foi anulado o anterior casamento;

- Embaixada vinda de Castela para tratar do assunto anterior com o monarca português;

Julho – Novo acordo com o Duque de Lencastre, confirmado como rei de Castela, prometendo ajudá-lo nas guerras contra Castela;

Agosto – O rei envia nova embaixada a Castela para requerer a D. Juan I preito e homenagem em conformidade do tratado de casamento entre os filhos dos dois soberanos;

Setembro – Castela envia a Portugal uma embaixada para receber em cortes o preito e homenagem do casamento anterior, como ele havia feito em Sória

Ano de 1381

Maio - Início da 3ª guerra peninsular

Ano de 1382

Agosto – Celebração do tratado de PAZ e Amizade entre Portugal e Castela no qual se inclui o casamento da Infanta D. Beatriz com o 2º filho de D. Juan I, o infante D. Fernando;

- Nova embaixada enviada pelo monarca português a Castela para propor o casamento da infanta D. Beatriz com D. Juan que acabara de enviuar

Ano de 1383

Março – Castela responde enviando uma embaixada com plenos poderes para tratar do acordo de casamento;

Abril - Celebração do dito contrato de casamento em Salvaterra de Magos. Foram procuradores dos ditos soberanos, O conde de Ourém, João Fernandes Andeiro e D. Juan Mestre de Santiago;

Junho? – O Conde de Ourém segue para Castela para receber dos três estados preitos e homenagens estipuladas n o tratado do mês de abril;

Setembro – Castela envia a Portugal o seu embaixador para receber os mesmos tratos insertos nas Cortes de Valadollid;

Outubro, 25 - Morre de D. Fernando;

Novembro – D. Juan I envia a Portugal, António Lopes Texeda para lembrar à rainha viúva os seus direitos sobre este reino

Mestre de Avis – 1383 - 1385

Ano de 1384

Janeiro – D. Juan I invade Portugal pela Guarda;

- Renúncia do Governo do reino pela Rainha D. Leonor a favor dos reis de Castela;

Maio - Cerco de Lisboa;

Agosto – Tentativas por parte de Juan I de Castela para chegar a acordo com o Mestre de Avis;

Setembro - Levantamento do cerco de Lisboa

Ano de 1385

- Navarra tenta fazer uma liga com o Mestre de Avis contra Castela.

Tentativa infrutífera;

Junho - Batalha de Trancoso;

Agosto – O Mestre de Avis tenta aconselhar D. Juan para desistir da guerra;

- Batalha de Aljubarrota;

- O rei de Castela pede ajuda a França

D. João I – 1386 - 1433

Ano de 1386

Janeiro – O Duque de Lencastre congratula D. João I pelas vitórias sobre Castela e mostra o seu interesse de invadir aquele reino e tomar o seu governo por direito;

Maior - Celebração do Tratado de Windsor entre D. João I e Ricardo II;

Julho - O Duque, nomeando-se rei de Castela entra em contacto com D. João I

- O monarca de Portugal Vasco Martins e Lourenço Anes Fogaça cumprimentar o duque como rei de Castela;

Novembro- Encontro entre os dois monarcas em Ponte de Mouro;

- Celebração do Tratado de Aliança com inclusão do casamento de D. João com a infanta D. Filipa, filha do duque;

- Embaixada enviada por D. João ao Duque, como rei de Castela, que se encontrava em Celanova, para a duquesa, como rainha de Castela, ratificar o tratado anterior. O embaixador português relembra o duque do embargo na Curia das Bullas de Dispensa para a realização do matrimónio

Ano de 1387

Fevereiro – Casamento de D. João I com Filipa de Lencastre;

Março - Tratado (acordo) de Babe;

Agosto - Ratificação do Tratado de Windsor (9 de maio de 1386);

Novembro – Tratado de tréguas por três meses celebrado em Monção entre Portugal e Castela

Ano de 1389

Fevereiro - Embaixada de Castela a Portugal, para propor suspensão de armas por algum tempo. D. João negocia tréguas por seis meses;

Junho - Acordo de Tréguas celebrado em Denlingham entre D. Juan I de Castela e Carlos VI de França por um lado e Ricardo II de Inglaterra e Portugal como seu aliado, por outro. Estas tréguas estender-se-iam até agosto de 1392;

Setembro – O rei de Castela envia a Portugal uma embaixada para celebrar novas tréguas por seis meses;

Novembro – D. João I negocia em Monção Tréguas por seis anos

Ano de 1393

Abril - Embaixada enviada a Portugal pelos tutores de Henrique III de Castela para negociar um acordo de Paz. O acordo é celebrado por 15 anos em Lisboa a 15 de maio

Ano de 1395

- Por incumprimento do acordado no tratado anterior D. João I envia a Castela João Alpoim para lembrar a este rei as consequências do dito incumprimento;

- Em Moncorvo os embaixadores castelhanos desculpam-se em nome do seu rei

Ano de 1396

Junho - D. João I envia a Castela Afonso Vasques, para explicar àquele rei o motivo da tomada de Badajoz;

- Em resposta o rei de castelã através dos seus embaixadores ordena a D. João I a entrega da cidade;

- Não obtendo a resposta desejada o rei de Castela reforça o pedido com nova embaixada. Não obtendo resposta os castelhanos invadem Portugal;

- É celebrada nova convenção entre os dois reinos para resolver os incumprimentos do tratado anterior

Ano de 1398

Dezembro – Embaixada de Castela para tratar de nova trégua para se tratar da paz

Ano de 1399

Fevereiro – Embaixadores castelhanos chegam a Portugal para negociar nova trégua por nove meses com fim à paz perpétua

Ano de 1400

Maio - Embaixada enviada a Castela para conferenciar novos acordos e novas condições. Em Segóvia os embaixadores dos dois reinos não chegam a acordo;

Setembro - Martin Docem volta a Segóvia e ajusta nova trégua por dez anos

Ano de 1407

Março - Embaixada de D. João I para tratar da paz com a rainha Catalina, viúva de Henrique III e regente do futuro D. Juan II;

Agosto – Instruções dadas por D. João I aos seus correspondentes para a celebração da paz com Castela;

Setembro – Os embaixadores portugueses escrevem ao rei para protelar o prazo das negociações até 1 de agosto do ano seguinte

Ano de 1411

Outubro, 31 - Celebração do Tratado de Paz e Aliança perpétua, em Aylhom entre D. João I e D. Juan II, assinado pela regente mãe Catalina e pelo Infante D. Fernando, seu tio;

- Catalina pede ajuda por Álvaro Gonçalves da Maia a D. João I para este ajudar na guerra contra os mouros. O monarca português aceita ajudar naquilo que *poder fazer*

Ano de 1414

- Castela envia o Bispo de Mondonhedo e Dias Sanches de Benevides a Portugal para pedir a confirmação de paz. D. João jura o tratado de paz de 31 de Outubro de 1411;

- Fernando de Aragão receando que a paz entre Portugal e Castela, fosse atras dos seus interesses em Navarra, envia uma embaixada a Portugal explicando os seus receios sobre o conde de Urgel;

- O rei de Granada sendo acometido pelos mesmos receios sobre o poder da frota que se armava em Portugal, envia uma embaixada pedindo ao rei D. João I que protegesse o livre comércio entre os dois reinos, como sempre fizera

Ano de 1415

Agosto – Portugal envia a Aragão uma embaixada dando-lhe conhecimento da expedição a Ceuta

Ano de 1416

Outubro – Trégua de um ano entre a França e Inglaterra, sendo Portugal aliado deste último

Ano de 1418

Abril - Bulla de Martinho V “REX regnum” pedindo aos outros reinos cristãos auxílio a favor de D. João I na guerra contra os infiéis;

- D. João I envia a Castela, João Gomes da Silva, Martin Docem e Fernão Gonçalves Beliagoa, para que D. Juan II ratificasse o Tratado de 31 de outubro de 1411. O rei de Castela ainda não completara os 14 anos de idade pelo que não tem efeito

Ano de 1419

- D. João I repete o pedido anterior. Sem efeito

Ano de 1422

- D. Juan II envia a Portugal, uma embaixada para jurar e ratificar o Tratado de 1411;

- D. João I envia D. Fernando de Castro e o Dr. Fernando Afonso da Silveira requerer o estabelecido pela embaixada anterior

Ano de 1423

Abril, 30 - Por carta D. Juan confirma e aprova, em Ávila, a paz celebrada em 1411, até 1434 . Envia os seus embaixadores a Portugal para que fossem publicadas as pazes

Ano de 1428

- D. João I envia a Aragão D. Pedro Noronha para tratar do casamento entre D. Duarte e a infanta D. Leonor irmã de D. Afonso V. O contrato de casamento é celebrado em Olhos Negros;

Agosto – Embaixada de Aragão para reformular os capítulos do casamento;
Setembro – Tratado de casamento do Infante D. Pedro com D. Isabel filha do conde de Urgel;

- Casamento em Coimbra de D. Duarte com D. Leonor de Aragão

Ano de 1429

Março - D. João confirma o contrato de casamento entre o infante D. Pedro e D. Isabel;

Junho - É redigido o contrato de casamento, em Sintra, entre a Infanta D. Isabel, filha de D. João I e Filipe o Bom, duque de Borgonha;

Julho - É negociado o tratado do casamento anterior, em Lisboa

Ano de 1430

Janeiro, 7 - A infanta D. Isabel casa, em Écluse, com Filipe o Bom.

Outubro - O Rei de Aragão propõe uma aliança com Portugal contra Castela, o que diplomaticamente é rejeitada;

- D. João I envia uma embaixada a Castela oferecendo-se para mediar as quezílias entre os dois reinos;

- O Rei de Castela envia uma embaixada a Portugal para explicar o porquê do aprisionamento da Rainha D. Leonor de Aragão em Castela

Ano de 1431

- Negociação de um tratado de liga e confederação entre D. João I e Afonso V de Aragão;

Outubro - D. Juan II outorga e ratifica o tratado de paz entre Portugal e Castela, em Medina del Campo;

Novembro – O príncipe D. Henrique filho de D. Juan II aprova e jura em Medina del Campo o tratado de 30 de outubro

Ano de 1432

Janeiro, 17 – D. João I ratifica em Almeirim o tratado de paz anterior;

- Aragão envia uma embaixada a Portugal a propósito das quezílias com Castela e da prisão do infante D. Henrique;

- D. João I tenta por meio de uma embaixada negociar as discórdias entre aqueles reinos;

Julho - Portugal oferece auxílio a Castela nas guerras contra Granada;

Novembro – Ratificação por D. Duarte e seus irmãos do juramento prestado por seu pai para manter as pazes com Castela

Ano de 1433

Agosto, 14, – Morre o rei D. João I em Lisboa

D. DUARTE - 1433 - 1438

Ano de 1434

Maio – D. Duarte oferece ajuda a Castela na conquista de Granada. Castela recusa

Ano de 1436

Julho - Bulla de Eugénio IV pela qual informa ter recebido queixas contra o poder civil, por este ter invadido o foro eclesiástico;

- Eugénio IV recebe o conde de Ourém;

- Bulla “Dudum si quidem” lembra ao rei de Portugal que deve respeitar os direitos castelhanos sobre as Canárias;

Setembro – Bulla “Rex regnum” concedendo ao infante D. Henrique o direito e privilégio da cruzada contra o Islão;

- Bulla “ Romanus pontifex” que concede ao rei de Portugal a conquista das ilhas não cristianizadas;

Novembro - Chegada da embaixada portuguesa ao Concílio da Basileia

Ano de 1437

Outubro, 16 - Tratado de paz entre Portugal e os mouros de Tânger. O Infante D. Fernando fica como refém até à entrega da cidade de Ceuta

Ano de 1438

Setembro, 9 – Morre D. Duarte

REGÊNCIA DE D. PEDRO – 1438 – 1449

Ano de 1438

Setembro - Em Tomar, D. Afonso V, de mor idade, é aclamado Rei de Portugal. É constituída uma regência conjunta entre o infante D. Pedro e a Rainha D. Leonor

Ano de 1440

Janeiro - É celebrado em Toledo um Tratado de Aliança entre o infante D. Pedro de Portugal, o condestável de Castela, Don Álvaro de Luna e o Mestre de Alcântara contra os infantes de Aragão;

Fevereiro - Aragão envia uma embaixada a Portugal sob o propósito de obter boa concórdia entra a Rainha D. Leonor e os infantes seus cunhados;

Outubro – O embaixador de Aragão, Bispo de Segorbe chega a Santarém para resolver os assuntos da Rainha D. Leonor;

Dezembro – Partida de D. Leonor para Castela

Ano de 1445

Janeiro – Contrato de casamento entre a infanta D. Joana filha de D. Duarte e Henrique IV de Castela;

Fevereiro – Ratificação do contrato do casamento anterior, em Segóvia;

Maior, 21 - Celebração do casamento entre D. Joana e Henrique IV de Castela

Ano de 1446

Abril - Embaixada de Castela enviada a Portugal para negociar o casamento de D. Juan II com a infanta D. Isabel, filha do infante D. João de Portugal;

Outubro - Tratado de casamento celebrado em Évora entre D. Isabel e D. Juan II de Castela

Ano de 1447

Maior - Realização do casamento por procuração da Infanta D. Isabel com D. Juan II;

Julho, 22 – Casamento em Madrigal de D. Isabel e D. Juan II futuros pais de Isabel, a Católica

Ano de 1448

Maior, 6 -- Casamento de D. Afonso V com D. Isabel, filha do infante D. Pedro.

Setembro – D. Afonso V é aclamado rei em Tomar.

Ano de 1449

Janeiro – Tratado de Paz e Amizade entre os reis de Portugal, Aragão e Navarra, restabelecendo a continuidade da política externa da dinastia de Avis;

Maio - Morte do Infante D. Pedro na Batalha de Alfarrobeira;

Dezembro – Embaixada do Duque de Borgonha, Filipe o Bom, chega a Évora exigindo a D. Afonso V um funeral e sepultura digna ao Infante D. Pedro

D. AFONSO V – 1448 -1481

Ano de 1452

- D. Juan II de Castela envia uma missão a Portugal para tratar das negociações sobre as Canárias

Ano de 1453

Março - Acordo de casamento entre a infanta D. Joana, irmã de D. Afonso V com Henrique IV, rei de Castela

Ano de 1454

Maio – Embaixada de Castela a Portugal para tratar do assunto relacionado com a Guiné;

Agosto – Missão de Castela para negociar o contrato de casamento entre Henrique IV e a infanta D. Joana

Ano de 1455

Janeiro - Elaboração do contrato de casamento anterior;

Fevereiro – Ratificação por Henrique IV, Rei de Castela do tratado de casamento datado de 22 de janeiro;

Maio - Casamento em Córdova entre Henrique IV e D. Joana

Ano de 1456

Abril - D. Afonso V encontra-se em Badajoz com Henrique IV

Ano de 1464

Janeiro - Encontro entre D. Afonso V e Henrique IV de Castela, em Gibraltar. Discutem o possível casamento entre o monarca português e a infanta D. Isabel, irmã de Henrique IV

Ano de 1465

Setembro – Encontro na Guarda para a assinatura do acordo de casamento entre d. Afonso V e Isabel de Castela

Ano de 1472

Março - Encontro entre Elvas e Badajoz entre os dois monarcas de Portugal e Castela. Início das negociações de casamento entre D. Afonso V e D. Joana de Castela

Ano de 1474

- Lopo de Albuquerque é enviado a Castela para intermediar o problema de sucessão daquele reino;

Julho – Os reis católicos reclamam a pertença da ilha de Cabo Verde a Castela

Dezembro – Lopo de Albuquerque regressa a Portugal com os compromissos dos grandes de Castela em que aceitam D. Afonso V como rei, se casar com D. Joana

- Morte de Henrique IV de Castela

Ano de 1475

Maio - D. Afonso V entra em Castela. Casa em Placência com D. Joana « a Beltraneja»;

Junho – É enviada de Placência uma embaixada a França de Luís XI, intitulado-se o monarca português rei de Aragão e Castela

Ano de 1476 – Início das guerras peninsulares

Março - Batalha de Toro;

Dezembro – Tratado de Paris entre D. Afonso V, como rei de Castela e Luís XI, de França que confirma e renova os tratados anteriores de paz, amizade e concórdia entre Castela, Leão e França;

- Encontro em Nancy entre D. Afonso V e Carlos «o Temerário»

Ano de 1477

Agosto - Isabel, a Católica passa procuração de plenos poderes ao seu embaixador para negociar um tratado de tréguas com Portugal

Ano de 1478

Setembro - Celebrado em Évora, o tratado de paz entre D. Afonso V e os Reis Católicos

Ano de 1479

Agosto - D. Afonso V passa procuração de plenos poderes a João Fernandes da Silveira para negociar o Tratado das Terçarias de Moura, ou Alcáçovas;

Setembro – Celebração do Tratado das Terçarias de Moura em Alcáçovas

Ano de 1480

Março - Ratificação em Toledo do Tratado anterior;

Junho - Convenção em Toledo entre Portugal e Castela para resolver os problemas dos mouros de Granada;

Setembro – Ratificação por parte de Portugal do Tratado de Alcáçovas

Ano de 1481

Agosto, 28 - Morre em Sintra D. Afonso V

Abreviaturas:

- cap. - capítulo
cf. - conferir,
ed. - edição
fl. - folha
fls. - folhas
gav. - gavetas
loc. cit. - local citado
n. - nota
p. - página
pp. - páginas
segs. - seguintes
vol. - volume

Siglas:

- A.N.T.T. - Arquivo Nacional Torre do Tombo
BN - Biblioteca Nacional
IAC - Instituto Alta Cultura
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda
INIC - Instituto Nacional de Investigação Científica
CEHUNL - Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa